



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

**LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA E
LITERATURAS DE LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA**

**RECIFE
2011**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

COMISSÃO RESPONSÁVEL(2011)¹

Antony Cardoso Bezerra
Cláudia Roberta Tavares
Flávia Ferreira
Patrícia Soares Silva
Renata Pimentel Teixeira
Sandra Helena Dias de Melo
Valéria Gomes
Vicentina Maria Ramires Borba
Tany Monfredini

RECIFE
2011

¹ COMISSÃO RESPONSÁVEL pelo PPP(2008) – Criação do Curso: Dorilma Neves Galdino Alves; Mari Noeli Kiehl Iapechino; Sandra Helena Dias de Melo; Valéria Severina Gomes e Vicentina Maria Ramires Borba.

SUMÁRIO

CONTEXTO E MOTIVOS.....	04
1. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	05
2. OBJETIVOS DO CURSO.....	09
3.PERFIL DOS FORMANDOS.....	11
4. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ENSINO.....	14
4.1 Prática Pedagógica.....	15
4.2 Sistema e Procedimento de Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem.....	17
5.CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	19
6.ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	20
6.1. Estruturação da Matriz Curricular–Formação Específica e Geral.....	23
6.2. Matriz Curricular Implantada em 2009.....	25
6.3. Ementário das Disciplinas.....	36
6.4. Bibliografia das Disciplinas.....	37
6.5. Programas do Curso de Licenciatura em Letras.....	38
7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	130
7.1. Natureza do Estágio do Curso.....	130
7.2. Objetivos.....	133
7.3. Etapas de Desenvolvimento do Estágio Supervisionado.....	135
7.4 Avaliação.....	139
7.5. Estágios em Instituições.....	140
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	140
8.1. Elaboração Final e Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.....	141
9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	141
10. EXTENSÃO NO CURSO DE LETRAS.....	142
10.1. Instituição da Extensão no Curso de Letras.....	143
10.2. Propostas de Programas de Extensão.....	144
11.MONITORIA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INICIAÇÃO À DOCÊNCIA.....	147
11.1. Programa de Monitoria.....	147
11.2. Iniciação Científica no Curso de Licenciatura em Letras.....	147
11.3. Programa de Iniciação à Docência.....	148
12. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS.....	149
12.1. Programa de Avaliação Institucional.....	149
13.CARACTERIZAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO E DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	157
13.1. Colegiado da Coordenação Didática (CCD).....	158
13.2. Coordenação do Curso.....	159
APÊNDICES	160
Regimento da Prática como Componente Curricular.....	160
Regimento de Trabalho de Conclusão de Curso.....	162
Regimento do Estágio Supervisionado.....	166
Regimento das Atividades Complementares.....	171
Regimento da Coordenação Didática do Curso de Licenciatura em Letras.....	173
ANEXOS.....	176

CONTEXTO E MOTIVOS

A história da Universidade Federal Rural de Pernambuco confunde-se com a história das primeiras instituições culturais e científicas deste nível. O ensino superior no Brasil se firmou em um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. No começo do século xx, esses institutos vão se tornar as universidades com o formato hoje conhecido, consideradas, obviamente, as mudanças advindas das condições temporais, sociais, culturais, políticas e econômicas pelas quais passaram essas instituições ao longo dos últimos cem anos.

É assim que as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, inauguradas no dia 1º de fevereiro de 1914, na cidade de Olinda, pelo Reverendo Abade do Mosteiro de São Bento, Dom Pedro Roeser, deram origem à Universidade Federal Rural de Pernambuco, que, em 1938, mudou-se do Engenho São Bento para o Bairro de Dois Irmãos, no Recife, onde ainda permanece.

Desde sua fundação até hoje, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) vem apresentando significativo crescimento estrutural e acadêmico. No primeiro caso, com a recente expansão de unidades acadêmicas nos *campi* de Garanhuns e Serra Talhada, além daqueles já existentes em outras regiões do estado de Pernambuco. No segundo caso, o crescimento acadêmico manifesta-se pelos indicadores de formação docente, número de cursos de graduação e pós-graduação (*stricto* e *latu sensu*), pelo volume de produção docente e discente, pelos convênios firmados com instituições internacionais de grande reconhecimento social, e, sobretudo, pela contribuição que vem dando à sociedade com a formação de futuros profissionais qualificados e com a participação dessa comunidade nos quadros de decisão de políticas públicas.

A UFRPE é hoje composta por seis Pró-Reitorias, 02 Unidade Acadêmicas (de Garanhuns e de Serra Talhada), 19 Departamentos Acadêmicos (Recife), e quatro Administrativos, além das Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão e Órgãos Suplementares. Mantém nos três *campi* – em Recife, Garanhuns e Serra Talhada – 40 cursos de Graduação presencial e 11 cursos de Graduação de Ensino a Distância, além de 28 programas de Pós-Graduação *strictu sensu*, entre esses, 8 programas de Doutorado. A Universidade também oferece cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão. Dada a dinâmica de crescimento desta Instituição, esses números estão

sempre mudando, sobretudo nos últimos anos, quando se vem registrando um aumento significativo nos indicadores de produção, formação, extensão e estrutura.

Uma vez que a maior parte das atividades universitárias concentra-se no *Campus* de Dois Irmãos, localizado na cidade de Recife, a demanda de candidatos aos cursos de graduação vem-se tornando cada vez maior, seja por aqueles que moram na capital, como aqueles que moram no interior aonde a Universidade Rural ainda não chegou com os seus *campi*. Funcionando em três turnos, a concentração de alunos é maior nos turnos da manhã e da noite, este último atendendo um número significativo de trabalhadores.

Na área das Ciências Humanas, já se encontra em pleno funcionamento um núcleo de Línguas, cujo objetivo é preparar a comunidade acadêmica (professores, funcionários e alunos) para responder as exigências do mundo moderno – profissionais e acadêmicos bilíngues – para desempenharem suas atividades. Essas justificam a necessidade da criação de um curso de Letras, sobretudo porque a procura daqueles que se encontram além dos muros desta Instituição por esse Núcleo de Línguas tem sido crescente, o que nos leva a crer que esta é uma demanda da sociedade, e que deve ser atendida.

Outro fator importante que justifica a necessidade de criação de um curso de Letras na Universidade Federal Rural de Pernambuco é o fato de não haver, dentre tantos cursos na Região Metropolitana do Recife e cidades circunvizinhas, um único curso de Letras que funcione no turno da noite em instituições públicas. Isso significa que há, indubitavelmente, uma demanda dos trabalhadores para esse turno, haja vista o número de alunos que frequentam instituições privadas à noite nesta Região.

Desse modo, o curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco vem atender a um anseio antigo de uma determinada população para uma formação de qualidade, pública e gratuita, tal qual é oferecida nos demais cursos desta Instituição. Apoiou-se nesses motivos a organização deste documento, considerando as exigências de um mercado de trabalho carente de profissionais, a um só tempo, com sólida formação teórica e percepção humanizante da educação.

1. CONCEPÇÃO DO CURSO

Ao caracterizar língua como aquisição cultural, Câmara Jr. (1970:22)² a situa entre as instituições culturais humanas, constatando que a língua não só integra a cultura de um povo, como dela se destaca ao cumprir a função de instrumento de comunicação

²CÂMARA JR., J. M. (1970). *Princípios de Linguística Geral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

social. Assim, uma língua em face do resto da cultura, é: 1) o seu resultado ou sùmula; 2) o meio para ela operar; 3) a condição para ela subsistir. E mais: só existe para tanto. A sua função é englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la através das gerações.

A língua representa o universo cultural em que o homem se acha; consubstancia e formaliza a cultura em seus sistemas lexical e gramatical; apresenta-se como um microcosmo da cultura; produz incessantemente uma visão de mundo, armazenada em seus universos semióticos, contínua e ciclicamente reformulada por um processo condicionado a diferentes fatores políticos e sócio-culturais.

Língua, cultura e sociedade, embora constituam processos distintos, estão ligadas por relações de dependência, ou seja, as alterações observadas no sistema linguístico, assim como nos outros sistemas de significação, refletirão alterações ocorridas nos universos cultural e social de um grupo. A língua de uma determinada sociedade é parte integral de sua cultura – fenômeno humano que se refere à capacidade que o homem tem de atribuir significado às suas ações e ao mundo que o rodeia.

A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não caracterizando, pois, um fenômeno individual, embora diferentes significados sejam atribuídos a coisas e passagens da vida aparentemente semelhantes por parte de cada grupo de seres humanos em diferentes épocas e lugares. Pode ser entendida como um código simbólico, com dinâmica e coerência interna, compartilhado pelos membros de cada sociedade ou grupo social e que pode ser decifrado e traduzido por membros que não pertencem a esse grupo. Segundo Geertz (1978:58)³,

não dirigido por padrões culturais - sistemas organizados de símbolos significantes - o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da experiência humana, mas uma condição essencial para ela - a principal base de sua especificidade.

Não é possível, portanto, a dissociação língua/cultura/identidade – o homem depende de uma espécie de aprendizado: atingir conceitos, a apreensão e aplicação de sistemas específicos de significado simbólico – ou a não-percepção da permanente transformação que se processa, pelo viés da modernização do país, no contexto

³ GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

educacional, com o avanço da qualificação em tecnologia e a alta complexidade das relações sociais.

A sociedade brasileira tem-se caracterizado por desigualdades e tensões, o que só faz aumentar o comprometimento das instituições educacionais com o bem coletivo. As enormes barreiras socioeconômicas e culturais fazem emergir necessários projetos coletivos, dotados de sustentação ética e racional; desumanidades historicamente postas fazem supor a concepção de estratégias de reconhecimento e de superação da complexidade dos problemas experienciados no contexto com o qual interagem essas instituições. As incertezas oriundas da avaliação dessas estratégias merecem tanta atenção quanto mais se toma consciência de responsabilidades, diretas e indiretas, associadas às tomadas de posturas diante das situações instauradas.

Sentidos de conhecimento, que permitam à Universidade e, por conseguinte, ao curso de Letras o cumprimento de sua função social, perpassam, necessariamente, caminhos que proponham visões não unívocas ou unilaterais da realidade. A convivência com diferentes posições e variadas perspectivas é primordial para a formação de um conhecimento regido pela ponderação e pelo rigor; as indagações que surgem com a comparação entre elas é profícua para a renovação de idéias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a distintos procedimentos de reflexão.

Se se compreende a realidade caracterizada pela transformação, deve-se buscar métodos adequados à produção de conhecimento e que levem em conta essa caracterização. A imposição de conhecimentos pré-concebidos ou tidos como “verdades absolutas” apaga da produção de conhecimento seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que, autoritária e equivocadamente, se sobrepõem aos movimentos de mudança. O conhecimento não deve ter seu valor condicionado à idéia de dogma, mas sim, em sua constante transformação da realidade, a de superação de limites e de interiorização de novas exigências.

Enfatiza-se que, ao se apresentar a realidade como processo passível de mudanças, não se restringe a mesma ao domínio específico do mercado; se é verdadeira a afirmação de que o mercado de trabalho depende do fluxo de egressos do ensino superior, disso não resulta a mera prestação de serviços, por parte da Universidade, para a cobertura de eventuais vagas.

Consideradas língua, cultura, identidade e a consciência de uma realidade social, o curso de Letras da UFRPE conceberá um encaminhamento em seus propósitos de formação acadêmica que pressuponha, sempre que possível, intervenções no processo

sócio-histórico. Essas intervenções deverão promover mudanças no sentido de ampliar as condições de atendimento das demandas coletivas e de retrain a desigualdade social. Caso isso não se observe, tomadas as responsabilidades cabidas ao curso, registrar-se-á o incremento de problemas e não a interferência, que se espera ocorra, no cerne das contradições e dos conflitos que se reconhecem e a relação com a sociedade com a qual interage.

Para tanto, far-se-á necessário que o curso estabeleça expectativas quanto ao perfil de seus egressos, ou seja, um aluno do curso de Letras da UFRPE deverá, ao final de sua trajetória acadêmica, além de competência profissional, revelar capacidade de se envolver no quadro das mudanças sociais, identificando problemas relevantes à sua volta, avaliando diferentes posições quanto a esses problemas, conduzindo, de forma consciente, sua postura e atuando junto à sociedade que, mediante recursos da instituição universitária, investiu em sua formação.

Esse investimento sugere envolvimento – a formação universitária não se configura como uma forma de defesa de interesses próprios, mas antes de tudo como uma forma de contribuir com a resolução de problemas que dizem respeito a outras pessoas, visto que, sem que se defina sua função social, o conhecimento construído constitui-se apenas como exercício de individualismo, que, em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, se converte em vaidade e em frieza anti-social que contrariam os interesses da educação.

Nessa perspectiva, cada aluno deste curso será percebido como sujeito atuante no âmbito coletivo, conhecedor do contexto em que vive e avaliador ético dos problemas colocados pela realidade – figuras não anônimas ou indiferentes a esse contexto. Levar-se-á em conta o que fará com o conhecimento obtido, como refletirá acerca desses mesmos problemas e como avaliará as repercussões, diretas e indiretas, do emprego de seu conhecimento no contexto social. Aptidões sociais e dimensão da personalidade, trabalhando-se competências e habilidades que permitam atualização contínua, serão privilegiadas em detrimento da aquisição imediata de informações, uma vez que se projeta uma formação que siga para além da mera reprodução de idéias conhecidas na formação universitária.

O curso de Letras da UFRPE buscará organizar-se internamente – em consonância com seus objetivos e em favor de sua interação com o contexto – e, para tanto, desenvolverá o respeito a princípios de trabalho capazes de alicerçar essa consonância e qualificar essa interação. Administrativamente, visar-se-á à superação da burocracia

universitária, considerando que a razão da legislação universitária e do sistema de funcionamento das diversas unidades institucionais, dentre elas o próprio curso de Letras, é, antes de tudo, a possibilidade de privilegiar as condições necessárias a um trabalho produtivo. Academicamente, visar-se-ão à interdisciplinaridade – trabalho de colaboração intelectual entre diferentes disciplinas, constituindo transversalidade – e à formação continuada – preparando o futuro profissional para as experiências de integração social e dando-lhe condições para uma atualização constante.

Reconhece-se que elementos como eficiência administrativa, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, valorização da interdisciplinaridade e da formação continuada são fundamentais para a condução racional da vida acadêmica e se viabilizam com uma sistemática de avaliação interna qualificada. São esses os elementos e princípios que consubstanciam as concepções do curso de Letras da UFRPE e subsidiarão as ações acadêmicas.

2. OBJETIVOS DO CURSO

A conjuntura experienciada por profissionais da educação na atualidade requer uma sólida formação de conteúdos permeados pela diversidade cultural brasileira e uma formação pedagógica que propicie a utilização de procedimentos que culminem com debates, reformulações de posturas e valorização de soluções centradas nas inter e transdisciplinaridade.

Nessa perspectiva, o curso de Letras da UFRPE deverá formar professores em condições de revelarem competência profissional na investigação de problemas que emergem no cotidiano escolar, fazendo uso de conhecimentos, recursos e procedimentos, metodológicos e técnicos, necessários às suas soluções e pautados em princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

- na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber (artigo 3º, II);
- no pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas (artigo 3º, III); e
- no respeito à liberdade e apreço à tolerância (artigo 3º, IV).

Tendo em vista essas condições e princípios e a possibilidade da atuação do profissional de Letras como pesquisador, crítico literário, revisor de textos, secretário,

assessor cultural, redator, consultor, dentre outras atividades, bem como as concepções que entendem língua e linguagem como ação dialógica, tem-se como objetivo: proporcionar ao acadêmico do curso de Licenciatura em Letras um conhecimento das diversas faces da linguagem humana, que podem ser aplicadas em diferentes campos de atividade, tanto na formação básica para o magistério como na formação complementar para a comunicação social, documentação, turismo, com perspectivas do uso, inclusive, de novas tecnologias e mídias eletrônicas, e da compreensão da literatura como produto histórico e socialmente entrosado ao seu tempo.

Visando à interface entre a concepção e os objetivos do curso de Letras da UFRPE, pretende-se desenvolver **competências** e **habilidades** que assegurem:

1. as condições para a formação de professores que dominem o uso de recursos linguísticos, nas modalidades oral e escrita, e que ajam como multiplicadores, capacitando outros a uma atuação com mesma proficiência linguística;
2. a capacidade de articulação das expressões linguística e literária com os sistemas de referência, em relação aos quais os recursos expressivos da linguagem adquirem significação;
3. a habilitação de o acadêmico situar-se e firmar-se em conflitos e interesses, propiciando-lhe recursos a fim de que se torne capaz de perceber que a complexidade social pressupõe o uso de diferentes formas de linguagem relativas a interesses que estejam em constante confronto e conflito com a sociedade;
4. o desenvolvimento de uma prática educativa planejada e sistemática, contínua e extensa, que favoreça a aprendizagem e o contato necessários para que o acadêmico possa produzir conhecimentos e tecnologias;
5. o incentivo às habilidades de selecionar o relevante, de investigar, de questionar e pesquisar, de construir hipóteses, de compreender, de exercitar o pensamento crítico e reflexivo, de comparar e estabelecer relações, de inferir e generalizar, de adquirir confiança em sua própria capacidade de pensar, de encontrar soluções e de assumir responsabilidades;
6. a garantia da interdisciplinaridade no desenvolvimento de um processo educativo constituído de ação-reflexão-ação e das oportunidades de elaboração de um plano de trabalho próprio e de construção coletiva de uma proposta pedagógica da escola, ampliando, assim, a responsabilidade docente para além das fronteiras da sala de aula e colaborando com a articulação escola-comunidade;
7. o estabelecimento de relações entre os conteúdos aprendidos no curso e os currículos a serem desenvolvidos nos ensinamentos fundamental e médio, bem como a identificação dos entraves didáticos a fim de se

relacionar esses conteúdos com a realidade, sua aplicação em outras disciplinas, sua inserção histórica; e

8. a significação/ressignificação da formação profissional no Estado de Pernambuco e na cidade de Recife (e cidades circunvizinhas), com o intuito de repensar as políticas da educação básica, almejando redimensioná-las e adequá-las às formas pós-modernas de relação, construir e reconstruir instituições sociais, produzir e distribuir bens, serviços, informações, conhecimentos e tecnologias, em consonância com a percepção de que, assim como o conhecimento se constrói cotidianamente, a relação teoria e prática se constrói como ação única e complementar.

3. PERFIL DOS FORMANDOS

O profissional da área de Letras tem de revelar consciência da importância da língua como portadora de história, como produto/prática social que representa a relação entre homens e mundo, como elemento de tradição e de nacionalidade e tem, a partir dessa conscientização, uma “arma” que o transforma em profissional respeitado; sua maior habilidade será, portanto, o manuseio, técnico e científico da língua, em respeito às suas dimensões histórica, social, humana e dialética. Deverá estar ciente de sua importância como responsável pela condução de seus alunos pelo caminho que leva ao domínio pleno da língua materna e língua estrangeira # (espanhol),⁴ instrumento de construção do conhecimento – um domínio cuja proficiência pode levar o indivíduo de uma situação de exclusão para a do poder; procurar uma formação contínua, que apenas se inicia na graduação, formação esta institucional ou não; importar-se com a pesquisa como produtora de conhecimento para a sua prática pedagógica; identificar a fundamentação teórica das propostas pedagógicas institucionais, para adaptá-las a sua realidade; e, finalmente, avaliar continuamente sua prática pedagógica, para que ela forneça subsídios ao seu constante aperfeiçoamento.

Dessa forma, o curso de Letras da UFRPE considera que o professor deve desempenhar as funções de organizador, facilitador, mediador, incentivador e avaliador dos processos de ensino e de aprendizagem, dominando conceitos necessários à plena regência nas áreas da língua/linguagem, nos ensinos fundamental e médio, e literária, no ensino médio. Para tanto, intenta formar um profissional que:

⁴ O interesse deste PPP é firmar compromisso também com a oferta da língua espanhola (cf. Lei nº11.161 (5/08/2005)) para contribuir com a necessidade do Estado de Pernambuco em formar profissionais aptos ao trabalho com a língua espanhola, já que a rede de ensino pública do Estado apresenta déficit para cumprir a lei supracitada.

1. quanto às competências e habilidades:

- compreenda, avalie e produza textos de tipos variados em sua estrutura, organização e significado;
- leia e produza, com competência, enunciados em diferentes linguagens e traduza umas em outras;
- descreva e justifique as peculiaridades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas do português brasileiro, com enfoque em variedades regionais e socioletais e nas especificidades da norma padrão;
- compreenda e domine a fonologia básica, as relações morfossintáticas e semânticas da língua espanhola, atentando-se para as diferenças e semelhanças entre espanhol e português, bem como explorar a língua como constituinte de conhecimento e valores;
- aprenda a lidar, de forma crítica, com as obras literárias, em uma interpretação resultante do contato direto com elas, bem como com a mediação de obras de crítica e de teoria literárias;
- estabeleça e discuta as relações dos textos literários com outros tipos de discurso e com o contextos dos quais fazem parte;
- relacione o texto literário e concepções dominantes na cultura do período em que foi concebido com as concepções de produção literária do presente;
- reflita, no caso da literatura de língua espanhola, sobre a expressão da literatura para o ensino de língua estrangeira, refletindo sobre valores, comportamentos e culturas;
- interprete, com adequação, textos de diferentes gêneros e registros linguísticos e explicita os processos/argumentos empregados para justificar sua interpretação; e
- desenvolva atitude investigativa que favoreça um processo contínuo de construção do conhecimento na área e de utilização de novas tecnologias na articulação de informações linguísticas, literárias e culturais.

2. quanto ao papel social da escola:

- compreenda o papel da sociabilidade e do ensino-aprendizagem na escola e no contexto onde se insere a escola, com atuação direta sobre esse contexto;
- utilize os conhecimentos sobre as realidades cultural, econômica, social e política para a compreensão do contexto e das relações em que se arraiga a prática educativa;

- participe, coletiva e cooperativamente, da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto pedagógico e curricular da escola, estendendo sua atuação para além dos limites da sala de aula;
- promova uma prática que não desprestige as características do aluno, de seu meio, dos temas e das necessidades do contexto do qual fazem parte esse aluno e a escola a que está vinculado; e
- estabeleça parcerias e colaborações com pais de alunos, promovendo a participação e a interação entre pais e escola.

3. quanto ao domínio do conhecimento pedagógico

- crie, planeje, realize e avalie situações didáticas, usando, de forma adequada, o conhecimento das áreas ou disciplinas a serem ministradas, dos temas transversais, dos contextos sociais e das especificidades requeridas;
- maneje estratégias de comunicação/interação, selecionando as mais adequadas, tendo em vista a diversidade dos alunos, os objetivos e as características dos conteúdos;
- identifique, analise e confeccione materiais e recursos didáticos;
- estabeleça uma relação de autoridade e confiança com os alunos; e
- utilize estratégias diversificadas de avaliação e formule intervenções pedagógicas, a partir de resultados que considerem a capacidade do aluno.

4. quanto ao gerenciamento do desenvolvimento profissional:

- empregue diferentes fontes e veículos de informação, evidenciando disponibilidade e flexibilidade para mudança, hábito de leitura e empenho no uso da escrita como ferramentas de desenvolvimento profissional;
- elabore projetos de estudo e de trabalho, empenhando-se em partilhar a prática e produzir coletivamente; e
- conheça a organização escolar e o ensino de língua e literatura.

Além de uma formação específica, o profissional formado pelo curso de Letras da UFRPE será preparado para uma inserção cidadã em debates que envolvam não só as questões culturais, sociais e econômicas, como também as do desenvolvimento humano e da própria docência.

4. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ENSINO

4.1. Metodologia de Ensino

Não negligenciando o fato de o aluno colocar em uso suas capacidades pessoais para, em interação com outras pessoas e com a realidade que o cerca, construir seus conhecimentos, o curso de Letras da UFRPE, em seus procedimentos metodológicos, buscará propiciar situações de aprendizagem centradas em resoluções de situações-problema, em estudos de caso e em desenvolvimento de projetos pedagógicos, bem como considerar as características individuais do aluno, suas experiências profissionais, com o propósito de promover o compromisso do futuro professor com o ensino-aprendizagem de seus alunos.

Os conteúdos disciplinares das licenciaturas atuarão como eixos articuladores do currículo, subsidiando o saber pedagógico, necessário ao exercício profissional, voltados ao ensino das disciplinas dos ensinos fundamental e médio. Tenciona-se, com a oferta de uma formação mais ampla e humanística nas diferentes áreas de conhecimento, ultrapassar os limites disciplinares e fornecer ao aluno do curso de Letras condições de lidar com propostas de trabalho que ensejem a interdisciplinaridade.

Os procedimentos pedagógicos empregados pelos docentes deverão adequar-se ao trabalho interdisciplinar e serão organizados/implementados, durante o curso de Letras, em reuniões de planejamento, reuniões periódicas ao longo do ano letivo, e aferidos por avaliações diagnósticas, didático-pedagógicas e de controle, aplicadas no início, durante e no final do processo.

O currículo do curso contemplará, em seu conjunto, disciplinas cujos conteúdos sejam relevantes ao desenvolvimento de competências e habilidades exigidas pelo exercício profissional, consideradas as dimensões:

- conceitual $\Rightarrow$ abrange teorias, informações, conceitos;
- procedimental $\Rightarrow$ envolve o saber fazer;
- atitudinal $\Rightarrow$ engloba valores e atitudes relacionados à atuação profissional e presentes no projeto pedagógico do curso de Letras.

4.1.2. Prática Pedagógica

4.1.2.1. Aprendizagem

A formação de professores constitui um processo, experienciado pelo aprendiz, no qual o conhecimento é construído na interação com a realidade – com os demais cidadãos pelo uso de suas próprias capacidades –, visto ser a aprendizagem ocorrida em dado momento decorrente das possibilidades delineadas pelo modo de pensar do sujeito naquela fase de desenvolvimento, por conhecimentos já construídos em situações anteriores e por situações de aprendizagem já apresentadas. Nesse sentido, o papel da interação do indivíduo com o meio social, com a escola, com o outro, em situações reais, é determinante e promotor da construção de conhecimentos.

Concebida a construção do conhecimento como processo alicerçado no convívio humano, na interação com o outro, na cultura em que se vive, na cultura em que se forma, com a qual se forma e para a qual se forma, abordam-se competências e habilidades, à medida que ocorre a apropriação de signos culturais pelos indivíduos. Deve-se, portanto, considerar que, na relação competência/habilidades e conhecimento, há um extrapolar de fronteiras disciplinares tradicionais que permeiam a organização da maioria dentre as instituições educacionais, no processo de constituição de grande parte das competências/habilidades estabelecidas na educação básica.

Requerer-se-á, com isso, um trabalho integrado entre docentes das disciplinas ou áreas afins, alunos do curso de Letras, escolas e sociedade, o que sugere o desenvolvimento de situações de aprendizagem fundamentadas em situações-problema ou na construção de projetos interdisciplinares, em consenso com o currículo da escola.

As situações de ensino-aprendizagem, no âmbito escolar, deverão envolver a co-participação de alunos e professores, uma vez que nelas se forjam situações comunicativas e interacionais em que se desempenham papéis socioeducacionais e se constroem significados sobre os conteúdos da aprendizagem, modificando, enriquecendo e construindo instrumentos de ação e interpretação favorecedores de autonomia, o que implica que o professor assuma o compromisso com a aprendizagem do aluno, visando à consideração de características individuais e experiências de vida e profissionais dele.

Justificam-se, por conseguinte, a criação, no processo ensino-aprendizagem, de situações-problema e o desenvolvimento de projetos marcados por desafios e questionamentos que necessitem do confronto, da superação, da vivência de situações

didáticas que permitam refletir, experimentar, agir, ousar, tomando como ponto de partida os conhecimentos prévios do aluno.

4.1.2.2. Competência, vivência e transversalidade

Competência profissional é desenvolver a capacidade de mobilizar os conhecimentos adquiridos sobre seu trabalho para transformá-los em ação. Dessa forma, o professor deverá atuar com profissionalismo, revelando domínio de conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, e compreender questões pertinentes ao seu trabalho, à identificação e resolução delas, bem como terá autonomia para tomar decisões e apresentar responsabilidade pelas opções feitas. Esse profissionalismo também requer que o professor saiba avaliar, de forma crítica, sua atuação e o contexto em que atua e que saiba interagir, colaborando com a comunidade profissional da qual faz parte.

A efetivação da construção de competências/habilidades pressupõe que ela se reflita no objeto de formação, na seleção de conteúdos, na abordagem metodológica, na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para o aluno da graduação, em especial na própria sala de aula e na avaliação – o que favorece a aquisição/construção dessas competências/habilidades por meio de ações teórico-práticas e a superação da tradicional dicotomia entre essas dimensões.

A prática pedagógica, o fazer docente do futuro professor, deverá evidenciar, concretizar, materializar atitudes, modelos didáticos, domínio de tecnologias, capacidades e formas de organizar, vivenciados como aluno, ao longo do processo de formação acadêmica.

Considera-se que, além da aquisição/construção de competências/habilidades e da vivência de uma prática pedagógica, o ensino de língua portuguesa e das literaturas e da língua espanhola e literatura poderá abordar a transversalidade, respaldando-se em duas questões básicas: a língua veicula representações, conceitos e valores socioculturais e constitui um mecanismo de intervenção social.

Como os temas transversais pertencem à dimensão do espaço público, sugerem uma participação efetiva e responsável dos cidadãos na gestão, manutenção e transformação desse espaço e exigem capacidade de análise e de reflexão crítica sobre valores e conceitos, podem contextualizar, de forma significativa, a aprendizagem da língua,

permitindo que o aluno produza atividades, desenvolva habilidades, competências de interesse da convivência escolar e da comunidade.

4.2. Sistema e Procedimentos de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Segundo Luckesi⁵, avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo ensino-aprendizagem que auxiliam o profissional da educação a tomar decisões sobre o seu trabalho. Referem-se esses dados relevantes às várias manifestações didáticas nas quais professor e alunos empenham-se em atingir os objetivos de ensino. A apreciação qualitativa desses dados, mediante análise de provas, exercícios, respostas dos alunos, realização de tarefas etc., permite tomadas de decisões quanto às etapas subsequentes.

Define-se, então, avaliação como um componente do processo de ensino que visa, com a verificação e a qualificação de resultados obtidos, a determinar a correspondência destes com os objetivos delineados e com a orientação das atividades didático-pedagógicas do curso, que considera, também, nos diversos momentos do processo de ensino, como tarefas da avaliação:

1. a verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, por meio da aplicação de provas, exercícios e meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas e atividades práticas;
2. a qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e à atribuição de notas ou conceitos;
3. a apreciação qualitativa: avaliação propriamente dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados.

Além dessas tarefas, a avaliação, na percepção do curso de Letras da UFRPE, cumpre três funções: didático-pedagógica, de diagnóstico e de controle.

A **função didático-pedagógica** refere-se ao papel da avaliação no cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação. Ao se comprovar, sistematicamente, os resultados do processo de ensino, evidenciam-se, ou não, o atendimento das finalidades sociais do mesmo, a apreciação dos alunos para enfrentarem as exigências da sociedade, sua inserção no processo global de transformação social e nos meios culturais de participação ativa em diversas esferas da vida social. Cumprindo sua função didática, a

⁵ LUCKESI, C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.

avaliação contribui para a assimilação e a fixação, pois a correção dos equívocos cometidos possibilita o aprimoramento, a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades e, desta forma, o desenvolvimento das capacidades intelectuais.

A **função de diagnóstico** permite identificar os progressos e as dificuldades dos alunos e a atuação do professor que, para atender às exigências dos objetivos, determinam modificações no processo ensino-aprendizagem. Na prática educacional, a função de diagnóstico é de suma importância, uma vez que viabiliza a avaliação do cumprimento da função didático-pedagógica e dá sentido pedagógico à de controle.

A avaliação diagnóstica ocorre no princípio, durante e no final do desenvolvimento das aulas ou unidades didáticas. A etapa inicial é de sondagem de conhecimentos e de experiências já disponíveis, como provimento dos pré-requisitos para a sequência da unidade didática. Durante o processo de aquisição/construção do conhecimento, faz-se o acompanhamento dos alunos, apreciando os resultados, corrigindo falhas, esclarecendo dúvidas, estimulando-os a continuarem a pesquisar. A um só tempo, essa avaliação fornece ao professor dados acerca da condução de seu trabalho: andamento do conteúdo, adequação de materiais e de métodos, comunicação com os alunos, amoldamento de sua linguagem etc. Por fim, é preciso avaliar os resultados da aprendizagem no final de uma unidade didática, do bimestre ou do ano letivo, visto que a avaliação global de um determinado período de trabalho também cumpre a função de realimentação do processo de ensino.

A **função de controle** refere-se aos meios e a frequência das verificações e de qualificação dos resultados educacionais, permitindo o diagnóstico das situações didáticas. Há um controle, sistemático e contínuo, no processo de interação entre professor e alunos, no decorrer das aulas, que se processa mediante uma variedade de atividades que concedem ao professor a possibilidade de observar como os alunos se conduzem na aquisição/construção de conhecimentos e habilidades e no desenvolvimento/aprimoramento de capacidades mentais, o que resultará uma média de sua aprovação ou reprovação.

Conforme exigência regimental da UFRPE, a avaliação no curso de Licenciatura em Letras será realizada individualmente ou em grupos de trabalho, por intermédio de provas escritas, seminários, produção escrita (resenhas, artigos etc.) e outros mecanismos avaliativos, aplicados em momentos específicos (sugeridos em calendário acadêmico) do semestre letivo, cobrindo todos os campos dos conteúdos programáticos,

e ainda de outras atividades didático-pedagógicas determinadas e acompanhadas pelo/a professor/a responsável pelo componente curricular. As provas terão sempre um caráter cumulativo – à medida deste processo avaliativo chama-se rendimento escolar e a apuração desse rendimento escolar efetivar-se-á por componente curricular, considerando-se o aproveitamento e a frequência às aulas.

Para a apuração do aproveitamento escolar, utilizar-se-á o critério de notas de zero a 10,0 (dez) atribuídas às provas escritas e orais, preleções, trabalhos técnicos, projetos, pesquisas, seminários, relatórios de visitas técnicas, palestras, filmes e outras atividades escolares intra ou extrainstituição universitária, determinados e acompanhados pelo professor, que comporão a média semestral, conforme plano de ensino de cada componente curricular.

Ter-se-á como aprovado no componente curricular o aluno que obtiver, na média aritmética das avaliações do semestre, nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% das aulas dadas e conduzir-se-á a fazer o exame final no componente curricular o aluno que obtiver frequência mínima de 75% das aulas e nota média maior ou igual a 3,0 (três), sendo aprovado no componente curricular, se a média aritmética entre a média do semestre e a nota do exame for maior ou igual a 5,0 (cinco).

5. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Modalidade: presencial

Regime de Funcionamento: flexível de créditos

Total de Vagas: 40 vagas por semestre

Turno de Funcionamento: noturno

Dimensão das turmas: 40 alunos por turma

Nº de componentes curriculares: 46 (42 obrigatórios de 60 ou 45 horas e 4 optativos (4.º, 5.º, 8.º e 9.º semestres). Dentre os obrigatórias encontram-se os referentes ao Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado (carga horária total: 405 horas), e o Trabalho de Conclusão de Curso (T.C.C.– carga horária total: 90h), sendo o aluno acompanhado por professor orientador, desde o 6º período. Além dos componentes obrigatórios e optativos, constam como carga horária para integralização curricular as atividades de formação complementar de pesquisa e extensão, com o total de 210 horas, a serem cumpridos durante o período do curso, e de acordo com o art. 37 da Resolução 313/2003 do CEPE.

Carga horária componentes obrigatórios: 2.535 horas

Carga horária complementar: 195 horas (optativos) e 210 horas de atividades complementares de pesquisa e extensão.

Carga Horária Total: 2.940 horas

Total de Créditos: 169 (obrigatórios) + 13 (optativos) = 182 créditos

Período Mínimo de Integralização Curricular: quatro anos e meio (nove semestres)

Período Máximo de Integralização Curricular: sete anos e meio (14 semestres)

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Concebe-se a matriz curricular do curso de Licenciatura em Letras da UFRPE como parte integrante deste Projeto Pedagógico; sua construção é compreendida não como enumeração de componentes curriculares, mas como estabelecimento de um campo de questionamento de temas relevantes, propício ao amadurecimento intelectual e motivador da prática profissional. Da fidelidade à legislação em vigor e de um plano de desenvolvimento de habilidades intelectuais e práticas, almejadas no perfil do egresso, dependerá a sustentação dessa matriz, cuja racionalização considerará os modos como os componentes curriculares se relacionam entre si e o papel dessas relações na composição do perfil do egresso.

Tem-se o currículo como signo de uma realidade que a espelha, como um instrumento do poder, do social, do cultural, sendo, portanto, analisado como uma questão de saber, poder e identidade, por configurar-se como aparelho ideológico. Com o pós-estruturalismo, destaca-se o envolvimento das descrições linguísticas da “realidade” na produção curricular. Passa-se, então, a um discurso sobre currículo e não mais apenas uma teoria que se restringia a “representar”. Um discurso sobre currículo produz uma noção particular, tornando-se, efetivamente uma criação. Nesse sentido, o currículo adquire sua característica, de fato, de flexibilização, ao se considerar as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas, e não mais as asserções sobre como a realidade deve ser, logo, percebe-se currículo em uma noção não ontológica, mas sim histórica, sem perder de vista “a questão central que serve de pano de fundo para

qualquer teoria de currículo” que é “a de saber qual conhecimento deve ser ensinado”. (Tadeu da Silva, 2002:14)⁶

Uma vez que o curso de Letras da UFRPE pautará suas ações em um nível teórico que, aliado à prática, conduza a uma atuação efetiva nos processos culturais pernambucano e brasileiro, com competência para discernir as variantes dos contextos histórico, social, econômico, cultural e político, visando a uma crítica dialética desses contextos, na qual linguagem é entendida como meio de mudança, buscar-se-á a vivência com os alunos de uma permanente mediação crítica sobre o sentido, significado e finalidade das ações pedagógicas neles insertas e promover-se-á a relação pesquisa, extensão e ensino para a leitura e o agir críticos ante esses mesmos contextos.

Objetiva-se, ainda, desenvolver, no curso, um perfil e promover a aquisição/construção de determinadas competências/habilidades derivadas de um núcleo comum de saberes e complementadas por diversas opções que as realidades das instituições educacionais e das demandas de mercado sugerirem. Na interação entre teoria e prática dos componentes curriculares do curso de Letras da UFRPE, respaldam-se a compreensão e a aplicação de conhecimentos científicos, técnicos e filosóficos por parte de seus alunos, de forma a contribuir, consciente e autonomamente, na resolução de situações-problema de suas vidas pessoal e profissional.

Assim, não só o Estágio Supervisionado estabelecerá mediação entre teoria e prática, mas as situações de interação dentro do curso, em que se utilizarão recursos como a atribuição de carga horária de atividades de iniciativa dos alunos, ou elaboradas pelo colegiado, a ser contabilizada na parte flexível do currículo, e a elaboração de projetos de ensino, destinados à articulação entre distintos componentes curriculares, de acordo com normas institucionais vigentes.

Os processos de ensino e de aprendizagem alicerçam-se em princípios que fundamentam a natureza da prática educativa na sociedade pernambucana, as características da construção do conhecimento, as peculiaridades metodológicas dos componentes curriculares e suas manifestações concretas no trabalho acadêmico e as relações entre ensino e desenvolvimento dos alunos, tomados não somente os aspectos cognitivos, mas também os psicológicos da aprendizagem.

Essa concepção de ensinar e de aprender, no terceiro grau, notadamente no curso de Letras, pressupõe a clareza de um eixo norteador que unifica toda a estrutura curricular

⁶ SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Autêntica, 2002.

do primeiro ao nono semestres, que é a relação de unidade entre teoria e prática em todas as componentes curriculares e conteúdos componentes do currículo do curso, ou seja, teoria e prática constituem o núcleo articulador da formação profissional e são trabalhados de forma integrada e indissociada.

Formular-se-á e trabalhar-se-á a teoria tendo em vista que o conhecimento da realidade concreta e da prática constitui-se em referência, por estar presente em todos os momentos do trabalho acadêmico – ponto de partida e de chegada do saber fazer e do fazer saber. O caráter teórico-prático dos componentes curriculares do curso respaldar-se-á no fato de elas terem como norte o perfil desejado para o profissional da área e as necessidades reais da sociedade pernambucana, suas possibilidades e limites no cenário nacional e no processo de interação sócio-histórico-cultural.

A matriz curricular do curso de Letras da UFRPE emana de diretrizes atuais para o ensino superior, especialmente das que se voltam à formação de professores nas licenciaturas, e de discussões e análises que contaram com a participação de professores da área de Letras, Linguística e Literaturas vinculados à instituição e da direção do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH) – responsáveis pela promoção de estudos e debates acerca da temática e pela elaboração de objetivos e princípios balizadores da formação do licenciado em Letras.

Esses objetivos – contribuir com a formação de professores de línguas portuguesa e espanhola e literaturas de língua portuguesa e de língua espanhola; priorizar a pesquisa como eixo norteador da formação teórico-prática do futuro professor; propiciar uma consistente fundamentação teórica, baseada em princípios históricos, filosóficos, sociológicos e científicos, nos quais se integra a formação técnico-metodológica; e assumir a extensão como instrumento de atuação e integração do currículo – serviram de parâmetro para a reconstrução das dimensões curriculares traçadas para o processo de formação teórico-prática do professor, consideradas as várias dimensões sociais, dentro ou fora do contexto escolar, que sugerem a atuação do aluno de Letras, uma vez que, embora a atuação e o compromisso do professor seja com a sala de aula, processos educativos formais e não formais, que se realizam em diferentes instâncias educativas e sócio-culturais, reclamam seu envolvimento.

Para suprir as exigências qualitativas na formação acadêmica e profissional do professor pretendido, elaboraram-se os objetivos curriculares e os eixos epistemológicos e pedagógicos sustentadores da matriz curricular, conforme paradigma educacional adotado para a concretização dessa formação:

1º eixo (conhecimentos específicos) – propiciam o conhecimento teórico-metodológico das teorias de linguagem e das teorias filosófico-histórico-estéticas das literaturas;

2º eixo (conhecimentos globais) – garantem a formação do professor, dando-lhe suportes para a equação de problemas do cotidiano escolar;

3º eixo (conhecimentos integradores) – possibilitam o contato, em mão dupla, acadêmico/escola; as contribuições advindas dessa integração solidificam e trazem para a experiência do professor a realidade cultural de seus alunos.

6.1. Estruturação da Matriz Curricular – Formações Específica e Geral

A matriz curricular do curso de Letras da UFRPE desenvolve-se em torno de eixos disciplinares dos conhecimentos específicos, globais e integradores. Os primeiros remetem à língua e à literatura; os segundos, aos fundamentos da educação; e os terceiros às práticas pedagógicas/estágios supervisionados.

O exercício múltiplo do pensamento humano, na unidade e na diversidade dos componentes curriculares que compõem a base humanista do Currículo Pleno do Curso de Licenciatura em Letras, a um só tempo conhecimentos fragmentados e unificados na articulação interdisciplinar, visa à busca, voltada ao verdadeiro significado da vida e dos mistérios que circundam o universo onde se insere o homem, do conhecimento a ser descoberto, pensado, repensado, experimentado e divulgado.

Linguística (Estudos Linguísticos A, Estudos Linguísticos B e Estudos Linguísticos C) e componentes curriculares que tratam da Língua/Literatura Portuguesa e Língua/Literatura Espanhola habilitam o futuro professor à competência de uso/ensino da língua portuguesa e da língua espanhola, em suas modalidades oral e escrita, articulando as expressões linguística e literária aos sistemas de referência em relação aos quais os recursos expressivos da linguagem assumem significados. Os componentes cujos conteúdos abordam o campo da Linguística ou da Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (espanhol) possibilitam o domínio de diferentes noções de gramática, o conhecimento das variedades linguísticas existentes bem como posições teóricas diversas sobre a(s) língua(s); os componentes da área de Literatura possibilitam a relação entre linguagem, arte e cultura, oferecendo um olhar estético/ético sobre língua(gem) e sobre seu ensino.

O Trabalho de Conclusão de Curso vislumbra, especialmente, o desfecho de uma pesquisa voltada para a formação do futuro docente. Também os componentes sob a rubrica Práticas Pedagógicas de Línguas e Literaturas são do eixo específico, mas têm como finalidade promover o encontro e congraçamento entre teoria e prática de modo que mais do que articulação exista uma simbiose entre os conhecimentos técnicos e conhecimentos práticos, visando sempre à transposição didática do campo da língua(gem). Por esse motivo, tais componentes têm carga horária integral voltada para a Prática como Componente Curricular (PCC), possibilitando em grade medida a mão dupla entre conhecimento específico e escolarização dos conteúdos ou conhecimentos específicos.⁷

O Estágio Supervisionado, marcado por práticas pedagógicas, nos ensinos fundamental e médio, constituir-se-á como integrador, por permitir, pelas características de integração teórico-metodológica, recursividade permanente entre teoria-reflexão-prática-teoria e diálogo entre o acadêmico e a escola, em sua tarefa de investigar a realidade educacional e, simultaneamente, de agir em seu interior.

Para complementar discussões já travadas, reconhecendo-se, assim, a importância do estudo da língua(gem) no curso de Licenciatura em Letras, oferecer-se-ão à comunidade tópicos especiais, no formato de minicursos e oficinas, nas áreas de língua e literatura. Concebem-se também como integradores os conteúdos desses (dessas) minicursos (oficinas), pois que levantarão problemas e conteúdos, tanto regionais como globais, da atualidade.

Viabilizar-se-ão os conhecimentos globais em componentes curriculares dos fundamentos educacionais – Fundamentos Filosóficos Históricos Sociológicos da Educação Brasileira, Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira, Didática, Didática do Ensino de Língua(gem), Metodologia da Pesquisa em Educação L, Psicologia I (Geral e do Desenvolvimento) e Psicologia II (da Aprendizagem). Enquanto a Metodologia fomenta a pesquisa em linguagens e encaminha o discente para o trabalho final do curso, materializado no componente TCC, Didática e Didática do Ensino da Língua(gem) subsidiam discussões sobre o campo da didática e didatização do ensino das língua(gens), favorecendo a eficiência do futuro professor de língua e

⁷ A Prática como Componente Curricular (PCC), nem sempre no formato de componente curricular, está presente do início ao fim do curso, no eixo de conhecimentos específicos de formação, para garantia da reflexão-teoria-reflexão prática mais acurada do alunado sobre a relação conteúdo, currículo e prática escolar (ver regimento da PCC, em Apêndice A).

literaturas. Os componentes que tratam da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem se complementam para a formação docente do alunado de Licenciatura em Letras, no que tange à discussão dos modelos de ensino e aprendizagem escolar. Nessa esteira, encontra-se também Língua Brasileira dos Sinais: estudo lingüístico, lotada no Departamento de Letras e Ciências Humanas, a quem compete o objetivo da formação docente voltado para o cumprimento do princípio da inclusão. De forma semelhante, Introdução à Microinformática atende a necessidade de introduzir o futuro docente no universo digital.

Os componentes curriculares e a natureza da PCC presente em alguns desses possibilitarão ao aluno do curso de Licenciatura em Letras o desempenho dos papéis de educador/multiplicador crítico, intérprete e produtor de textos de diferentes gêneros e registros lingüísticos, além de prepará-lo para o exercício de habilidades e competências lingüísticas, culturais e estéticas na comunidade, atuando como professor, pesquisador e consultor no contato e convívio com as novas tecnologias educacionais.

6.2. Matriz Curricular Implantada em 2009

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Letras da UFRPE, que entrou em vigência em 2009, precisou ser modificada em relação à apresentada em 2008, para garantia da oferta dos componentes no turno da noite.⁸ Seguindo as determinações das Diretrizes Curriculares para o curso de Letras, apresenta uma carga horária total de 2.940 (duas mil e novecentas e quarenta horas), distribuídas entre aulas teóricas e práticas, ao longo de nove semestres, já somadas a essa carga horária total do curso as 210h de Atividades Acadêmicas Curriculares (AAC), desenvolvidas em torno do Ensino, Pesquisa e Extensão.⁹

Com o intuito de agenciar a formação em Língua e Literaturas (língua portuguesa) e Língua e Literatura Estrangeira (língua espanhola), objetivando, no caso da literatura em língua estrangeira, sobretudo, uma discussão de valores, estética e cultura da língua

⁸ Toda a modificação realizada nos programas do curso de Licenciatura em Letras se encontra no Relatório da Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Mudança da Matriz Curricular. A matriz de 2008 não foi utilizada na íntegra – os componentes foram revisados e/ou reelaborados, de acordo com a necessidade da carga horária prevista para um curso noturno.

⁹ A AAC deve ser igual a 210h. Conforme Res. 313/2003, o aluno deve cumprir a carga horária dessas atividades enquanto estiver cursando os componentes curriculares bem como deve realizar atividades, pelo menos, em dois eixos: ensino e pesquisa ou pesquisa e extensão e assim sucessivamente.

espanhola no ensino básico, a organização curricular proposta visa ao sugerido por uma **formação básica adequada**, pelas **integração e complementaridade de conteúdos**, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, e pela **articulação entre teoria e prática**, contando, pelo perfil de formação de licenciatura, com disciplinas pedagógicas, para garantia da formação do professor, conforme o leque de componentes na instituição.

O **Trabalho de Conclusão de Curso** (TCC) propiciará ao aluno a organização científica de suas pesquisas ao longo do curso e terá regimento próprio (documento anexo, Apêndice B), aprovado pela coordenação e corpos docente e discente. De natureza monográfica, deverá ser elaborado em forma de artigo sob orientação de um/a professor/a no nono semestre do curso. O planejamento do trabalho de conclusão do curso e processo de pesquisa será acompanhado a partir do sexto período por professor da UFRPE, preferencialmente, do curso, com formação na área de Letras. A orientação deverá ser oficializada na coordenação, sob os cuidados do/a eventual substituto/a e supervisão do coordenador/a, após anuência do/a professor/a-orientador/a.

A conclusão do trabalho será avaliada em defesa perante banca (orientador e dois outros professores). O processo de pesquisa será acompanhado por um/a professor/a orientador/a do quadro docente da UFRPE, com formação em Letras ou Educação, a partir do sexto período do curso. Tal orientação deverá ser registrada na coordenação do curso (ver Regimento do TCC, Apêndice B).

As etapas para planejamento e orientação do TCC (do 6.º ao 9.º semestre), resumidamente, são:

- registro oficial na coordenação do curso do nome do orientador e da área de pesquisa escolhida pelo aluno matriculado no 6.º período (o aluno não bloqueado deve estar matriculado na maior parte dos componentes curriculares deste semestre letivo);
- definição do tema e levantamento bibliográfico devidamente registrado na coordenação do curso pelo aluno matriculado no 7.º período (o aluno não bloqueado deve estar matriculado na maior parte dos componentes curriculares deste semestre letivo);
- plano de trabalho finalizado e entregue pelo aluno à coordenação do curso no 8.º período;
- redação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo pelo aluno no 9.º período (o aluno deverá estar matriculado no componente

Trabalho de Conclusão de Curso).

Sua inserção na matriz curricular deve-se ao fato de: fornecer direcionamento ao desempenho do aluno durante toda a sua formação; favorecer as (inter-)relações professor – aluno, em função do sistema de orientação; propiciar a produção da escrita acadêmica (exigida em instâncias outras de uma formação que se espera seja continuada); permitir, tanto para o/a professor/a quanto para o/a aluno/a, o desenvolvimento de pesquisas em suas áreas de interesse; facilitar a socialização de conhecimentos gerados/construídos pela/na pesquisa.

Os componentes curriculares **optativos**, cuja função será, preferencialmente, de enriquecimento do 1º eixo – o específico –, sinalizam para trabalhos de pesquisa e aplicação, possibilitando, como alicerce para estudos pós-graduados, aprofundamentos teórico-práticos. Embora ofertado, na matriz, em semestres definidos, sua natureza permitirá ao aluno flexibilidade na formação.

A **PCC**, presente apenas nos componentes obrigatórios, conjuga teoria e prática e permeia parte significativa dos componentes curriculares da matriz curricular. É preciso esclarecer que concepção de prática como componente curricular, que produz algo no âmbito do ensino, implica em concebê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, sobre a transposição didática dos conteúdos escolares, como durante a realização de atividades voltadas para o ensino/aprendizagem dos conteúdos explorados nos componentes curriculares. Tanto é possível discutir teoricamente a PCC quanto desenvolver atividades que se identificam com práticas escolares. Assim percebe-se a PCC enquanto *Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo [ainda] desdobrá-las no desenvolvimento de atividades*.

A **interdisciplinaridade** efetiva-se mais na prática do que via conteúdos, ou seja, em procedimentos metodológicos comuns, assegurados nessa prática, nas frequentes interfaces com outros campos do saber, em análises contrastivas, em relatos/memórias de alunos e de professores, em trabalhos de partilha do saber, é que se observará o diálogo efetivo entre o que se formaliza em ementas e programas e o que se propõe o curso para a/ na formação de seu aluno. As AAC compõem o currículo das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão necessárias para a formação do futuro docente, devendo perfazer um total de 210h (duzentas e dez horas), ainda durante o cumprimento de créditos decorrentes de componentes curriculares (cf. Res. 313/2003).

6.2.1. Matriz curricular implantada em 2009

Matriz Curricular do curso de Licenciatura em Letras									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Introdução aos Estudos Literários 60h	Análise e Interpretação do Texto Literário 60h	Literatura Portuguesa 60h	Tradição Literária da Literatura Portuguesa: do séc. XIX à atualidade 45h	Tradução Narrativa da Literatura Portuguesa: do séc. XIX à atualidade 45h		Prática Pedagógica da Literatura de Língua Portuguesa 45h		
		*A1	*B1	*C1	*C1		*C1, D2		
2				Origem e Formação da Literatura Brasileira 45h	Literatura Brasileira e Modernidade: do Séc. XIX ao Modernismo 45h	Literatura Brasileira: do Modernismo ao Contemporâneo 60h			
				*B1	*D2	*E2			
3	Estudos Fonético-Fonológicos: Teoria e Ensino da Língua Portuguesa 60h	Estudos Fonéticos e Aplicação da Morfologia da Língua Portuguesa 60h	Estudos Fonéticos e Aplicação da Gramática da Língua Portuguesa 60h	Língua Latina I 45h	História da Língua Portuguesa 45h		Prática Pedagógica da Língua Portuguesa I 45h	Prática Pedagógica da Língua Portuguesa II 45h	
					*D3		*A3, B3, C3, E3	*G3	
4	Estudos Linguísticos A 60h	Estudos Linguísticos B 60h	Estudos Linguísticos C 60h			Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos 60h			Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 90h
									*H6, H7
5	Língua Espanhola I 60h	Língua Espanhola II 60h	Língua Espanhola III 60h	Língua Espanhola IV 60h	Língua Espanhola V 60h	Literatura em Língua Espanhola I 45h	Literatura em Língua Espanhola II 60h	Prática Pedagógica de Língua Espanhola e de Literatura em Língua Espanhola I 45h	Prática Pedagógica de Língua Espanhola e de Literatura em Língua Espanhola II 45h
	*A5	*B5	*C5	*C5	*D5	*B1, E5	*F5	*G5	*H5
6	Tradução Filosófica, Histórica e Sociológica da Educação 60h	Psicologia I 60h	Psicologia II 60h	Psicologia II 60h	Literatura e Tradução da Educação Brasileira 60h	Didática 60h	Didática do Ensino de Língua (gem) 60h	Metodologia da Pesquisa em Educação L 60h	
			*C6	*B6		*C1, C3, C4, C5, E6	*F6		
7						Estágio Supervisionado Obrigatório I 90h	Estágio Supervisionado Obrigatório II 90h	Estágio Supervisionado Obrigatório III 90h	Estágio Supervisionado Obrigatório IV 135h
						*A3, A4, B3, B4, B6, C1, C3, C4, D4, E6	*F7 **G6	*G7	*H7
8	Introdução à Microinformática 60h			Optativo I 45h	Optativo II 45h			Optativo III 60h	Optativo IV 45h
	Total CH 300h	Total CH 300h	Total CH 300h	Total CH 300h	Total CH 300h	Total CH 315h	Total CH 300h	Total CH 300h	Total CH 315h
	*** AAC	*** AAC	*** AAC	*** AAC	*** AAC	*** AAC	*** AAC	*** AAC	*** AAC

(*)PRE-REQUISITO(S) DO COMPONENTE CURRICULAR

(**)CO-REQUISITO(S) DO COMPONENTE CURRICULAR

(***)ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES - Total A.A.C. 210h

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS
1º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA		PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
318	Estudos Linguísticos a	teórica 45	prática 15	15	60h	nenhum
04319	Língua Espanhola I	teórica 45	prática 15	15	60h	nenhum
04320	Estudos Fonético-fonológicos: teoria e ensino da língua portuguesa	teórica 30	prática 30	15	60h	nenhum
04321	Introdução aos Estudos Literários	teórica 45	prática 15	-	60h	nenhum
06211	Introdução à Microinformática	teórica 30	prática 30	-	60h	nenhum
TOTAL	5 componentes	teórica 195	prática 105	45	300h	

2º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA		PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
04325	Análise e Interpretação do Texto Literário	teórica 15	prática 45	30	60h	04321
04324	Estudos Teóricos e Aplicados da Morfologia da Língua Portuguesa	teórica 30	prática 30	15	60h	nenhum
04323	Língua Espanhola II	teórica 45	prática 15	15	60h	04319
04322	Estudos Linguísticos B	teórica 45	prática 15	15	60h	nenhum
05139	Fundamentos Filosóficos Históricos e Sociológicos da Educação	teórica 60	prática -	-	60h	nenhum
TOTAL	5 componentes	teórica 195	prática 105	75	300h	

3º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA		PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
04329	Literatura Portuguesa	teórica 45	prática 15	15h	60h	04325
04328	Estudos Teóricos e Aplicados da Sintaxe da Língua Portuguesa	teórica 45	prática 15	15h	60h	nenhum
04327	Língua Espanhola III	teórica 45	prática 15	15h	60h	04323
04326	Estudos Linguísticos C	teórica 60	prática -	15h	60h	nenhum
05317	Psicologia I	teórica 60	prática -	-	60h	nenhum
TOTAL	5 componentes	teórica 255	prática 45	60	300h	

4º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA		PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL CARGA HORÁRIA TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
04331	Tradições Líricas da Literatura Portuguesa: do séc. XIX à atualidade	teórica 45	prática -	-	45h	04329
04333	Origem e Formação da Literatura Brasileira	teórica 30	prática 15	-	45h	04325
04332	Língua Latina I	teórica 30	prática 15	-	45h	nenhum
04330	Língua Espanhola IV	teórica 45	prática 15	15h	60h	04327
-	Optativo I	45h		-	45	-
05319	Psicologia II	teórica 60	prática -	-	60	05317
TOTAL	6 componentes	teórica 210	prática 45	15h	300h	

Obs. Componentes optativos não apresentam Prática como Componente Curricular. Pela sua especificidade, na tabela não se apresentam carga horária teórica e carga horária prática deste tipo de componente, pela flexibilidade de sua oferta.

5º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA		PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
04336	Tradições Narrativas da Literatura Portuguesa: do séc. XIX à atualidade	teórica 45	prática -	-	45h	04329
04337	Literatura Brasileira e Modernidade: do séc. XIX ao Modernismo	teórica 30	prática 15	-	45h	04333
04334	Língua Espanhola V	teórica 45	prática 15	15h	60h	04330
04335	História da Língua Portuguesa	teórica 30	prática 15	-	45h	04332
-	Optativo II	45h		-	45h	-
05140	Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira	teórica 60	prática -	-	60h	05139
TOTAL	6 componentes	teórica 210	prática 45	15h	300h	

6º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA		PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
04324	Literatura Brasileira: do Moderno ao Contemporâneo	teórica 45	prática 15	15h	60h	04337
04339	Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos	teórica 30	prática 30	-	60h	04339
04340	Literatura em Língua Espanhola I	teórica 30	prática 15	-	45h	04334
05268	Didática	teórica 60	prática -	-	60h	nenhum
05359	Estágio Supervisionado Obrigatório I	teórica 30	prática 60	-	90h	04325;05140;04320; 04318;04322;04326; 04324;04328;04329; 04327; 05319
TOTAL	5 componentes	teórica 195	prática 120	15h	315	

7º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA		PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
04344	Prática Pedagógica da Literatura de Língua Portuguesa	teórica 15	prática 30	45	45h	04329; 04333
04343	Prática Pedagógica da Língua Portuguesa I	teórica 15	prática 30	45	45h	04320;04324; 04328;04335;
04348	Literatura em Língua Espanhola II	teórica 45	prática 15	15	60h	04325;04340
05200	Didática do Ensino de Língua(gem)	teórica 45	prática 15	-	60h	05268
05360	Estágio Supervisionado Obrigatório II	teórica 30	prática 60	-	90h	05359 Co-requisito: 05200
TOTAL	5 componentes	teórica 150	Prática 150	105	300h	

Observação: Estágio Supervisionado Obrigatório II tem como co-requisito Didática do Ensino da Língua(gem), código 05200.

8º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA		PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
04354	Prática Pedagógica da Língua Portuguesa II	teórica 15	prática 30	45	45h	04343
04349	Prática Pedagógica de Língua Espanhola e de Literatura em Língua Espanhola I	teórica 15	prática 30	45	45h	04325; 04348
-	Optativo III	60h		-	60h	-
05289	Metodologia da Pesquisa em Educação L	teórica 60	prática -	-	60h	nenhum
05361	Estágio Supervisionado Obrigatório III	teórica 30	prática 60	-	90h	05360
TOTAL	5 componentes	teórica 120	prática 120	90	300h	

9º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA		PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
04360	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	teórica 30	prática 60	-	90h	04325;05140; 04320;04318; 04322; 0432; 04324;04328; 05139;04329; 04327;05319; 04357;05289
04350	Prática Pedagógica de Língua Espanhola e de Literatura em Língua Espanhola II	teórica 15	prática 30	45	45h	04325; 04349
-	Optativo IV	45h		-	45h	-
05362	Estágio Supervisionado Obrigatório IV	teórica 45	prática 90	-	135h	05361
TOTAL	4 componentes	teórica 90	prática 180	45	315	

COMPONENTES OPTATIVOS

COMPONENTE OPTATIVO	PRÉ-REQUISITOS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	
Diacronia do Texto e Tradições Discursivas (45h)	nenhum
Filologia Românica I (45h)	nenhum
História da Gramática e Ensino de Língua Portuguesa (45h)	nenhum
Introdução à Semântica (45h)	nenhum
Língua Latina II (45h)	Língua Latina I (45h)
Fundamentos da Historiografia Literária Brasileira (45h)	Literatura Brasileira: do moderno ao contemporâneo.
História e Cultura Portuguesas (45h)	nenhum
Literatura Africana de Expressão Portuguesa (45h)	
Literatura Latina (45h)	nenhum
Panorama da Dramaturgia Brasileira (45h)	Literatura Brasileira e Modernidade: do séc. XIX ao Modernismo
Poesia Brasileira Contemporânea (45h)	nenhum
Língua Brasileira de Sinais (60h)	nenhum
Português I (60h)	nenhum
Português II (60h)	Português I (60h)
Português Instrumental I (60h)	nenhum
Português Instrumental II (60h)	Português Instrumental I (60h)
Produção de Texto Acadêmico I (60h)	nenhum
Produção de Texto Acadêmico II (60h)	Produção de Texto Acadêmico I (60h)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DECISO)	
Fundamentos de Filosofia (45h)	nenhum

A oferta dos componentes optativos depende da demanda do curso e da disponibilidade de professores e salas de aula. Em qualquer época, pode ser criado componente curricular optativo ou apreciado algum componente já ofertado pela instituição para figurar no elenco de componente optativo do curso.

RESUMO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CONSTITUTIVAS DO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

TABELAS – DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA E COMPONENTES

Carga horária do curso por departamentos (incluindo optativos):

Semestres	Componentes DLCH	Componentes DEd	Componente Deinfo	Componente Optativo	Total CH
1º	240h		60h	–	300
2º	240h	60h	–	–	300
3º	240h	60h	–	–	300
4º	195h	60h	–	45h	300
5º	195h	60h	–	45h	300
6º	165h	150h	–	–	315
7º	150h	150h	–	–	300
8º	90h	150h		60h	300
9º	135h	135h		45h	315
Total	1.650h	825h	60h	195h	2730

DLCH: Departamento de Letras e Ciências Humanas

DEd: Departamento de Educação

Deinfo: Departamento de Estatística e Informática

Obs. componentes optativos podem ser de qualquer departamento.

Carga horária total do curso:

Componentes Curriculares	Carga Horária Total	Número de Componentes
COMPONENTES OBRIGATÓRIOS	2.535h	42
COMPONENTES OPTATIVOS	195h	04
ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES	210h	–
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO	2.940h	46

Distribuição da carga horária da Prática como Componente Curricular (PCC):

Semestres	CH da PCC
1º	45
2º	75
3º	60
4º	15
5º	15
6º	15
7º	105
8º	90
9º	45
TOTAL	465h

6.3. Ementário das Disciplinas

Elaboraram-se os programas dos componentes do curso de Licenciatura em Letras da UFRPE a partir de discussões, análises e sínteses produzidas coletivamente, configurando a busca de uma postura interdisciplinar frente ao conhecimento que envolve a formação do professor e, ao mesmo tempo, do cidadão partícipe do conjunto das relações sociais.

Constituiu-se preocupação primeira, no processo de construção do ementário, a expressão de um eixo norteador das disciplinas íntegro e traduzido em diretrizes didático-pedagógicas dos conteúdos – elementos essenciais à configuração dos perfis do curso e do profissional que se pretende formar. Considerados 1) os diversos movimentos de dinamização e modernidade que acontecem no mundo globalizado, os programas do curso de Licenciatura em Letras foram desenvolvidos de forma a permitir sua revisão e atualização, bem como a inclusão de novas bibliografias; 2) o conhecimento, como um processo vivo e dinâmico, construído pelo homem no contexto das práticas sociais.

A tradução do compromisso com essa concepção estará na formação da equipe de professores para sessões de estudos, seminários e reuniões pedagógicas, com o objetivo principal de manter atualizados os programas de disciplinas, ementas e bibliografias – compreende-se a atualização dos programas como um dos aspectos fundamentais da reelaboração e comprometimento com a formação do professor para a sociedade atual. Deve-se destacar, nesse contexto, o papel do Núcleo Docente Estruturante, doravante NDE. Criado em 2011, o NDE é responsável, principalmente, pela sistematização das observações para a construção e revisão dos programas e do Projeto Político Pedagógico Institucional.¹⁰

Ementas e programas de disciplinas constituem quesitos fundamentais nessa configuração e construção da identidade do curso de Licenciatura em Letras da UFRPE, originando-se em um processo de elaboração participativa dos docentes e baseando-se na integração entre as áreas de conhecimento por meio de permanente atualização e adequação articuladas na matriz curricular, tanto no sentido horizontal quanto no vertical.

¹⁰ Órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico dos cursos, cuja criação objetiva atualização e revitalização do projeto (Minuta de Resolução baseada na Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010/INEP).

6.4. Bibliografia das Disciplinas

A indicação bibliográfica, no contexto do curso de Letras, é conhecida por sua dinamicidade e história, originando-se de um processo de elaboração participativa dos docentes que compõem o quadro do curso. Assim, os professores, juntamente com a coordenação do curso, reunidos, em semana de planejamento ou a partir de necessidade apontada por algum docente ou pelo NDE, em sessões de grupos de estudos e em períodos de avaliações, aproveitarão esses momentos coletivos para repensar, replanejar e orientar todas as indicações bibliográficas em uso e/ou consultadas no curso, tendo como indicador dos critérios o perfil do profissional que estará sendo formado e a adequação aos objetivos do curso.

Nesse sentido, entende-se que a flexibilidade faz-se necessária à abordagem dos tópicos a serem indicados e à formação profissional do licenciado em Letras, adequando o currículo ao dinamismo do conhecimento, da ciência e da prática profissional, consideradas as seguintes premissas: o entendimento de que o curso é um percurso, com alternativas de trajetória; a possibilidade de contemplar, além de uma formação em área específica do saber, uma formação complementar em outra área; e o currículo deve privilegiar, além da aquisição de conteúdos, o desenvolvimento de habilidades e de atitudes formativas.

Concebe-se essa flexibilização em dois diferentes tipos: 1) a flexibilização vertical – possibilidade de organização do saber ao longo dos anos letivos pelas atividades complementares desenvolvidas e 2) a flexibilização horizontal – cenário em que o aluno poderá ter, de fato, à sua disposição as variadas alternativas de percurso curricular, garantida, pelo menos, em quatro semestres, com a oferta dos componentes optativos.

Encontrar-se-ão à disposição dos usuários, na Biblioteca, os livros atualizados e indicados na bibliografia básica, assim como os periódicos solicitados. Cada componente disporá de livros-texto básicos e um significativo acervo de livros de leituras complementares, somando a eles a possibilidade de acesso à Internet e a revistas digitais.

6.5. Programas do Curso de Licenciatura em Letras

6.5.1. Componentes Obrigatórios – DLCH

DISCIPLINA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO	CÓDIGO: 04325
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 2h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 30h	
PRÉ-REQUISITO(S): 04321	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 2.º Semestre	
OBJETIVOS	
Refletir sobre a prática da crítica e da análise literária, bem como sobre sua função e historicidade segundo as várias correntes teórico-críticas dos estudos literários. Praticar a análise e a interpretação de textos literários e refletir sobre essas duas instâncias. Desenvolver o olhar crítico e analítico sobre a literatura, entendendo-a como obra de arte, fruto de uma visão de mundo, mas também de uma técnica marcada por determinados procedimentos linguísticos e estilísticos.	
EMENTA	
Os elementos constituintes do poema. Noções de versificação. Teorias modernas da poesia. Os elementos constituintes da narrativa. Teorias modernas da narrativa. Práticas de análise e interpretação do texto literário. Correntes intrínsecas e extrínsecas teórico-críticas do século XX e início do XXI. Crítica literária e universidade. Práticas pedagógicas a partir do texto literário: problemas e possibilidades.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo-se desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	
1. O Estudo do Texto Poético 1. Diferenças entre Poesia e Poema 2. A estrutura poemática 3. Noções de versificação 4. A análise do poema 5. Poesia moderna, vanguarda e tradição 2. O Estudo da Narrativa Literária 2.1 Características da narrativa literária 2.2 A estrutura narrativa 2.3 Elementos constituintes da narrativa ficcional 2.4 A análise do texto narrativo 2.5 A narrativa literária moderna 3. As correntes teórico-críticas 3.1 Formalismo russo 3.2 <i>New Criticism</i> 3.3 Estilística 3.4 Estruturalismo 3.5 O chamado “Pós-estruturalismo” 3.6 Estudos culturais 4. O Papel da Crítica Literária Universitária 4.1 Valor, julgamento e instituição literária	

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA
1. O papel pedagógico da Crítica Literária
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA –
BELLODI, Z. C.; GONÇALVES, M. T. Teoria da Literatura “Revisitada” . Petrópolis: Vozes, 2005. BOSI, A. [org]. Leitura de Poesia . São Paulo: Ática, 1996. CANDIDO, A. O Estudo Analítico do Poema . São Paulo: Humanitas, 2004. GOLDSTEIN, N. Versos, Sons e Ritmos . São Paulo: Ática, 1989. LEITE, L. C. M. O Foco Narrativo . São Paulo: Ática, 1999. MOISÉS, M. A Análise Literária . São Paulo: Cultrix, 1996. REUTER, Y. Análise da Narrativa . Rio de Janeiro: Difel, 2002. SANT’ANNA, A. R. de. Análise Estrutural de Romances Brasileiros . Petrópolis: Vozes, 1979.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR –
BOSI, V. [org]. Ficções: leituras e leitores . São Paulo: Ateliê, 2001. COUTINHO, A. Da crítica e da Nova Crítica . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. EIKHENBAUM, B. <i>et al.</i> . Teoria da Literatura: Formalistas Russos . Porto Alegre: Globo, 1978. SAMUEL, R. Manual de Teoria Literária . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. [Há eds. Mais recentes que são menos problemáticas.] WARREN, A.; WELLEK, R. Teoria da Literatura e Metodologia dos Estudos Literários . São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DISCIPLINA: ESTUDOS FONÉTICO-FONOLÓGICOS: TEORIA E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	CÓDIGO: 04320
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 2 h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h	
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 1º Semestre	
OBJETIVOS	
Conhecer a produção, classificação, distribuição e organização dos sons da língua portuguesa falada no Brasil, bem como discutir e construir posições com relação ao processo de ensino/aprendizagem da organização sonora e ortografia da língua portuguesa.	
EMENTA	
Conceitos de fonética e fonologia. A fonética e a fonologia do português do Brasil: características básicas. Noções de fonética articulatória. Os processos fonológicos. Fonologia: fonema e alofone. Fonologia, sistema de escrita e ortografia. A fala na prática pedagógica da língua materna.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA	
1. Fonética: conceitos introdutórios (ênfase na fonética articulatória)	
1.1 Descrição dos segmentos consonantais	
1.2 Lugar de articulação	
1.3 Modo de articulação	
1.4 Vozeamento e desvozeamento	
1.5 Notação dos segmentos consonantais	
1.6 Descrição dos segmentos vocálicos	

1.7. Fonética e sistema vocálico do português brasileiro
1.8. Sílabas na língua portuguesa
2. Fonologia do português do Brasil
2.1. Premissas da fonêmica
2.2. Fonemas e alofones (posicionais e livres)
2.3. Procedimentos da análise fonêmica: par mínimo, contraste em ambiente idêntico, sons foneticamente semelhantes, par suspeito
2.4. Arquifonema
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA
1. Tabela fonética consonantal/vocálica
2. Noções de transcrição fonética
3. Práticas pedagógicas: Fonologia, Sistema de Escrita Alfabética e Ortografia
3.1 Fonema e representação ortográfica
3.2 <i>Interferência</i> da fala na escrita ortográfica e escola: avaliação e ensino
3.3 Fala e práticas de letramento: noções introdutórias
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CAGLIARI, L. C. Alfabetização e Lingüística . São Paulo: Scipione, 1989.
FARACO, C. A. Escrita e Alfabetização . São Paulo: Contexto, 1994.
MAIA, E. M. No Reino da Fala . A linguagem e seus sons. São Paulo: Ática, 1985.
MATTOSO CÂMARA JR. Estrutura da Língua Portuguesa . Petrópolis: Vozes, 1970.
MORAIS, A.G. (ORG). O Aprendizado da Ortografia . Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
_____. Ortografia: ensinar e aprender . São Paulo: Editora Ática, 2008.
ROJO, R.(org.). Alfabetização e Letramento . Perspectivas lingüísticas. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
SILVA, T.C. Fonética e Fonologia do Português . Roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AULETE, C. Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa . Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2008.
BECHARA, E. O que Muda com o Novo Acordo Ortográfico . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
CABRAL, L. S. Introdução à Lingüística . Porto Alegre: Ed. Globo, 1973.
CAGLIARI, L. C. Análise Fonológica : introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Editora do autor, 1997.
CALLOU, D.; LEITE, Y. Iniciação à Fonética e Fonologia . Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1990.
CASTILHO, A. Gramática do Português Falado . São Paulo: UNICAMP, 1996.
FIORIN, J.L. (org.). Introdução à Lingüística . II Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2007.
HORA, D. da; CHRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R. (org.). Lingüística e Práticas Pedagógicas . Santa Maria: Pallotti, 2006.
KNIES, C. B.; GUIMARÃES, A. M. de M. Elementos de Fonologia e Ortografia do português . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.
LUCCHESI, D. Sistema, Mudança e Linguagem : um percurso na história da lingüística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
MATTOSO CÂMARA JR., J. Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa . Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática . Campinas: Mercado de Letras, 2005.
SOARES, M. Letramento : um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DISCIPLINA: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS A	CÓDIGO: 04318
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h	PRÁTICAS: 1 h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h	
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum	

CO-REQUISITO(S): Nenhum
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 1º semestre
OBJETIVOS
Refletir acerca das concepções e dos conceitos básicos da Linguística como estudo científico e discutir algumas contribuições das teorias linguísticas na área de ensino.
EMENTA
Estudos da pré-Linguística. Conceito e objeto da Linguística. Perspectiva normativa e perspectivas descritiva e explicativa. A contribuição de Saussure: o estruturalismo. A contribuição de Chomsky: princípios e pressupostos da gramática gerativo-transformacional.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA
1. A história da Linguística 2. A Linguística como estudo científico 3. A teoria dos signos 4. O signo nos estudos semióticos e linguísticos 5. Linguagem, língua e Linguística 6. A comunicação humana 7. Variação e mudança linguística 8. A contribuição de Ferdinand de Saussure 9. A contribuição de Noam Chomsky
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA
1. Concepções de língua 2. Conceitos de gramática nas perspectivas: tradicional, histórico-comparativa, estrutural, gerativa, cognitivo-funcional e reflexiva
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOUQUET, S. Introdução à leitura de Saussure. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 2004. CARVALHO, C. de. Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio. 1982. FIORIN, J. L. (Org.). Introdução à Lingüística: 1.Objetos teóricos. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007. HERINQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Org.). Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2004. MARCUSCHI, A. L. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. MARTELOTA, M. E. Manual de Lingüística. São Paulo: Contexto, 2008. ROBINS, R. H. Pequena História da Lingüística. Tradução Luiz Martins, Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. SAUSSURE, F. Escritos de Linguística Geral. BOUQUET, S.; ENGLER, R. (Org.). 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2010. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BENVENISTE, E. Problemas de Lingüística Geral I. 2 ed. Tradução Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2 ed. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria Lingüística: leitura e crítica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BISOL, L. (Org.). **Introdução aos Estudos de Fonologia do Português Brasileiro**. Porto alegre: PUC/RS, 1999.

CÂMARA, J. M. **Princípios de Linguística Geral**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

_____. **Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

COSERIU, E. **Teoria da Linguagem e Linguística Geral**. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/EDUSP, 1979.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística**. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

GADET, F.; PÊCHEUX, M.. **A Língua Inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

ILARI, R. **A Lingüística e o Ensino da Língua Portuguesa**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARTIN, R. **Para Entender a Lingüística: epistemologia elementar de uma disciplina**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2003.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org). **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. (Org). **Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Contexto, 2004.

NORMAND, C. **Convite à Lingüística**. Tradução Cristina de Campos et al. São Paulo: Contexto, 2009.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1999.

SILVA, T. C. **Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos de exercícios**. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVEIRA, E. **As Marcas do Movimento de Saussure na Fundação da Lingüística**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

SOUZA, L. S. de. **Introdução às Teorias Semióticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

WEEDWOOD, B. História Concisa da Lingüística: **na ponta da língua 3.ed. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.**

DISCIPLINA: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS B	CÓDIGO: 04322
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h	PRÁTICAS: 1
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h	
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 2º semestre	
OBJETIVOS	
Conhecer as teorias da Linguística contemporânea; compreender as funções das diferentes estratégias textual-discursivas usadas durante o processamento dos textos; discutir criticamente as noções de língua, sujeito e sociedade, bem como as implicações dessa compreensão para o contexto da sala de aula.	
EMENTA	
Teorias contemporâneas da Linguística: o estudo da Linguística como uma ciência voltada às discussões teórico-práticas de fenômenos sociais e do ensino-aprendizagem da língua.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA	
Concepção de língua, sujeito e sociedade	
Sociolingüística - a busca por uma concepção social de língua	
O Texto e a Construção de Sentidos	

A Organização da Informação Textual	
Linguística Textual - trajetória e noções de texto: <i>as gramáticas de texto; a perspectiva semântica; a perspectiva pragmática; a perspectiva cognitivista</i>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA	
Estratégias do processamento textual	
Gêneros textuais: teoria e ensino.	
BIBLIOGRAFIA	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CALVET, L. J. Sociolinguística : uma introdução crítica. Trad. Marcos Bagno, São Paulo: Parábola, 2002.	
KOCH, I. V. G. Introdução à Linguística Textual . São Paulo: Martins Fontes, 2006.	
_____. Desvendando os Segredos do Texto . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003. _____ O Texto e a Construção dos Sentidos . São Paulo: Contexto, 2007.	
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, Análise de Gêneros e Compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.	
_____. Linguística de Texto : o que é e como se faz. Recife: UFPE. Série Documentos, v. 1. PG em linguística, 1983.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BAGNO, M.; GAGNÉ, G. & STUBBS, M. Língua materna : letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.	
MARCUSCHI, L. A. Da Fala para a Escrita . Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2004.	
MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). Introdução à Linguística : domínios e fronteiras. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.	
PRETI, D. Sociolinguística . Os níveis de fala. São Paulo: EDUSP, 1994.	
ANTUNES, M. I. C. M. A Insuficiência dos Elementos Linguísticos do Texto: um desafio para os interlocutores . In: Investigações, Recife, v.1, p. 41-52, dez. 1993.	
_____. Lutar com Palavras : coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.	
BAGNO, M. Dramática da Língua Portuguesa : tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Edições Loyola, 2000.	
COSTA VAL, M. da G. Redação e Textualidade . 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.	
DIONISIO, Â. P.; BEZERRA, M. A. (Org.). O Livro Didático de Português : múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.	
_____. (Org.). Gêneros Textuais e Ensino . 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.	
GERALDI, J. W. Portos de Passagem . 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.	
ULMANN, S. Semântica : uma introdução à ciência do significado. Tradução J. A. O. Mateus et al. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1964.	

DISCIPLINA:	ESTUDOS LINGÜÍSTICOS C	CÓDIGO: 04326
DEPARTAMENTO:	DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	ÁREA DEPARTAMENTAL:
	Letras	
CARGA HORÁRIA TOTAL:	60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS:	4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	4h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	15h	
PRÉ-REQUISITO(S):	Nenhum	
CO-REQUISITO(S):	Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:	3.º período	
OBJETIVOS		
Conhecer as teorias linguísticas contemporâneas e suas relações com as práticas sociais, especialmente os estudos críticos dos discursos.		

EMENTA
Teorias contemporâneas da linguística: Análise da Conversação; Análise do Discurso; Análise Crítica de Discursos; Análise de Gêneros; Semântica e Pragmática.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 1. Fundamentos da Análise da Conversação 2. Análise do Discurso no Brasil e no Mundo 3. Análise Crítica de Discurso 4. Modos de organização do discurso. 5. Concepções de Gêneros Textuais 6. Forma e função de diferentes gêneros textuais. 7. Pragmática, discurso e gramática 8. Principais teorias semânticas CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. _____. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1992. BAZERMAN, C. Gêneros Textuais, Tipificação e Interação. Organização: A. P. Dionísio e J. C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005. FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008. FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986. MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: constituição e práticas sociais. São Paulo: Cortez, 2003. _____. Análise da Conversação. 5 ed. São Paulo: Ática, 2000. MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Org). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FOUCAULT M. L'Ordre du discours. Paris: Gallimard, 1971. REVEL, J. Michel Foucault: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005. ZANDWAIS, A. (Org.) Relações entre pragmática e enunciação. Porto Alegre. Editora Sagra-Luzzatto, 2002 (Coleção Ensaios, 17).

DISCIPLINA: ESTUDOS TEÓRICOS E APLICADOS DA MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA
CÓDIGO: 04324
DEPARTAMENTO: Departamento de Letras e Ciências Humanas
ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 2h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum

CO-REQUISITO(S): Nenhum
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 2.º semestre
OBJETIVOS
Conhecer as bases teóricas e práticas da morfologia da língua portuguesa e refletir sobre suas noções básicas, desde a sua conceituação até os processos de formação de palavras, de modo a desenvolver uma posição crítica sobre o ensino da morfologia.
EMENTA
Bases teóricas da Morfologia. Morfologia sincrônica. O vocábulo: classe, estrutura, formação, função e sentido. Categorias gramaticais e as relações morfossintáticas do Português à luz da gramática textual e dos pressupostos semânticos. O Novo Acordo Ortográfico: repercussão no estudo da Morfologia da Língua Portuguesa. A Morfologia da Língua Portuguesa nas gramáticas, nos livros didáticos e na sala de aula.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
PARTE TEÓRICA: 1. Morfologia: bases conceituais e teóricas 2. Análise mórfica: definição e aplicabilidade 3. Tipos de morfemas 4. Estrutura e formação de vocábulos 4.1 Derivação e suas variantes 4.2 Composição: justaposição e aglutinação 4.3 Onomatopeias, reduplicação, hibridismo e siglas 5. A flexão de vocábulos 5.1 Flexão nominal 5.2 Flexão verbal: os padrões e as irregularidades PARTE PRÁTICA: 1. Notas sobre uma abordagem diacrônica da morfologia 2. A morfologia da língua portuguesa nas gramáticas, no livro didático e na sala de aula 3. O Novo Acordo Ortográfico: repercussão no estudo da morfologia da língua portuguesa
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BASÍLIO, M. Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. BECHARA, E. O que Muda com o Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. CAMARA JR., J. M. Estrutura da Língua Portuguesa. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. FREITAS, H. R. Princípios de Morfologia. 5. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. KEHDI, V. Morfemas do Português. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007. _____. Formação de Palavras em Português. São Paulo: Ática, 1992. ROSA, M. C. Introdução à Morfologia. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008. SILVA, M. C P. S.; KOCH, I. V. Linguística Aplicada ao Português: morfologia. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2005. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FARIA, I. H. <i>et al.</i> Introdução à Linguística Geral e Portuguesa. Lisboa: Caminho, 1996. BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (org.). Análise Contrastiva de Variedades do Português: primeiros estudos. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003.

GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Org.). **Introdução às Ciências da Linguagem**: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006. p. 75-112.

GALVES, C. **Ensaio sobre as Gramáticas do Português**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

HOUAISS, I. A. **Escrevendo pela Nova Ortografia**: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

MATTOS E SILVA, R., V. **Contradições no Ensino de Português**: a língua que se fala X a língua que se ensina. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Repensando a Língua Portuguesa)

MIRA MATEUS et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. 2. ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, M. **O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**: o que muda, o que não muda. São Paulo: Contexto, 2008.

DISCIPLINA: ESTUDOS TEÓRICOS E APLICADOS DA SINTAXE DE LÍNGUA PORTUGUESA	CÓDIGO: 04328
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	
ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h PRÁTICAS: 1 h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h	
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 3º semestre	
OBJETIVOS	
Conhecer e saber empregar os conceitos sintáticos básicos para o estudo da língua portuguesa, posicionando-se com fundamento e criticamente sobre o nível sintático da língua.	
EMENTA	
Estudos da sintaxe da língua portuguesa no contexto das modernas teorias linguísticas; contribuições da sintaxe para a prática de ensino de línguas.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA	
1. O campo de atuação e a importância da sintaxe;	
2. Princípios básicos: forma/função/sentido; sistema aberto/sistema fechado; forma livre/forma; presa, categorias duplas; processos sintáticos, termos subordinantes/termos subordinados;	
3. Termos essenciais da oração;	
4. Termos integrantes da oração;	
5. Termos acessórios da oração;	
6. Estudo do período composto.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA	
1. Sintaxe, semântica e estilística;	
2. Sintaxe, enunciação e discurso;	
3. Sintaxe e textualidade.	
BIBLIOGRAFIA	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
AZEREDO, J. C. de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa . São Paulo: Publifolha, 2010.	
BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.	
CASTILHO, A. T. de. Nova Gramática do Português Brasileiro . São Paulo: Contexto, 2010.	

GARCIA, O. M. **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
 PERINI, M.. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1996.
 _____. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, I. **Muito Além da Gramática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
 AZEREDO, J. C. de. **Iniciação à Sintaxe do Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
 _____. **Fundamentos de Gramática do Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
 _____. **Lições de Português pela Análise Sintática**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
 BORBA, F. da S. **Teoria Sintática**. São Paulo: EDUSP, 1979.
 CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2000
 _____. **Problemas de Linguística Descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1969.
 _____. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
 CARONE, F. de B. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 1986.
 _____. **Subordinação e Coordenação**. São Paulo: Ática, 1988.
 FLORES, V. N. *et al.* **Enunciação e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.
 ILARI, R. **Introdução à Semântica**. São Paulo: Contexto, 2001.
 KEHDI, V. **Morfemas do Português**. São Paulo: Ática, 1996.
 KOCH, I. V.; VILELA, M. **Gramática da Língua Portuguesa**: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso. Coimbra: Almedina, 2001.
 _____. ; SILVA, M. C. P. de S. e. **Linguística Aplicada ao Português**: sintaxe. São Paulo: Cortez, 2001.
 LAPA, M. R. **Estilística da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 LEMLE, M. **Análise Sintática**: teoria geral e descrição do português. São Paulo: Ática, 1989.
 LOBATO, L. **Sintaxe Gerativa do Português**. Fortaleza: Universidade do Ceará, 1994.
 MACAMBIRA, J. R. **A Estrutura Morfo-sintática do Português**. São Paulo: Pioneira, 1978.
 MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2004 (vol. 1 e 3).
 NEVES, M. H. M. **A Gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Unesp, 2002.
 _____. **Princípios de Linguística Descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
 _____. **Estudos de Gramática Descritiva**: as valências verbais. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
 SAUTCHUK, I. **Prática de Morfossintaxe**: como e por que aprender análise(morfo) sintática. BAURUERI, SP: MANOLE, 2004.
 TRAVAGLIA, L. C. **Gramática**: ensino plural. São Paulo. Cortez, 2003.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	CÓDIGO: 04335
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3	TEÓRICAS: 2 PRÁTICAS: 1
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 0	
PRÉ-REQUISITO(S): 04332	
CO-REQUISITO(S): NENHUM.	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 5º semestre	
OBJETIVOS	
Conhecer as bases conceituais e analíticas para a compreensão, do ponto de vista histórico, da Língua Portuguesa, de maneira a ampliar o seu repertório crítico para o exercício da atividade docente.	
EMENTA	
Estudos dos aspectos micro e macroestruturais na perspectiva diacrônica, considerando os fatores extralinguísticos no contínuo histórico da língua e do texto; conceito e evolução da Filologia. A formação das línguas românicas; a formação do Português brasileiro; estudo comparativo de textos em diferentes períodos. Características formais da Língua Portuguesa e a herança da Língua Latina.	

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 1. Conceito e evolução da Filologia. 2. A formação das línguas românicas. 3. Origem, formação e periodização da Língua Portuguesa. 4. O galego-português. 5. Características gramaticais do Português e sua relação com a Língua Latina. 5.1. Do Latim ao Português: estudo evolutivo formal. 6. Séculos XV, XVI e XVII: 6.1. Panorama histórico e social do período. 6.2. A língua literária, as gramáticas e a latinização da língua. 6.3. Contribuições do Português do Brasil. 6.4. O influxo africano. 7. Séculos XVIII e XIX: 7.1. Panorama histórico e social do período. 7.2. O Português do Brasil. 7.3. O influxo indígena. 7.4. O ensino de Língua Portuguesa. 7.5. A controvérsia dos estudos de ortografia. 7.6. Contribuições da poesia e da prosa nos aspectos lexicais e frasais. 8. Século XX e a atualidade: 8.1. Panorama histórico e social da época. 8.2. Contribuições da literatura do período. 8.3. Oralidade e léxico. 8.4. Colocação pronominal e sintaxe no Português do Brasil. 8.5. Outras peculiaridades do Português do Brasil. 8.6. Os influxos recebidos pelo Português do Brasil no passado recente. 8.6. O Português na África. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA 1. Estudo de exemplares de documentos diversos (jurídicos, religiosos, documentação oficial etc.) das diversas épocas estudadas.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALI, M. S. Gramática histórica da língua portuguesa. 8. ed. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/Editora da Unb, 2001. ELIA, S. Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. África-Brasil: caminhos da língua portuguesa. Campinas: Unicamp, 2009.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.
 SPINA, S. (Org.). **História da língua portuguesa**. São Paulo: Ateliê, 2008.
 TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTILHO, A. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
 CASTRO, I. **Introdução à história do português**. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2008.
 COUTINHO, I. de L. **Pontos de gramática histórica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1995.
 CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
 CUNHA, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
 HENRIQUES, C. C. **Nomenclatura gramatical brasileira: cinquenta anos depois**. São Paulo: Parábola, 2009.
 HUBER, J. **Gramática do português antigo**. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006.
 LEITE, Y.; CALLOU, D. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
 MELO, G. C. de. **A língua do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
 NOLL, V. **O português brasileiro: formação e contrastes**. São Paulo: Globo, 2008.
 NUNES, J. J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia**. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1969.
 PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.
 _____. **A língua do Brasil e outros mistérios**. São Paulo: Parábola, 2004.
 PIEL, J. **Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa Moeda, 1989.
 VASCONCELOS, J. L. de. **Antroponímia portuguesa**. Edição facsimilada de Arquimedes Livros. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
 WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
 SILVA, J. C. **Dicionário da língua portuguesa medieval**. Londrina: EDUEL, 2009.
 SILVA, R. V. M. e. **Caminhos da lingüística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.
 _____. **“O português são dois”: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola, 2004.
 _____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.
 _____. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.
 SILVA, Luiz A. da (org.). **A língua que falamos: português: história, variação e discurso**. São Paulo: Globo, 2004.
 WEINRICH, U. ; LABOV, W. ; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS	CÓDIGO: 04321
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h PRÁTICAS: 1h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 1.º Semestre	
OBJETIVOS	
Compreender a importância dos estudos literários e de uma abordagem sistemática da literatura para o ensino. Operar conceitos de teoria literária e ser capaz de identificar as características básicas dos gêneros literários, bem como refletir sobre a teoria dos gêneros a partir de Aristóteles. Desenvolver uma postura crítica e reflexiva sobre o fenômeno literário.	
EMENTA	
Conceituar a literatura numa perspectiva teórica através da leitura de obras clássicas da literatura universal. Apresentação das principais áreas que compõem os estudos literários: teoria, crítica e história literárias. As poéticas clássicas e modernas. Literatura e modernidade Reflexões sobre a literatura e o ensino.	

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 5. Conceito de literatura 6. Características da linguagem literária [Patentear-se uma inscrição histórica, sob pena de se sustentar uma visão autotética da Literatura.] Acho que aqui cabe a cada docente subsidiar e patentear sua visão... 7. Historicização do conceito de literatura: diacronia e sincronia 8. As implicações de um conceito moderno de literatura [V. Ementa.] 6. Panorama dos Estudos Literários: Teoria literária, Crítica literária e História literária 2.1 O campo de atuação da teoria literária 2.2 O campo de atuação da crítica literária 2.3 O campo de atuação da História Literária 2.4 A interdependência entre os vários campos que compõem os estudos literários 7. A Poética de Aristóteles 1. Diferenças entre a mimese aristotélica e a platônica 2. Conceitos: Mimesis, Verossimilhança e Catarse 3. A noção de gênero literário CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA 1. Reflexões sobre Estudos Literários e Ensino 1.1 Breve retrospecto do ensino da literatura no Brasil 1.2 Os estudos literários no ensino da literatura: teoria, crítica e história literárias
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA – BELLODI, Z. C.; GONÇALVES, M. T. Teoria da Literatura “Revisitada”. Petrópolis: Vozes, 2005. CEREJA, W. Ensino de Literatura. São Paulo: Saraiva; Moderna, 2005. COSTA, L. M. da. A Poética de Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006. SAMUEL, R. Manual de Teoria Literária. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. SOUZA, R. A. de. Teoria da Literatura. 10 ed. São Paulo: Ática, 2007. SOARES, A. Gêneros Literários. São Paulo: Ática, 2009. STALLONI, Y. Os Gêneros Literários. Rio de Janeiro: Difel, 2001. WARREN, A.; WELLEK, R. Teoria da Literatura e Metodologia dos Estudos Literários. São Paulo: Martins Fontes, 2008. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR – CHIAMPI, I. [org.]. Fundadores da Modernidade. São Paulo: Ática, 1991. COMPAGNON, A. O Demônio da Teoria. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo horizonte: editora da UFMG, 2001. HAMBURGER, K. A Lógica da Criação Literária. D [?] São Paulo: Perspectiva, 1986. MOISÉS, M. Dicionário de Termos Literários. São Paulo: Cultrix, 2000. STAIGER, E. Conceitos Fundamentais de Poética. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. PERRONE-MOISÉS, L. Altas Literaturas. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SECCHIN, A. C. Poesia e Desordem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. SILVA, V. M. De A. Teoria da Literatura. Lisboa: Martins Fontes, 1976.
DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS CÓDIGO: 04339
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 2h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum.
CO-REQUISITO(S): Nenhum.
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 2º semestre
OBJETIVOS
Conhecer aspectos gramaticais e discursivos da Língua Brasileira de Sinais e desenvolver habilidade comunicativa e postura crítica diante do trabalho docente no cumprimento do princípio da inclusão.
EMENTA
Estudos relativos aos aspectos gramaticais da Libras sobre o enfoque linguístico e uso do espaço na comunicação entre interlocutores, visando ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a aquisição da língua.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA
1. Desmistificando a língua de sinais. 2. História da educação de surdos e as metodologias utilizadas nesse processo. 3. O desenvolvimento da linguagem no surdo. L1 e L2. 4. A surdez e suas implicações na escrita. 5. A inclusão do aluno surdo no ensino regular e o papel do intérprete educacional. 6. Legislação e acessibilidade sob o enfoque das políticas públicas educacionais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA
1. Propriedades das línguas orais e das línguas de sinais; • O componente gestual; • As expressões faciais. 2. Estudos linguísticos da Libras: • Fonologia; • Morfologia; • Sintaxe e; • Semântica lexical. 3. Os parâmetros da língua: • Configuração de mãos (CM); • Movimento dos sinais (M); • Orientação de mãos (Or); • Locação (L); • Expressões não-manuais (ENM). 4. Tipos de verbos; 5. Estrutura das sentenças e marcas formais prosaicas de segmentação; 6. Ordem das palavras; 7. Uso do espaço; 8. Classificadores.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais . (Série Atualidades Pedagógicas, n.4). BRITO, L.F. <i>et.al.</i> (org.). v.3. Brasília: SEESP, 1998.
_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.
_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 . Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.
FINGER, I; QUADROS, R. M. Teorias de aquisição da linguagem . Florianópolis. Ed. da UFSC, 2008.
KARNOPP, L.B. Aquisição fonológica nas línguas de sinais. Letras de Hoje , 32(4):147-162. 1997.
QUADROS, R. M. Estudos Surdos I, II, III e IV . Série Pesquisas. Petrópolis: Arara Azul, 2008. (4 livros)

_____. Aspectos da sintaxe e da aquisição da Língua Brasileira de Sinais. **Letras de Hoje**, 32(4): 125-146. 1997.

_____. **Situando as diferenças lingüísticas implicadas na educação**. Em Ponto de Vista. Estudos Surdos. NUP/UFSC. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Programa de capacitação em recursos humanos do ensino fundamental. **A Educação de Surdos**. Volumes 1, 2 e 3. Série atualidades pedagógicas. MEC/SEESP. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Portaria do MEC. nº 1.679**, de 2 de dezembro de 1999, Art.1º e Art.2º, parágrafo único.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRITO, L. F. **Por uma Gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro - UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Edusp / Fapesp / Fundação Vitae / Feneis, 2004.

_____. *et al.* A língua brasileira de sinais e sua iconicidade: análises experimentais computadorizadas de caso único. **Ciência Cognitiva**, 1 (2): 781-924. 1997.

_____. *et al.* **Manual Ilustrado de Sinais e Sistema de Comunicação em Rede para Surdos**. São Paulo: Ed. Instituto de Psicologia, USP. 1998.

FELIPE, T.A. **Libras em Contexto**: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001.

FERNANDES, E. (org.) **Surdez e Bilingüismo**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2005.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FINGER, I. QUADROS, R. M. **Teorias de Aquisição da Linguagem**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HONORA, M. e FRIZANCO, M. L. E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KOJIMA, C. K. e SEGALA, S. R. **Libras – Língua Brasileira de Sinais**. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5. São Paulo: Editora Escala, 2008.

LACERDA, C.B.F. de. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação / FAPESP, 2009.

LODI, A.C.B. *et al.* (org.). **Letramento e Minorias**. Alegre: Mediação, 2002.

LODI, A.C.B.; HARRISON, K.M.P. e CAMPOS, S.R.L. de. (orgs.). **Leitura e Escrita no Contexto da Diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LODI, A. C. B. e LACERDA, C. B. F. de. (orgs). **Uma Escola Duas Línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MAIA, M.E. **No Reino da Fala**: A Linguagem e seus Sons. 3.ª ed. São Paulo: Ática, Série Fundamentos, 1991.

PIMENTA, N. e QUADROS, R. M. **Curso de LIBRAS**. Nível Básico I. LSB Vídeo, 2006.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua Brasileira de Sinais**: estudos lingüísticos. 5ª edição. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SITES RECOMENDADOS:

Editora Arara Azul:

www.editora-arara-azul.com.br/

Publicações MEC - Secretaria de Educação Especial:

<http://portal.mec.gov.br>

Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos:

www.feneis.com.br

Instituto Nacional de Educação de Surdos:

<http://www.ines.gov.br>

Pesquisadora de língua de sinais – UFSC - Profª Drª Ronice Müller de Quadros

<http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/>

Materiais sobre a língua de sinais brasileira:

www.lsbvideo.com.br

Dicionário da Língua Brasileira de Sinais:

www.acessobrasil.org.br/libras

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA I	CÓDIGO: 04319
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 2h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h	
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 1º semestre	
OBJETIVOS	
Identificar as variedades da língua espanhola refletindo criticamente sobre sua diversidade a partir de textos orais/escritos em diferentes culturas e conhecer a organização sonora básica do espanhol com base em um estudo comparativo com a língua portuguesa do Brasil.	
EMENTA	
Desenvolvimento da competência comunicativa em nível básico. Morfologia, sintaxe e semântica da língua espanhola em estruturas simples e compostas em nível básico e sua aplicação em contextos variados. Ênfase na leitura e compreensão (de textos escritos e orais) e na produção de textos (orais). Conceitos fundamentais sobre o espaço político-geográfico-linguístico da língua espanhola (Europa e América). <u>Mapa linguístico</u> da Espanha (língua oficial e línguas regionais). <u>Fonologia</u> do Espanhol (da Espanha e da América). Campo <u>Lexical</u> : cumprimentos e despedidas, fórmulas de cortesia, apresentações, descrições físicas e psicológicas pessoais, a família, partes do corpo e do rosto, profissões.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	
1. Desenvolvimento inicial da competência comunicativa (A1 MCE). 2. Morfologia, sintaxe e semântica da língua espanhola em estruturas simples e compostas em nível inicial e sua aplicação em contextos variados. 3. Ênfase na leitura e compreensão (de textos escritos e orais) 4. Produção de textos elementares (orais e escritos). 5. Conceitos fundamentais sobre o espaço geopolítico-linguístico da língua espanhola (Europa e América). 6. Mapa linguístico da Espanha e América Latina (línguas oficiais e variedades do espanhol). 7. Fonologia do Espanhol (Espanha e América). 7.1 Introdução à Fonética do Espanhol. 7.2 Contraste com o português do Brasil. 7.3 Variedades fonéticas do Espanhol.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA	
1. Funções comunicativas: 1.1 cumprimentos e despedidas. 1.2 fórmulas de cortesia. 1.3 apresentações. 1.4 descrições físicas e psicológicas pessoais. 2. Campo lexical: 2.1 família. 2.2 partes do corpo e do rosto. 2.3 profissões.	

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA –

ANDIÓN HERRERO, M. A. **Las variedades del español de América:** una lengua y 19 países. Apuntes para profesores de E/LE. Brasília: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasília, 2005.

ALARCOS LLORACH, E. **Gramática de la Lengua Española.** Madrid: Espasa-Calpe, 2000.

ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Diccionario Panhispánico de Dudas.** Madrid: Santillana, 2005.

BECHARA, S. F.; MOURE, W. G. **Ojo con los falsos amigos:** dicionário de falsos cognatos em espanhol e português. São Paulo: Moderna, 1998.

MALMBERG, B. **La América Hispanohablante.** Unidad y diferenciación del castellano. Madrid: Istmo, 1966.

MASIP, V. **Fonética Española para Brasileiros.** Recife: SCBE, 1998.

NEVES, D. G. A. **Espanhol:** fonología del español, los artículos, los sustantivos..., estudio de textos y vocabulario temático. Recife: Água-Marinha, 2004.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas:** Diccionario para la Enseñanza de la Lengua española para brasileños. Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología. Tradução Eduardo Brandão; Cláudia Berlinder. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDIÓN HERRERO, M.A. **Gramática Práctica del Español.** Nivel intermedio (A2, B1) Madrid: ENCLAVE-ELE, 2007.

_____; GÓMEZ, M. L. **Gramática práctica del español.** Nivel básico (A1, A2). Madrid: ENCLAVE-ELE, 2005.

ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Diccionario Práctico del Estudiante.** Madrid: Santillana, 2005.

BUITRAGO, A. **Diccionario de Dichos y Frases Hechas.** Madrid: Espasa, 2000.

CARRICABURO, N. **Las fórmulas de tratamiento en el Español Actual.** Madrid: Arco / Libros, 1997.

CASARES, J. **Diccionario Ideológico de la Lengua Española.** Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2001.

COROMINAS, J. **Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana.** Madrid: Gredos, 1973.

CORTÉS, M. **Didáctica de la prosodia del español:** la acentuación y la entonación. Madrid: Edinumen, 2009.

CRiado DEL VAL, M. **Gramática Española y Comentario de Textos.** Madrid: Saeta, 1973.

Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española. www.rae.es Acceso março de 2009.

DOMINGUEZ, J.; NUEDA, M.S. **Vocabulario del Español.** Madrid: ENCLAVE-ELE, 2007.

EQUIPO DE EXPERTOS 2100. **La Nueva Correspondencia Privada y Comercial.** Barcelona: Ed. De Vecchi, 1995.

FEIJÓO HOYOS, B. L. **Diccionario de Falsos Amigos Español-Portugués/ Português-Español.** São Paulo: Enterprise Idiomas, 1998.

FLAVIÁN, E.; FERNÁNDEZ, I. G. E. **Minidiccionario Español-Português Português-español**. 2 ed.. São Paulo: Ática, 1995.

GELABERT, M. J. et al. . **Niveles umbral, intermedio y avanzado**. Repertorio de funciones comunicativas del español. Madrid: SGEL, 1988.

MARTÍNEZ, R. **Como Escrever tudo em Espanhol**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MASIP, V. **Gramática Histórica Portuguesa e Espanhola**: um estudo sintético e contrastivo. São Paulo: EPU, 2003.

_____. **Gramática Española para Brasileños**. Tomo I. Morfosintaxis. Barcelona: Difusión, 1999.

_____. **Fonología e Ortografía Españolas**: curso integrado para brasileños. Recife: Bagaço, 2001.

MILANI, E. M. **Gramática de Espanhol para Brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOLINER, M. **Diccionario de uso del Español**. Madrid: Gredos, 1999, 2 v.

NESPOR, M.; VOGEL, I. **La Prosodia**. Madrid: Visor, 1994.

PODADERA, L. M. **Ortografía Práctica de la Lengua Española**. Madrid: Ed. Hernando, 1997.

SECO, M. **Gramática esencial del español**. Madrid: Espasa – Calpe, 1997.

SILVA, T. C. **Fonética e Fonologia do Português**: roteiro de estudos e guias de exercícios. São Paulo, Contexto, 2001.

TÓRREGO, L. G. **Manual de Español Correcto**. Madrid: Arco Libros, 1989.

TRASCRIÇÃO FONÉTICA: In: <http://www.domingo-roman.net/simbologiatranscripciones.htm#escuchar>. Acesso em março de 2009.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA II	CÓDIGO: 04323
DEPARTAMENTO: de Letras Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3 PRÁTICAS: 1	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h	
PRÉ-REQUISITO(S): 04319	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 2º semestre	
OBJETIVOS	
Conhecer elementos básicos de morfologia e sintaxe da língua espanhola e comunicar-se de forma básica, construindo uma consciência metalinguística da língua, ao refletir sobre as práticas da oralidade e da escrita e sobre o ensino/aprendizagem da língua e da cultura.	
EMENTA	
Aperfeiçoamento da competência comunicativa em língua espanhola no nível básico. Ampliação do <u>vocabulário</u> e progressão no estudo das <u>estruturas linguísticas</u> em seus aspectos <u>morfológicos, sintáticos e semânticos</u> e sua aplicação em diferentes contextos comunicativos em situações formais e informais. Ênfase na <u>leitura e compreensão de textos escritos e orais</u> e na produção de textos orais e de textos escritos descritivos. Estudo de aspectos das distintas <u>culturas de países hispanófonos</u> . Campos lexicais: férias, diversões (teatro, cinema, excursões, exposições, discotecas, confeitarias; excursões, viagens, lugares turísticos na Espanha e na América espanhola) vestuário, manifestações artísticas e folclóricas de diferentes países: festas típicas, costumes, trajes típicos, danças, música, pintura; geografia da língua espanhola.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	

Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA
1. Desenvolvimento inicial da competência comunicativa (A2 MCE). 2. Morfologia, sintaxe e semântica da língua espanhola em estruturas simples e compostas em nível inicial aplicados ao contexto formal e informal. 2.1. Sinais de pontuação. 2.2. O substantivo. Gênero e número. Heterosemânticos. Heterotônicos. Heterogenéricos. Homônimos. 2.3. O adjetivo. Grau. Aumentativos e diminutivos. Apócope. 2.4. Numerais, demonstrativos, possessivos. 2.5. Pronomes. Pessoais: Tú e Ud. Relativos. Interrogativos. Os indefinidos. 3. Ênfase na leitura e compreensão (de textos escritos descritivos e orais) 4. Produção de textos elementares (orais e escritos descritivos). 5. Conceitos elementares sobre ensino de cultura: cultura com maiúscula, cultura com minúscula e cultura com k. 6. Elementos básicos do repertório cultural.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA
1. Funções comunicativas: 1.1 comprar ingressos e passagens 1.2 inquirir sobre diversões: cinema, teatro, museu, viagens. 1.3 descrever lugares. 2. Campo lexical: 1.1 férias e feriados 1.2 espetáculos públicos. 1.3 vestuário. 1.4 festas típicas, costumes, trajes típicos, danças, música, pintura dos países de língua espanhola.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA . Diccionario Práctico del Estudiante. Madrid: Santillana, 2005. CARRICABURO, N. Las fórmulas de tratamiento en el Español actual. Madrid: Arco / Libros, 1997. GELABERT, M. J. et al. . Niveles umbral, intermedio y avanzado. Repertorio de funciones comunicativas del español. Madrid: SGEL, 1988. MEGA português: espanhol-português, português-espanhol. Barcelona: Sopena, 1996. GRIFFIN, K. Linguística Aplicada a la enseñanza del español como 2/L. Madrid: Arco/Libros, 2005. MASIP, V. Gramática española para brasileños. Morfosintaxis. Tomo I. Barcelona: Difusión, 1999. PÉREZ ESTEVE, P.; ZAYAS, F. Competencia en comunicación lingüística. Madrid: Alianza Editorial, 2007. SOLER-ESPINAUBA, D. Contenidos culturales en la enseñanza de Español como 2/L. Madrid: Arco Libros, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALARCOS LLORACH, E. Gramática de la Lengua Española. Madrid: Espasa-Calpe, 2000. ANDIÓN HERRERO, M. A. Las variedades del español de América: una lengua y 19 países. Apuntes para profesores de E/LE. Brasília: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasília, 2005.

_____. **Gramática práctica del español.** Nivel intermedio (A2, B1) Madrid: ENCLAVE-ELE, 2007.

_____; GÓMEZ, M. L. **Gramática práctica del español.** Nivel básico (A1, A2). Madrid: ENCLAVE-ELE, 2005.

ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Diccionario Panhispánico de Dudas.** Madrid: Santillana, 2005.

BUITRAGO, A. **Diccionario de Dichos y Frases Hechas.** Madrid: Espasa, 2000.

CASARES, J. **Diccionario Ideológico de la Lengua Española.** Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2001.

COROMINAS, J. **Breve Diccionario Etimológico de la lengua castellana.** Madrid: Gredos, 1973.

CRIADO DEL VAL, M. **Gramática Española y Comentario de Textos.** Madrid: Saeta, 1973.

DOMINGUEZ, J. & NUEDA, M.S. **Vocabulario del Español.** Madrid: ENCLAVE-ELE, 2007.

ESBOZO de una nueva gramática de la lengua española. Madrid: Espasa, 1998.

EQUIPO DE EXPERTOS 2100. **La nueva correspondencia privada y comercial.** Barcelona: Ed. De Vecchi, 1995.

FEIJÓO HOYOS, B. L. **Diccionario de Falsos Amigos:** español-portugués, português-español. São Paulo: Enterprise Idiomas, 1998.

FLAVIÁN, E.; FERNÁNDEZ, I. G. E. **Minidiccionario:** espanhol-português. português-espanhol. 2 ed.. São Paulo: Ática, 1995.

MALMBERG, B. **La América Hispanohablante.** Unidad y diferenciación del castellano. Madrid: Istmo, 1966.

MARTÍN, J.P. **Lengua, cultura y literatura aplicadas a la enseñanza-aprendizaje de E/LE.** Recife: Bagaço, 2008.

MARTÍNEZ, R. **Como Escrever tudo em Espanhol.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. **Gramática Histórica portuguesa e espanhola:** um estudo sintético e contrastivo. São Paulo: EPU, 2003.

MILANI, E. M. **Gramática de Espanhol para brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2003.

MOLINER, M. **Diccionario de uso del Español.** Madrid: Gredos, 1999, 2 v.

NEVES, D. G. A. **Espanhol:** fonología del español, los artículos, los sustantivos..., estudio de textos y vocabulario temático. Recife: Água-Marinha, 5ª.e., 2004.

PASTOR CESTEROS, S. **Aprendizaje de Segundas Lenguas:** Lingüística Aplicada a la enseñanza de idiomas. Alicante, Espanha: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2006.

PODADERA, L. M. **Ortografía Práctica de la Lengua Española.** Madrid: Ed. Hernando, 1997.

SECO, M. **Gramática esencial del español.** Madrid: Espasa – Calpe, 1997.

TÓRREGO, L. G. **Manual de Español Correcto.** Madrid: Arco Libros, 1989.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas:** Diccionario para la Enseñanza de la Lengua española para brasileños. Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología. Tradução Eduardo Brandão; Cláudia Berlinder. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA III	CÓDIGO: 04327
DEPARTAMENTO: DLCH	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h	PRÁTICAS: 1h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04323	
CO-REQUISITO(S): NENHUM	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 3º semestre	
OBJETIVOS	
- Aprofundar o conhecimento sociolinguístico na língua espanhola a fim de que o aprendiz desenvolva as habilidades comunicativas (compreensão auditiva, compreensão textual escrita, produção oral e produção escrita) considerando o contexto discursivo em que a linguagem é usada; - Compreender o sistema de temporalidade verbal do espanhol.	
EMENTA	
Desenvolvimento da competência comunicativa em nível intermediário (B1- baseado no QCER - Quadro Comum Europeu de Referência). Interpretação do sistema de coesão responsável pela coerência no funcionamento da língua espanhola. A modalização referencial em língua espanhola. Verbo e Advérbio. A expressão de pedidos, conselhos, instruções e ordens (formas de cortesia). O conceito de coordenação e subordinação: localização no tempo (anterior, posterior, concomitante, freqüentativo), expressão de finalidade, contraste entre estruturas similares. Campos lexicais: alimentos e hábitos alimentares, receitas, saúde e hábitos saudáveis; exercícios físicos e esportes; doenças e sintomas; casa: cômodos, móveis, eletrodomésticos e utensílios.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	
1. Temporalidade Verbal: Modos Subjuntivo e Imperativo 2. Unidades no enunciado: forma e função (advérbio, locução adverbial, conjunção, interjeição) 3. Coesão e coerência textuais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA	
4. Modalização referencial. Campo lexical: hábitos alimentares, enfermidades e habitação.	
BIBLIOGRAFIA	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA – nas normas da ABNT ALARCOS LLORACH, E. Gramática de la Lengua Española. Madrid: Espasa-Calpe, 2000. ANDIÓN HERRERO, M.A. Gramática práctica del español. Nivel intermedio (A2, B1) Madrid: ENCLAVE-ELE, 2007. ____ & GÓMEZ, M. L. Gramática práctica del español. Nivel básico (A1, A2). Madrid: ENCLAVE-ELE, 2005. BARBIERI, A.B.A, et al: Gramática viva de español. Madrid: ENCLAVE-ELE, 2007. CRÍADO DEL VAL, M. Gramática Española y Comentario de Textos. Madrid: Saeta, 1973. DOMÍNGUEZ, J. & NÚEDA, M.S. Vocabulario del Español. Madrid: ENCLAVE-ELE, 2007. ESBOZO DE UNA NUEVA GRAMÁTICA DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Madrid: Espasa, 1998. TÓRREGO, L. G. Manual de Español Correcto. Madrid: Arco Libros, 1989.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR – nas normas da ABNT CASTIM, F. Principios de Semántica. Recife: FASA, 1983. GONZÁLEZ NIETO, L. Teoría lingüística y enseñanza de la lengua (lingüística para profesores). Madrid: Cátedra, 2001.	

NUÑEZ, R & TESO, E. **Semántica y pragmática del texto común**. Madrid: Cátedra, 1996.
 PALOMINO, M.A. **Gramática en diálogo**. Madrid: ENCLAVE-ELE, 2007.
 PÓRTOLES, J. **Marcadores del discurso**. Barcelona: Ariel, 2001.
 MARCUSCHI, Luiz A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
 KOCH, Ingedore G. & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
 KOCH, I. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez Ed, 2006.
 MEURER, J. Luiz & MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros textuais e práticas discursivas: Subsídios para o ensino da linguagem**. São Paulo: EDUSC, 2002.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA IV	CÓDIGO: 04330
DEPARTAMENTO: DLCH	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h	PRÁTICAS: 1h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04327	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 4º semestre	
OBJETIVOS	
- Aprofundar o estudo morfosintático e do sistema verbal da língua espanhola, bem como uso dos marcadores discursivos, através da produção de gêneros textuais orais e escritos; - Analisar o sistema verbal da língua espanhola; - Compreender a funcionalidade discursiva dos gêneros e tipos textuais;	
EMENTA	
Aperfeiçoamento da competência comunicativa em nível intermediário (B2 – baseado no QCER – Quadro Comum Europeu de Referência). Ampliação do vocabulário e das estruturas lingüísticas e funções comunicativas. Construções de hipóteses e condição. O discurso referido e a percepção/interpretação do ato de enunciação do outro. Verbos <i>discendi</i>. Marcadores do discurso direto e indireto. Pontuação. Mudanças temporais devido a verbos e advérbios. Princípios básicos de estrutura, coerência e coesão dos gêneros textuais bilhete, carta, e-mail, crônica, editorial, notícia de jornal, solicitação. Campos lexicais: a cidade e o campo: hábitos urbanos e rurais, características do homem urbano e rural, os meios de transporte, o meio ambiente e a ecologia, os animais, a flora e a fauna; os conflitos, os problemas, as vantagens e desvantagens, a economia e a política do mundo hispânico, os meios de comunicação.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 1. Temporalidade Verbal 2. Discursos direto e indireto 3. Marcadores discursivos 4. Campo lexical 5. Pontuação	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA 1. Estrutura oracional	

BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA – nas normas da ABNT
ALARCOS LLORACH, E. Gramática de la Lengua Española . Madrid: Espasa-Calpe, 2008, 17ª reimpr. (1ª ed. 1999).
CASSANY, D. Construir la escritura . Barcelona: Paidós Comunicación, 1999.
CUESTA MARTÍNEZ, P. et.al. Ejercicios de gramática y de expresión . Madrid: Ed.Centro de Estudios Ramón Areces S.A, 2007.
CHACÓN BERRUGA, T. Ortografía Normativa del Español . Madrid: Librería UNED – Univ. Nacional de Educación a Distancia, 2007.
DENYER, M. La lectura una destreza pragmática y cognitivamente activa . Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR – nas normas da ABNT
DOMÍNGUEZ, P. Actividades comunicativas : entre bromas y veras..., Madrid, Edelsa, 1995.
ESBOZO DE UNA NUEVA GRAMÁTICA DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Madrid: Espasa, 1998.
GELABERT, M. J. et al. Repertorio de funciones comunicativas del español . Madrid: SGEL, 1996.
MARTÍNEZ DE SOUSA, José. Ortografía y ortotipografía del español actual . Madrid: Ed. Trea, 2008.
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Ortografía de la Lengua Española . Madrid: Espasa Calpe. Ed., 2007. Revisada por las Academias de la Lengua Española.
_____. <i>Diccionario de la Lengua Española</i> . 22ª ed. Madrid: Espasa, 2001.
SECO, Manuel, Olimpia ANDRÉS y Gabino RAMOS. Diccionario del Español Actual , 2 vols. Madrid: Aguilar, 1999.
SECO, M. Gramática Esencial del Español . Madrid: Espasa Calpe, 2006. 5ª ed.
_____. Diccionario de dudas y dificultades de la lengua española . 10 ed. Madrid: Espasa Calpe, 1998. [1ª ed., 1961]

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA V	CÓDIGO: 04334
DEPARTAMENTO: DLCH	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h	PRÁTICAS: 1h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04330	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 5.º semestre	
OBJETIVOS	
-Aprofundar o estudo do sistema linguístico da língua espanhola através da análise contrastiva do sistema morfossintático espanhol e português; bem como o desenvolvimento da cultura hispânica no estudo e ensino do espanhol como língua estrangeira no Brasil; -Analisar os componentes linguísticos do espanhol contrastando com o sistema da língua portuguesa; -Ampliar o universo lexical através da apropriação de gêneros textuais do ambiente acadêmico; -Entender as etapas do processo de evolução da língua espanhola e suas variedades linguísticas -Apreciar o processo de ensino-aprendizagem do espanhol no Brasil.	
EMENTA	
Análise contrastiva de estruturas em que ocorre divergência por influência do português na aprendizagem do espanhol. Estudo sobre a História da Língua Espanhola. Reflexão sobre o desenvolvimento do	

processo de ensino-aprendizagem da língua espanhola no Brasil.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 1. Análise morfosintática do sistema linguístico espanhol 2. Variação Linguística no Ensino do Espanhol 3. Campo Lexical: Educação Superior 4. História da Língua Espanhola 5. Ensino do Espanhol no Brasil: LDB, PNLD, OCEM CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA Seminário Didático Leitura Dirigida Execução de Pesquisa e Produção texto Oficina didática
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA – nas normas da ABNT ARNOUX, E. et al. Talleres de lectura y escritura. Textos y actividades. Buenos Aires: Eudeba, 1999. BARALO, M. La adquisición del español como lengua extranjera. Madrid: Arco-Libros, 1999. CANO, Rafael. El español a través de los tiempos. Madrid: Arco/Libros, 1999, 4ª ed. ____ (coord.). Historia de la lengua española. Barcelona : Ariel, 2004. (Ariel lingüística) CESTERO MANCERA, Ana Mª. Comunicación no verbal y enseñanza de lenguas extranjeras. Madrid: Arco-Libros, 1999. FREITAS, Luciana Mª. Da Fábrica à sala de aula: vozes e práticas tayloristas no trabalho do professor de espanhol em cursos de línguas. 2010. Tese (doutorado em letras neolatinas-língua espanhola). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR – nas normas da ABNT GARCIA SANTOS, Juan F. Español, curso de perfeccionamiento. Salamanca, Universidade de Salamanca, 1988. GÓMEZ TORREGO, L. Manual de español correcto. Madrid: Arco/Libros, 1997. 2 vol. GUTIÉRREZ ARAUS, María Luz. Problemas fundamentales de la gramática del Español como 2/L. Madrid: Arcos Libros, 2004. LAPESA, R. Historia de la lengua española. Madrid: Gredos, 1981 (9ª ed.). MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 (Educação Lingüística 2). REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la Lengua Española. 22ª ed. Madrid: Espasa, 2001. REYES, G. Manual de Redacción. <i>¿Cómo escribir bien en español?</i> Madrid: Arco/Libros, 1999. 2ª. ed. SECO, Manuel. Diccionario de dudas y dificultades de la lengua española. 10 ed. Madrid: Espasa Calpe, 1998. [1ª ed., 1961] ECO, Manuel. <i>Gramática Esencial del Español</i>. Madrid: Espasa Calpe, 2006. 5ª ed. ROMERO, Juan Francisco & GONZÁLEZ, María José. Prácticas de comprensión lectora: estrategias para el aprendizaje, Madrid, Alianza Editorial, 2001. VAN DIJK, Teun A. La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona-Bueno Aires-México: Ediciones Paidós, 1996.

DISCIPLINA: LÍNGUA LATINA I	CÓDIGO:04332
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3	TEÓRICAS: 2 PRÁTICAS: 1
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM.	
CO-REQUISITO(S): NENHUM.	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 4º. Semestre	
OBJETIVOS	
Ter fundamentos de gramática da língua latina, como ferramenta de compreensão da língua portuguesa.	
EMENTA	
Origens históricas do latim. Fases da língua latina. Morfologia do latim. Introdução ao sistema verbal latino. Preposições. Características da língua latina na língua portuguesa. Tópicos de cultura, história e literatura latinas. Leitura e produção de textos em latim.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA - Origens históricas do latim. - Fases da língua latina. - Morfologia nominal latina: - O caráter sintético da língua latina. - Flexão, número, gênero e casos dos substantivos latinos. - As cinco declinações latinas. - Flexão, classes e graus dos adjetivos. - Pronomes pessoais. - Pronomes possessivos. - Comparação entre a morfologia nominal latina e a morfologia nominal portuguesa. - Sistema verbal latino: - Tempos e vozes verbais, modos pessoais e formas nominais dos verbos latinos. - As conjugações. - O <i>infinitum</i> e o <i>perfectum</i>. - O verbo <i>esse</i>. - Comparação entre o sistema verbal latino e o sistema verbal português. - As preposições latinas: definição, uso e comparação com as preposições da língua portuguesa. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA - Leitura de excertos de obras da literatura latina.	
BIBLIOGRAFIA	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALMENDRA, M. A. Publius et Terentia. Porto: Livraria Arnado, 1999. CARDOSO, Z. de A. Iniciação ao latim. 5. ed. São Paulo: Ática, 2005. GARCIA, J. M. Introdução à teoria e prática do latim. 2. ed. Brasília: Unb, 2000. _____. Língua latina: a teoria sintática na prática dos textos. Brasília: Unb, 1997. GONÇALVES, R. T. Língua latina. Curitiba: IESDE, 2009. FREIRE, A. Gramática latina. 6. ed. Braga: Apostolado da Imprensa, [199-]. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMENDRA, M. A.; FIGUEIREDO, J. N. de. Compêndio de gramática latina. Porto: Porto Editora,	

[s.d.].

MARTINS, I; SOARES, J. S. **Latim**: língua e civilização. Coimbra: Almedina, 2000._____. **Latim**: língua, história literária e cultura. Coimbra: Almedina, 2001.REZENDE, A. M. **Latina essentia**: preparação ao latim. 4. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2009.STOCK, L. **Gramática de latim**. Lisboa: Presença, 2000.

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA E MODERNIDADE: DO SÉC. XIX AO MODERNISMO	
CÓDIGO: 04337	
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 1h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04325; 04321 e 04333	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 5º semestre	
OBJETIVOS	
Compreender o processo de apropriação e reflexão crítica de linguagem e criação literária no Brasil; perceber as transformações ocorridas ao longo da segunda metade do Séc. XIX e seus desdobramentos na Semana de Arte Moderna de 1922.	
EMENTA	
Literatura e cultura no séc. XIX. As tendências literárias Realistas: Realismo, Naturalismo e Parnasianismo. A literatura finissecular: Simbolismo e Neoparnasianismo. Simbolismo e modernidade. A prosa dos escritores de transição (“pré-modernismo”). <i>Belle Époque</i> , vanguarda e ruptura. Vanguardas europeias e Modernismo Brasileiro. O modernismo heroico de 22. Antropofagia, ufanismo e primitivismo.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo-se desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	
1 A Literatura Realista 1.1 Cultura e sociedade na segunda metade do séc. XIX 1.2 O Realismo na França 1.3 Realismo no Brasil 1.4 Tendências realistas na Literatura Brasileira: Realismo, Naturalismo e Parnasianismo 1.5 A prosa e a estética naturalista 1.6 O Realismo de Machado de Assis 1.7 O Parnasianismo 2.9 A Poesia científica e a Escola do Recife 2 O Simbolismo Brasileiro 2.1 Literatura e experimentalismo na segunda metade do séc. XIX 2.2 O Simbolismo francês e europeu 2.3 O Simbolismo em terras brasileiras: recepção crítica 2.4 A obra de Cruz e Sousa 2.5 Outros autores do Simbolismo Brasileiro 3 Literatura de Transição 3.1 O Brasil Republicano e as Tensões Sociais 3.2 Os Sertões de Euclides da Cunha 3.3 A Prosa de Lima Barreto 3.4 A Poesia singular de Augusto dos Anjos 3.5 Monteiro Lobato: Nacionalismo, regionalismo e literatura infantil	

4. O Contexto Histórico-social e Artístico das Vanguardas Europeias

4.1 As Vanguardas Europeias e a crítica da tradição

5. O Modernismo Brasileiro

5.1 Antecedentes do Modernismo de 22: confluência das artes

5.2 A Semana de Arte Moderna de 1922

5.3 Manifestos Modernistas

5.4 Produção poética no primeiro modernismo

5.5 A prosa Experimental modernista: Oswald e Mário de Andrade

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA

1. Literatura, cultura e sociedade
2. Conceito moderno de literatura

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA –

BRITO, M. S. **História do Modernismo Brasileiro**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

_____. **A Dialética da Colonização**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COUTINHO, A. (org). **A Literatura No Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Global, 1997. Vol 4-5

_____. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MOISÉS, M. **A Literatura Brasileira através dos Textos**. São Paulo: Cultrix, 1998.

MARTINS, W. **A Ideia Modernista**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

TELES, G. M. **Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR –

MURICY, J. A. **Panorama do Simbolismo Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2 vol.

ÁVILA, A. (org). **O Modernismo**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

AZEVEDO, S. **Roteiro da Poesia Brasileira: Parnasianismo**. Rio de Janeiro: Global, 2007.

BALAKIAN, A. **O Simbolismo**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CAMPOS, H. **Morfologia do Macunaíma**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FONSECA, M. A. **Por que ler Oswald de Andrade**. São Paulo: Globo, 2006.

GALVÃO, W. N. **Euclidianas: Ensaio sobre Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOMES, Á. C. **O Poético: Magia e Iluminação**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

JARDIM, E. **Mário de Andrade: A Morte do Poeta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KOTHE, F. R. **O Cânone Republicano**. Brasília: Editora da UNB, 2006. Vol 1-2

NEJAR, C. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STEGAGNO-PICCHIO, L. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA: DO MODERNO AO CONTEMPORÂNEO

CÓDIGO: 04342

DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas

ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h

CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h PRÁTICAS: 1h

C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h

PRÉ-REQUISITO(S): 04337

CO-REQUISITO(S): Nenhum

SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 6º período

OBJETIVOS

Construir uma visão da literatura feita no Brasil após os desdobramentos do Modernismo e conhecer criticamente as tendências mais significativas da produção literária de 1930 até o início do século XXI.

EMENTA
Literatura e Cultura Brasileira no séc. XX. Desdobramentos do Modernismo. A literatura dos anos 30 e 40. A Prosa Experimental. A Poesia Concreta e outras vanguardas brasileiras. O Romance e a Poesia Contemporâneos.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo-se desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA
1 Desdobramentos do Modernismo 1.1 A Literatura dos anos 30 1.2 A Poesia 1.3 O Romance de 30 1.4 A Poesia de Carlos Drummond de Andrade 2 Tradição e Renovação 2.1 A Geração de 45: tradição e Vanguarda 2.2 A Obra de João Cabral de Melo Neto 2.3 O Regionalismo universal; Experimentalismo e Introspecção 2.4 A Poesia Concreta e Neoconcretismo 3 A Literatura Brasileira no Final do Século XX 3.1 Poesia Marginal e Participação Política 3.2 Tropicalismo e contra-cultura na Literatura 3.3 Prosa Político Social 3.4 Prosa Poética 3.5 O lirismo renovado 3.6 Notas sobre Teatro Brasileiro Contemporâneo
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA
Literatura e cultura brasileira no séc. XX Literatura Brasileira Moderna
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BOSI, A. História Concisa da Literatura Brasileira . 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1989. COSTA PINTO, M. da. Literatura Brasileira Hoje . São Paulo: Publifolha, 2004. COUTINHO, A. (org). A Literatura no Brasil . 4 ed. Rio de Janeiro: Global, 1997. Vol 5 _____. Conceito de Literatura Brasileira . Rio de Janeiro: Vozes, 2008. MOISÉS, M. A Literatura Brasileira através dos Textos . São Paulo: Cultrix, 1998. PELLEGRINI, T. A Imagem e a Letra: Aspectos da Ficção Brasileira Contemporânea . Campinas: Mercado das Letras, 1999. PROENÇA FILHO, D. Pós-modernismo e Literatura . São Paulo: Ática, 1995. SUBIRATIS, E. Da Vanguarda ao Pós-moderno . 2 ed. São Paulo: Nobel, 1986.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AGUILAR, G. Poesia Concreta Brasileira . São Paulo: Edusp, 2005. BOSI, A. Literatura e Resistência . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. BUENO, L. Uma História do Romance de 30 . São Paulo: Edusp, 2006. CARNEIRO, F. No País do Presente: Ficção Brasileira no início do Séc. XXI . Rio de Janeiro: Rocco, 2005. GALVÃO, W. N. Guimarães Rosa . São Paulo: Publifolha, 2000. NUNES, B. O Drama da Linguagem: uma Leitura de Clarice Lispector . São Paulo: Ática, 1995. STEGAGNO-PICCHIO, L. História da Literatura Brasileira . Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. PEDROSA, C.; CAMARGO, L. de B. Poéticas do Olhar . Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006. _____. Poesia e Contemporaneidade . Chapecó: Argos, 2006. SECCHIN, A. C. A Poesia do Menos . Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. _____. Poesia e Desordem . Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. FERREIRA, E. Cabeças Compostas: A Personagem Feminina em Osman Lins . São Paulo: Edusp,

2005.

GOMES, Á. C. **O Poético: Magia e Iluminação**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

NEJAR, C. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

PIMENTEL, R. P. T. **Uma Lavoura de Insuspeitos Frutos**. São Paulo: Annablume, 2002.

DISCIPLINA: LITERATURA EM LÍNGUA ESPANHOLA I	CÓDIGO: 04340
DEPARTAMENTO: DLCH	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 1h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04334	
CO-REQUISITO(S):	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 6º semestre	
OBJETIVOS	
Conhecer as origens da literatura em língua espanhola, posicionando-se criticamente sobre o desenvolvimento da literatura hispânica na América.	
EMENTA	
As origens da literatura em língua castelhana: da Idade Média ao Renascimento. O humanismo e a era moderna: Literatura hispânica colonial na origem da modernidade/colonialidade. Manifestações literárias das culturas pré-colombianas. Os primórdios da literatura em língua espanhola na América. O Barroco como arte do Novo e o Velho Mundo.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	
Origens da literatura em língua castelhana. As primeiras letras. Influência árabe e judaica. Mester de Clerecia e Mester de Jograria: cantares de gesta e literatura oral. Sua influência na literatura de cordel e nos autores brasileiros de todos os tempos. Poema do Mio Cid. Gonzalo de Berceo. Don Juan Manuel.	
Continuidade da tradição medieval e humanismo durante o Renascimento: romances, alegorias e autos. Literatura dos jesuítas. Gil Vicente e Lope de Rueda. Romancero popular.	
O humanismo e sua dupla face da modernidade/colonialidade. A filosofia e estética do Renascimento: renovadas estrofes e ideias. Literatura Colonial. Las Casas e Sepúlveda; Colombo. Inca Garcilaso e Garcilaso de la Vega. Frei Luis de Leon e São Juan de la Cruz. La Celestina de F. de Rojas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA	
1. Barroco como arte do paradoxo. Novo e Velho Mundo, Erudito e Popular, Tradição e Modernidade. Cervantes, Góngora e Quevedo. Calderón de la Barca. Sor Juana Inês de la Cruz. Baltasar Gracián.	
BIBLIOGRAFIA	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA – nas normas da ABNT	
AINSA, F. De la edad de oro a El Dorado . Génesis del discurso utópico americano. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.	
BAJTÍN, M. La cultura popular en la Edad Media y el Renacimiento . El contexto de François Rabelais. Barcelona: Barral Editores, 1974.	
BERCEO, G. Milagros de Nuestra Señora . Madrid: Cátedra, 1997.	
CERVANTES, M. Entremeses . Madrid: Espasa-Calpe, 1981.	
COLÓN, C. Libro de las Profecías . Madrid: Alianza Editorial, 1992.	
GONZÁLEZ, M. Leituras de Literatura Espanhola – da idade média ao século XVII . São Paulo: Letraviva: FAPESP, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR – nas normas da ABNT	

GARCÍA LÓPEZ, J. **Historia de la Literatura Española**. Barcelona: Vicens Vives, 1974.
 GARCILASO DE LA VEGA. “**Poesía castellana completa**”. Madrid: Cátedra, 1984.
 GRACIÁN, B. **Oráculo Manual y arte de prudência**. Madrid: Cátedra, 1997.
 GIL, J.; ESTEVEZ, J. **Humanismo Latino y Descubrimiento**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1992.
 HELLER, As. **El hombre del Renacimiento**. Barcelona: Península, 1980.
 JAÚREGUI, C et DABOVE, J.P. **Heterotropías: narrativas de identidad y alteridad latinoamericanas**. Pittsburgh: Universidad de Pittsburgh, 2003.
 LAS CASAS, B. **Apología o Declaración y Defensa Universal de los Derechos del Hombre y de los Pueblos**. Salamanca: Junta de Castilla y León, 2000.
 LAPESA, R. **Historia de la Lengua Española**. Madrid: Escelicer, 1968.
 LEZAMA LIMA, J. **La expresión americana**. México: FCE, 1993.
 LOPE DE RUEDA. **Pasos**. Barcelona: Orbis, 1983.
 MARAVALL, J.A. **La cultura del Barroco**. Barcelona: Ariel, 2001.
 _____. **Carlos V y el pensamiento político del Renacimiento**. Madrid: BOE, 1999.
 MARTÍ, S., FORTUNY, J., LÓPEZ, M. et AL. **Lengua castellana y literatura**. Barcelona: Teide, 1997.
 MONTANER, A. **Cantar de mio Cid**, Barcelona, Crítica, 2000.
 SAENZ DE URTURI et MATEO VELASCO. **Historia de la Literatura**. Madrid: SM, 1975.
 SEPÚLVEDA, J.G. **Tratado sobre las Justas Causas de la Guerra contra los Indios**. México: FCE, 1941.

DISCIPLINA: LITERATURA EM LÍNGUA ESPANHOLA II

CÓDIGO: 04348

DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas DLCH

ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h

CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h PRÁTICAS: 1h

C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h

PRÉ-REQUISITO(S): 04340

CO-REQUISITO(S): Nenhum

SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 7.º semestre.

OBJETIVOS

Construir uma visão da Literatura de Língua Espanhola a partir do Iluminismo e conhecer criticamente as tendências mais significativas da produção literária desses períodos.

EMENTA

O Iluminismo e a arte neoclássica. Romantismo e formação das Literaturas nacionais. Realismo e Naturalismo. Modernismo. Vanguardas latino-americanas e a Geração de 27. A narrativa hispano-americana no séc. XX e o Realismo Maravilhoso. Literatura contemporânea em língua espanhola.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)

Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo-se desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.

CONTEÚDOS

UNIDADES E ASSUNTOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA

1. Iluminismo e Modernidade

1.1 Os ideais éticos e estéticos do Iluminismo: sua influência nos países de língua espanhola.

1.2 Configuração da segunda modernidade: a construção da identidade latino-americana. Despotismo ilustrado e a Literatura Didática.

2. Romantismo e Ficções Fundacionais

2.1 O romantismo como continuação dos ideais de modernidade.

2.2 Ficções de Fundação: romance e construção da identidade nacional na América Latina.

2.3 Zorrilla e Bécquer.

3. Realismo e Naturalismo

3.1 Consolidação das Literaturas nacionais.

3.2 Leopoldo Alas Clarín. Lugones.

4. Modernismo latino-americano e peninsular

4.1 Rubén Darío e Valle-Inclán.

4.2 As vanguardas latino-americanas e a Geração de 27: Huidobro, García Lorca, Vallejo, Miguel Hernández.

5. A narrativa hispano-americana no séc. XX

5.1 Borges, Sabato, Cortázar, Onetti e Benedetti.

5.2 O Realismo Maravilhoso: Rulfo, García Márquez, Paz, Fuentes e Benedetti.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA

8. Literatura e cultura hispano-americana no séc. XX

9. Literatura contemporânea em Língua Espanhola

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACQUARONI, R. **Las Palabras que no se Lleva el viento**: Literatura y enseñanza de español como LE/L2. Madrid: Santillana, 2007.

BETHELL, L. **Historia de América Latina**. Barcelona: Crítica, 2000.

CANAVAGGIO, J [dir.]. **Historia de la Literatura Española**. . El siglo XX. Barcelona: Ariel, 1995. v. 6.

CARMAGNANI, M; et al. **Para una Historia de América I**. Las estructuras. México: FCE-C. de Méx, 1999.

CHIAPPINI, L. et WOLF [orgs.]. **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNÁNDEZ, C. [org.]. **América Latina em sua Literatura**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagens e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORNEJO P. **O cóndor voa. Literatura e Cultura Latino-americanas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FAUSTINO S., D. **Facundo o civilización y barbarie en las pampas argentinas**. *Santiago: Progreso*, 1845.

GAOS, V. [ed.]. **Antología del grupo poético del 27**. Madrid: Cátedra, 1979.

GARCÍA, G. **Crónica de una muerte anunciada**. Barcelona, Círculo de lectores, 1981.

GOIC, C. **Historia y crítica de la literatura hispanoamericana**. Época contemporánea. Barcelona: Crítica, 1988. v. 3.

IMBERT, A. **Literatura Hispanoamericana**. Antología e introducción histórica. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc, 1960

LÁZARO, F. et TUSÓN, V. **Literatura Española**. Madrid: Anaya, 1984.

MARTÍ, S. et al. **Lengua Castellana y Literatura**. Barcelona: Teide, 1997.

PAZ, O. **El peregrino en su patria**. Historia y política de México. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

OLEA, R. **Gabriel García Márquez: Para una literatura menor**. Monterrey: U. A. Nuevo León, 2007
_____. **In Memoriam Jorge Luis Borges**. México: El Colegio de México, 2008.

OVIEDO, J.M. **Historia de la literatura hispanoamericana**: Posmodernismo, vanguardia, regionalismo. Madrid: Alianza, 2001.

SHAW, D. **Nueva Narrativa Hispanoamericana. Boom. Posboom. Posmodernismo**. Madrid: Cátedra, 1999.

SOBREVILLA, D. [org.]. **Filosofía de la Cultura**. Madrid: Trotta-CSIC, 1998.

SOMMER, D. **Ficções de Fundação**. Os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

DISCIPLINA: LITERATURA PORTUGUESA	CÓDIGO: 04329
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	
ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS	

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h
NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h PRÁTICAS: 1 h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 15h
PRÉ-REQUISITO(S): 04325.
CO-REQUISITO(S): Nenhum.
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 3.º semestre.
OBJETIVOS
Por meio de uma abordagem cronológica e concentrada no inquérito ao texto literário em sua inserção histórica, ter o conhecimento panorâmico das manifestações literárias portuguesas da formação do Reino de Portugal até ao séc. 18. Refletir sobre o trabalho com a Literatura Portuguesa no âmbito dos Ensinos Fundamental e Médio.
EMENTA
Literatura e construção da nacionalidade. Lírica trovadoresca. Prosa medieval. Teatro de Gil Vicente. A Renascença. Barroco: lírica e prosa. A poética arcádica. Literatura e História. Literatura Comparada. Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica nos Ensinos Fundamental e Médio.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão de questões referentes ao ensino-aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA 1 Introdução 1.1 Notas sobre o estudo metódico do texto literário. 1.2 Conceitos de Literatura Portuguesa. 1.3 A fundação do Reino de Portugal. 1.4 Bosquejo da História da Língua Portuguesa. 2 A Era Medieval 2.1 Lírica galego-portuguesa. 2.2 Prosa medieval. 2.3 Narrativa cavaleiresca. 2.4 Primeiras manifestações teatrais. 3 Humanismo 3.1 Cronistas: Fernão Lopes, Eanes Gomes Zurara e Rui de Pina. 3.2 Cancioneiro Geral, de Garcia de Resende. 3.3 Gil Vicente. 4 Renascença 4.1 Sá de Miranda. 4.2 António Ferreira. 4.3 Luís de Camões. 5 Barroco 5.1 Francisco Rodrigues Lobo. 5.2 D. Francisco Manuel de Melo. 5.3 Pe. António Vieira. 5.4 António José da Silva. 5.5 Sórora Maria do Céu. 6 Arcadismo – Pré-Romantismo 6.1 Filinto Elísio. 6.2 Nicolau Tolentino.

- 6.3 Marquesa de Alorna.
6.4 Manuel Maria Barbosa du Bocage.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA

1 Literatura e História

- 1.1 Notas sobre Filologia, Edótica e Crítica Textual.
1.2 História da Literatura e Periodização Literária: seus limites, suas possibilidades.
1.3 Abordagens do texto literário em sua inserção histórica.

2 Literatura e Outras Artes

- 2.1 Notas sobre a Literatura Comparada.
2.2 Códigos de produção artística.
2.3 Literatura e Música.
2.4 Literatura e Teatro.
2.5 Literatura e Artes Plásticas.
2.6 Literatura e Cinema.

3 Literatura e Ensino

- 3.1 Literatura em Língua Portuguesa e os PCNs.
3.2 O texto literário na sala de aula.
3.3 Notas sobre a Metodologia de Ensino da Literatura.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BREVE História da Literatura Portuguesa: autores: vida e obra. 3. ed. Lisboa: Texto, 2005.
MAGALHÃES, I. A. de. **História e Antologia da Literatura Portuguesa**: séculos XIII-XV. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. v. 1.
_____. **História e Antologia da Literatura Portuguesa**: século XVI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. v. 2, t. 1.
_____. **História e Antologia da Literatura Portuguesa**: século XVI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. v. 2, t. 2.
_____. **História e Antologia da Literatura Portuguesa**: século XVII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. v. 3.
MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1998.
REBELLO, L. F. **História do Teatro Português**. 4. ed. rev. atual. Mem Martins: Europa-América, 1989.
REIS, C. **O Conhecimento da Literatura**: introdução aos estudos literários. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2001.
SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da Literatura Portuguesa**. 17. ed. cor. atual. Porto: Porto, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALI, M. S. **Versificação Portuguesa**. São Paulo: EDUSP, 1999.
AZEVEDO FILHO, L. A. de A. **Introdução à Lírica de Camões**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.
BELLO, M. do R. L. L. **Narrativa Literária e Narrativa Fílmica**: o caso de Amor de Perdição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
BESSELAAR, J. van den. **O Sebastianismo**: História sumária. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
_____. **António Vieira**: o homem, a obra, as ideias. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
BUESCU, H. C. **Grande Angular**: comparatismo e práticas de comunicação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
_____. **Perceval e Galaaz**: cavaleiros do graal. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa,

1991.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CEIA, C. **A Literatura Ensina-se?: estudos de Teoria Literária**. Lisboa: Colibri, 2004.

COELHO, J. do P. **A Originalidade da Literatura Portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

COSSON, R. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2007.

COSTA, D. P. da. **Raízes Arcaicas da Epopeia Portuguesa e Camoniana**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.

DIAS, J. S. da Silva. **Camões no Portugal de Quinhentos**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

JOUVE, V. **A Leitura**. São Paulo: UNESP, 2002.

LIMA, L. C. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUCAS, Maria Clara de Almeida. **A Literatura Visionária na Idade Média Portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

_____. **Hagiografia Medieval Portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

MACHADO, A. M.; PAGEUAUX, D.-H. **Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura**. Lisboa: 70, 1982.

MATOS, M. V. L. de. **Introdução à Poesia de Luís de Camões**. 3. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

MELLO, C. **O Ensino da Literatura e a Problemática dos Gêneros Literários**. Coimbra: Almedina, 1998.

REBELLO, L. F. **O Primitivo Teatro Português**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977.

REIS, C. **Técnicas de Análise Textual: introdução à leitura crítica do texto literário**. 3. ed. rev. Coimbra: Almedina, 1992.

ROCHA, A. C. **Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1979.

RYNGAERT, J.-P. **Introdução à Análise do Teatro**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SERRÃO, J. V. **Cronistas do Século XV Posteriores a Fernão Lopes**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

SPINA, S. **Do Formalismo Estético Trovadoresco**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2009.

SPINA, S. [org.]. **História da Língua Portuguesa**. Cotia: Ateliê, 2008.

TEYSSIER, P. **Gil Vicente: o autor e a obra**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

DISCIPLINA: ORIGEM E FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA	CÓDIGO: 04333
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h	PRÁTICAS: 1h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04325 e 04321	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 4º semestre	
OBJETIVOS	
Conhecer a literatura no contexto da cultura brasileira; compreender como se formou a literatura na época colonial do Brasil e seus desdobramentos até a primeira metade do século XIX, refletir sobre as noções de arte, colônia e nação.	
EMENTA	
As primeiras manifestações literárias na colônia. Literatura colonial: Tensões ideológicas do barroco e o nativismo arcáde. Classicismo, lírica e épica na poesia arcádica brasileira. A emergência do Romantismo e o princípio da nacionalidade. Literatura brasileira romântica, emancipação e sociedade. A poesia romântica e seus principais representantes. A prosa romântica e seus principais representantes. O folhetim e a escrita literária.	

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo-se desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 1 Primeiras Manifestações Literárias na Colônia 1.1 Literatura Informativa (os primeiros cronistas). 1.2 Literatura Jesuítica. 1.3 José de Anchieta. 2 O Barroco no Brasil 2.1 As tensões ideológicas da estética barroca. 2.2 Barroco europeu e barroco brasileiro. 2.3 Gregório de Matos . 2.4 Pe. Antonio Vieira. 2.5 As academias (do Áureo Trono, dos Esquecidos). 3 Literatura Brasileira Arcade 3.1 Tradição Clássica e Arcadismo. 3.2 Academias e sociedades independentes. 3.3 Arcadismo Mineiro e Nativismo. 3.4 Lírica Arcade. 3.5 Épica Arcade. 4 Formação do Romantismo Brasileiro 4.1 Nacionalismo e Literatura Brasileira. 4.2 O grupo da revista Niterói (Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre). 5. A Literatura Romântica 5.1 Poesia e Indianismo. 5.2 O Mal-do-século no Brasil: segunda geração romântica 5.3 O condoreirismo. 5.4 Souzaândrade: voz dissonante. 5.5 A prosa de José de Alencar: romance indianista, histórico, regionalista, urbano. 5.6 O Romance e o Folhetim românticos. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA 1 Conceituando uma Literatura Brasileira. 2 As origens portuguesas da literatura brasileira. 3 Fundamentos da Histórica literária brasileira.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA – ÁVILA, A. O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco. São Paulo: Perspectiva, 1994. BOSI, A. História Concisa da Literatura Brasileira. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1989. _____. A Dialética da Colonização. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. CANDIDO, A. Formação da Literatura Brasileira. 12 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009. _____. A Educação pela Noite e Outros Ensaios. São Paulo: Ática, 1989. COUTINHO, A. (org). A Literatura No Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Global, 1997. vol 1-3 _____. Conceito de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. MOISÉS, M. A Literatura Brasileira através dos Textos. São Paulo: Cultrix, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR –

BAREL, A. B. D. **Um Romantismo a Oeste: Modelo Francês, Identidade Nacional**. São Paulo: Annablume, 2002.

CASTELO, J. A. **Manifestações literárias da era colonial**. São Paulo, Cultrix, 1969.

CUNHA, M. L. da C. **Romantismo Brasileiro: Amor e Morte**. São Paulo: Factash, 2005.

FRANCHETTI, P. **Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

HANSEN, J. A. **A Sátira e o Engenho**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

KOTHE, F. R. **O Cânone Colonial**. Brasília: Editora da UNB, 1997.

MATOS, C. N. **Gentis Guerreiros: o Indianismo de Gonçalves Dias**. São Paulo: Atual, 1988.

NEJAR, C. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

SANT'ANNA, A. R. **Barroco: do Quadrado à Elipse**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

STEGAGNO-PICCHIO, L. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

SECCHIN, A. C. **Poesia e Desordem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

TEIXEIRA, I. (org). **Roteiro da Poesia Brasileira: Raízes**. Rio de Janeiro: Global, 2008.

VERÍSSIMO, J. **História da Literatura Brasileira**. 7 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

DISCIPLINA: PRÁTICA PEDAGÓGICA DA LÍNGUA PORTUGUESA I
CÓDIGO: 04343
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 1h PRÁTICAS: 2 h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 45h
PRÉ-REQUISITO(S): 04320 E 04324 E 04328 E 04335
CO-REQUISITO(S): Nenhum
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 7º Semestre
OBJETIVOS
Refletir sobre concepções, estratégias e avaliação no ensino/aprendizagem da leitura, escrita e oralidade, considerando tais conhecimentos enquanto práticas sociais no ambiente escolar.
EMENTA
Práticas sociais de leitura, escrita e oralidade: conteúdos do saber e os conteúdos do ensino. Reflexões didático-metodológicas para o Ensino Fundamental e Médio: ênfase em leitura, escrita e oralidade .
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão, reflexão e/ou desenvolvimento de atividades acerca do ensino e aprendizagem da língua portuguesa em contextos escolares.

CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA - Práticas de oralidade, leitura e escrita na escola: - Linguagem e escola: norma, registro e variação; - Práticas de linguagem: concepções, estratégias e avaliação; - Materiais didáticos: transversalidade, interdisciplinaridade e metodologia de projetos. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA - Cultura escrita, oralidade e tradição discursiva - Oralidade tradicional e contemporânea; - História da escrita e da leitura; - Tradições discursivas nas sociedades grafocêntricas. - Texto, textualidade e gêneros na escola: - Texto verbal, texto não verbal (multimodalidade); - Texto oral, texto escrito: estruturas, suportes e funções; - Situação comunicativa, gêneros textuais/discursivos; - A escolarização do texto: seleção, didatização e atitudes.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABREU, M. (Org.). Leitura, história e história da leitura. São Paulo; Campinas: Mercado de Letras, 1999. _____; SCHAPOCHNIK, N. (Orgs). Objetos e práticas. São Paulo; Campinas: Mercado de Letras, 2005. AUROUX, S.. A Revolução Tecnológica da Gramatização. Campinas: Unicamp, 1992. BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. Língua Materna: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002. FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler. São Paulo: Cortez, 2006. MARTINEZ, W. Pedagogia do Oral. Campinas: Sama, 1993. MOURA, T. M. M. C. História da Escolarização do Português através da Obra Didática de uma Mesma Autoria: um olhar sobre cinco décadas de produção (1965-2002). In: Anais de ABRALIN em Cena Piauí, Teresina: UFPI, p.482-493, 2008. VAL, M. da G. C. Redação e Textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1991. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALTMAN, C. A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988). São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USO, 1998. _____. 'Língua e hiperlíngua'. Língua e Instrumentos Lingüísticos, Campinas: Pontes, n. 1, p. 17-30, jan-jun, 1998. AZEREDO, J. C. (org.). Língua Portuguesa em Debate: conhecimento e ensino. Petrópolis: Vozes, 2000. BATISTA, A. A. G. Aula de Português: discursos e saberes escolares. São Paulo: Martins Fontes, 1997. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: A Secretaria, 2001. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: A Secretaria, 1999. CHERVAL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990. CHEVALLARD, Y. La Transposition Didactique: du savoir savant au savoir enseigné. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991. _____. La Transposición Didáctica: del saber sábio al saber enseñado. Buenos Aires: AIQUE Grupo Editon S.A., 1998. COLOMBO, F. Os Arquivos Imperfeitos: memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Perspectiva, 1991. FARACCO, C. A. Norma Lingüística Brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008. FORQUIN, J-C. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto

Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.5, p.28-49, 1992.

GARCIA, O. M.. **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LINDOSO, F. **O Brasil Pode ser um País de Leitores?** São Paulo: Summus, 2004.

LINS, O. **Do ideal e da Glória**: problemas inculturais brasileiros. São Paulo: Summus, 1977.

MARINHO, M. A Língua Portuguesa nos currículos de final de século. In: BARRETO, E. S. de Sá (org.). **Os Currículos do Ensino Fundamental para as Escolas Brasileiras**. São Paulo: Autores Associados, p. 43-90, 1998.

_____. **A Oficialização de Novas Concepções para o Ensino de Português no Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem- Unicamp, Campinas, São Paulo, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Da Fala para a Escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2009.

MICOTTI, M. C. de O. **Leitura e Escrita**: como aprender com êxito por meio da pedagogia por projetos. São Paulo: contexto, 2009.

MOURA, T. M. M. C.. Norma e Variação Lingüística no Ensino de Língua Portuguesa: ciência e senso comum na construção do saber docente. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva,

SIGNORINI, I. (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas, SP: Mercado da Letras, 2001.

SOARES, M. **Linguagem e Escola**: uma abordagem sociolingüística. São Paulo: Ática, 1993.

SOSSOLETE, C. R. C. O Discurso de Vulgarização da Lingüística no Aparelho Escolar. **Araraquara: FCL/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.**

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática**: ensino Plural. São Paulo: Cortez, 2003.

DISCIPLINA: PRÁTICA PEDAGÓGICA DA LÍNGUA PORTUGUESA II	
CÓDIGO: 04354	
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 1h PRÁTICAS: 2 h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 45h	
PRÉ-REQUISITO(S): 04343	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 8º Semestre	
OBJETIVOS	
Discutir práticas pedagógicas que articulem a produção de texto (oral e escrito) e a análise linguística bem como desenvolver atividades que reflitam o conhecimento gramatical no ensino/aprendizagem da produção oral e escrita.	
EMENTA	
Práticas sociais de leitura, escrita e oralidade: conteúdos do saber e os conteúdos do ensino. Reflexões didático-metodológicas para o Ensino Fundamental e Médio: ênfase em produção de texto oral e escrito e reflexão linguística.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
Discussão, reflexão e/ou desenvolvimento de atividades acerca do ensino e aprendizagem da língua portuguesa em contextos escolares.	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA	
1. Produção de texto e letramento escolar 1.1 Texto oral e ensino; 1.2 Texto escrito e ensino; 1.3 Sequências didáticas e produção de gêneros textuais/discursivos.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA	

1. Estratégias discursivas e textuais da produção oral e escrita na Escola 1.1. Progressão textual ; 1.2. Reescrita, reformulação e retextualização: avaliação e autoavaliação na produção textual. 1.2.1 Gêneros e retextualização: da oralidade para oralidade; 1.2.2 Gêneros e retextualização: da oralidade para escrita; 1.2.3 Gêneros e retextualização: da escrita para escrita; 1.2.4 Gêneros e retextualização: da escrita para oralidade; 1.2.5 Gêneros e retextualização: gêneros híbridos. 2. Análise/reflexão linguística em textos orais e escritos 2.1. Elementos linguísticos e elementos de textualização; 2.2. Modos de organização da composição textual – sequências linguísticas; 2.3. Organização e progressão temática; 2.4. Estratégias argumentativas; 2.5. Modalização e recursos linguísticos e expressivos (fonológico, morfológico, sintático e semântico-pragmático); 2.6. Organização da macroestrutura semântica; 2.7. Mecanismos enunciativos; 2.8. Elementos gramaticais, elementos tipográficos e produção de sentido; 2.9. Ações de escrita.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006. CASTILHO, A T. de. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010. DIONISIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Org.). O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. _____. (Org.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. ILARI, R. Introdução à semântica. Brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2004. MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Contexto, 2004. _____. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Língua Portuguesa. Volume I: Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2006. CABRAL, L. G. Linguística e ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna. Florianópolis: Insular, 1998. GERALDI, J. W. Portos de passagem. 4 ed. São Paulo: Martins fontes, 1997. PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). Da língua ao discurso: reflexões para o ensino. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2005. SUASSUNA, L. Ensino de língua portuguesa. Magistério, formação e trabalho pedagógico. Campinas/SP: Papirus, 2007. TRAVAGLIA, L. C. Gramática: ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

DISCIPLINA: PRÁTICA PEDAGÓGICA DA LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA
CÓDIGO: 04344
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas
ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 1h PRÁTICAS: 2h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 45h

PRÉ-REQUISITO(S): 04329; 04333
CO-REQUISITO(S): Nenhum.
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 7.º semestre.
OBJETIVOS
Pensar a transposição didática dos conteúdos referentes ao repertório de conhecimentos necessários ao ensino da Literatura. Desenvolver práticas de leitura e dinâmicas capazes de ampliar a recepção da literatura, bem como projetos capazes de mediar a leitura de obras pertencentes ao cânone escolar das Literaturas Portuguesa e Brasileira. Tornar-se apto a lidar com as contingências inerentes ao ensino da literatura.

EMENTA
Relações entre Literatura e ensino. A Literatura e outras áreas do conhecimento. Literatura infantil-juvenil e Literatura adulta. Gêneros literários e práticas pedagógicas no ensino de Literatura.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo-se desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA
1 Literatura e Ensino a. Ensino de Literatura b. Breve Histórico do Ensino de Literatura em Portugal e no Brasil 2 Ensino de Literatura e Áreas do Conhecimento 2.1 A leitura literária 2.1.1 Literatura como desenvolvimento cognitivo 2.1.2 Literatura, fruição e prazer estético 2.2 Disciplinas que se ocupam da Literatura: Teoria da Literatura, Crítica Literária e Historiografia Literária 2.2.1 A composição do cânone literário 2.3 Literatura, intersemiose e interdisciplinaridade 3 Literatura infantil, juvenil e adulta
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA
1. Gêneros Literários na Sala de Aula 1.1 O trabalho com os elementos do texto lírico 1.2 O trabalho com os elementos do texto narrativo 1.3 O trabalho com os elementos do texto dramático 2. Práticas Pedagógicas no Ensino de Literatura 2.1 Abordagens, métodos e técnicas no ensino de Literatura 2.2 Aula expressiva 2.3 Oficinas 2.4 Projetos 2.5 Dinâmicas (práticas lúdicas com o texto literário) 2.6 Diário de leitura 2.7 Intervenções de fomento à literatura 2.8 Literatura e novas tecnologias
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRANDÃO, H. et al. A Escolarização da Leitura Literária . Belo Horizonte: Autêntica, 1999. CEREJA, W. Ensino de Literatura . São Paulo: Atual, 2006. COELHO, N. N. Literatura Infantil: Teoria, Análise, Didática . São Paulo: Moderna, 2002. COSSON, R. O Letramento Literário . São Paulo: Contexto, 2006. FREITAS, A. C. de; CASTRO, M. de F. F. G. de. Língua e Literatura: Ensino e Pesquisa . São Paulo: Contexto, 2003.

PINHEIRO, H. **Poesia na Sala de Aula**. São Paulo: Duas Cidades, 2006.
 ROCCO, M. T. F. **Literatura/ Ensino: uma Problemática**. São Paulo: Ática, 1992.
 ZILBERMAN, R. **Literatura e Ensino de Literatura**. São Paulo: Contexto, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR –

ALMEIDA, L. P. de. **Escrita e Leitura: A Produção da Subjetividade na Experiência Literária**. Curitiba: Juruá, 2009.
 BAMBERGER, R. **Como Incentivar o Hábito da Leitura**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.
 BOSI, A. (org.). **Leitura de Poesia**. São Paulo: Ática, 2007.
 CANDIDO, A. **Na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 1998.
 CARVALHO, R.. **História do Ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. 4. ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2008.
 CAVALCANTI, J. **Caminhos da Literatura Infantil e Juvenil**. São Paulo: Paulus, 2002.
 CEIA, C. **A Literatura Ensina-se?:** estudos de Teoria Literária. Lisboa: Colibri, 2004.
 CITELLI, B. **Produção e Leitura de Textos no Ensino Fundamental**. São Paulo: Cortez, 2008.
 GEBARA, A. E. L. **A Poesia na Escola**. São Paulo: Cortez, 2002.
 LIMA, A. **Metáfora e Cognição**. Recife: Edufpe, 2006.
 MARTINS#
 MELLO, C. **O Ensino da Literatura e a Problemática dos Gêneros Literários**. Coimbra: Almedina, 1998.
 OLIVEIRA, A. C. **Projetos Pedagógicos**: práticas interdisciplinares. São Paulo: Avercamp, 2005.
 PINHEIRO, H. *et al.* **Cordel na Sala de Aula**. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
 SANTOS, J F dos [org.]. **Literatura e Ensino**. Maceió: Edufal, 2008.
 TODOROV, T. **A Literatura em Perigo**. . Rio e Janeiro: Difel, 2009.

DISCIPLINA: PRÁTICA PEDAGÓGICA DE LÍNGUA ESPANHOLA E DE LITERATURA EM LÍNGUA ESPANHOLA I

CÓDIGO: 04349

DEPARTAMENTO: DLCH **ÁREA DEPARTAMENTAL:** Letras

CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 3

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h

CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 1 PRÁTICAS: 2

C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 45

PRÉ-REQUISITO(S): 04348

CO-REQUISITO(S): Nenhum

SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 8.º semestre

OBJETIVOS

Oportunizar a construção da identidade do professor e a assunção da responsabilidade pela própria formação, conduzindo à autonomia e à tomada de consciência da importância do conhecimento e do autoconhecimento para a formação pedagógica.

Refletir sobre os objetivos, métodos, teorias e procedimentos de ensino que contribuem para a formação do professor.

EMENTA

Prática refletida sobre a identidade do professor e da importância do conhecimento e do autoconhecimento para a construção da autonomia pedagógica e do *ser professor* em construção. Objetivos, métodos e procedimentos de ensino que contribuem para a formação do professor. Análise crítico-reflexiva de modelos de ensino-aprendizagem da língua espanhola e da literatura em língua espanhola e sua aplicação. Reflexões didático-metodológicas para o ensino de E/LE e análise de materiais didáticos próprios.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)

Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.

CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 3. Perfil docente, sua dimensão ética e profissional. 3.1. Funções do professor, sua função mediadora e a intervenção educativa. 3.2. A importância do conhecimento e do autoconhecimento na formação do professor. 3.3. Conteúdos do saber do professor e do saber do ensino. 3.4. Protocolos da prática docente. 3.5. A linguagem na reconstrução da prática docente. 3.6. Professor de E/LE presencial e a distância. 3.7. Os discursos do professor de espanhol na e sobre a sala de aula.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA 1.A Leitura na Formação do Professor de ELE. 1.1 A Literatura na sala de aula. 1.2 A concepção do leitor pelas OCEM e PCN's. 1.3 O professor de ELE como mediador da leitura literária. 1.4 Leitura como prática social. 2 Modelos educativos. 2.1 Conceitos básicos da linguística aplicada ao ensino do espanhol 2/L. Principais teorias e análise. 2.2 Teorias da Aprendizagem: reflexão e análise. 2.3 Métodos e técnicas para o ensino do espanhol 2/L: métodos tradicionais; métodos estruturais e outros métodos psicognitivos, abordagem sociointeracional. 2.4 A importância da aprendizagem em espiral para a re-significação. 3 Análise de materiais didáticos para o ensino do espanhol 2/L. 3.1 O livro didático: princípios e critérios para avaliação e uso. 3.2 Livro didático e E/LE: seleção e políticas. 3.3 As TICs no ensino-aprendizagem de E/LE. 3.4 Outros materiais e recursos.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRAHÃO, M. H. V. (Org.) Prática de Ensino em Língua Estrangeira: experiência e reflexões. Campinas: Pontes Editores, 2004. ALMEIDA FILHO, J. P. C. (Org.) O professor de língua estrangeira em formação. Campinas: Pontes, 1999. ALONSO, D. Poesía española: ensayos de métodos y límites estilísticos. Madrid: Gredos, 1950. CANALE, M. De la competencia comunicativa a la pedagogía comunicativa del lenguaje. In: LLOBERA, M. (coord.). Competencia comunicativa: Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madri: Edelsa, 1995. GRIFFIN, K. Lingüística Aplicada a la enseñanza del español como 2/L. (Manuales de formación de profesores de español 2/L. Madrid: Arco/Libros S.L, 2005. MARTELOTTA, M. E. (Org.). Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008. PASTOR CESTEROS, P. Aprendizaje de segundas lenguas. Lingüística Aplicada a la enseñanza de idioma. Universidade de Alicante, Alicante: 2006. SÁNCHEZ LOBATO, J.; GARGALLO, I. S. Vademécum para la formación de profesores. Enseñar español como segunda lengua (2L)/ lengua extranjera (LE). Alcobendas (Madri): SGEL, 2008, 2ª ed. (1ª e. 2004).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAHÃO, M. H. V. & PAIVA, V. M. O. Repensando o curso de Letras: habilitação em língua estrangeira. In LEFFA V. J. (Org.), TELA (Textos em Linguística Aplicada) [CD ROM]. Pelotas: Educat, 2000. ANDIÓN HERRERO, M. A. Materiales didácticos en la enseñanza de español lengua extranjera.

Material didático do curso de Doutorado. Madri: UNED, curso 2008/2009.

BARBARA, L.; RAMOS, R. (Orgs.). **Reflexão e ações no ensino-aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

BARROS, C.; COSTA, E. G. (Orgs.). **Espanhol: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

BORTONI-RICARDO et all. **Formação do professor como agente letrador**. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Médio. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília, MEC, 1998.

_____. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: A Secretaria, 1999.

BRUNO, F. (Org.). **Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras: Reflexão e Prática**. São Paulo: Claraluz, 2005.

CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. Buenos Aires: AIQUE Grupo Editon S.A., 1998.

CORACINI, M. J.; BERTOLDO, S. (Orgs.). **O desejo da contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

DAMIANOVIC, C.; LEAL, V.; MOURA, V. (Orgs.). **O ensino de línguas: concepções & práticas universitárias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

DIAS, R; LOPES, V. L. (Orgs.). **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

FREITAS, M. T. A.; COSTA, S. R. C. (Orgs.). **Leitura e Escrita na formação de professores**. Juiz de Fora: UFJF, 2002.

FREITAS, L. M^a. **Da Fábrica à sala de aula: vozes e práticas tayloristas no trabalho do professor de espanhol em cursos de línguas**. 2010. Tese (doutorado em letras neolatinas-língua espanhola). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GONZÁLEZ NIETO, L. **Teoría lingüística y enseñanza de la lengua (lingüística para profesores)**. Madrid: Cátedra, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **O diálogo no contexto da aula expositiva: continuidade, ruptura e integração**, 2004. (mimeo)

MARCUSCHI, L. A.. Leitura e compreensão do texto falado e escrito como ato individual de uma prática social. In.: ZILBERMAN, R.; SILVA, T. (Orgs.). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo, Ática, 1995.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**: UFPE, 2000. (Mimeo).

MARCUSCHI, L. A. **Filosofia da Linguagem**, 2005. (mimeo)

SILVA, F. C. F. **O poder do discurso docente nas aulas de línguas**. 2009. Tese (doutorado em Letras). Recife: UFPE, 2009.

RODRIGUES, F. dos S. C. **Letra viva, letra morta: obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro**. 2010. Tese (doutorado em letras). São Paulo: USP, 2010.

ROJO, R.; CORDEIRO, G. S. (tradução e organização). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

DISCIPLINA: PRÁTICA PEDAGÓGICA DE LÍNGUA ESPANHOLA E DE LITERATURA EM LÍNGUA ESPANHOLA II	
CÓDIGO: 04350	
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	
ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 1 PRÁTICAS: 2	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 45h	
PRÉ-REQUISITO(S): 04349	
CO-REQUISITO(S): NENHUM	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 9º semestre	
OBJETIVOS	
Observar e analisar o funcionamento das práticas pedagógicas de ensino de espanhol como língua estrangeira (E/LE), bem como da literatura hispânica, através do reconhecimento dos diferentes ambientes educacionais e dos fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem.	

EMENTA
Estratégias pedagógicas utilizadas no ensino da língua espanhola como língua estrangeira. Reflexão sobre o sistema gramatical espanhol e as dificuldades específicas dos lusoparlantes. Planejamento, elaboração e execução de planos de aula, sequências didáticas, planos de atividades de E/LE para o ensino fundamental e médio, adequados aos diferentes níveis e às necessidades e aos interesses dos aprendizes.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, com desdobramento no desenvolvimento de atividades.

CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA - O Papel da Gramática no Ensino da Segunda Língua. - Reflexão sobre o Sistema Gramatical da Língua Espanhola. - Instrução Gramatical, Metalinguagem e Didatização da Língua e da Literatura. - Produção de texto e letramento escolar em língua espanhola: - texto oral e ensino; - texto escrito e ensino; - sequências didáticas; - produção de gêneros textuais/discursivos. - Problemas fundamentais do ensino do espanhol como língua estrangeira. - Oportunidades e a interlíngua. - Interferências morfosintáticas e semânticas entre o espanhol e o português. - Principais dificuldades dos alunos lusoparlantes na aprendizagem de E/LE. - Inter- e Multiculturalidade nas aulas de E/LE. - Estratégias discursivas e textuais da produção oral e escrita em língua espanhola na escola. - Análise e reflexão sobre a produção literária em língua espanhola (peninsular e hispanoamericana). - Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica de Literatura no Ensino Médio. - Elaboração e execução de diferentes tipos de planejamento: - planos de aula; - planos de atividades; - sequências didáticas. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA - Análise de programas, diagnóstico de nível dos alunos, projetos e planejamento de aulas e sequências didáticas de Língua espanhola (ensino fundamental e médio) e Literatura em Língua espanhola (ensino médio). - Discussão dirigida. - Comentários individuais e coletivos. - Socialização de conteúdos e reflexões. - Seminários. - Pesquisas.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRAHÃO, M. H. V. (org.) Prática de Ensino em Língua Estrangeira: experiência e reflexões. Campinas: Pontes Editores, 2004. BARBARA, L.; RAMOS, R. (Orgs.). Reflexão e ações no ensino-aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 2003. CANALE, M. De la competencia comunicativa a la pedagogía comunicativa del lenguaje. In: LLOBERA, M. (coord.). Competencia comunicativa: Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madrid: Edelsa, 1995.

CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica: del saber sábio al saber enseñado**. Buenos Aires: AIQUE Grupo Editon S.A., 1998.

GÓMEZ MANZANO, P.; CUESTA MARTÍNEZ, P.; GARCÍA-PAGE SÁNCHEZ, M., ESTÉVEZ RODRÍGUEZ, Á. **Ejercicios de Gramática y de Expresión (con nociones teóricas)**. Madrid: CEURA, 2007, 2.ª ed.

GUTIÉRREZ ARAUS, M. L. **Problemas Fundamentales de la gramática del español como 2/L**. Madri: Arco/Libros, 2004.

SECO, M., ANDRÉS, O.; RAMOS, G. **Diccionario del español actual**. Madri: Aguilar. 1999. [Cit. como *DEA*.], 2 vols.

SECO, M. **Diccionario de dudas y dificultades de la lengua española**. Madri: Espasa, 1998, 10ª ed. [1.ª ed., 1961.]

SOLER-ESPIAÚBA, D. **Contenidos Culturales en la Enseñanza del Español como 2/L**. Madri: Arco/Libros, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHÃO, M. H. V. & PAIVA, V. M. O. **Repensando o curso de Letras: habilitação em língua estrangeira**. In LEFFA V. J. (Org.), **TELA (Textos em Linguística Aplicada)** [CD ROM]. Pelotas: Educat, 2000.

ALMEIDA FILHO, J. P. C. (Org.). **O professor de língua estrangeira em formação**. Campinas: Pontes, 1999.

ALONSO, D. **Poesia española: ensayos de métodos y límites estilísticos**. Madrid: Gredos, 1950.

BARROS, C; COSTA, E. (Orgs.). **Espanhol: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: A Secretaria, 1999.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin – dialogismo e construção do sentido**. São Paulo: Unicamp, 2005.

CORACINI, M.; BERTOLDO, S. (Orgs.). **O desejo da contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

DAMIANOVIC, C.; LEAL, V.; MOURA, V. (Orgs.). **O ensino de línguas: concepções & práticas universitárias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MARCUSCHI, L. **Leitura e compreensão do texto falado e escrito como ato individual de uma prática social**. In: ZILBERMAN, R.; SILVA, T. (Orgs.). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo, Ática, 1995.

MARCUSCHI, L. **Filosofia da Linguagem**, 2005. (mimeo)

SILVA, F. **O poder do discurso docente nas aulas de línguas**. 2009. Tese (doutorado em letras). Recife: UFPE, 2009.

SILVA, F. **Os contos de fadas nas aulas de espanhol**. 2004. Dissertação (mestrado em letras). Recife: UFPE, 2004.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	CÓDIGO: 04360
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 6	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 6h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h	PRÁTICAS: 4h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 05289; 04357.	
CO-REQUISITO(S): Nenhum.	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 9.º semestre.	
OBJETIVOS	
Construir o conhecimento teórico e prático da pesquisa científica, sendo o processo coroado com a redação e a defesa de um artigo científico.	
EMENTA	
Normas e estrutura do artigo científico. Desenvolvimento da pesquisa científica (a partir de plano de trabalho aprovado pelo professor-orientador).	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	

CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA
1 Normas e Estrutura do Artigo Científico 1.1 Conceituação e funções do artigo científico. 1.2 Inspeção de artigos científicos na área de Letras. 1.3 Estrutura do artigo científico. 1.4 Normas da ABNT. 1.5 Etapas na elaboração do artigo científico.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA
1 Desenvolvimento da Pesquisa Científica 1.1 Etapas da pesquisa científica. 1.2 Levantamento bibliográfico. 1.3 Execução de plano de trabalho. 1.4 Visibilidade do pesquisador: montagem e atualização do currículo na plataforma Lattes. [A parte de Prática é supervisionada pelo professor-orientador.]
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Trilíngue: Língua de Sinais Brasileira. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 2 v. ECO, U. Como se Faz uma Tese. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. GIL, A. C. Como Elaborar Projeto de Pesquisa. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002. LÜDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção Textual na Universidade. São Paulo: Parábola, 2010. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007. SPINA, S. Normas Gerais para os Trabalhos de Grau: um breviário para o estudante de pós-graduação. 2. ed. mel. amp. São Paulo: Ática, 1984.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. AUERBACH, E. Introdução aos Estudos Literários. São Paulo: Cultrix, 1970. BOSI, A. A Dialética da Colonização. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. [Org.]. Português no Ensino Médio e Formação do Professor. São Paulo: Parábola, 2009. CANDIDO, A. Noções de Análise Histórico-Literária. São Paulo: Humanitas, 2005. COZBY, P. C. Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento. São Paulo: Atlas, 2003. FARIA, M. do C. N. de. Metodologia do Latim. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, 1973. FRANCHETTI, P. Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa. São Paulo: Ateliê, 2007. GERALDI, J. W. [org.]. O Texto na Sala de Aula. São Paulo: Ática, 1997. GONZÁLEZ, M. Leituras de Literatura Espanhola: da Idade Média ao século XVII. São Paulo: Letra Viva, 2010. JOSEF, B. História da Literatura Hispano-Americana. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. MARCUSCHI, L. A. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. _____. Linguística de Texto: o que é e como se faz. Recife: Ed. Universitária, 1983. MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. [Org.]. Fala e Escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. MELLO, C. O Ensino da Literatura e a Problemática dos Gêneros Literários. Coimbra: Almedina, 1998.

NEJAR, C. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

NEVES, I. C. B. **Ler e Escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como Fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PEREIRA, M. H. da R. **Estudos de História da Cultura Clássica**: 2: cultura romana. 3. ed. Fund. Calouste Gulbenkian, 2002.

PERRONE-MOISÉS, L. **Altas Literaturas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRESTES, M. L. de M. **Leitura e (Re)Escritura de Textos**: subsídios teóricos e práticos para o seu ensino. São Paulo: Cortez, 2000.

REIS, C. **O Conhecimento da Literatura**: introdução aos estudos literários. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2001.

SANTIAGO, S. **Uma Literatura nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SUASSUNA, L. **Ensaio de Pedagogia da Língua Portuguesa**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SEDYCIAS, J. **O Ensino do Espanhol no Brasil**. São Paulo: Parábola, 2005.

TODOROV, T. **A Literatura em Perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

VAL, M. da G. Costa; MARCUSCHI, B. [Org.]. **Livros Didáticos de Língua Portuguesa**: letramento e cidadania. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DISCIPLINA: TRADIÇÕES LÍRICAS DA LITERATURA PORTUGUESA: DO SÉC. XIX À ATUALIDADE	CÓDIGO: 04332
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h	PRÁTICAS:
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04329.	
CO-REQUISITO(S): Nenhum.	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 4.º semestre.	
OBJETIVOS	
Com privilégio ao inquérito do texto literário em sua inscrição histórica, investigar, à luz do conceito de tradição, manifestações da lírica portuguesa do séc. 19 à atualidade.	
EMENTA	
A tradição literária como um conceito pautado pelo dinamismo. Linhas de força da lírica portuguesa do séc. 19 à atualidade: modos, gêneros e temas, considerando-se as criações literárias em sua inserção histórica.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA	
1 Tradição Literária	
1.1 Sobre a evolução literária.	
1.2 O conceito de inter-historicidade.	
1.3 Tradição e dinamismo.	
2 A Análise do Poema Lírico	
2.1 Poesia, figura e poema.	
2.2 Componentes do poema.	
2.3 O estudo analítico do poema.	
3 Itinerário da História de Portugal: do séc. 19 à atualidade	
3.1 As revoluções liberais.	
3.2 A «Questão Coimbrã».	
3.3 O <i>Ultimatum</i> .	
3.4 A implantação da República.	

3.5 O Estado Novo.
 3.6 A Revolução dos Cravos.
 3.7 A Europa.

4 A Arte do Soneto
 4.1 Antero de Quental.
 4.2 António Nobre.
 4.3 Camilo Pessanha.
 4.4 Florbela Espanca.

5 Lírica e Renovação
 5.1 João de Deus.
 5.2 Guerra Junqueiro.
 5.3 Cesário Verde.
 5.4 Eugénio de Castro.
 5.5 Mário de Sá-Carneiro.

6 Direções da Lírica no Séc. 20
 6.1 António Gedeão.
 6.2 Sophia de Mello Breyner Andresen.
 6.3 Alexandre O'Neill.
 6.4 Herberto Helder.

7 A Atividade Poética de Fernando Pessoa
 7.1 A concepção intelectualista da criação literária.
 7.2 O ortónimo.
 7.3 Alberto Caeiro.
 7.4 Álvaro de Campos.
 7.5 Ricardo Reis.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, A. **O Ser e o Tempo da Poesia**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
 CANDIDO, A. **O Estudo Analítico do Poema**. São Paulo: Humanitas, 2006.
 BREVE História da Literatura Portuguesa: autores: vida e obra. 3. ed. Lisboa: Texto, 2005.
 MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1998.
 REIS, C. **O Conhecimento da Literatura**: introdução aos estudos literários. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2001.
 SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da Literatura Portuguesa**. 17. ed. cor. atual. Porto: Porto, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUERBACH, E. **Figura**. São Paulo: Ática, 1997.
 CARVALHO, R. de. **O Texto Poético como Documento Social**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
 CASTRO, E. M. de M. e. **As Vanguardas na Poesia Portuguesa do Século Vinte**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
 CASTRO, S. **O Percorso Sentimental de Cesário Verde**: análise semântica da obra poética. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.
 COELHO, J. do P. **A Originalidade da Literatura Portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
 GUILLÉN, C. **Teorías de la Historia Literaria**: ensayos de teoría. Madrid: Espasa Calpe, 1989.
 JUNQUEIRA, R. S. **Florbela Espanca**: uma estética da teatralidade. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.
 LISBOA, E. **O Segundo Modernismo em Portugal**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
 _____. **Poesia Portuguesa**: do «Orpheu» ao Neo-Realismo. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
 MACHADO, A. M. **O Romantismo na Poesia Portuguesa**: de Garrett a Antero. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
 _____. **As Origens do Romantismo em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1979.

MARTINHO, F. J. B. Pessoa e a Moderna Poesia Portuguesa . 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
MELLO, C. O Ensino da Literatura e a Problemática dos Géneros Literários . Coimbra: Almedina, 1998.
MOISÉS, C. F. O Desconcerto do Mundo: do Renascimento ao Surrealismo . São Paulo: Escrituras, 2001.
_____. Poesia e Realidade: ensaios acerca de poesia brasileira e portuguesa . São Paulo: Cultrix, 1977.
REIS, C. Técnicas de Análise Textual: introdução à leitura crítica do texto literário . 3. ed. rev. Coimbra: Almedina, 1992.
SPAGGIARI, B. O Simbolismo na Obra de Camilo Pessanha . Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
SPINA, S. [org.]. História da Língua Portuguesa . Cotia: Ateliê, 2008.
TOLEDO, D. de O. [org.]. Teoria da Literatura: formalistas russos . Porto Alegre: Globo, 1971.

DISCIPLINA: TRADIÇÕES NARRATIVAS DA LITERATURA PORTUGUESA: DO SÉC. XIX À ATUALIDADE	CÓDIGO: 04236
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h	PRÁTICAS:
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04329.	
CO-REQUISITO(S): Nenhum.	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 5.º semestre.	
OBJETIVOS	
Privilegiando-se o inquérito ao texto literário em sua inscrição histórica, investigarem-se, à luz do conceito de tradição, manifestações da narrativa portuguesa do séc. 19 à atualidade.	
EMENTA	
Linhas de força da narrativa portuguesa do séc. 19 à atualidade: modos, gêneros e temas, considerando-se as criações literárias em sua inserção histórica.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA	
1 Elementos de Teoria da Ficção e de Narratologia	
1.1 Discurso sobre a realidade e discurso ficcional.	
1.2 Componentes da narrativa.	
2 A «Cor Local»	
2.1 Almeida Garrett.	
2.2 Júlio Dinis.	
2.3 Aquilino Ribeiro.	
3 O Modo Realista de Composição Ficcional	
3.1 Eça de Queirós.	
3.2 José Maria Ferreira de Castro.	
3.2 Joaquim Paço d'Arcos.	
3.3 Joaquim Soeiro Pereira Gomes.	
3.5 António Alves Redol.	
3.6 Fernando Namora.	
4 A Narrativa Centrada na Elaboração Psicológica	
4.1 José Rodrigues Miguéis.	
4.2 João Gaspar Simões.	

- 4.3 Branquinho da Fonseca.
 4.4 Vergílio Ferreira.
 4.5 Agustina Bessa-Luís.

- 5 A Narrativa Trágica
 5.1 Camilo Castelo Branco.
 5.2 Fialho de Almeida.
 5.3 José Régio.
 5.4 Miguel Torga.
 5.5 Manuel da Fonseca.

- 6 Dialogismo Discursivo
 6.1 Alexandre Herculano.
 6.2 Jorge de Sena.
 6.3 José Saramago.
 6.4 José Cardoso Pires.
 6.5 António Lobo Antunes.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BREVE História da Literatura Portuguesa: autores: vida e obra. 3. ed. Lisboa: Texto, 2005.
 MARQUES, A. H. de O. **Breve História de Portugal**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1998.
 REIS, C. **O Conhecimento da Literatura**: introdução aos estudos literários. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2001.
 _____. **O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português**. Coimbra: Almedina, 1983.
 SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da Literatura Portuguesa**. 17. ed. cor. atual. Porto: Porto, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BOËCHAT, M. C. B.; OLIVEIRA, P. M.; OLIVEIRA, S. M. P. de [orgs.]. **Romance Histórico**: recorrências e transformações. Belo Horizonte: FALÉ; UFMG, 2000.
 CALBUCCI, E. **Saramago**: um roteiro para os romances. São Paulo: Ateliê, 1999.
 CHAVES, C. B. **O Romance Histórico no Romantismo Português**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1979.
 COELHO, J. do P. **A Originalidade da Literatura Portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
 EMINESCU, R. **Novas Coordenadas do Romance Português**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
 LEPECKI, M. L. **Romantismo e Realismo na Obra de Júlio Dinis**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1979.
 LISBOA, E. **O Segundo Modernismo em Portugal**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
 MACHADO, A. M. **A Novelística Portuguesa Contemporânea**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
 MENDONÇA, F. **A Literatura Portuguesa no Século XX**. São Paulo: HUCITEC, 1973.
 _____. **O Romance Português Contemporâneo**. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966.
 MOISÉS, C. F. **O Desconcerto do Mundo**: do Renascimento ao Surrealismo. São Paulo: Escrituras, 2001.
 MELLO, C. **O Ensino da Literatura e a Problemática dos Géneros Literários**. Coimbra: Almedina, 1998.
 NEVES, L. M. B. P. das *et al.* [orgs.]. **Literatura, História e Política em Portugal**: 1820-1856. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.
 PAIVA, J. R. de. **O Lugar de Vergílio Ferreira na Literatura Portuguesa do Século XX**. Recife: Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano, 2006.
 PINA, Á.. **Liberdade e Subjetividade no Realismo**. Lisboa: Horizonte, 1983.
 _____. **Realismo e História**: ensaio teórico e crítico sobre protagonistas literários. Lisboa: Horizonte, 1978.
 REIS, C.. **Técnicas de Análise Textual**: introdução à leitura crítica do texto literário. 3. ed. rev. Coimbra: Almedina, 1992.
 SPINA, S. [org.]. **História da Língua Portuguesa**. Cotia: Ateliê, 2008.

TORRES, A. P. **O Movimento Neo-Realista em Portugal**: em sua primeira fase. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
 ZILBERMAN, R. *et al.* **Eça e Outros**: diálogos com a ficção de Eça de Queirós. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

6.5.2. COMPONENTES OBRIGATÓRIOS – Departamento de Educação

DISCIPLINA:	DIDÁTICA DO ENSINO DA LÍNGUA(GEM)
CÓDIGO:	05200
DEPARTAMENTO:	DE EDUCAÇÃO ÁREA DEPARTAMENTAL: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
CARGA HORÁRIA TOTAL:	60h
NÚMERO DE CRÉDITOS:	4
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	4h
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	TEÓRICAS: 3 PRÁTICAS: 1
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S):	05268
CO-REQUISITO(S):	NENHUM
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:	7º Semestre
OBJETIVOS	Identificar e analisar de forma crítica métodos, materiais didáticos, currículo e avaliação ensino/aprendizagem de práticas pedagógicas dos eixos de ensino de língua e literatura.
EMENTA	Reflexão sobre formação docente e didática no ensino de língua e literatura: planejamento das práticas pedagógicas, procedimentos, recursos/materiais didáticos e avaliação do ensino-aprendizagem.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA	1. Didática do Ensino de Língua e Literatura 2. Currículo por Conteúdo e Currículo por Competência: objetivos, conteúdos e procedimentos 3. Transposição Didática no Ensino de Língua e Literatura 4. Sequência Didática no Ensino de Língua e Literatura 5. Língua, Literatura e Interdisciplinaridade 6. Linguagem, Ensino e Ludicidade 7. Práticas Pedagógicas dos eixos de ensino de língua/literatura: 7.1 Concepções de Linguagem 7.2. A Leitura como Objeto de Ensino 7.3. A Escolarização da Produção Escrita 7.4. O Trabalho com Textos Orais na Sala de Aula 7.5. Ensino de Língua e Literatura: integração/separação 7.6. Análise Linguística na Aula de Língua
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA	1. Material Didático e Ensino-Aprendizagem 2. Sala de Aula como Lugar de Pesquisa 3. Avaliação no Ensino-aprendizagem de Língua e Literatura

no

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRUNO, F. C. (Org.). **Ensino-aprendizagem de Línguas Estrangeiras: reflexão e Prática**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- COLL, C., POZO, J. I.; SARABAIA, B.; VALLS, E. **Os Conteúdos na Reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- DANTAS, J. M. de S. **Didática da Literatura**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- MORETTO, V.P. **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PIMENTA, S. (Org.) **Didática e Formação de Professores: percurso e perspectiva no Brasil e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim *et al.* **Gêneros Orais e Escritos na Escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- _____. Os Gêneros Escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Revista Brasileira de Educação – ANPED**, n. 11, p. 5-16, 1999.
- SUASSUNA, L. **Ensaio de Pedagogia da Língua Portuguesa**. Recife: Editora Universitária, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ROJO, R.; BATISA, A A G (org.). **Livro Didático de Língua Portuguesa: letramento e cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- BATISA, A A G. **O Texto na Escola: uma história**. Belo Horizonte: Autêntica. Coleção de Alfabetização, 2004.
- ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2008**. Ministério da Educação, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental, Ministério da Educação e do Desporto, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BUNZEN, C.; MENDONÇA, M.(org.) **Português no Ensino Médio e Formação do Professor**. São Paulo: Parábola, 2006.
- CEIA, C. A **Literatura Ensina-se?: estudos de teoria literária**. Lisboa: Colibri, 1998.
- CHIAPPINI, L. (org.). **Aprender e Ensinar com Textos**. São Paulo: Cortez, 1997.
- DIONÍSIO, A.P. BEZERRA, M. A. **O Livro Didático de Português**. Múltiplos Olhares. São Paulo: Lucerna, 2002.
- DIONÍSIO, A. *et al* (org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- ESTEBAN, M. T. **Escola, Currículo e Avaliação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FELIPE, J. da S.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. **Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas, em Diferentes Áreas do Currículo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GERALDI, J. W. (org.). **O Texto na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. **Linguagem e Ensino**. Exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- KLEIMAN, A. **Leitura: ensino e pesquisa**. São Paulo: Pontes, 1989.
- LEIS, H. R. Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade. In **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis, p.3-22, jul.2007.
- ROJO, R.; BATISTA, A.A. G. **Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita**. Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 2003.
- SANTOMÉ, J.T. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVEIRA, R. B.L. [et al.]. **Didática e Metodologia Aplicada ao Ensino Fundamental**. Fortaleza: Universidade Estadual do Vale do Acaraú, 2000.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Base Curricular Comum para as Redes Públicas de Ensino de Pernambuco: língua estrangeira moderna/Secretaria de Educação**. Recife: SE, 2008.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Base Curricular Comum para as Redes Públicas de Ensino de Pernambuco: língua portuguesa/Secretaria de Educação**. Recife: SE, 2008.
- PERRENOUD, P. **As Competências para Ensinar no Século XXI: a formação dos professores e o**

desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. **Os Ciclos de Aprendizagem:** um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **A Prática Reflexiva no Ofício de Professor:** profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

POSSENTI, S. 2002. **Por que (não) Ensinar Gramática na Escola.** Campinas: Mercado das Letras.

PRESTES, M. L. de M. **Leitura e (Re)escritura de Textos.** Subsídios teóricos e práticos para o seu ensino. São Paulo: Cortez, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. 2004. **Gramática - ensino plural.** Editora Cortez: São Paulo.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I	CÓDIGO: 05359
DEPARTAMENTO: DE EDUCAÇÃO	ÁREA DEPARTAMENTAL: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 6	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 6h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 4h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04325 E 05140 E 04320 E 04318 E 04322 E 04326 E 04324 E 04328 E 05139 E 04321 E 04329 E 04319 E 04323 E 04327 E 05317 E 05319	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 6º semestre	
OBJETIVOS	
Identificar e vivenciar a Escola e sua dinâmica a partir de documentos, reuniões/conselhos de classes, e observações de práticas pedagógicas escolares na área de língua/literatura.	
EMENTA	
Estudo da ecologia da escola com ênfase no projeto político pedagógico, infraestrutura, reunião de professores/conselho de classe e observação das práticas pedagógicas no Ensino Fundamental/Médio.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA	
1. Instrumentos de observação e análise:	
1.1. Técnicas de Observação	
1.2. Instrumentos de Coleta de Dados	
1.3. Teoria e Análise de Dados	
1.4. A Categorização dos Dados	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA	
1. Organização do trabalho escolar:	
1.1 Projeto Político Pedagógico/ Regimento Escolar	
1.2 Conselho de Classe	

1.3 Organização Estudantil 1.4 Documentos e Funcionamento da Escola. 2. Organização Curricular: 2.1 Conteúdo Programático e Contextualização 2.2 Plano de Ensino 2.3 Plano de Aula 2.4 Pedagogia de projetos 3. Espaço Escolar, Ensino e Interação: 3.1 Biblioteca 3.2 Laboratórios 3.3 Salas de Aula e Espaços de Ensino-aprendizagem 3.4 Sala de Professores 3.5 Espaços de Convivência e de Lazer 4. Orientação para Produção de Relatório
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRÉ, M. (org.). O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores. Campinas: Papyrus, 2001. FAZENDA, I. C. A. [et al]. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. Campinas: Papyrus, 2005. LIBÂNEO, J. C. Adeus Professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2007. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de & TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2006. PERRENOUD, P. 10 Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000. TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. TURRA, D. E., SANT'ANNA, F. M & GODOY, C. M. Planejamento de ensino e avaliação. Porto Alegre: Sagra. 1988. VIANNA, H. M. Pesquisa em Educação— a observação. Brasília: Líber Livro, 2007. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALARCÃO, I. Escola Reflexiva e Nova Racionalidade. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. _____. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003. APPLE, M. W. & BEANE, J. A. (org.). Escolas Democráticas. São Paulo: Cortez, 2001. BAGNO, M. A Pesquisa na Escola. São Paulo: Loyola, 2000. BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Livros Didáticos PNLD 2008. Ministério da Educação. Brasília; MEC, 2007 BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, Brasília, 1996. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental, Ministério da Educação e do Desporto, 1998. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. CANDAUI, V. M. Didática, Currículo e Saberes Escolares. Rio de Janeiro, DP&A, 2002. DEMO, P. A Nova LDB: ranços e avanços. Campinas, SP: Papyrus, 1997. GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan/mar. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf >. Acesso em: 20 de out. de 2009. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. _____. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1999. MAINARDES, J. Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2007. MIRANDA, H. da S. Dossiê Direitos da Criança e do Adolescente. Recife: CCS Gráfica Editora, 2010. MORETTO, V.P. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências.

Petrópolis: Vozes, 2008.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Base Curricular Comum para as Redes Públicas de Ensino de Pernambuco**: língua estrangeira moderna/Secretaria de Educação. Recife: SE, 2008.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Base Curricular Comum para as Redes Públicas de Ensino de Pernambuco**: língua portuguesa/Secretaria de Educação. Recife: SE, 2008.

PERRENOUD, P. **Os Ciclos de Aprendizagem**: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Philippe. 1999. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul.

_____. **Construir as Competências desde a Escola**. Artmed, 1999.

PIMENTA, S.O **Estágio na Formação de Professores**: unidade teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

RECIFE, Prefeitura. Secretaria de Educação. Diretoria Geral de Ensino. **Tempos de Aprendizagem, Identidade Cidadã e Organização da Educação Escolar em Ciclos**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVEIRA, Regina B.L. [et al]. **Didática e Metodologia Aplicada ao Ensino Fundamental**. Fortaleza: Universidade Estadual do Vale do Acaraú, 2000.

PILETTI, N. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental**. São Paulo: Ática, 2007.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Caminhos da Profissionalização do Magistério**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II	CÓDIGO: 05360
DEPARTAMENTO: DE EDUCAÇÃO	ÁREA DEPARTAMENTAL: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 6	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 6	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2 PRÁTICAS: 4	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 05359	
CO-REQUISITO(S): 05200	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 7º Semestre	
OBJETIVOS	
Identificar e analisar pontos de convergência entre disciplinas, planejar e elaborar projeto didático para intervenção pedagógica no ambiente de ensino/aprendizagem.	
EMENTA	
Reflexão, levantamento de dados, intervenção pedagógica por meio de projeto didático no Ensino Fundamental/Médio e em outros espaços e modalidades de formação do professor.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA	
1. Projeto Escolar: Intervenção e Educação	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA	

1. Interdisciplinaridade e Formação do Professor de Língua e Literatura 2. Interdisciplinaridade, Projeto Temático e Ensino: 2.1. Tema e Situação-problema; 2.2. Oficina de Leitura e Produção de Textos; Oficina Pedagógica Interdisciplinar (OPI); 2.3. Roda de Leitura; Clubes de Língua e Literatura. 3. Orientação para Produção de Relatório
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DALMÁS, A. Planejamento Participativo na Escola. Petrópolis: Vozes, 2008. LEIS, H. R. Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade. In Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, p.3-22, jul, 2007. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GANDIN, D. Planejamento como Prática Educativa. São Paulo: Loyola, 2007. GERALDI, J. W. A Aula como Acontecimento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 61. SANTOMÉ, J.T. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 2000. ZINANI, C.J.A. et al. Transformando o Ensino de Língua e de Literatura: análise da realidade e propostas metodológicas. Caxias do Sul, RS: EducS, 2002. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA, M. A.V. de; BARBOSA, R. M. N. Projetos Interdisciplinares em Ciências e Matemática: Fundamentos e Vivências. Recife: Bagaço, 2009. BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1998. BIANCONI, M. L.; CARUSO, F. Educação não-formal. Ciência e Cultura. n. 4, v. 57, p.20-20, 2005. CERVO, A. L. Metodologia Científica. São Paulo: Makron Books. COELHO, N. N. Literatura: arte, conhecimento e vida. São Paulo: Petrópolis, 2000. CORACINI, M. J. (org.). O Jogo Discursivo na Aula de Leitura – língua materna e língua estrangeira. São Paulo: Pontes, 2002. DAHER, D. C; GIORGI, M. C; RODRIGUES, I. C (org.). Trajetórias em Enunciação e Discurso – Práticas de Formação Docente. São Carlos: Claraluz, 2009. FAZENDA, I. C. A. et al. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. Campinas: Papirus, 2005. FORQUIM, J. C. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. FREIRE, P. A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2006. FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 GERALDI, J. W. Portos de Passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993. _____. (org.). O Texto na Sala de Aula. São Paulo: Editora Ática, 1997. GOHN, M. G. Educação não-formal e Cultura Política: impacto sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2008. HERNÁNDEZ, F. Transgressão e Mudança na Educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre, Artmed, 1998. KLEIMAN, Ângela. (org.). Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999. LAJOLO, Marisa. A Formação da Leitura no Brasil. Ática: São Paulo, 2003. _____. Do Mundo da Leitura à Leitura do Mundo. São Paulo: Ática, 1993. WEBER, S. O Professorado e o Papel da Educação na Sociedade. São Paulo: Papirus, 1996. SANTAELLA, L. Produção de Linguagem e Ideologia. São Paulo: Cortez, 1996. SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986. SOLÉ, Isabel. Estratégia de Leitura. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ENSINO
CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h
NÚMERO DE CRÉDITOS: 6
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 6h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 4h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:
PRÉ-REQUISITO(S): 05360
CO-REQUISITO(S): NENHUM
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 8.º Semestre
OBJETIVOS
Elaborar planos de aula, material didático e instrumentos de avaliação para o ensino/aprendizagem de língua espanhola na regência em sala de aula.
EMENTA
Elaboração de planejamento, produção de material didático e de instrumentos de avaliação de língua espanhola e literatura de língua espanhola; regência no ensino Fundamental/Médio e em núcleos de línguas ou escolas de idiomas.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA 1. Plano de Ensino e Regência: método, enfoque e currículo nos documentos educativos fundamentais 2. Análise de Necessidades e Adequação às Condições Técnicas da Sala de Aula e do Grupo/classe e Instituição Educativa: 2.1. O Contrato Pedagógico: negociação de demandas dos alunos, da sociedade e do MEC. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA 1. Análise de materiais didáticos: 1.1. Critérios de Seleção e Elaboração: variação e adequação 1.2. Dados empíricos da língua 2. O Ensino das Quatro Habilidades e da Competência Comunicativa: 2.1. Práticas de Letramento nas Modalidades Oral e Escrita 2.2. Gêneros: dimensão linguística e paralinguística em língua corrente e língua literária 3. Enfoque por Tarefas: trabalho autônomo, cooperativo, interativo, construtivo, hipertextual, multissemiótico com as TICs 4. Avaliação e Enfoque Curricular no Processo de Ensino-Aprendizagem: 4.1. Análise Contrastiva, Análise de Erros e Interlíngua na Aquisição de Língua como processo 4.2. Avaliação Cumulativa e Formativa em Ensino de Língua Estrangeira 5. O Professor em Sala de Aula: integração e motivação: 5.1. Ensino do Componente Estratégico: aprender a aprender 5.2. Abordagem para o Ensino de Espanhol: o enfoque curricular e a perspectiva sociointeracionista 6. Orientação para Produção de Relatório

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARLAN, F. **Didáctica del Español como Lengua Extranjera**. Madrid: Cuadernos de Tiempo Libre, 1996.

BARROS, L. G.; DINIZ, A. G. (org.) **Español** – nuevos aportes y materiales. Florianópolis: [s.n.], 2003.

CELADA, M. T. **O Espanhol para o Brasileiro**. Uma língua singularmente estrangeira. Tese de doutorado apresentada para a UNICAMP, 2002.

CELADA, M. T.; GONZÁLEZ, N. M. Los estudios de lengua española en Brasil. In: **Anuario de Estudios Hispánicos**, 2000. Brasília: Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España en Brasil, n. X, Suplemento “El hispanismo en Brasil”, p. 35-58, 2001.

ERES FERNÁNDEZ, G.; BAPTISTA, L. **La Enseñanza de Lenguas Extranjeras y la Evaluación**. Madrid: Arco Libros, 2010.

GARCÍA SANTA-CECILIA, A. **El Currículo de Español como Lengua Extranjera**. Madrid: Edelsa, 1995.

MARTÍN, J.P., POZA, A. et al. **Lengua, Cultura y Literatura Aplicadas a la Enseñanza-aprendizaje de E/LE**. Recife: Bagaço, 2008.

PASTOR CESTEROS, S. **Aprendizaje de Segundas Lenguas: Lingüística Aplicada a la enseñanza de idiomas**. (2006). Alicante, España: Publicaciones de la Universidad de Alicante.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABIO, G. et al. **A Plataforma “AVE” do Instituto Cervantes: a posição analítica da COPESBRA**, 2010. Disponível em: www.Letras.Ufscar.br/linguasagem.

ALARCOS LLORACH, E. **Gramática de la Lengua Española**. Madrid: Espasa-Calpe, 2000.

BRUNO, F. C. (org.). **Ensino-aprendizagem de Línguas Estrangeiras: Reflexão e Prática**. São Carlos: Claraluz, 2005.

BOSQUE, Ignacio et DEMONTE, Violeta. **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madrid: RAE y Espasa Calpe, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008: Língua estrangeira / Ministério da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental, Ministério da Educação e do Desporto**, 1998.

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CONSEJO DE EUROPA. **Marco Común Europeo de Referencia para las Lenguas: aprendizaje, enseñanza y evaluación**. Madrid: MECD, Instituto Cervantes y Anaya, 2002. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/obref/marco>.

GRIFFIN, K. **Lingüística Aplicada a la Enseñanza del Español como 2/L**. (Colección Manuales de Formación de Profesores de Español 2/L) Madrid: Arco/Libros, 2005.

LEMO, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NÚÑEZ, R.; DEL TESO, E. **Semántica y Pragmática del Texto Común**. Producción y comentario de textos. Madrid: Cátedra, 1996.

MASIP, V. **Gramática Española para Brasileiros**. Barcelona: Difusión, 1999.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **¿Qué Español Enseñar?** Madrid: Arco Libros, 2000.

PARQUETT, M.; TROUCHE, A. (org.). **Formas e Linguagens**. Tecendo o hispanismo no Brasil. Rio de Janeiro: CCLS Publishing House, 2004.

PÉREZ ESTEVE, P. & ZAYAS, F. **Competencia en Comunicación Lingüística**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Base Curricular Comum para as Redes Públicas de Ensino de Pernambuco: língua estrangeira moderna/Secretaria de Educação**. Recife: SE, 2008.

PÓRTOLES, J. **Marcadores del Discurso**. Barcelona: Ariel, 2001.

SÁNCHEZ LOBATO, J. et SANTOS GARGALLO, I. **Vademécum para formación de profesores**. Enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE). Madrid: SGEL, 2004.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO IV

CÓDIGO: 05362

DEPARTAMENTO: DE EDUCAÇÃO ÁREA DEPARTAMENTAL: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 135h
NÚMERO DE CRÉDITOS: 9
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 9
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3 PRÁTICAS: 6
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:
PRÉ-REQUISITO(S): 05361
CO-REQUISITO(S): NENHUM
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO: 9º Semestre
OBJETIVOS
Elaborar planos de aula, material didático e instrumentos de avaliação para o ensino/aprendizagem de língua portuguesa e literatura na regência em sala de aula.
EMENTA
Elaboração de planejamento, produção de material didático e de instrumentos de avaliação de língua portuguesa e literatura de língua portuguesa; regência no Ensino Fundamental/Médio.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA
1. Contrato Pedagógico, Plano de Aula e Regência
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA
1. Montagem do Plano de Estágio
2. Plano de Ensino
3. Elaboração de Atividades de ensino-aprendizagem:
3.1. Tecnologias do ensino de língua/literatura
3.1.1. Instrumentos de referência;
3.1.2. Seleção e Produção de Material Didático.
4. Avaliação e Currículo no Cotidiano Escolar
4.1. Avaliação como Instrumento de Ensino-aprendizagem;
4.2. Avaliação de Material Didático;
4.3. Avaliação e Autoavaliação;
4.4. Currículo e Avaliação;
4.5. Currículo Real e Currículo Oculto;
4.6. Currículo, Conteúdos e Cotidiano Escolar.
5. Orientação para produção de Relatório
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ANDRÉ, M. (org.). O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores . Campinas: Papirus, 2001.
AUROUX, S. Revolução Tecnológica da Gramatização . Campinas: Pontes, 1992.
DANTAS, J. M. de S. Didática da Literatura . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
HOFFMANN, J. M. L. Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação . Porto Alegre: Mediação, 2005.
LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições . São Paulo: Cortez, 2005.
MARCUSCHI, B.; SUASSUNA, L. Avaliação em Língua Portuguesa . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
MELCHIOR, M. C. Avaliação para Qualificar a Prática Docente: espaço para a ação . Porto Alegre, Premier, 2001.
MORETTO, V.P. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências . Petrópolis: Vozes, 2008.
SANT'ANNA, I. M. & SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê?

Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AQUINO, J. G. (org.). **Erro e Fracasso Escolar**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.
- BARBOSA, M. L. F. de; SOUZA, I. P. (org.). **Práticas de Leitura no Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BAGNO, M. **A Pesquisa na Escola**. São Paulo: Loyola, 2000.
- BORDINI, M. da G. **Guia de Leituras para Alunos de 1º e 2º graus**. Centro de Pesquisas Literárias. Porto Alegre: PUCRS/Cortez, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2008**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental, Ministério da Educação e do Desporto, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- COELHO, N. N. **O Ensino da Literatura**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- COSSON, Rildo. **Letramento Literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.
- COUTINHO, A. **O Ensino da Literatura**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1975.
- ROJO, R.; BATISA, A. G. (org.). **Livro Didático de Língua Portuguesa**: letramento e cultura da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DISCIPLINA: **DIDÁTICA** - **CÓDIGO**: 05268
ÁREA: Métodos e Técnicas de Ensino - **C/H TOTAL**: 60 horas - **Nº CRÉDITOS**: 04 **CARGA**
HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: - PRÁTICAS: - **TOTAL**: 04
PRÉ-REQUISITO:
CO-REQUISITOS:

EMENTA: A formação do educador, o processo ensino-aprendizagem, planejamento das práticas pedagógicas; objetivos, conteúdos, procedimentos, recursos e avaliação do processo ensino-aprendizagem.

CONTEÚDOS

UNIDADES E ASSUNTOS

1. A Didática no Contexto das Ciências da Educação: Sua contribuição na formação do educador.
2. O Processo Ensino-Aprendizagem: A Prática Pedagógica e os pressupostos teóricos metodológicos que apoiam. A relação professor-aluno e suas implicações no ensino-aprendizagem. O Currículo escolar e a prática pedagógica; em busca da interdisciplinaridade no cotidiano da sala de aula.
3. Planejamento de Ensino: Conceito / etapas características / necessidades. Definição dos objetivos de ensino. Seleção e organização sequencial de ensino. Organização das atividades de ensino. Definição dos procedimentos de avaliação.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M^a CÉLIA E MASETO, MARCOS T. O Professor Universitário em Sala de Aula. 5ª ed. SP., Editores Associados, 1993.
- ALVES, RUBEM. Estórias de quem Gostam de Ensinar. Cortez: Autores Associados, 1993.

- ALVITE, M MERCEDES CAPELO.** Didática e psicologia. SP., Ed. Loyola, 1987.
- BORDENAVE, JUAN DIAZ.** Estratégias de Ensino Aprendizagem. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.
- CANDAU, VERA MARIA.** A Didática em Questão. Petrópolis, Ed. Vozes, 1983.
- _____. Rumo a uma Nova Didática. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.
- CUNHA, M^a IZABEL.** O Bom Professor e sua Prática. SP., Ed. Papirus, 1992.
- FERREIRA, FRANCISCO WHITAKER.** Planejamento Sim ou Não. RJ., Ed. Paz e Terra, 1983.
- HOFFMAN, JUSSARA.** Avaliação: Mito e Desafio uma Perspectiva Construtivista. 3^a ed. Porto Alegre, 1992.
- _____. A Avaliação Mediadora: Uma prática em Construção da Pré-Escola à Universidade. Porto Alegre, Educação e Realidade, 1993.
- LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS.** Democratização da Escola Pública. SP., Ed. Loyola, 1988.
- MIZUKAMI, M^a DAS GRAÇAS N.** Ensino: As Abordagens do Processo. SP., EPU, 1986.
- SAUL, ANA M^a.** Avaliação Emancipatória. Petrópolis, Ed. Cortez, 1988.
- SAVIANI, DERMEVAL.** Escola e Democracia. SP., Cortez: Autores Associados, 1983.
- _____. Pedagogia História-Crítica: Primeiras Aproximações. 2^o ed. SP., Cortez, 1991.
- VEIGA, ILMA PASSOS ALENCASTRO.** Repensando a Didática. Campinas, SP., 1992.
- _____. A Prática Pedagógica do Professor de Didática. 3^a ed., SP., Papirus, 1994.

Emissão: DATA: 25/02/2002

Responsável: Apoio Didático

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DISCIPLINA: Fundamentos Filosóficos Históricos e Sociológicos da Educação

ÁREA: Planejamento e Administração Escolar - C/H TOTAL: 60 horas - N^o CRÉDITOS: 04

PRÉ-REQUISITO: Nenhum

CO-REQUISITOS:

EMENTA: Interpretação das diferentes concepções e práticas educacionais explicitando os pressupostos teórico-metodológicos subjacentes e suas implicações nas ações desenvolvidas no âmbito da prática pedagógica, numa perspectiva filosófica, histórica e sociológica.

CONTEÚDOS

UNIDADES E ASSUNTOS

UNIDADE I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

- Educação e Ensino - conceitos
- As teorias da educação: teorias não-críticas (pedagogia tradicional, nova e tecnicista); teorias críticos-reprodutivistas (escola com AIE, escola dualista, sistema de ensino violência simbólica).
- Escola democrática.
- O papel do educador e da escola no processo de transformação social.

UNIDADE II – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

- Antiguidade, Idade Média e Contemporaneidade.
- Brasil: Colônia, República, Anos 1930 e Contemporaneidade

UNIDADE III – A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- panorama educacional brasileiro: visão histórica.
- As condições concretas de ensino nas escolas brasileiras, particularizando o caso das escolas agrícolas.
- Propostas pedagógicas numa perspectiva de transformação social.
- As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Planos Nacionais de Educação.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, CARLOS R. **A Questão Política da Educação Popular**. S.P., Brasiliense, 1978.
- _____. **O que é Educação**. Brasiliense, 2001.
- ENGELS, F. **A Dialética da Natureza**. R.J., Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, PAULO. **Ação Cultural para a Liberdade**. R.J., Paz e Terra, 1978.
- _____. **Concepção Dialética da Educação**. R.J., Paz e Terra, 1971.
- GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação**. S.P., Cortez, 1988.
- _____. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. S.P., Ática, 1988.
- LOMBARDI, JOSÉ CLAUDINEL, SAVIANI, DERMEVAL, SANFELICE, JOSÉ LUIZ (orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, Autores Associados.
- NIDELCOFF, TEREZA. **Uma Escola para o Povo**. S.P., Brasiliense, 1979.
- ROMANELLI, OTAIZA. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- ROSA, M^a DA GLÓRIA. **História da Educação através de Textos**. S.P., Cultrix, 2004.
- SORJ, BERNARDO. **A Nova Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

Responsável: Apoio Didático

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DISCIPLINA: **Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira**

ÁREA: Planejamento e Administração Escolar - C/H TOTAL: 60 horas - Nº CRÉDITOS: 04

PRÉ-REQUISITO: 05139

CO-REQUISITOS:

EMENTA: Contextualização do processo de organização educacional no Brasil, com base na sua estrutura legal e seus condicionamentos econômicos, políticos e sociais.

OBJETIVOS:

- Analisar fatores condicionantes da estrutura e do funcionamento da educação brasileira seja numa perspectiva da construção histórica, seja privilegiando a contemporaneidade.
- Descrever sobre aspectos fundamentais da política educacional brasileira, no que concerne a estruturação dos sistemas de educação e seus mecanismos de operacionalização.

CONTEUDO BÁSICO

1. A Educação no Brasil até 1930
 - a. A influência dos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais na educação
 - b. A Educação no Ato Adicional de 1834, na Constituição de 1891 e na Constituição de 1924.
 - c. As principais reformas educacionais
2. O Sistema Educacional Brasileiro após 1930
 - a. Estrutura de produção
 - b. A criação do Ministério da Educação e Saúde e a Reforma Francisco Campos
 - c. As leis orgânicas do ensino

- d. LDB – Lei 4024/61: as discussões em torno de sua elaboração e a estrutura e funcionamento do ensino no texto aprovado.
- 3. O Sistema Educacional Brasileiro após 1964
 - a. A Reforma do Ensino Superior: Lei 5540/68
 - b. A Reforma de 1º e 2º Graus: Lei 5692/71
 - c. Educação de Jovens e Adultos: MOBRAL e Ensino Supletivo
 - d. A Política para o Ensino Profissionalizante a partir da Lei 7044/82
- 4. O Sistema Educacional Brasileiro a partir da década de 80
 - a. Educação na Constituição de 1988
 - b. O Plano Decenal de Educação para todos (1993-2003)
 - c. A nova LDB (Lei 9394/96)
- 5. Financiamento da Educação
 - a. O público e o privado
 - b. Fontes de financiamento

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. S. Paulo, Moderna 1989.
- BARATO, Jarbas Novelino. **Aqui, agora: novas tecnologias e ensino municipal**. IN: **Revista de Tecnologia Educacional**. Jul/out 1994
- BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa**.
- BRASIL. (1993) **Plano Decenal de Educação para Todos**. 1993-2003.
- BRASIL. MEC.(1996) **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. nº 9.394/96.
- BRITO DA SILVA, E. – **A Educação Básica pós-LDB**. S. Paulo, 1998.
- BRZEZINSKI, *LDB interpretada: diversos olhares se inter cruzam*. S. Paulo, Cortez, 1997
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo, UNESP, 1999
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto; TARNURI, Leonor Maria. **A Educação Básica no Brasil: dos primórdios até a primeira LDB**. IN: **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. Vários Autores. São Paulo, Pioneira, 2002
- CARNEIRO, M. A. – **LDB fácil, leitura sócio-compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis, Vozes, 1997
- CASTRO, C. M.; CARNOY, Martin (orgs.) **Como anda a reforma da Educação na América Latina?** Rio de Janeiro, FGV, 1997.
- CUNHA, L. A. – **Educação Pública: os limites do estatal e do privado**. IN: OLIVEIRA, R. P. – *Política educacional, impasse e alternativa*. S. Paulo, Cortez, 1995.
- DEMO, Pedro (1997) **A nova LDB - ranços e avanços**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- FÁVERO, O. – **A Educação nas Constituintes Brasileiras: 1823 – 1988**. S. Paulo, Autores Associados, 1996.
- GHIRALDELLI Jr, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003. (Capítulo 4)
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. Rio de Janeiro: Loyola.
- LUCKESI, C. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. S. Paulo, Cortez, 1997.
- MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade - desafios educacionais do terceiro milênio**. São Paulo: Cortez.
- MENESES, João Gualberto de Carvalho e outros (1998). **Estrutura e funcionamento da educação básica - Leituras**. São Paulo: Pioneira.
- MONLEVADE, J.; SILVA, M. A. – **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília, Idea, 2000.
- PERNAMBUCO. **Constituição do Estado**. 1989.
- PERNAMBUCO. **Plano Estadual de Educação** 1996/99.
- PERRENOUD, Philippe. **Novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.
- RECIFE. **Lei Orgânica da Cidade do Recife**. 1989.
- ROMANELLI, O. O. – **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1990.
- SAVIANI, D. – **A nova Lei da Educação: trajetória, Limites e perspectivas**. S. Paulo, Autores Associados, 1997.
- SAVIANI, D. – **Da nova LDB ao novo Plano Decenal de Educação: por outra política educacional**. Campinas, Autores Associados, 1999.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo, Pioneira, 1997.
 TIRAMONTI, Guilhermina. **Após os anos 90, novos eixos da discussão na política educacional da América Latina**. IN: Nora HRAWCZK et al. *O Cenário Educacional Latino-Americano no limiar di Século XXI: reformas e debates*. S. Paulo, Autores Associados, 2000.

Responsável: Apoio Didático

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DISCIPLINA: **Psicologia I**

CARGA HORÁRIA: 60 h

ÁREA DE ENSINO: Psicologia e Orientação Profissional

Ano: 2009

Ementa: Conceituação da Psicologia e seus processos psicológicos básicos, e suas implicações educacionais. Aspectos do desenvolvimento humano, com ênfase na adolescência e suas implicações educacionais.

Conteúdo Programático:

1ª. Unidade: Conceitos Introdutórios:

- 1.1. Conceito da Psicologia
- 1.2. Conhecimento científico x senso comum
- 1.3. Campos de atuação da Psicologia
- 1.4. Importância da Psicologia na Educação

2ª. Unidade: Processos Psicológicos Básicos e suas repercussões no ensino:

- 2.1. Percepção – Gestalt
- 2.2. Motivação e Emoção
- 2.3. Diferentes perspectivas no estudo da Inteligência
 - Abordagem Psicométrica
 - Teoria das Inteligências múltiplas
 - Inteligência Emocional

3ª. Unidade: Desenvolvimento Humano

- 3.1. Conceito, concepções, modelos teóricos e implicações educacionais.
- 3.2. Períodos evolutivos

4ª Unidade: Adolescência

- 4.1. Caracterização da Puberdade e da Adolescência
- 4.2. Relações sócio-afetivas
- 4.3. Desenvolvimento moral
- 4.4. Conflitos da Adolescência
- 4.5. A escolha profissional

4ª Unidade: Idade adulta e a Terceira Idade

- 5.1. Família
- 5.2. Trabalho

BIBLIOGRAFIA:

ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981.

ALENCAR, E. M. L. S. Psicologia: introdução aos princípios básicos do comportamento Petrópolis, Vozes, 1980.

BARROS, C. S. G. Pontos em Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo, Ática, 1997.

BECKER, D. O que é adolescência. São Paulo, Brasiliense, 1987.

- BEE, H. L. & MITCHELLS, K. A pessoa em desenvolvimento. São Paulo, Harper Row do Brasil, 1984.
- BOCK, A.M., FURTADO, O. & TEIXEIRA, M.L. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo, Saraiva, 1993.
- CARRAHER, T.N. O método clínico: usando os exames de Piaget. Petrópolis, Vozes, 1983.
- COLL, C.; PALACIOS, J. & MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação- Psicologia da Educação. Porto Alegre, Artes Médicas, v. 1, 1996.
- DALTO, F. A causa dos adolescentes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- DAVIDOFF, L.L. Introdução à Psicologia. São Paulo, McGraw Hill do Brasil, 1983.
- ENDERLE, C. Psicologia da adolescência. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.
- HEIDBREDER, E. Psicologias do século XX. São Paulo, Mestre Jou, 1981.
- HENNEMAN, R.H. O que é Psicologia. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- HERBERT, M. Convivendo com adolescente. Rio de Janeiro, Bertand Brasil S/A, 1991
- MUSSEN, CONGER & KAGAN. Desenvolvimento e personalidade da criança. São Paulo, HARBRA, 3ª edição, 1995.
- OSÓRIO, L.C. Adolescente hoje. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- PIMENTA, S. G. Orientação vocacional e decisão - estudo crítico da situação no Brasil. São Paulo, Loyola, 1981.
- PISANI, E. et. all. Psicologia geral. Caxias do Sul, EDUCS, 1980.
- RODRIGUES, M. Psicologia Educacional. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1981.
- ROSA, M. Psicologia da adolescência. Petrópolis, Vozes, v. 1,2,3, 1988.
- SILVA, J. A. da. Inteligência Humana: abordagens biológicas e cognitivas. São Paulo, Lovise, 2003.

Data de Emissão: 11/05/2011

Responsável: Apoio Didático

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DISCIPLINA: **Psicologia II**

CARGA HORÁRIA: 60 h

ÁREA DE ENSINO: Psicologia e Orientação Profissional

Ano: 2009

EMENTA

Pressupostos epistemológicos e fundamentos psicológicos da aprendizagem, e suas implicações nas práticas pedagógicas. Perspectivas atuais acerca do processo de ensino-aprendizagem a partir da contribuição da psicologia e da educação.

OBJETIVO

Identificar e analisar as tendências teóricas da Psicologia da Aprendizagem que dão suporte às práticas pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.Introdução aos fundamentos epistemológicos, psicológicos e pedagógicos da aprendizagem:

- Concepções: Ambientalista, Inatista, Interacionista
- Perspectivas filosóficas: Empirismo, Racionalismo, Apriorismo e Materialismo Dialético
- Perspectivas Psicológicas: Teoria Comportamentalista e Teorias Psicogenéticas
- Implicações educacionais: Modelo Tradicional e Modelo Construtivista

2.Teorias Psicogenéticas:

2.1.O Construtivismo Genético de Jean Piaget: A concepção de inteligência e desenvolvimento cognitivo; conceitos fundamentais da teoria da equilibração: estrutura, esquemas, adaptação, equilibração, conflito cognitivo; implicações educacionais.

2.2.A Teoria sócio cultural de Lev Vygotsky: influências filosóficas: o materialismo dialético de Marx e Engels; conceitos fundamentais: mediação, instrumentos e signos, zona de desenvolvimento proximal; relação entre: desenvolvimento e aprendizagem / pensamento e linguagem; implicações educacionais.

2.3.Perspectivas pós-construtivistas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem:

2.3.1. Pesquisas Atuais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Básica:

DAVIS,C. & OLIVEIRA, Z. Psicologia na Educação. São Paulo: Cortez,1990.

CUNHA, M. V. Psicologia da Educação. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

FRANCO, S.R.K. O construtivismo e a educação. Porto Alegre, Mediação, 4ª edição, 1995.

OLIVEIRA, M.K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo, Scipione, 1993.

REGO,T.C. Vygotsky: uma perspectiva sócio-cultural da educação. Petrópolis, RJ, Vozes, 6ª edição, 1998.

Complementar:

BECKER, F. Educação e Construção do conhecimento. Porto Alegre, Artes Médicas 2001.

BRITO LIMA, A.P. A teoria sócio-histórica de Vygotsky e a educação: reflexões psicológicas.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, nº 198, maio-agosto/2000, pp. 219-228.

CASTORINA, J. et al. Piaget - Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo, Ática, 3ª edição, 1996.

HESEN, J. Teoria do Conhecimento. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

VYGOTSKY,L.S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY,L.S. A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

WADSWORTH, B.J. Inteligência e Afetividade da criança na teoria de Piaget. São Paulo, Pioneira Educação, 1993.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DISCIPLINA: **Metodologia da Pesquisa em Educação L**

CÓDIGO: 05289

ÁREA: Métodos e Técnicas de Ensino - C/H TOTAL: 60 horas - Nº CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 04 - PRÁTICAS: 0 - TOTAL: 04
 PRÉ-REQUISITO:
 CO-REQUISITOS:

Ementa: Pesquisa em Educação. Objetivos e limites da pesquisa educacional. Análise de resultados alcançados em pesquisas teóricas e de campo. Importância das pesquisas quantitativas e qualitativas na formação do educador. O significado da pesquisa no cotidiano do profissional de educação. Importância do conhecimento teórico-prático na formação acadêmica. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica de trabalhos acadêmicos nas normas da ABNT. Elaboração de projeto de pesquisa.

CONTEÚDOS

UNIDADES E ASSUNTOS

1. Ciência e Método Científico
 - Pesquisa em ciências sociais e humanas
 - Pesquisa teórica e pesquisa de campo
 - Pesquisa Científica em Educação
2. Projeto de Pesquisa
 1. Plano de trabalho
 2. Anteprojeto
 3. Relatório de Pesquisa

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ALVES-MAZZOTTI, A; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: pioneira, 1998.

ANDRADE, M. A. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANDRÉ, M. (org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

FAZENA, I. & SEVERINO, J. (org.) **Conhecimento pesquisa e educação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: vozes, 2007.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E; FRANCO M. A. S. (orgs) **Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: edições Loyola, 2006.

COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Normalização da documentação no Brasil (NBR6023)**. Rio de Janeiro, IBBD, 2002.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer: projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. Revista de acordo com a ABNT. São Paulo: ATLAS, 1996.

6.5.3. COMPONENTES OBRIGATÓRIOS – Departamento de Estatística e Informática

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À MICROINFORMÁTICA		CÓDIGO: 06211
DEPARTAMENTO: de ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA		ÁREA: INFORMÁTICA
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 horas		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	TEÓRICAS: 30	PRÁTICAS: 30
PRÉ-REQUISITOS: não há.		
CO-REQUISITOS: não há.		
EMENTA		
Software e Hardware. Sistemas Operacionais. Editores de Texto. Software de Apresentação. Planilhas eletrônicas. Redes		
CONTEÚDOS		
UNIDADES E ASSUNTOS		
1 NOÇÕES DE HARDWARE 1.1 Tipos de Computadores. 1.2 Microprocessadores: tipos CPU's utilizadas em microcomputadores. Fatores que influenciam na velocidade de processamento. 1.3 Dispositivos de entrada e saída: teclado, mouse, monitor de vídeo, impressoras, outros dispositivos de E/S. 1.4 Memória: tipos de dispositivos de armazenamento. Desempenho das unidades. Padrões de interface das unidades de disco. 2 NOÇÕES DE SOFTWARE 2.1 Tipos de software: básico e aplicativo. 2.2 Software básico: sistemas operacionais e tradutores. Software aplicativo: tipos e funções. 3 SISTEMAS OPERACIONAIS 3.1 Definição. 3.2 Interface de linha de comando. Interface gráfica. 3.3 Categorias de sistemas operacionais: multitarefa, multiusuários e multiprocessadores. 3.4 Sistemas operacionais para microcomputadores: comandos básicos de sistemas operacionais de interface gráfica e de interface de linha de texto. Gerenciamento de arquivos. Gerenciamento de hardware. 4 EDITORES DE TEXTO 4.1 Criando um documento: armazenamento, recuperação e impressão de textos. 4.2 Seleção, cópia e transferência de blocos. 4.3 Formatação de texto: fonte, parágrafo, tipos de alinhamento e utilização de macros. 4.4 Elementos gráficos, figuras e editoração de textos. 4.5 Noções macros. 4.6 Comparação de Editores. 5 NOÇÕES DE SOFTWARE DE APRESENTAÇÃO 5.1 Operações básicas com apresentações; criar, abrir e salvar apresentações. 5.2 Operações com slides: mover, copiar, duplicar, excluir, aplicar estrutura, alterar o layout de slides, animação de slides. 5.3 Recursos de texto e recursos gráficos; cor, formatação de fonte, inserção e edição de figuras. Utilização de equações, tabelas e gráficos. Comparação de Software de apresentação. 6. INICIAÇÃO AO USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS 6.1 Operações básicas: criar, abrir e salvar e imprimir. 6.2 Operações com planilhas: mover, gerenciar alterar e formatar. 6.3 trabalhando com gráficos: criar formatar e importar. 7. NOÇÕES DE REDES 7.1 Histórico. 7.2 Objetivos. 7.3 Meios de comunicação. 7.4 Tipos de redes: redes locais e redes remotas. 7.5 Topologias de rede: barramento, estrela, anel. 7.6 Acesso a computadores remotos. 7.7 Transferência de arquivos. 7.8 Correio eletrônico.		

BIBLIOGRAFIA

NORTON, P. Introdução à informática. Editora Makron Books, 1996.

VELOSO, F. C. Informática – Uma introdução. Editora campus, 1991.

GONIK, L. Introdução Ilustrada à Computação. 1ª Ed., Editora Harbra, 1986.

6.5.4. COMPONENTES OPTATIVOS – Departamento de Letras e Ciências Humanas

DISCIPLINA:	DIACRONIA DO TEXTO E TRADIÇÕES DISCURSIVAS	CÓDIGO:
DEPARTAMENTO:	DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL:	45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS:	3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	3h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 1h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:		
PRÉ-REQUISITO(S):	Nenhum	
CO-REQUISITO(S):	Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:		
OBJETIVOS	Compreender e discutir criticamente os processos de mudança e permanência dos elementos constitutivos do texto em diferentes condições de produção, numa perspectiva diacrônica de análise.	
EMENTA	Estudo das mudanças e permanências da língua em função da história dos textos: contribuição para uma abordagem diacrônica das tradições discursivas do português brasileiro.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)		
CONTEÚDOS		
UNIDADES E ASSUNTOS		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	1. Constituição de <i>corpora</i> diacrônicos; 2. Transcrição e identificação de <i>corpora</i>; 3. Da tradição retórica à tradição discursiva; 4. A contextualização sócio-histórica da língua e dos textos; 5. A historicidade da língua e dos textos; 6. A autonomização dos textos no contínuo histórico; 7. Diacronia dos processos constitutivos do texto; 8. Aspectos da integração do oral ao escrito em textos manuscritos e impressos de sincronias passadas; 9. Traços de mudança e de permanência na dimensão estrutural do texto; 10. Traços de mudança e de permanência na dimensão linguístico-discursiva.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA	1. Notas sobre o ensino do português brasileiro na perspectiva dos estudos diacrônicos dos textos. 1.1 Estudo dos elementos constitutivos do texto, considerando os eixos da oralidade, da escrita, da leitura e da reflexão linguística.	
BIBLIOGRAFIA		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CASTILHO, A. T. de. História do português paulista . v.I. Campinas: UNICAMP/ publicações IEL,		

2009.

CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D.; LOPES, C. (Eds.) **Sincronía y Diacronía de Tradiciones discursivas em Latinoamérica**. Frankfurt a.M.: (Vervuert), 2005.

GOMES, V. S. **Traços de mudança e de permanência em Editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. Berlin: De Gruyter, 2010.

HERINQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Org.). **Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino**. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2004.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudanças linguísticas. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Tomo II. Salvador: EDUFBA, 2006.

MATTOS E SILVA, R. V. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina**. São Paulo: Contexto; Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995.

PESSOA, M. de B. (Org.). **Língua, textos e história: manuscritos e impressos na história do português brasileiro**. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005.

_____. **Do oral e do escrito desde os gregos até a geografia linguística**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR –

ANTOS, G. Os Textos como Formas Constitutivas do Saber. Sobre algumas hipóteses para uma fundamentação da lingüística de texto à base de uma teoria evolucionária. In: ANTOS, G.; HEIKE, T. (Eds.) **O Futuro da Lingüística de Texto**. Tradições, transformações, tendências. Tübingen: Niemeyer, p. 43-65, 1997.

BATISTA, A. A. Papéis velhos, manuscritos impressos: paleógrafos ou livros de leitura manuscrita. In: ABREU, M.; SCHAPOCHNIK, N. (Org.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). **História Social da Linguagem**. Tradução Álvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

COSERIU, E. **Teoria da linguagem e lingüística geral**. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1992.

DIONISIO, A. P. Gêneros Multimodais e Multiletramento. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. União da Vitória: Kaygange, p. 159-173, 2005.

IAPECHINO, M. N. K. **Português do Brasil: história, memória e autoria**. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygange, 2005. p. 179-202.

LOPES, C. R. dos S. Correlações histórico-sociais e lingüístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In: Ciapuscio/Jungbluth/Kaiser/Lopes (Ed.), **Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas em Latinoamérica**, Frankfurt a.M. (Vervuert), 2005 p 187-214.

MAINGUENEAU, D. Novas Tendências em Análise do Discurso. 3ª ed. Tradução F. Indursky. Campinas, SP: Pontes e Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTOS e SILVA, R. V. (org.) **Para a história do português brasileiro**. Vol. II: Primeiros estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas, 2001.

_____. 2004. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial.

MORAIS, M. A. C. R. T.; ANDRADE, M. L. da C.V. de O. (Org.). **História do português paulista**. Vol. II. Campinas: UNICAMP/ publicações IEL, 2009.

NUNES, J. H. **Dicionário no Brasil: análise e história**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

OESTERREICHER, W. Autonomización del Texto e Recontextualización. Dos problemas fundamentales en las ciencias del texto. In: RODRÍGUEZ, E. H. (Ed.) **Homenaje Luis Jaime Cisneros**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, v. I, p. 343-387, 2002.

SCHMIDT-RIESE, R. Periodização e português brasileiro. In: DUARTE, M. E. L. e CALLOU, D. (Org.). **Para a história do português brasileiro – Notícias de corpora e outros estudos – v. IV**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ, 2002.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

DISCIPLINA: FILOLOGIA ROMÂNICA I	CÓDIGO: 04367
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 TEÓRICAS: 2 PRÁTICAS: 1	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM	
CO-REQUISITO(S): NENHUM	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:	
OBJETIVOS	
Possuir uma visão panorâmica da Filologia Românica, incluindo os lastros conceituais e metodológicos da disciplina. Dispor de uma ferramenta de compreensão e reflexão a mais em torno da Língua Portuguesa e da Língua Espanhola.	
EMENTA	
Conceituação e bases metodológicas da Filologia Românica. Tópicos de história da România. Origem e evolução das línguas românicas. As línguas românicas na atualidade.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 1. A Filologia Românica: conceituação e os principais métodos. 2. Tópicos de história da România: 2.1. Conceito de România. 2.2. Aspectos históricos e culturais do mundo românico. 2.3. A latinização. 2.4. A fase latina. 2.5. A fase romance. 2.6. A fase moderna. 3. Origem e evolução das línguas românicas: 3.1. As variedades do latim. 3.2. A gênese das línguas românicas: substrato, superstrato, adstrato. 3.3. A fragmentação do mundo românico: suas causas e desdobramentos. 3.4. As relações entre as línguas românicas. 4. Panorama histórico e social das línguas românicas na atualidade. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA 1. A Filologia Românica como recurso/suporte para o futuro docente de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola.	
BIBLIOGRAFIA	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALI, M. S. Investigações filológicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. BASSETO, B. F. Elementos de filologia românica. São Paulo: EDUSP, 2001. CAMARA JR., J. M. Dicionário de lingüística e gramática. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. _____. Estrutura da língua portuguesa. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. ILARI, R. Lingüística românica. 3.ed. São Paulo: Ática, 2000. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR TAGLIAVINI, C. Orígenes de las lenguas neolatinas. México: Fondo de Cultura Economica, 1993. FARACO, C. A. Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo:	

Parábola, 2005.
 LAUSBERG, H. **Lingüística românica**. 2.ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1981.
 LEONI, G. D; PUJÓ, J. [Org.]. **Pequena antologia do latim vulgar**. São Paulo: Rassegna Brasiliana di Studi Italiani, 1970.
 MEILLET, A. **Esquisse d'une histoire de la langue latine**. Paris: Hachette, 1928.
 NUNES, J. J. **Gramática histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1919.
 SILVA, R V M. **Caminhos da lingüística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.
 TOVAR, A. **Lingüística y filología clásica**. Madrid: Revista de Occidente, 1944.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA	
CÓDIGO:	
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 1h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04342	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:	
OBJETIVOS	
Aprofundar o conhecimento acerca dos valores ideológicos implicados na escrita da história literária brasileira. Ler ensaios importantes de nossa tradição historiográfica literária. Desenvolver um olhar crítico e epistemológico sobre o historicismo da literatura brasileira.	
EMENTA	
Historiografia literária. O historicismo Romântico. Positivismo e determinismo na escrita da história literária. Discurso nacional e historiografia Literária. Histórias da literatura brasileira: obras pioneiras. Modernismo e historiografia literária. A história literária brasileira moderna.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	
1. Introdução 1.1 Literatura, cultura e sociedade 1.2 Conceito de história Literária 1.3 História, teoria e crítica literárias 1.4 Fundamentos da historiografia Literária 2. Historicismo Romântico 2.1 A reconstrução do passado à luz do Romantismo: o discurso nacionalista 2.2 O olhar de Ferdinand Dennis sobre o passado literário brasileiro 2.3 O ensino da Literatura no século XIX: da retórica clássica à história literária 3. Positivismo, determinismo e história literária brasileira 3.1 O positivismo de Gustave Lanson e o determinismo de Hippolyte Taine 3.2 A obra de Silvio Romero 3.3 A obra de José Veríssimo 3.4 A obra de Araripe Jr. 4. História literária brasileira no contexto moderno 4.1 Mário da Silva Brito e a história do modernismo 4.2 Nelson Werneck Sodré e a visão documental do texto literário 4.3 Antonio Candido e a preservação do estético 4.4 Afrânio Coutinho e o conceito de literatura brasileira 4.5 Alfredo Bosi e a atualização do olhar histórico	

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA

1. História literária e produção de ensaios – atividade prática

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA –

AGUIAR E SILVA, V. M. de. **Teoria da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2009.

CEREJA, W. **Ensino de Literatura**. São Paulo: Atual, 2006.

COUTINHO, A. **Introdução a Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Conceito de Literatura Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLINTO, H. K. **Histórias de Literatura: Fundamentos**. São Paulo: Ática, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR –

BARBOSA, J. A. **A Tradição do Impasse**. São Paulo: Ática, 1974.

BAREL, A. B. D. **Um Romantismo a Oeste**. São Paulo: Annablume, 2002.

SILVA BRITO, M. da. **História do Modernismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. **O Método Crítico de Silvio Romero**. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **Obra Crítica de Araripe Jr.** Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1963.

SODRÉ, N. W. **História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos**. São Paulo: Cultura Brasileira, 1938.

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. 5 vol.

VERÍSSIMO, J. **História da Literatura Brasileira**. Brasília: Editora da UNB, 1998.

WELLEK, R. **História da Crítica Moderna**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972. vol.4

WHITE, H. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 2001.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E CULTURA PORTUGUESAS	CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	ÁREA DEPARTAMENTAL: LETRAS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 3h	PRÁTICAS:

C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum.
CO-REQUISITO(S): Nenhum.
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:
OBJETIVOS
Aproximar-se de pontos de História e de Cultura de Portugal, de modo a compreender aspectos referentes à formação e à afirmação de identidades nacionais e considerando, ainda, a articulação dos processos históricos à arte e à sociedade.
EMENTA
Conceitos de História e de Cultura. Pontos articulados de História e de Cultura portuguesas, da formação do Reino de Portugal ao séc. 20.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA
1 Conceitos-Chaves: Cultura, Mito e História 1.1 A atemporalidade do mito. 1.2 Mitos da criação de Portugal. 1.3 Por um conceito de Cultura. 1.4 A História como discurso sobre a realidade. 1.5 Identidades portuguesas. 2 A Formação do Reino de Portugal 2.1 Sucessão de povos na Península Ibérica. 2.2 A ascensão de Afonso Henriques. 2.3 A Guerra da Reconquista. 2.4 A Dinastia de Avis. 3 A Expansão Ultramarina 3.1 Condições para a expansão ultramarina. 3.2 Da África à Ásia. 3.3 A América. 4 Decadência: da União Ibérica ao <i>Ultimatum</i> 4.1 A União Ibérica. 4.2 A Restauração. 4.3 O Terremoto de 1755. 4.4 As Revoluções Liberais. 4.5 A Geração de 70. 4.6 O <i>Ultimatum</i>. 5 Da Primeira República à Revolução dos Cravos 5.1 Antecedentes: decadência da Monarquia e o regicídio. 5.2 Implantação da República. 5.3 A ditadura militar. 5.4 O «Estado Novo». 5.5 O Movimento das Forças Armadas e a Revolução dos Cravos.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CIDADE, H. Lições de Cultura e Literatura Portuguesas. Coimbra: Coimbra, 1959. 2 v. MARQUES, A. H. de O. Breve História de Portugal. 3. ed. Lisboa: Presença, 1998. SARAIVA, A. J. Para a História da Cultura em Portugal: ensaios. Lisboa: Centro Bibliográfico, [19__]. REAL, M. Introdução à Cultura Portuguesa: séculos XIII a XIX. Lisboa: Planeta, 2010. SÉRGIO, A. Breve Interpretação da História de Portugal. 9. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1979. TENGARRINHA, J. [Org.]. História de Portugal. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADORNO, T. W. **Prismas**: crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 2001.
 BLOCH, M. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
 BURKE, P. **História e Teoria Social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
 COELHO, J. do P. **A Originalidade da Literatura Portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
 EAGLETON, T. **A Ideia de Cultura**: São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
 FEBVRE, L. **A Europa**: gênese de uma civilização. Bauru: EDUSC, 2004.
 GARCÍA CÁRCEL, R. **Las Culturas del Siglo de Oro**. Madrid: Historia 16, 1989.
 MAIA, S. **Capitão de Abril**: histórias da guerra do ultramar e do 25 de abril: depoimentos. 2. ed. Lisboa: Notícias, 1994.
 PAÇO, A. S. do. **Salazar**: o ditador encoberto. Lisboa: Bertrand, 2010.
 RUTHVEN, K. K. **O Mito**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
 SECCO, L. **A Revolução dos Cravos**: e a crise do Império Colonial Português. São Paulo: Alameda, 2004.
 SIMÕES, J. G. **A Geração de 70**. 2. ed. Lisboa: Inquérito, [19__].

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA GRAMÁTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
CÓDIGO: 04301
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas ÁREA: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL : 45h
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2 PRÁTICAS: 1
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:
PRÉ-REQUISITOS: Nenhum
CO-REQUISITOS: Nenhum
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:
OBJETIVOS
Articular gramática, história e discurso, posicionando-se com fundamentos diante da escolarização do português no Brasil e sabendo executar uma pesquisa documental que recorte a gramática da língua como objeto.
EMENTA
Gramática e Escola: o saldo de uma história e o ensino da língua portuguesa para o século XXI .
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA 1. Produção de língua, produção de instrumentos lingüísticos e ensino de língua portuguesa; 2. Construção de gramáticas e ensino da língua portuguesa do século XVI ao XXI; 3. Século XVI-XVII: o projeto jesuíta de educação e a lingüística colonial/missionária; 4. Século XVIII: Pombal, Verney e a escolarização lingüística das idéias iluministas; 5. Século XIX: o século dos gramáticos e a normatização da língua nacional; 6. Construção de gramáticas e ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX; 7. Construção de gramáticas e ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX e no início do XXI; CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA 1. A dicionarização da língua portuguesa no Brasil; 2. Política lingüística e sistematizações ortográficas da língua portuguesa; 3. A Gramática na escola do século XXI.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- AUROUX, S. **Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Pontes, 1992
- BASTOS, N.B.; PALMA, D. V. (orgs.). **História entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. São Paulo: IP-PUC; Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- _____. História entrelaçada 2. SP: IP-PUC; RJ: Lucerna, 2006.
- _____. História entrelaçada 3. SP: IP-PUC; RJ: Lucerna, 2008.
- FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia A. G. As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil.
- GONÇALVES, Maria Filomena. As idéias ortográficas em Portugal- de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911). Braga: Fundação Calouste Gulbenkian/ Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.
- SILVA, Maurício (org.). Ortografia da língua portuguesa: história, discurso, representações. São Paulo: Contexto, 2009.

COMPLEMENTAR

- FÁVERO, Leonor Lopes. Concepções lingüística no século XVIII: a gramática portuguesa. Campinas: Unicamp, 1996.
- KOSSÁRIK, Marina. Monumentos Lingüísticos portugueses dos séculos XVI e XVII. In: CONFLUÊNCIA, n. 25 e 26- Rio de Janeiro, 2003 (p.93-174).
- LIMA, Ivana Stolze & CARMO, Laura do. História social da língua nacional. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.
- MARIANI, Betânia. Colonização Lingüística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.
- MOURA, Tany Mara Monfredini C. História da escolarização do português através da obra didática de uma mesma autoria: um olhar sobre cinco décadas de produção (1965-2002). In: Anais de ABRALIN em Cena.Teresina: UFPI, 2008, p.482-493.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2003.
- NUNES, José Horta. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes – São Paulo: FAPESP – São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.
- _____. & PETTER, Margarida (orgs.). História do saber lexical e a constituição de um léxico brasileiro. São Paulo: Humanitas/USP/PONTES, 2002.
- _____. & PETTER, Margarida (orgs.). História do saber lexical e a constituição de um léxico brasileiro. São Paulo: Humanitas/USP/PONTES, 2002.
- _____. (org.) História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cárceres: UNEMAT, 2001.

DISCIPLINA:	INTRODUÇÃO À SEMÂNTICA	CÓDIGO: 04370
DEPARTAMENTO:	DLCH	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL:	45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS:	3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	3h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	TEÓRICAS: 3h	PRÁTICAS:
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:		
PRÉ-REQUISITO(S):	Nenhum	
CO-REQUISITO(S):	Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:		
OBJETIVOS		
Conhecer as teorias semânticas e suas relações com as práticas sociais.		
EMENTA		
Estudo do significado através da linguagem: sentido e referência. Histórico da semântica. Semântica e léxico: lexemas. Relações entre palavras: sinonímia e antonímia; hiperonímia e hiponímia; homonímia e polissemia. Diferentes abordagens semânticas (Semântica Argumentativa, Semântica Cognitiva, Semântica da Enunciação).		
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)		

CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA Unidade - 1 Ideias básicas em semântica. O significado linguístico e o significado do falante. Sentido e referência. Unidade - 2 A referência. Expressões referenciais e predicados. O universo do discurso e o contexto da enunciação. Dêixis. Unidade - 3 O sentido. Relações de sentido: a sinonímia, a hiponímia, a antonímia (antônimos binários, conversos e graduais), a homonímia e a polissemia; a ambiguidade, a referência vaga e a referência versátil. A implicação e a paráfrase. Unidade - 4 O que é lógica. Os conectivos: a conjunção, a disjunção, a negação e a implicação. Regras de inferência e tábua da verdade.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRÉAL, M. Ensaio de semântica: ciência das significações. IN: GUIMARÃES, Eduardo et al. (Trad.). São Paulo: Pontes, 1992. DUCROT, O. Princípios de semântica lingüística. São Paulo: Cultrix, 1977. FREGE, G. Sobre sentido e a referência. Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86. LYONS, J. Semântica. Lisboa, Presença, 1997. ILARI, R.; GERALDI, J. Wanderley.(1985). Semântica. São Paulo, Ática, 1985. _____. Introdução à semântica. São Paulo: Contexto, 2001. PÊCHEUX, M. Semântica e discurso. Campinas: Unicamp, 1995. ULLMANN, S. Semântica: uma introdução à ciência do significado. Lisboa, Fundação Caloust, 1964. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR – nas normas da ABNT CERVONI, Jean. A Enunciação. São Paulo: Ática, 1989. LEVIN, B; STEVEN, P. (eds.) Lexical and conceptual semantics. Cambridge, Blackwell, 1995. GUIMARÃES, E. Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. São Paulo: Pontes, 1995. MOURA, H. M. de Melo. Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 1999. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) Semântica. In: Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. vol.2. São Paulo: Cortez, 2001. SAEED, J. I. Semantics. Oxford, Massachussets: Blackwell Publishers, 2000. VOGT, C.O. O intervalo semântico. Campinas, Hucitec, 1997. ZANDWAIS, A. (Org.) Relações entre pragmática e enunciação. Porto Alegre. Editora Sagra-Luzzatto, 2002 (Coleção Ensaaios, 17).

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	CÓDIGO: 04341
DEPARTAMENTO: DLCH: Departamento de Letras e Ciências Humanas	ÁREA:
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2	PRÁTICAS: 2
	TOTAL: 4
PRÉ-REQUISITOS: nenhum	
CO-REQUISITOS: nenhum	
EMENTA	
Estudos históricos da Educação de Surdos e da Libras. Legislação e acessibilidade na área da surdez. Aquisição da linguagem pelo surdo. Noções básicas da estrutura linguística da Libras e de sua gramática.	

Especificidades da produção textual escrita do surdo.

CONTEÚDOS

UNIDADES E ASSUNTOS

1. Noções gerais sobre a surdez.
2. Histórico da educação de surdos e da Libras.
3. Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica.
4. O desenvolvimento da linguagem no Surdo:
 - 4.1. Aquisição da Libras pela criança Surda – L1
 - 4.2. Aquisição da escrita da língua portuguesa - L2.
5. A surdez e suas implicações na escrita.
6. Direitos lingüísticos do Surdo sob o enfoque das políticas públicas educacionais.
7. Aspectos gramaticais da Libras. O sinal e seus parâmetros.
8. A língua em uso: contextos triviais de comunicação.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BRASIL. **Portaria do MEC. nº 1.679**, de 2 de dezembro de 1999, Art.1º e Art.2º, parágrafo único.

BRASIL, Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei10436.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro.**

de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

_____. Programa de capacitação em recursos humanos do ensino fundamental. **A Educação de Surdos.** Volumes 1, 2 e 3. Série atualidades pedagógicas. MEC/SEESP. Brasília, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais.** (Série Atualidades Pedagógicas, n.4). BRITO, L.F. *et.al.*(Org.). V.3. Brasília: SEESP, 1998. 127p.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica /** Secretária de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRITO, L.F. **Por uma gramática de Línguas de Sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro - UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995. 271p.

FELIPE, T.A. **Libras em contexto:** curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001. 164p.

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003. 155p.

FERNANDES, E. (org.) **Surdez e bilingüismo.** Porto Alegre: Ed. Mediação, 2005.

FINGER, I.; QUADROS, R. M. **Teorias de aquisição da linguagem.** Florianópolis. ED. da UFSC, 2008.

QUADROS, R. de. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____, R. KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira:** estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

_____, R. M. **Estudos Surdos I, II, III e IV.** Série Pesquisas. Petrópolis. Ed. Arara Azul, 2008. (3 livros)

COMPLEMENTAR:

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KOJIMA, C. K. e SEGALA, S. R. Libras – Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5. São Paulo: Editora Escala, 2008.

Sites

www.ines.org.br

www.feneis.org.br

www.surdosol.com.br

DISCIPLINA: LÍNGUA LATINA II	CÓDIGO: 04366
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2 PRÁTICAS: 1	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04332	
CO-REQUISITO(S): NENHUM	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:	
OBJETIVOS	
Aprofundar os conhecimentos adquiridos na disciplina de Língua Latina I, expandindo as habilidades adquiridas na cátedra anterior: noções de gramática latina e leitura de textos.	
EMENTA	
Os pronomes latinos: demonstrativos, interrogativos e relativos. Advérbios. Conjunções. Tradução de textos do Latim para o Português.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	
1. Os pronomes latinos: 1.1. Pronomes demonstrativos. 1.2. Pronomes interrogativos. 1.3. Pronomes relativos. 1.4. Estudo comparativo entre o sistema pronominal latino e o sistema pronominal português. 2. Advérbios: 2.1. Advérbios de modo. 2.2. Advérbios de quantidade. 2.3. Advérbios de negação. 2.4. Advérbios interrogativos. 2.5. Estudo comparativo entre o sistema adverbial latino e o sistema adverbial português. 3. Conjunções: 3.1. Conjunções coordenativas. 3.2. Conjunções subordinativas. 4. Elementos de sintaxe da Língua Latina.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA	
1. Leitura de textos em língua latina.	
BIBLIOGRAFIA	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALMENDRA, M. ; FIGUEIREDO, J. Compêndio de gramática latina . Porto: Porto Editora, 1999.	
ALMENDRA, M. Publius et Terentia : vol. 11. Portugal: Arnado, [s.d].	
GARCIA, J. Introdução à teoria e prática do latim . 2. ed. Brasília: Unb, 2000.	
_____. Língua latina : a teoria sintática na prática dos textos. Brasília: Unb, 1997.	
FREIRE, A. Gramática latina . 6. ed. Braga: Apostolado da Imprensa, [199-].	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
REZENDE, A. M. Latina essentia : preparação ao latim. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2000.	
STOCK, L. Gramática de latim . Lisboa: Presença, 2000.	

DISCIPLINA: LITERATURA AFRICANA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA	CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 TEÓRICAS: 2 PRÁTICAS: 1
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:
PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM.
CO-REQUISITO(S): NENHUM.
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:
OBJETIVOS
Conhecer introdutoriamente os principais autores e obras literárias da África lusófona e compor uma opinião crítica sobre esse ambiente.
EMENTA
Conceituação da disciplina: distinção entre literatura colonial e literatura africana lusófona propriamente dita. Formação e bases histórico-culturais da literatura dos países lusófonos na África: Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Panorama da produção literária.
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 1. Bases conceituais da disciplina: literatura colonial x literatura lusófona de expressão africana. 1.1. Tópicos de história e cultura das nações lusófonas africanas. 1.2. Panorama da formação das literaturas africanas lusófonas. 2. Cabo Verde: 2.1. A Geração da <i>Revista Claridade</i>. 2.2. A <i>Revista Certeza</i> e o <i>Suplemento Cultural</i>. 2.3. Jorge Barbosa. 3. Angola: 3.1. Movimento dos Novos Intelectuais de Angola 3.2. Luandino Vieira. 3.3. Agostinho Neto. 3.4. Antonio Jacinto. 3.5. Manuel Rui. 3.6. Boaventura Cardoso. 3.7. Artur Carlos Pestana dos Santos (Pepetela). 3.8. José Eduardo Agualusa. 4. Moçambique: 4.1. Marcelino dos Santos. 4.2. José Craveirinha. 4.3. Mía Couto. 4.4. Nelson Saúte. 5. São Tomé e Príncipe: 5.1. Francisco José Tenreiro. 6. Guiné-Bissau: 6.1. Amílcar Cabral. 6.2. Antonio Soares Lopes (Tony Tcheka). CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA 1. Círculos de leitura, debate e análise de textos literários.
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA APA, L.; BARBEITOS, A.; DÁSKALOS, M. Poesia africana de língua portuguesa: antologia. Rio de Janeiro: Lacerda, 2003. CHAVES, R.; MACEDO, T. (orgs.) Literaturas em movimento: hibridismo cultural e exercício crítico. São Paulo: Arte e Ciência, 2003. COUTO, M. O último voo do flamingo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. PEPETELA. Parábola do cágado velho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. FERREIRA, M. Literaturas africanas de expressão portuguesa 1: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977. _____. Literaturas africanas de expressão portuguesa 2: Angola e Moçambique. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977. VIEIRA, J. L. Luuanda: estórias. Lisboa: Caminho, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AUGEL, M. P. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond: 2007.
- CHAVES, R.; MACEDO, T.; MATA, I. **Boaventura Cardoso**: a escrita em processo. São Paulo: Alameda, União dos Escritores Angolanos, 2005.
- CHAVES, R.; MACEDO, T. (orgs.) **Marcas da diferença**: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006.
- CHAVES, R. **A formação do romance angolano**: entre intenções e gestos. São Paulo: USP, 1999.
- COUTO, M. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PEPETELA. **Jaime Bunda**: agente secreto. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTILLI, M. **Paralelas e tangentes entre literaturas de língua portuguesa**. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.
- SEPÚLVEDA, M.; SALGADO, M. (orgs.) **África e Brasil**: letras em laços. São Caetano do Sul: Yendis, 2006.
- SERRANO, C.; WALDMAN, M. **Memória d'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.
- VIEIRA, J. L. **A vida verdadeira de Domingos Xavier**. São Paulo: Ática, [19--].
- _____. **Vidas novas**. Lisboa: Setenta, 1997.

DISCIPLINA: LITERATURA LATINA	CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 TEÓRICAS: 2 PRÁTICAS: 1	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM.	
CO-REQUISITO(S): NENHUM.	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:	
OBJETIVOS	
Ter uma visão geral da Literatura Latina, com seus autores, gêneros e obras literárias, relacionando esse legado com as modernas Literaturas de Língua Portuguesa.	
EMENTA	
Panorama de autores e gêneros literários da Literatura Latina.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	
1. Origens históricas e culturais da Literatura Latina. 2. Repercussão da Literatura Latina na formação das literaturas modernas ocidentais. 3. A comédia. 3.1. Plauto. 3.2. Terêncio. 4. A poesia épica e a poesia lírica: a época de César e a época de Augusto. 4.1. Catulo. 4.2. Virgílio. 4.3. Horácio. 4.4. Ovídio. 5. A tragédia. 4.1. Sêneca. 6. A sátira latina: 6.1. A sátira menipéia. 6.2. A <i>Apocolocintose</i> de Sêneca. 7. A prosa literária:	

- 7.1. Cícero.
- 7.2. O *Satiricon*.
- 8. A fase pós-clássica: a época neoclássica e a época cristã.
- 8.1. Suetônio (Época dos Flávios e de Trajano).
- 8.2. Santo Agostinho (Baixo Império).
- 9. A Literatura Latina e a Literatura Brasileira:
- 9.1. Diálogos entre a herança literária latina e a prosa literária brasileira.
- 9.2. Relações entre a Literatura Latina e os poetas brasileiros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA

1. Leitura e análise de textos literários.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, Z. de A. **Estudo sobre as tragédias de Sêneca**. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. **A literatura latina**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CATULO. **Poesias**. 2. ed. Madrid: Alianza, 2003.

CICERO, M. **Sobre o destino**. Edição bilíngüe. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

HARVEY, P. **Dicionário Oxford de literatura clássica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PARATORE, E. **História da literatura latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PETRÔNIO. **O Satiricon**. Lisboa: Europa-América, [s.d].

SÊNECA. **Cartas a Lucilo**. Barcelona: Editorial Juventud, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALFÖLDY, G. **A história social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

CARLO, A. **Historia de la literatura latina**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1995.

CORTE, J. C. F.; HÉRNANDEZ, A. **Antología de la literatura latina**. Madrid: Alianza, 2005.

CUENCA, L.; ALVAR, A. [orgs.] **Antología de la poesia latina**. Madrid: Alianza, 2004.

CURTIUS, E. R. **Literatura européia e Idade Média Latina**. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1996.

GRIMAL, P. **Historia de Roma**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MORESCHINI, C.; NORELLI, E. **História da literatura cristã antiga grega e latina**. São Paulo: Loyola, 2000. Tomo 2: do concílio de Nicéia ao início da Idade Média.

OVÍDIO. **Metamorfosis**. Madrid: Alianza, 2003.

SÊNECA. **Sobre a tranqüilidade da alma. Sobre o ócio**. Edição bilíngüe. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

SOTO, V. **Diccionario de autores, obras y personajes de la literatura latina**. Barcelona: Juventud, 2003.

VITORINO, M. **Juvenal: o satírico indignado**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2003.

DISCIPLINA: PANORAMA DA DRAMATURGIA BRASILEIRA	CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h	PRÁTICAS: 1h
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): 04337	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:	
OBJETIVOS	
Conhecer particularidades formais e discursivas da literatura dramática e compreender como se formou a literatura dramática no Brasil, através de um panorama contextualizado de nossa produção e da análise de textos e autores representativos.	
EMENTA	
Discurso dramático: conceito e estrutura. Estudo dos elementos estruturadores do discurso dramático. Breve Histórico da evolução do gênero e da produção dramática no Brasil. Análise crítica de textos da dramaturgia brasileira.	

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)
Discussão de questões referentes ao ensino/aprendizagem, podendo-se desdobrá-las no desenvolvimento de atividades.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA - Histórico das concepções do gênero dramático - Aristóteles e sua Poética: mimeses, drama, tragédia - Teatro épico e teatro cômico - Principais teorias do teatro: Europa - Teatro no Brasil - Origens do teatro no Brasil: colonização e catequese - Teatro Romântico: corte no Brasil e comédia de costumes - Teatro Realista no Brasil: teatro de tese e valores nacionais - Modernidade e Teatro Brasileiro - Teatro modernista brasileiro: rupturas estéticas e temáticas - Grupos teatrais brasileiros: amadores e engajados - Golpe de 1964: censura e teatro - Teatro comercial e experimental: pluralidade de tendências CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA - Discurso e texto dramático: conceituações e especificidades (gênero) - Dois paradigmas: forma dramática e forma épica de teatro
BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA – ARISTÓTELES. Poética. Tradução Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (coleção Os Pensadores, v. IV). CACCIAGLIA, M. Pequena história do teatro no Brasil. (Quatro séculos de teatro no Brasil). Apresentação: Sábato Magaldi. São Paulo: T.A. Queiroz Editor/Edusp, 1986. CAFEZEIRO, E., GADELHA, C. História do teatro brasileiro: de Anchieta a Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ/FUNARTE, 1996. RYNGAERT, J. Introdução à análise do teatro. São Paulo: Martins Fontes, 1996. _____. Ler o teatro contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1998. MAGALDI, S. O Texto no teatro. São Paulo: Perspectiva, 2001. _____. Iniciação ao teatro. São Paulo: Ática, 2008. _____. Panorama do teatro brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Global, 1997. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR – AQUINO, R. B. <i>Redefinindo paradigmas e expectativas: a dramaturgia na era da cultura oral e visual</i>. In: Reflexões sobre a cena. Maceió: Edufal, Salvador: Edufba, 2005. ARTAUD, A. O Teatro e seu duplo. São Paulo: Martins Fontes, 1999. BERRETINI, C. O teatro ontem e hoje. São Paulo: Perspectiva, 1980. CANDIDO, A. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 2007. GOMES, A. L. (org.). Leio teatro. São Paulo: Horizonte, 2010. MAGALDI, S. Aspectos da dramaturgia moderna. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.

ROSENFELD, A. **O mito e o herói no moderno teatro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
ROUBINE, J. **Introdução às grandes teorias do teatro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DISCIPLINA: POESIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: de Letras e Ciências Humanas	ÁREA DEPARTAMENTAL: Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 3	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 1h	
C. HOR. DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR:	
PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum	
CO-REQUISITO(S): Nenhum	
SEMESTRE E ANO DE APLICAÇÃO:	
OBJETIVOS	
Construir um repertório de leituras de poetas brasileiros contemporâneos. Ser capaz de analisar e comentar a produção literária atual, conectando-a a tradição literária brasileira. Estar atento à produção literária contemporânea do Brasil, como forma de tornar mais sólido e estimulante o ensino da literatura.	
EMENTA	
Modernidade e contemporaneidade: diferenças e convergências. Pensando o contemporâneo no contexto brasileiro. Poesia moderna brasileira e produção contemporânea: o ocaso das vanguardas. Tradição, cânone e desleitura. Tendências da poesia brasileira contemporânea. O papel das revistas literárias na atualidade. Antologias e coletâneas de poesia contemporânea. Poesia em meio digital e novas perspectivas de criação e recepção da obra poética.	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (se houver)	
CONTEÚDOS	
UNIDADES E ASSUNTOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA	
1 Introdução	
1.1 Um conceito possível de moderno	
1.2 Um conceito possível de contemporâneo	
2 Poesia brasileira moderna e contemporânea	
2.1 O ocaso da vanguarda: concretismo, instauração práxis e poema-processo	
2.2 Teorizar o Pós-modernismo	
2.3 O contexto social do Brasil pós-ditadura militar	
3 O presente da poesia e do passado	
3.1 Aportes possíveis da poesia brasileira contemporânea	
3.2 Tendências da poesia brasileira contemporânea	
3.3 Poesia e poetas: estudando a poesia brasileira através de Cláudio Daniel, Weydson Barros Leal, Alexei Bueno, Fernando Paixão, Cláudia Roquette Pinto, Micheline Verunschik, Everardo Norões, Paulo Henriques Britto, Ricardo Aleixo e Manoel Ricardo de Lima	
3.4 As antologias e coletâneas: um olhar seletivo	
4 Um continente chamado hoje	
4.1 Revistas literárias	
4.2 Revistas literárias em meio digital	
4.3 Escrita poética e novas tecnologias	
4.4 Poesia e mercado editorial	
5. Reflexões sobre Estudos Literários e Ensino	
5.1 Breve retrospecto do ensino da literatura no Brasil	
5.2 Os estudos literários no ensino da literatura: teoria, crítica e história literárias	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA	

1. Leitura crítica de poéticas brasileiras contemporâneas
2. Ensaio sobre obras poéticas contemporâneas – atividade prática

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUILAR, G. **Poesia Concreta Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

ANDRADE, F. C. de. **A Transparência Impossível: poesia brasileira e hermetismo**. Recife: Bagaço, 2010.

MARQUES, F. (Org.). **Dez Conversas: diálogos com poetas contemporâneos**. Belo Horizonte: Gutemberg, 2004.

MENEZES, P. **A Crise do Passado**. São Paulo: Experimento, 2001.

MIRANDA, A. C. et Al. **Protocolos Críticos**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PEDROSA, C.; BARROS CAMARGO, M. L. de (org.). **Poéticas do Olhar e Outras Leituras de Poesia**. 7 Letras: Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Poesia e Contemporaneidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

PROENÇA FILHO, Domício. **Pós-modernismo e Literatura**. São Paulo: Ática, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR –

ADILSON, M. (Org.). **Traçados diversos: uma antologia de poesia contemporânea**. São Paulo, 2009.

BERARDINELLI, A. **Da Poesia à Prosa**. Trad. de Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

COSTA PINTO, M. da. **Antologia Comentada da Poesia Brasileira do Século 21**. São Paulo: Publifolha, 2006.

DANIEL, C.; BARBOSA, F (org.). **Na Virada do Século – Poesia de Invenção no Brasil**. São Paulo: Landy, 2002.

HOLANDA, H. B. de (Org.). **Esses Poetas: Uma Antologia dos Anos 90**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. Trad. de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.

LUCCHESI, M.. **Roteiro da Poesia Brasileira: anos 2000**. Rio de Janeiro: Global, 2009.

PERRONE-MOISÉS, L. **Altas Literaturas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SECCHIN, A. C.. **Poesia e Desordem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

DISCIPLINA: PORTUGUÊS I

CÓDIGO: 04309

DEPARTAMENTO: DLCH

ÁREA: LETRAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 NÚMERO DE CRÉDITOS: 03

CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 02 PRÁTICAS: 02 TOTAL: 04

PRÉ-REQUISITOS: NÃO TEM

CO-REQUISITOS:

EMENTA

EMENTA Aperfeiçoamento do desempenho em linguagem oral, particularmente em situações formais e do grupo. Estudos dos significados inscritos no interior do texto e da correlação de tais significados com o conhecimento de mundo em que o texto se insere de modo a promover a habilidade de construção de novos textos.

CONTEÚDOS

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Elementos e processos da comunicação.
2. Linguagem e comunicação.
3. Níveis de realização da linguagem.
 - a) Língua falada e língua escrita
 - b) Linguagem padrão
 - c) Linguagem coloquial
 - d) Variedades linguísticas e seus fatores
4. Texto – noções e conceitos
5. Tipos de texto:
 - a) literário
 - b) jornalístico
 - c) científico
 - d) técnico
6. Compreensão de textos
 - a) identificação de objetivos
 - b) análise da estrutura do texto
 - c) divisão do texto em partes
 - d) análise crítica/ avaliação de textos
 - e) identificação e estabelecimento de relações de sentido (lógico-semântico-sintáticas)
 - f) elaboração de inferências e conclusões sobre o texto
 - g) interpretação de pressupostos
7. Análise comparativa de textos.
 - . literário X não-literário
 - . prosa X poesia
 - . oral X escrito
 - . verbal X não-verbal
 - . formal X informal

BIBLIOGRAFIA

1. CEREJA, William Roberto. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 1999.
2. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 17ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
3. INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.
4. CAMPEDELLI, Samira Youseff e SOUZA, Jesus Barbosa. Textos e Linguagem. São Paulo: Saraiva, 1998.

5. FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: Leitura e redação. São Paulo: Ática, 1996.
6. _____. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 1990.
7. ABREU, Antonio Suarez. Curso de redação. São Paulo: Ática, 1989
8. BELLINE, Ana Helena Cizotto. A dissertação. São Paulo, Ática, 1988.
9. BRAIT, NEGRINE E LOURENÇO. Aulas de redação. São Paulo, Atual, 1980.
10. ERNANI & NICOLA. Guia prático de ortografia. São Paulo, Scipione, 1996.
11. KOCH, L. A coesão textual. São Paulo, Contexto, 1989.
12. TRAVAGLIA, L.C. A coerência textual. São Paulo, Contexto, 1990.
13. MIGUEL, Jorge. Curso de Redação. São Paulo, Ed. Harbra Ltda., 1987.
14. ROCHA, Antonio de Abreu. Redação Oficial. 3. ed. Belo Horizonte, Ed. Vigília Ltda., 1976.
15. SERAFINI, M. T., Como escrever textos. 7. ed. São Paulo, Ed. Globo, 1995.
16. VIANA, Antonio Carlos (coord.). Da palavra ao texto. 2. ed. São Paulo, Littera Ed. Ltda., 1995.

DISCIPLINA: PORTUGUÊS II

CÓDIGO: 04310

DEPARTAMENTO: DLCH

ÁREA: LETRAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 03

CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 02 **PRÁTICAS:** 02 **TOTAL:** 04

PRÉ-REQUISITOS: PORTUGUÊS I

CO-REQUISITOS:

EMENTA

EMENTA Estudo aprofundado dos elementos estruturais do texto, suas funções e seus usos de modo a promover a habilidade de construção de novos textos de diferentes tipos.

CONTEÚDOS

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

01. Conceito de texto
02. Os Fatores de textualidade:

a) a coesão	e) a informatividade
b) a coerência	f) a situacionalidade
c) a intencionalidade	g) a intertextualidade
d) a aceitabilidade	h) a adequação
03. Os Contextualizadores
04. Funções e usos Sociais da Linguagem
05. O Período e o Texto

O Período (constituição e articulação)
06. Tipos de Textos: Conceito, características e Formas de construção

a) a narração
b) a descrição
c) a dissertação

07 Produção de Textos Acadêmicos:

- a) resumo e resenha
- b) relatório
- c) noções de redação oficial.

BIBLIOGRAFIA

01. CEREJA, William Roberto. *Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação*. São Paulo: Atual, 1999.
02. GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
03. INFANTE, Ulisses. *Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
04. CAMPEDELLI, Samira Yousseff e SOUZA, Jésus Barbosa. *Textos e Linguagem*. São Paulo: Saraiva, 1998.
05. FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1996.
06. _____. *Para entender o texto*. São Paulo: Ática, 1990.
07. ABREU, Antônio Suarez. *Curso de redação*. São Paulo: Ática, 1989.
08. BELLINE, Ana Helena Cizotto. *A dissertação*. São Paulo: Ática, 1988.
09. BRAIT, NEGRINE E LOURENÇO. *Aulas de redação*. S. Paulo: Ática, 1980.
10. ERNANI & NICOLA.. *Guia prático de ortografia*. São Paulo: Scipione, 1996.
11. KOCH, I. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
12. TRAVAGLIA, L.C. *A coerência Textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
13. MIGUEL, Jorge. *Curso de Redação*. São Paulo: Ed. Harbra Ltda., 1987.
14. ROCHA, Antônio de Abreu. *Redação Oficial*. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Vigília Ltda., 1976.
15. SERAFINI, M. T. *Como escrever textos*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Globo, 1995.
16. VIANA, Antônio Carlos (coord.) *Da palavra ao texto*. 2ª ed. São Paulo: Littera Ed. Ltda., 1995.
17. SALOMON, D.V. *Como fazer uma monografia*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DISCIPLINA: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL I

CÓDIGO: 04314

DEPARTAMENTO: DLCH

ÁREA: LETRAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 02 PRÁTICAS: 02 TOTAL: 04

PRÉ-REQUISITOS:

EMENTA

EMENTA : apresentação da função e das principais características do gênero Resumo. Atividades de leitura e de síntese para a produção desse gênero. Produção de resumo. Apresentação da função e das principais características do gênero Resenha. Análise de elementos lingüísticos que são utilizados em comentários e na produção de resenha

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Objetivo: capacitar o graduando para as atividades de leitura, para a produção de resumo e resenha na academia
Leitura e compreensão global do artigo;

Fatores de textualidade: coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, situacionalidade, aceitabilidade;
Tópico frasal e Esquema;
Diário de leitura;
Fichamento de textos: ênfase na produção de Ficha de Conteúdo;
Resumo;
Comentários sobre um conteúdo: elementos lingüísticos de modalização;
Descrição e Comentário;
Resenha.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, I.. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BARBOSA, S. A. M. *Redação: escrever é desvendar o mundo*. 16 ed. Campinas : Papirus, 2003.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro:Lucerna, 1999.
- GARCEZ, L. H. do C. *Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ILARI, R. *Introdução à semântica*, brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOCH, I. G. *A coesão textual*. 18 ed., São Paulo : contexto, 2003.
- KOCH, I. e TRAVAGLIA, L.C. *Texto e coerência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *A coerência textual*. 14 ed., São Paulo : Contexto, 2002.
- MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L.S. *Resumo*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. *Resenha*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- SERAFINI, Maria Teresa. *Como escrever textos*. 11 ed., São Paulo: Globo, 2001.

DISCIPLINA: **PORTUGUÊS INSTRUMENTAL II**

CÓDIGO: 04315

DEPARTAMENTO: DLCH

ÁREA: LETRAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 02 PRÁTICAS: 02 TOTAL: 04

PRÉ-REQUISITOS:

EMENTA

EMENTA : apresentação da função e das principais características do gênero Artigo científico. Leitura e análise de artigos científicos publicados em periódicos e revistas científicas. Planejamento textual e produção de artigos a partir de seleção prévia de assunto. Planejamento textual e produção de relatório.

CONTEÚDOS

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Objetivo: capacitar e orientar o graduando para a produção de artigo e de relatório.

Leitura e compreensão global do artigo;

Organização do gênero Artigo: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais;

Desenvolvimento argumentativo e operadores argumentativos;

Produção de Artigo;

Leitura de relatório para a produção do gênero;

Organização do gênero Relatório: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais;

Produção do Relatório.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, I. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BARBOSA, S. A. M. *Redação: escrever é desvendar o mundo*. 16 ed. Campinas : Papirus, 2003.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro:Lucerna, 1999.
- FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 13 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- KOCH, I. e TRAVAGLIA, L.C. *Texto e coerência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ILARI, R. *Introdução à semântica*, brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOCH, I.G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L.S. *Diário de leituras*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DISCIPLINA: **PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS I**

CÓDIGO: 04304

DEPARTAMENTO: DLCH

ÁREA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA SEMANAL: TEÓRICAS: 02 PRÁTICAS: 02 TOTAL: 04

PRÉ-REQUISITOS: NÃO TEM
CO-REQUISITOS:

EMENTA

EMENTA: Apresentação da função e das principais características do gênero Resumo. Atividades de leitura e de síntese para a produção desse gênero. Produção de resumo. Apresentação da função e das principais características do gênero Resenha. Análise de elementos lingüísticos que são utilizados em comentários e na produção de resenha.

CONTEÚDOS

Teoria

1. Fatores de textualidade: coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, situacionalidade, aceitabilidade.
2. Tópico frasal e Esquema.
3. Diário de leitura.
4. Fichamento de textos: ênfase na produção da Ficha de Conteúdo.
5. Resumo.
6. Elementos lingüísticos-discursivos.
7. Descrição e Comentário.
8. Resenha.
9. Seminário e/ou Comunicação Oral.

Prática

1. Leitura compreensão e análise de textos..
2. Produção de textos: gêneros: Fichamento, Resumo e Resenha.
3. Seminário e/ou Apresentação Oral.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BABOSA, S. A. M. Redação: escrever é desvendar o mundo. 16 ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- GARCEZ, L. H. do C. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fonte, 2001.
- ILARI, R. Introdução à semântica, brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOCH, I G. A coesão textual. 18 ed., São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, I e TRAVAGLIA, L. C. Texto e coerência. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. A coerência textual. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MACHADO, A. R. (Coord.)... (et all). Planejar Gêneros Acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MACHADO, A. R.: LOUSADA, E.: ABREU-TARDELLI, L.S. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer projetos, relatórios, monografias. Dissertações e teses. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- _____. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- SERAFINI, Maria Teresa. Como escrever textos. 11 ed., São Paulo: Globo, 2001.
- RAMIRES, Vicentina. Gêneros Textuais e Produção de Resumos nas Universidades. Recife: EDUFPRPE, 2008.

6.5.4. COMPONENTES OPTATIVOS – Departamento de Ciências Sociais

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA
CÓDIGO: 04521
DEPARTAMENTO: LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
ÁREA: FILOSOFIA E EPISTEMOLOGIA
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 HORAS
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 04
AULAS TEÓRICAS: 04
AULAS PRÁTICAS: 00
PRÉ-REQUISITO: NENHUM
EMENTA
Origens do filosofar: o humanismo antigo. Visão do homem no sistema filosófico clássico grego. Períodos Ético e Religioso. As características fundamentais dos pensamentos Medieval, Renascentista, Moderno e Pós-Moderno. O estar-no-mundo do homem e suas relações Existenciais. A Filosofia como ciência de totalidade.
CONTEÚDOS
UNIDADES E ASSUNTOS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE TEÓRICA
UNIDADE I : A ORIGENS DO FILOSOFAR: O HUMANISMO ANTIGO 1.1 - Filosofia: Sentido Etimológico; 1.2- Período Mitofilosófico; 1.3 – A natureza dos primitivos; 1.4 – As divindades ctonianas e cosmogônicas; 1.5 - Os povos do Oriente 1.6 - Período Pré –socrático: A problematização Cosmológica da natureza nas Escolas Jônias, Itálicas e Eleatas. UNIDADE II:VISÃO DO HOMEM NO SISTEMA FILOSÓFICO CLÁSSICO GREGO 2.1 – Escola Sofística; 2.2 – Filosofia Socrática e a problemática antropológica do sistema humano; 2.3 – Filosofia Platônica e o idealismo teológico; 2.4 – Filosofia Aristotélica e a problemática da Ontologia e da Lógica. UNIDADE III: PERÍODOS ÉTICO E RELIGIOSO 3.1 - A Moral e a Política Estóica; 3.2 - O Pensamento de Epicuro; 3.3 - Ecletismo e Estoicismo Romano; 3.4 - O neoplatonismo de Plotino; 3.5 - A Patrística de Santo Agostinho. UNIDADE IV: AS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DOS PENSAMENTOS MEDIEVAL, RENASCENTISTA, MODERNO E PÓS-MODERNO 4.1 – A Escolástica de São Tomás de Aquino; 4.2 - A Ciência Política de Maquiavel; 4.3 - A Reforma de Martinho Lutero; 4.4 - A Nova Ciência de Copérnico, Bruno, Kepler e Galileu; 4.5 - O Racionalismo Cartesiano, Spinoza, Leibniz, e o criticismo kantiano; 4.6 – O Empirismo de Francis Bacon, Hobbes, Locke e Hume; 4.7 - O Iluminismo de Rosseau, Voltaire, Diderot e Montesquieu; 4.8 - O Idealismo de Hegel, Fichte, Schelling e Schleiermacher; 4.9 - O Materialismo de Karl Marx, Engels e Feuerbach. UNIDADE V: O ESTAR- NO- MUNDO DO HOMEM E SUAS RELAÇÕES EXISTENCIAIS 5.1- O pessimismo de Schopenhauer;

- 5.2- O existencialismo cristão em Kierkegaard;
- 5.3- O super-homem em Nietzsche;
- 5.4 – A Fenomenologia em Husserl;
- 5.5 – A existência autêntica em Heidegger;
- 5.6 - A liberdade como destino em Sartre.

UNIDADE VI: A FILOSOFIA COMO CIÊNCIA DE TOTALIDADE

- 6.1 – Filosofia como síntese primitiva da ciência;
- 6.2 – Análise intermediária entre filosofia e ciência;
- 6.3 – A Filosofia como unificadora do saber científico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PARTE PRÁTICA
NÃO TEM

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA (por ordem alfabética):

- .ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. 4ª ed., Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1985, 14 Vols.;
- .BACHELARD, Gaston. *O Novo Espírito Científico*. 2ª ed., S. Paulo, S.P.: Abril Cultural S/A., 1978, (Col. Os Pensadores, V. 18);
- .BACON, Francis. *Novum Organum* ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza. 2ª ed., S. Paulo, S.P.: Abril Cultural S/A., 1979, (Col. Os Pensadores, V. 32);
- .BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis, R. J.: Ed. Vozes, 1987, V. 3;
- .COLLINGWOOD, R. G. *Ciência e Filosofia*. 2ª ed., Lisboa, Portugal: Editora Presença, 1976;
- .CHARDIN, Pierre Teilhard de. *O Fenômeno Humano*. 3ª ed., Porto, Portugal: Liv. Tavares Martins, 1970, (Col. Filosofia e Religião);
- .CASINI, Paolo. *As Filosofias da Natureza*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1975;
- .FROMM, Erich. *Análise do Homem*. 13ª ed. R. de Janeiro, R. J.: Ed. Guanabara S/A., 1983;
- ._____. *O Mêdo a Liberdade*. 13ª ed., R. de Janeiro, R. J.: Zahar Editores, 1981;
- ._____. *Meu encontro com Marx e Freud*. 7ª ed. R. de Janeiro, R. J. Ed. Guanabara, 1986;
- .FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na Civilização*. 2ª ed., S. Paulo, S. P.: Abril Cultural S.A., 1980, (Col. Os Pensadores, V. 3);
- .FRANKL, Viktor E. *Em Busca de Sentido*. 2ª ed., Petrópolis, R. J.: Ed. Vozes, 1991;
- .HABERMAS, Jürgen. *A Filosofia, Hoje*. R. de Janeiro, R. J.: Salvat Editores S/A., 1979, (Col. Salvat de Grandes Temas);
- .HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 15ª ed. R. de Janeiro, R.J.: Zahar editores, 1979;
- .HOBBS, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. 12ª ed. R. de Janeiro: Ed. Paz e Terra S.A., 2000;
- .JOLIVET, Régis. *Curso de Filosofia*. 13ª ed. R. de Janeiro, R.J.: Liv. Agir Editora, 1979;
- ._____. *Metafísica*. R. de Janeiro, R. J.: Liv. Agir Editora, 1972 (Col. Tratado de Filosofia, V. 3);
- .LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. 2ª ed., S. Paulo, S.P.: Abril Cultural S/A., 1980, (Col. Os Pensadores, V. 58);
- ._____. *Totemismo Hoje*. 2ª ed., S. Paulo, S. P.: Abril Cultural S.A., 1980, (Col. Os Pensadores, V. 58);
- .LIMA, Alceu Amoroso. *O Existencialismo e outros Mitos do Nosso Tempo*. R. de Janeiro, R. J. Liv. Agir, 1956;
- .MARITAIN, Jacques. *Introdução Geral à Filosofia*. 16ª Ed. R. de Janeiro, R.J.: Liv. Agir Editora, 1989 (Col. Elementos de Filosofia V. 1)
- .MORIN, Edgar. *O Enigma do homem*. 2ª ed., R. de Janeiro, R. J.: Zahar Editores, 1979;
- .MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. 2ª ed., S. Paulo, S.P.: Abril Cultural S/A., (Col. Os Pensadores, V. 2);
- .MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução*. 2ª ed. R. de Janeiro, R. J.: Ed. Paz e Terra S. A., 1978;
- .NOGARE, Pedro Dalle. *Humanismo e Anti-humanismo*. 7ª ed., Petrópolis, R. J.: Ed. Vozes;
- .PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. *História da Filosofia*. 13ª Ed. S. Paulo, S.P: Ed. Melhoramentos, 1981;
- .ROHDEN, Huberto. *O Espírito da Filosofia Oriental: Uma Afinidade Com o Cristianismo*. S. Paulo, S. P.: Liv. Freitas Bastos, 1960;
- .SANDRONI, Paulo. *O que é Mais-Valia*. S. Paulo, S. P.: Ed. Brasiliense, 1982;

.TRUC, Gonzague. *História da Filosofia: O drama do pensamento através dos séculos*. Porto Alegre, RS: Ed. Globo, 1968;
.VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 12ª ed., R. de Janeiro, R. J.: Ed. Civilização Brasileira S/A., 1990;
.VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de Filosofia: Ética e Cultura*. S. Paulo, S. P.: Ed. Loyola, 1988;
.VALLS, Álvaro L. M. *O que é Ética*. 5ª ed., S. Paulo, S. P.: Ed. Brasiliense, 1992;

7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

7.1. Natureza do Estágio no Curso

Conforme a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em anexo, o “Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.” (Art. 1º)

O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, não sendo, portanto, meio para o aluno estagiário substituir o profissional que o acompanhará. Em cumprimento à lei do nº 11.788/2008, o aluno estagiário do curso de Licenciatura em

Letras não deverá substituir, sob pena de quebra de contrato de estágio, o professor e/ou o profissional – supervisor – da unidade concedente, por se entender o direito e dever do exercício do trabalhador e o direito e dever do *exercício* do estagiário. O estágio é, tão somente, um ato educativo que aproxima o aluno do seu ambiente de trabalho.

Para o direito ao estágio, o aluno do curso de Licenciatura em Letras deve:

- estar matriculado e ter frequência regular;
- celebrar termo de compromisso com a parte concedente de estágio e a instituição de ensino, tendo como interveniente a Instituição, representada pela Coordenação Geral dos Estágios da UFRPE.
- cumprir, no máximo, 6 horas diárias de estágio (cf. lei nº11.788, set/2008).

Deve haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso, sendo essas atividades promotoras de aptidões e habilidades necessárias para a formação do estudante e do futuro profissional. O aluno do curso de Licenciatura em Letras deve, obrigatoriamente, se dirigir à Coordenação Geral de Estágios da UFRPE, para firmar termo de compromisso.

O estágio poderá ser:

- **não obrigatório**, definido, neste documento, como período de realização do ato educativo, sem, contudo, fazer parte da integralização curricular;
- **obrigatório**, definido, neste documento, e distribuído, como, período de realização do ato educativo associado aos componentes ESO I, ESO II, ESO III, ESO IV, cuja carga horária, de 405h, é requisito para a aprovação e obtenção do diploma de Licenciado em Letras;

O profissional formado no curso de Licenciatura em Letras está capacitado para atuar no ensino de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Literatura de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola.

7.1.1 Estágio não Obrigatório

As atividades realizadas no Estágio não Obrigatório do aluno do curso de Licenciatura em Letras devem, conforme a lei nº11.788, set/2008, que proíbe a utilização do estágio em função diferente da área de formação e atuação do discente, corresponder a atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão do licenciando em Letras. Assim, no contexto básico de atuação do estagiário, as atividades que exigirem do aluno ação docente, serão apenas possíveis após o cumprimento de créditos resultantes dos três primeiros períodos do curso, excetuando-se apenas os créditos do componente Introdução à Microinformática. Nos demais casos, o estágio será permitido a partir do segundo período do curso.¹¹

Por fim, destaca-se que será inibida a prática de cancelamento da matrícula do Estágio Supervisionado Obrigatório em decorrência da manutenção do Estágio Supervisionado não Obrigatório, sendo tais casos encaminhados para a Coordenação Geral dos Estágios e para Pró-Reitoria de Graduação de Ensino para tomada de providências.

7.1.2 Estágio Obrigatório: justificativa e organização

O Estágio Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras na sua matriz curricular é designado *Estágio Supervisionado Obrigatório* (ESO), formatado em quatro componentes curriculares: do sexto ao nono ano. Tem carga horária total de 405h, obedecendo a Res. CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002, que regulamenta 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado e a realização do estágio a partir do início da segunda metade do curso (cf. Res. CNE/2002).

A formação de professores de Língua Portuguesa/ Literatura e Língua Estrangeira (Língua Espanhola/Literatura) pressupõe a reflexão e o conhecimento da prática pedagógica presentes nas instituições educacionais, relacionando-se, respectivamente, com os aspectos teórico-metodológicos que caracterizam o estudo da língua, com a conscientização do papel de educador, dos ensinamentos fundamental (terceiro e quarto ciclos) e médio, no exercício da futura profissão.

O aperfeiçoamento profissional do futuro educador não pode se limitar apenas ao treinamento, ao ensino como transmissão e reprodução de conhecimentos já elaborados, visto caracterizar-se a ciência por uma busca constante de explicações e de soluções e

¹¹ O contexto para a realização do Estágio não obrigatório é facilmente encontrado na Coordenação Geral dos Estágios da Pró-Reitoria de Graduação de Ensino da UFRPE.

não pela posse de resultados definitivos, expressos em fórmulas imutáveis. O educador é um sujeito que participa da construção do conhecimento e deve ser visto como a principal personagem das transformações educacionais.

Sendo assim, o Estágio Supervisionado Obrigatório deverá ceder espaço aos acadêmicos para que participem, mediante pesquisas, da apreensão, da compreensão e da transformação do ensino-aprendizagem de língua espanhola/literatura e língua portuguesa e literatura de língua portuguesa, com vistas a se tornarem atuantes nos contextos educacional e social em que estarão habilitados a atuar.

Nessa perspectiva, preparar-se para a vida profissional não significa apenas praticar o trabalho a ser executado, como se este estivesse pronto e acabado. Pelo contrário, significa preparar-se “com”, qualificando-se constantemente no processo de interação ensino-aprendizagem e conscientizando-se da importante função do educador no desenvolvimento da qualidade de ensino. O Estágio Supervisionado, assim, não é entendido como um fim em si mesmo, mas como a possibilidade de inserir o acadêmico no contexto educacional, como observador, pesquisador e docente, para que ele participe da produção do conhecimento, percebendo-se como um sujeito que se constrói permanentemente nas interações sociais.

Teoria e prática, nesse caso, estarão umbilicalmente associadas e caracterizar-se-ão pela ação/reflexão/ação, estando vinculadas à capacidade do futuro professor de pensar a sua prática pedagógica. Para tanto, a inserção do estagiário, no contexto real do sistema educacional, lhe permitirá o confronto entre teoria e prática, oportunizando-lhe, por meio de uma ação efetiva, a apreensão ativa de todas as dimensões teóricas e de todo o saber acumulado durante o curso de Licenciatura em Letras.

Acredita-se que os acadêmicos do curso, além de necessitarem de espaço para a pesquisa, o que lhes garantirá melhor qualificação e entrada formal no mundo da educação escolar, possuem todas as condições técnico-teóricas para realizarem trabalhos de efetiva pesquisa científica, buscando apoio, sob a orientação do professor responsável pelos componentes de estágio denominados Estágio Supervisionado Obrigatório em teorias tanto nas áreas da linguística, da literatura e de disciplinas afins, quanto nas de disciplinas pedagógicas.

7.2. Objetivos

- Propiciar ao futuro profissional da área de linguagem a ampliação e o aperfeiçoamento necessários para as práticas escolares, com o intuito de favorecer o seu crescimento profissional;
- Oportunizar ao acadêmico o contato com a realidade dos ensinos fundamental e médio, com vistas a fornecer-lhe condições de conhecer e analisar as circunstâncias em que o ensino de língua materna e o ensino de língua estrangeira ocorrem, além de aprimorar e conduzir, com dinamismo e segurança, o nível de ensino em que estará habilitado a atuar;
- Realizar levantamentos da estrutura e funcionamento de escolas de ensinos fundamental e médio, as diretrizes que orientam o ensino, os objetivos ou missão da escola investigada, os projetos de ensino realizados ou a serem realizados etc.;
- Observar e analisar o ensino-aprendizagem de língua materna e de literatura - objetivos/conteúdos programáticos/metodologia/avaliação –, mediante observação de aulas de Língua Portuguesa/Literatura e Língua Espanhola/Literatura, visando a conhecer a realidade do ensino das escolas municipais, estaduais ou particulares dos ensinos fundamental e médio do município de Recife (e região), por meio de pesquisas educacionais progressivas, que caracterizem as escolas localizadas em partes específicas da cidade, para obter um panorama geral do contexto educacional da cidade de Recife (e de cidades circunvizinhas);
- Possibilitar aos estagiários a aplicação de conhecimentos teóricos adquiridos no curso de Letras, com a execução de Projetos Didáticos relacionados ao ensino de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e ensino de Língua Espanhola/Literatura – nos ensinos fundamental e médio, mediante orientação do professor da disciplina Estágio Supervisionado;
- Proporcionar aos estagiários a prática efetiva da docência, por intermédio de pesquisas específicas e da realização de cursos/minicursos ou oficinas, em que possam atuar como autores, para que contribuam com a superação de dificuldades nas áreas dos ensino de língua e de literatura, propondo alternativas e testando soluções;
- Discutir e analisar, nas aulas de Estágio Supervisionado, os aspectos pertinentes observados nas escolas, auxiliando os acadêmicos na superação de problemas e dificuldades surgidos no desenvolvimento dos projetos; e

→ Permitir a organização de cursos/minicursos ou oficinas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Língua Espanhola/Literatura, os quais serão oferecidos aos alunos que integram as escolas em que as observações foram feitas.

7.3. Etapas de Desenvolvimento do Estágio Supervisionado

O estágio curricular obrigatório está distribuído em quatro componentes curriculares, a saber, Estágio Supervisionado Obrigatório I – ESO I– (90h), Estágio Supervisionado Obrigatório II – ESO II– (90h), Estágio Supervisionado Obrigatório III – ESO III– (90h), Estágio Supervisionado Obrigatório IV – ESO IV– (135h), componentes subsequentes que vão do sexto ao nono período. Objetivando inserir o aluno na escola e em contextos escolarizados a partir do início da segunda metade do curso, reservando um espaço de tempo contínuo para a formação docente na prática de ensino e, principalmente, na vivência com a escola e com o espaço de formação do aluno no ensino básico, os componentes do Estágio Supervisionado desenvolvem-se da seguinte forma:

ESO I: ecologia da escola;

ESO II: projeto didático que visa à interdisciplinaridade, respeitando-se a organização da escola, campo de estágio;

ESO III: regência escolar- Língua Espanhola, buscando também explorar a língua e a cultura pela literatura;

ESO IV: regência escolar – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, especialmente a Literatura Brasileira.

Observação: todos estão subordinados às necessidades e especificidades da instituição de ensino básico

1 - Embasamento teórico:

O estudo dos componentes responsáveis pelo Estágio Supervisionado Obrigatório versará sobre os conteúdos propostos nos programas de ensino do curso, promovendo o diálogo entre teoria e prática, ensino de língua/literatura e realidade escolar:

→ O ensino da Língua Portuguesa;

→ O ensino da Língua Espanhola;

- Objetivos do ensino da Língua e da Literatura;
- Materiais e métodos de ensino;
- Ensino da produção de textos orais e escritos
- Ensino da leitura;
- A (auto)avaliação;
- O ensino da Literatura;
- A Literatura Brasileira nas escolas.

2 – Projeto de pesquisa educacional - observação da realidade escolar, do ensino de língua portuguesa/ literatura brasileira e do ensino de língua espanhola/literatura nos ensinos fundamental e médio:

Como atividade de regência, espera-se promover o desenvolvimento da pesquisa educacional – observação da realidade escolar e do ensino de língua portuguesa/ literatura brasileira e do ensino de língua espanhola nos ensinos fundamental e médio. Para tanto, são esperados como procedimentos realizáveis no Estágio Supervisionado Obrigatório.

- Roteiro dos aspectos a serem observados no contexto escolar;
- Contato e apresentação na escola em que o aluno realizará o projeto de observação e de posterior intervenção com os alunos (plano de aula/curso/minicurso/oficina);
- Critérios para observação das aulas;
- Observação da estrutura e funcionamento da unidade de ensino;
- Observação de aulas de Línguas Portuguesa, Literatura e Língua Espanhola e Literatura, nos ensino Fundamental e Médio, ministradas pelos professores titulares das escolas determinadas;
- Revisão de pressupostos teórico-metodológicos pertinentes à elaboração do projeto de observação e orientação de leitura de documentos bibliográficos;
- Anotações e reflexões acerca da observação realizada;
- Formação de turmas e definição do cronograma para o desenvolvimento dos planos de aula, cursos/minicursos/oficinas;
- Estabelecimento dos conteúdos a serem ministrados nas atividades interventivas elaboradas;
- Análise dos programas de ensino das séries e das disciplinas objeto de estágio;
- Elaboração de planos de aula e de sequências didáticas para aplicação nos cursos/minicursos/oficinas;

- Seleção e organização dos conteúdos e preparação de materiais didáticos, considerando a faixa etária, o grau de escolaridade, o interesse da turma e o desempenho dos alunos observados.

3 - Estágio de regência – realização de aulas, minicursos ou oficinas

O Estágio Obrigatório pressupõe a presença do aluno acompanhado na escola ou no ambiente escolar. Nesta etapa o aluno(a)-estagiário(a) deverá assumir alguma atividade em sala de aula de turmas previamente definidas. No ESO I e ESO II, o aluno vivenciará a escola (leitura de documentos, conselhos de classe, participação em datas comemorativas, passeios etc.) e desenvolverá algum projeto de intervenção. No ESO III e ESO IV, haverá, definitivamente, regência em sala de aula, podendo, para tanto, desenvolver além de aulas, minicurso ou oficina, desempenhando as funções docentes específicas das disciplinas das áreas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira – ensinos fundamental/médio – e Língua Espanhola e Literatura de Língua Espanhola – nos ensinos Fundamental/Médio ou em escolas de idioma, para esta última habilitação.

Para o exercício da função docente, o estagiário será o responsável pela condução dos trabalhos, bem como pela elaboração de todo o material e recursos necessários ao bom andamento das atividades. Os cursos/minicursos/oficinas poderão, com prévia aprovação da escola e do professor titular, servir para colocar em prática algum projeto de ensino do acadêmico, desde que este seja condizente com a série e a disciplina objeto do estágio. Caso não haja concordância da escola, os assuntos, temas das aulas ministradas nos cursos/minicursos/oficinas seguirão, a critério do professor titular da disciplina objeto do estágio, o programa de ensino e conteúdos estabelecidos nos planejamentos e programas da unidade de ensino. Também, os cursos/minicursos/oficinas poderão realizar-se sob a forma de cursos de recuperação de ensino.

Como ênfase dessa etapa, deverá permanecer no estagiário o empenho no planejamento, execução e avaliação das atividades, bem como a preocupação com a observação, a análise e a reflexão, visando a desenvolver no aluno, os espíritos crítico e reflexivo das atividades docentes que está se propondo a assumir.

Concomitantemente ao período destinado à realização da observação e da regência, o estagiário fará a produção escrita dos resultados alcançados no relatório do estágio.

7.3.1. Metodologia

O estágio, em sua etapa teórica, será desenvolvido pelo professor, em sala de aula ou também em forma de planejamento do aluno, orientado pelo professor do componente curricular, por meio de leitura orientada. Durante outros momentos do curso, em que a interação teoria-prática-teoria se completa, a fundamentação teórica poderá ser retomada e/ou acrescida a ela outros referenciais teóricos que sirvam de apoio às necessidades dos estagiários.

O Estágio de Observação sobre a realidade educacional e o ensino de Língua Portuguesa/Literatura e Língua Espanhola/Literatura será desenvolvido em unidades escolares de ensinos fundamental (terceiro e quarto ciclos) e médio em Recife e cidades circunvizinhas, previamente definidas pelo professor, no leque de possibilidades disponível na instituição.

O Estágio de Regência de Língua Portuguesa/Literatura Brasileira e Língua Espanhola/Literatura será realizado nas dependências das escolas contatadas, sendo que a definição de turmas e organização dos grupos de alunos, cronogramas das atividades a serem passados às escolas, após definição conjunta com a professora do Estágio Supervisionado, serão de inteira responsabilidade dos estagiários, sob supervisão deste/a docente da UFRPE e docente da Escola que acompanhará o aluno estagiário.

Os estagiários terão a orientação e o assessoramento do/-a professor/-a responsável pelo Estágio Supervisionado, em:

- contatos com a direção da unidade, coordenação pedagógica e professores das escolas;
- elaboração de roteiro dos aspectos a serem observados nas unidades de ensino;
- preparação das atividades e dos procedimentos didáticos;
- confecção de cronogramas para a realização das observações ou das aulas/cursos/minicursos/oficinas;
- aulas/cursos/minicursos/oficinas (estágio de regência);
- escrituração do relatório.

7.3.3. Equiparação de Atividades ao Estágio Supervisionado Obrigatório

Em conformidade com a normativa de que trata a Resolução nº 425/2010-CEPE/UFRPE, em anexo, no que se refere à equiparação das atividades de monitoria, extensão e iniciação científica ao estágio supervisionado obrigatório, para os cursos de

graduação da UFRPE, baseada na lei n. 11.788, de setembro de 2008, o curso de Licenciatura em Letras, através da sua Colegiado de Coordenação Didática, examinará a solicitação dos alunos para a equiparação do Estágio Curricular Obrigatório a outras atividades realizadas. Da mesma forma, em conformidade também com a lei n. 11.788, o aluno poderá pedir dispensa de, no máximo, 200h do Estágio Supervisionado Obrigatório, tendo, para tanto, que comprovar documentalmente as atividades que solicita como equiparação.

O discente interessado em equiparar atividades desenvolvidas (Monitoria, Iniciação Científica e Extensão) ao Estágio Supervisionado Obrigatório, deverá requerer a equiparação ao coordenador do Curso. Deve usar requerimento próprio, em anexo na Res. 425-2010- CEPE/UFRPE, e fazê-lo 01(um) semestre antes da conclusão do seu Curso

“Somente poderão ser equiparadas ao Estágio Supervisionado Obrigatório, as atividades de monitoria, extensão ou iniciação científica que forem compatíveis com a formação acadêmica do estudante requerente, considerado as especificidades de cada Curso de Graduação.

O estudante deverá estar matriculado na Disciplina Estágio Supervisionado durante o período de realização das Atividades que serão equiparadas.”
(Instrução Normativa da Res. 425/2010 – CEPE/UFRPE)

A comissão designada para avaliação do requerimento levará em consideração o fato de o Estágio Obrigatório ser realizado em curso de Licenciatura, quando obrigatoriamente o aluno deve estar em local de ensino.

7.4. Avaliação

Os estagiários serão avaliados pelas atividades programadas durante as diferentes etapas, tais como: fundamentação teórica, apresentação de trabalhos orais e escritos, aulas simuladas, projetos de observação e de regência, sobretudo, pelo relatório do estágio, presente em cada componente.

Serão considerados, ainda, para avaliação dos estagiários, o “**Regimento do Estágio Curricular Supervisionado**”, em Apêndice C, e Res. nº 678/2008 do

CEPE/UFRPE, que apresenta as normas para organização e regulamentação do estágio na instituição, em anexo.

7.5. Estágios em Instituições

Estabelecer-se-ão contatos com instituições públicas da cidade de Recife, bem como de cidades a ela vizinhas, visando à realização de convênios com escolas-campo que possam oferecer estágio curricular e extracurricular aos alunos-estagiários do curso de Licenciatura em Letras da UFRPE, aguardando-se propostas de convênio das instituições, de acordo com carta de intenção anexa. Vale ressaltar a importância de um mapeamento das escolas a estabelecerem com a instituição esse vínculo, especialmente, pela dificuldade ainda em encontrar professores de língua estrangeira (espanhola) nas instituições de ensino, apesar da política estabelecida com a Lei nº 11.161, que prevê a necessidade do ensino de língua espanhola.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Também objetiva-se, ao final sexto e sétimo semestres, respectivamente, que os acadêmicos transformem seus projetos de pesquisas, iniciados sob orientação de professor ainda no sexto período, em monografias de conclusão de curso, a serem defendidos diante de uma banca composta por docentes do curso de Licenciatura em Letras da UFRPE, podendo ser convidados membros de outros departamentos ou instituições para composição da banca.

Concebe-se, no curso de Licenciatura em Letras da UFRPE, o Trabalho de Conclusão do Curso como aquele em que o/-a aluno/-a apresentará, ao final do último semestre letivo, trabalho de pesquisa orientado por professor/a. Esse trabalho remeterá a um processo de construção, pois é resultado de todas as reflexões, estudos e aplicações que já terão sido desenvolvidos desde o primeiro ano do curso.

Após a escolha, no sexto período, do/-a professor/-a-orientador/-a que orientará o TCC, o/a aluno/-a apresentará sua produção para uma banca examinadora, seguindo todas as exigências do Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso (documento anexo ao Projeto Pedagógico). Para auxiliar melhor esse processo, o componente Trabalho de Conclusão de Curso terá como pré-requisito Metodologia da Pesquisa em Educação L, voltada para a reflexão da metodologia de pesquisa empreendida pelo aluno para a construção do seu TCC.

8.1 - Elaboração Final e Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Esta última etapa é destinada à elaboração, revisão e organização do artigo para conclusão do curso, tendo o acompanhamento do professor do componente curricular, mediante sessões de estudos. O professor orientador do aluno constituirá uma banca examinadora, cuja função será a de avaliar não somente o registro escrito do que traduz cada uma das etapas do trabalho de conclusão de curso, mas também a articulação oral dos argumentos que fundamentam, teoricamente, o projeto de pesquisa desenvolvido e o texto/artigo de conclusão de curso.

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES- ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES

As Atividades Acadêmicas Curriculares (AAC) protagonizam, de forma muito clara, o entendimento de que o ensino superior não se reduz a sala de aula. Apesar da importância dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, as atividades complementares garantem ao alunado dos cursos de graduação, sobretudo quando se trata do público do turno da noite, o contato necessário com atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, que não se traduzem em sala de aula.

O curso de Licenciatura em Letras, para auxiliar o aluno no cumprimento desta obrigação, buscará tanto incentivar e orientar o alunado, quanto promoverá atividades, visando ao cumprimento da carga horária. Assim, serão realizados ou programados Semana de Letras, Programas de Leitura, Monitoria de Componentes Obrigatórios, Mostras Pedagógicas, Pesquisas, Intercâmbios, Eventos Culturais etc. na própria instituição, como também serão divulgados e incentivados congressos, cursos, oficinas, palestras em outras instituições.

As atividades de pesquisa, extensão e ensino previstas em lei e os estágios extracurriculares permitirão, assim, que o aluno tenha opções para complementar seus conhecimentos com maior autonomia e garantirão uma formação profissional mais ampla. A organização dos conteúdos em torno das atividades complementares, como forma de desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, favorecerá a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, visto que permitirá a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento.

Esse tipo de organização propiciará ao aluno, durante a integralização curricular, duzentas e dez horas de atividades complementares que se articularão internamente, no movimento do aluno para novas informações e, externamente, na sua interação com a realidade que o cerca.

Prevê-se a validação das atividades complementares no Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Letras, sempre em obediência ao regulamento da UFRPE (cf. Res. 313/2003, anexo ao Projeto Pedagógico do curso), no que se normatiza para as Atividades Acadêmicas Curriculares (ver Regimento das Atividades Complementares, em APÊNDICE D).

No que tange ao cumprimento das atividades, todas as turmas do curso receberão folheto explicativo e formulário ainda no primeiro ano de formação. Para melhor orientação do alunado, será incentivada a entrega de registro e documentos comprobatórios das atividades complementares realizadas pelos discentes no quinto período, objetivando a análise de professores que fornecerão parecer e orientarão o alunado sobre como melhor proceder para alcançar a carga horária necessária.

10. EXTENSÃO NO CURSO DE LETRAS

Tem-se, no curso de Letras da UFRPE, a extensão como uma prioridade, tendo em vista a situação socioeconômico-cultural do Estado de Pernambuco e a certeza, de toda a comunidade acadêmica, de seu papel em contribuir na solução de problemas que emergem das sociedades regional e local. A ação extensionista do curso caracterizar-se-á, portanto, pela articulação aos projetos de ensino e de pesquisa numa perspectiva integradora e comprometida com as transformações sociais.

Compreende-se como atividades de extensão palestras formativas e informativas à comunidade, atendimento às suas necessidades, visando a trocas de experiências por

meio de discussões sobre temas de relevância para o aprofundamento teórico nas diferentes áreas de conhecimento. Essas atividades serão desenvolvidas por alunos e professores do curso de Licenciatura em Letras, envolvendo a participação de profissionais das redes pública e privada de ensino fundamental e médio, cumprindo a função institucional refletida na melhoria da qualidade de ensino.

10.1. Institucionalização da Extensão no Curso de Letras

A UFRPE, por intermédio do curso de Licenciatura em Letras, integrará as extensões à sua grade de forma harmônica, permanente e institucionalizada. Compreende a extensão como um processo educativo, cultural e científico, articulador do ensino e da pesquisa de forma vinculada, que se define e redefine em movimentos de relações recíprocas Universidade/Sociedade e vice-versa.

Dessa forma, o objetivo da extensão será o de socializar o saber veiculado e construído na Instituição, assim como promover práticas interdisciplinares e direcionar o ensino e a pesquisa, contribuindo para melhoria dos aspectos sócio-político-econômicos e culturais da região. Nessa perspectiva, a extensão buscará assegurar o contato direto, realimentador e recíproco entre professores, alunos, técnicos, instituições e população, desenvolvendo uma práxis que leve ao questionamento das teorias trabalhadas nos cursos para maior conhecimento e compreensão dos problemas da região.

O desenvolvimento dessa práxis deverá impulsionar os envolvidos na busca da resolução de problemas encontrados por meio de atividades interdisciplinares que desencadeiem o redirecionamento do ensino na Instituição. Terá, assim, a extensão no curso de Licenciatura em Letras da UFRPE, o caráter permanente, sempre articulado aos projetos de ensino e pesquisa, numa perspectiva integradora e comprometida com as transformações sociais.

Para atender essa linha de ação, haverá eventos com um perfil perene e integrado à concepção da UFRPE, no sentido de estabelecerem relações recíprocas entre as comunidades acadêmica e não-acadêmica. O curso, alinhado aos objetivos da UFRPE, desenvolverá projetos e programas de extensão que, articulados ao ensino e à pesquisa, (re)elaborarão o sabido e construirão o novo.

10.2. Propostas de Programas de Extensão

Os programas de extensão terão desdobramentos que necessitarão de ações que se complementem, podendo exigir reprogramações e avaliações continuadas, visto serem processuais e envolverem grande número de actantes.

Com relação à área de conhecimento do curso de Licenciatura em Letras, desenvolver-se-ão os seguintes programas de extensão:

1. Alfabetização de Jovens e Adultos;
2. Ciclos de Palestras;
3. Oficinas de Produção de Leituras e de Textos para segmento(s) da comunidade universitária ou comunidade circunvizinha a UFRPE;
4. Reforço de Aprendizagem de Jovens e Adultos;
5. Periódicos culturais ou informativos.

Todos esses projetos dependerão da infraestrutura e do quadro docente disponível para sua realização; limitações são previsíveis no início de um curso. Contudo, este deverá estudar formas de empreender os projetos extensionistas e envolver docentes e alunos da instituição.

10.2.1. Alfabetização de Adultos

Programa que objetivará atender ao maior número possível de analfabetos jovens e adultos, capacitando-os a ler, a escrever, tornando-os mais participativos no/do processo histórico-social. Para sua oferta, realizar-se-á, anualmente, no início do primeiro semestre letivo, um curso de aperfeiçoamento, para melhor habilitar os monitores que nele atuarão. Esses monitores serão acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Letras da UFRPE, podendo agregar docentes e alunos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Letras e Licenciatura em Matemática, estendendo as atividades com o ensino de conhecimentos matemáticos. Poderão receber bolsa de estudo

10.2.2. Ciclos de Palestras

O Ciclo de Palestras, com a participação efetiva de professores mestres e doutores, trará temas da atualidade, a serem discutidos entre alunos e docentes. Esses também

podem se concretizar anualmente a partir da Semana de Letras, mas não devem ser resumidos a esse evento.

10.2.3. Oficinas de Produção de Leituras e de Textos

As Oficinas de Produção de Leituras e de Textos, além de oportunizarem a revisão de postulados teóricos da área de Letras, podem constituir-se em iniciação científica do corpo discente. Incumbir-se-ão das reflexões mais profundas do ponto de interesse do alunado e organizarão essas reflexões, com discussões de linhas de percepção e de diferentes autores, nas aulas de componentes, como Prática Pedagógica de Língua e Literatura.

Essas Oficinas, que trabalharão com produção de leituras e de textos para culminar com a prática em escolas, preferencialmente, públicas, de níveis fundamental e médio, desenvolverão suas atividades em três segmentos:

→ Indicação Bibliográfica – o primeiro momento das Oficinas é de discussão das resenhas elaboradas pelos alunos; os livros indicados refletirão sobre os eixos da área de linguagem, além dos específicos do professor de Língua Portuguesa/Literatura e Língua Espanhola: leitura/produção de textos/análise linguística;

→ Anteprojeto de Pesquisa – este é o momento que orientará os alunos sobre a pesquisa que iniciarão junto às escolas de ensino fundamental ou médio; torna-se necessário que, diante da realidade brasileira, os futuros profissionais de Letras elejam seus pontos de interesse;

→ Pesquisa (propriamente dita) – junto às aulas de prática (e no Estágio Supervisionado), os alunos terão a possibilidade de aplicar seus projetos e, o mais importante, de estabelecer a relação teoria/prática.

10.2.4. Reforço de Aprendizagem de Jovens e Adultos

O Programa de Reforço de Aprendizagem de Jovens e Adultos será criado para atender, primeiramente, trabalhadores de serviços gerais da UFRPE e trabalhadores rurais do interior do Estado que não saibam ler e escrever ou que já disponham de fundamentos da alfabetização, mas gostariam de retomar os estudos e avançar em níveis, com o aprofundamento dos conteúdos programáticos de séries subsequentes.

A coordenação do Programa será de responsabilidade do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH) e as aulas serão ministradas por monitores – acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Letras, podendo agregar professores e alunos do curso de Licenciatura em Matemática e em Pedagogia –, que serão acompanhados por professores do Estágio Supervisionado ou outro responsável.

Têm-se como objetivos do Programa:

→ proporcionar aos alunos condições que os levem a adquirir competência de leitura e escrita (ou competência básica de operações matemáticas), servindo-se dela para desempenhar suas funções imediatas de tomar nota de recados, ler e escrever cartas, recibos etc;

→ possibilitar aos alunos aceleração da aprendizagem e a continuidade nas séries subsequentes do ensino fundamental;

→ propiciar aos alunos dos cursos de licenciaturas em Letras (ou em Matemática e Pedagogia) a vivência de situações de ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos.

10.2.5.Circulação de Periódicos Culturais ou Informativos

Criação de Periódico ou Panfleto para circulação de eventos científicos, culturais, poemas, crônicas na língua portuguesa e língua espanhola. Tal iniciativa seria apenas supervisionada por professores do curso, visto a publicação desse tipo de informativo dever partir do alunado do curso de Licenciatura em Letras ou outro.

Têm-se como objetivos do Programa:

→ incentivar o empreendedorismo em ações de publicação e divulgação de eventos culturais, científicos e o encorajamento na produção de obras literárias;

→ possibilitar aos alunos espaços na própria universidade de publicação e divulgação de textos, buscando promover uma quebra na rotina artificial do ensino-aprendizagem na produção de textos.

Podem vir a configurar entre os programas de extensão outros, devendo ser esse bem como qualquer outro projeto do curso submetidos ao Colegiado de Coordenação Didática para apreciação e deliberação.

11. MONITORIA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

11.1. Programa de Monitoria

A UFRPE institucionalizou a monitoria, que se organiza de acordo com o que prevê a legislação de ensino vigente e se realiza em todos os cursos de graduação.

Instituíram-se monitorias em diversos cursos de graduação, sendo nelas admitidos alunos regularmente matriculados, selecionados pelos professores e designados pela direção dos Departamentos, entre os que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área de monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino e de pesquisa.

A monitoria não implica vínculo empregatício. Pode ser remunerada ou voluntária, devendo sempre selecionar o/a monitor/a por meio de exame, com edital amplamente divulgado e publicação do resultado. Por isso, os professores do curso oferecerão vagas para monitoria, divulgando qual(-is) componente(s), a quantidade de vagas, objetivo e horário no edital, bem como atividades exercidas pelo/a monitor/a e se a bolsa será ou não remunerada.

O Colegiado de Coordenação Didática do curso (CCD) decidirá sobre para qual componente será disponibilizado a bolsa remunerada, quando necessário, dando preferência ao componente em que apresentar maior número de reprovação ou alunos em exame final.

A monitoria será exercida sob orientação do professor do componente, sendo vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas e práticas correspondentes à carga horária regular da disciplinar curricular.

Além de criar oportunidades para a percepção dos vocacionados ao magistério, a monitoria favorece por meio da iniciação científica inerente a sua atuação, o surgimento de novos pesquisadores. O aluno selecionado deverá cumprir a carga horária prevista pela instituição e exercer a monitoria em horário que não coincida com seu horário de aulas.

11.2. Iniciação Científica no curso de Licenciatura em Letras

A Iniciação Científica no âmbito da graduação é um investimento que visa à formação do pensamento científico dos acadêmicos, ao mesmo tempo, configura-se

como um espaço aberto para a pesquisa. Consiste, portanto, num empreendimento que busca alargar a preparação de quadros para pesquisa – atividade acadêmica de professores e alunos.

No entendimento do CNPq¹²:

[...] a iniciação científica é um instrumento que permite introduzir na pesquisa científica estudantes de graduação potencialmente mais promissores. É a possibilidade de pôr o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica.

Enquanto oportunidade de aprendizagem concreta de teorias e metodologias sob a orientação de pesquisadores mais experientes, a IC é, ao mesmo tempo, uma forma de a) introduzir o aluno no mundo da pesquisa científica; b) estimular o pesquisador orientador a formar equipes; c) propiciar à Instituição um instrumento de formulação de políticas de pesquisa.”

Com essa preocupação e com a percepção do muito que há para se mudar na práxis do professor das escolas de níveis fundamental e médio, o que não se tornará possível sem disciplina e ciência, o professor-orientador, ao interagir com o graduando, fará a mediação de um complexo processo de criação. Não se treina o aluno tão somente, posto que pesquisar não é o resultado imediato do domínio de técnicas e/ou de informações, mas uma consequência, desta feita, mediada pelo orientador.

O professor-orientador conduzirá o aluno de Letras a perceber que o ponto focal daquele que hoje investiga é o diálogo com a sociedade que apresenta mudanças impulsionadas pela tecnologia que, por meio de uma sobrecarga sensorial provinda da informação das mídias, antevê situações significativas a serem analisadas e, dessa forma, a perceber, também, que sua função principal é ensinar e que, para ensinar, faz-se necessária a percepção crítica das diferenças entre o que se ensina e o que se informa.

11.3 PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

Recente, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID – promovido pelo MEC/CAPES/FNDE – visa a formar o aluno de graduação facultando-lhe a vivência com a escola pública de modo que sua presença na escola seja tanto um caminho para a esperada relação entre universidade e escola pública quanto o início do

¹² ZUCCO, C. *Relações entre Pós-Graduação: a pós-graduação no contexto histórico-educacional*. s.d..t. e s.d.

estabelecimento de estudos e pesquisa sistemática em prol de ações de melhoria na rede pública de ensino. O PIBID foi criado para atender ao plano de metas Compromisso de Todos pela Educação, previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nacional e objetiva favorecer estudantes do ensino básico, melhorar a formação acadêmica dos licenciados e estimular a formação continuada de professores da rede pública.

O PIBID/Letras na UFRPE tem por objetivo a formação do graduando de Letras com base em pesquisa-ação, uma vez que busca a relação entre prática e teoria em contextos escolares a partir de intervenções suscitadas na escola: clube de leitura, jornal, oficinas etc. Com a finalidade de investir na formação de licenciandos de Letras e no desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas e pesquisa sobre ensino de língua e literatura na escola, o PIBID/Letras realiza seleção dos bolsistas que serão orientados por professores, preferencialmente do curso, com formação na área de Letras ou áreas afins que lidem com a pesquisa e o ensino da linguagem.

12. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS

12.1. Programa de Avaliação Institucional

Com o intuito de identificar eventuais distorções no tratamento das ações institucionais e de promover os ajustes que se fizerem necessários para corrigi-las, a UFRPE, que tem na avaliação uma das linhas de ação definidas em seu Projeto Institucional, a partir de sua própria experiência e com o envolvimento de todos os seus segmentos, bienalmente, promove a autoavaliação institucional.

Funda-se essa autoavaliação em uma análise interna que avalia o todo da Instituição, considerando as atividades-meio e as atividades-fim, além dos processos postos para a consecução de tais atividades, o que sugere a observação do contexto em que se insere a UFRPE, das políticas educacionais de ciência e de tecnologia e de um grau de racionalidade no processo administrativo que permita a otimização de ações no sentido de consolidá-la como instituição realizadora de ensino, extensão e pesquisa, com parâmetros de excelência de qualidade que visem à competência do futuro profissional e sua inserção no mercado de trabalho.

A participação de todos os setores constitutivos da Instituição no processo de construção da avaliação é resultado da convicção de um caráter não punitivo impresso neste ato, sendo a graduação a escolhida como ponto de partida da Avaliação Institucional, justificada pelo fato de iniciar o processo a partir de uma de suas atividades, embora todos os elementos integrantes de sua realidade institucional dela façam parte.

Para elaboração e desenvolvimento do Programa, deve haver uma comissão permanente de avaliação, que elabore e revise a metodologia de pesquisa, os instrumentos (questionários) e o cronograma de aplicação da avaliação, sendo considerada esta a primeira etapa do processo, a ser implantado através do CCD do curso.

As escolhas metodológicas de Avaliação Institucional da UFRPE foram norteadas pelos pressupostos:

- a. garantia de um clima de acolhimento ao Programa pelos segmentos da comunidade acadêmica, o que lhes assegura a participação em todo o processo e a utilização dos resultados;
- b. obtenção de dados quantitativos e qualitativos na coleta de informações, objetivando a formulação de um diagnóstico institucional multidimensional;
- c. conjugação das avaliações interna e externa, como vertentes complementares inseparáveis, para reflexão sobre suas várias dimensões, visando à formulação e ao acompanhamento de políticas acadêmicas e administrativas;
- d. acolhimento pelos setores administrativos da Instituição das sugestões elencadas no processo avaliativo.

O Programa de Avaliação Institucional da UFRPE obedece aos princípios estabelecidos: ser um ato voluntário; ser global; atingir todas as atividades institucionais; considerar as especificidades de cada curso e área de conhecimento; distanciar-se de processos punitivos ou de premiação; ser coerente com a política do diálogo franco e aberto; e ser um programa de caráter permanente.

A autoavaliação é feita por curso, com o objetivo geral de avaliar a Instituição a partir do ponto de vista da comunidade na qual está inserida e corrigir os problemas existentes, detectados na realidade estudada e que interferem nas atividades didático-pedagógicas e serviços da Instituição.

De acordo com o estabelecido, o Programa proporciona o acompanhamento e a análise do desempenho de cada curso e, também, o desempenho institucional. Para

tanto, são consideradas três etapas no processo avaliativo: a primeira, de diagnóstico, quando é feita a análise crítica de documentos, regimentos, dados numéricos e qualitativos de alunos, professores, espaços físicos, materiais e plano de desenvolvimento; a segunda, a auto-avaliação: envolvendo a comunidade acadêmica; e a terceira, a avaliação externa.

Nesse sentido, esse Programa visa a subsidiar o planejamento e a gestão institucional, tornando-se mecanismo de acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico e constituindo-se num processo sistemático de transmissão de informação para todos os segmentos da comunidade acadêmica envolvida na execução da avaliação e na implementação de desenvolvimento qualitativo institucional. Enfim, a Avaliação Institucional tem como objetivo a análise da gestão institucional, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho.

12.1. 1. Programa de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Letras da UFRPE

O Programa de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Letras da UFRPE, em sintonia com o Programa de Avaliação Institucional (PAI), considerados os desafios do novo século, as concepções e os objetivos do curso, pretende instaurar, em seu cotidiano, pesquisa avaliativa permanente.

A finalidade básica da avaliação proposta será o autoconhecimento e a capacidade de tomar decisões, procurando desenvolver uma educação superior, pautada nos ensinamentos de Niskier (1998),¹³ que tenha como missão: garantir a consolidação do processo de formação, educação e pesquisa; qualificar plenamente o graduando; garantir um espaço de formação superior onde ocorra a aprendizagem permanente; favorecer a compreensão, a interpretação, a preservação, o reforço, o fomento e a difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, num contexto onde há pluralismo e diversidade cultural; colaborar com a proteção e consolidação de valores sociais; e proporcionar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação, em seus mais variados níveis, promovendo, em âmbito particular, a capacitação do futuro docente.

¹³ NISKIER, A. **A Educação na Virada do Século**. São Paulo: Editora Expressão e Cultura, 1998.

12.1.2. Princípios e Diretrizes

O curso de Letras da UFRPE procurará desenvolver permanentemente o aperfeiçoamento de suas ações; em decorrência disso, está comprometido em considerar as peculiaridades de sua região, quanto à organização econômica da produção, à cultura da população, à estrutura demográfica, à saúde, ao desenvolvimento humano, ao bem-estar social.

Nesse sentido, o Programa de Autoavaliação subsidiará o planejamento e a gestão do curso, tornando-se mecanismo de acompanhamento contínuo dos desempenhos acadêmico e docente e constituindo-se num processo sistemático de transmissão de informação às sociedades acadêmica e extra-acadêmica. Para isso, tornar-se-á necessário que se promova a aceitação ou a conscientização sobre a necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos; que se reconheça a legitimidade e a pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; que haja envolvimento direto de toda a comunidade acadêmica, na execução da avaliação e na implementação de desenvolvimento qualitativo do desempenho do curso.

O objetivo inicial desse Programa será o acompanhamento das atividades desenvolvidas no curso e, posteriormente, a revisão e o aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do curso, garantindo melhor qualidade e maior adequação das atividades nele desenvolvidas.¹⁴

Os objetivos específicos do Programa fundamentam-se em Nosorini (1997)¹⁵:

1. promover a auto-avaliação do curso de Letras, para garantir a qualidade da ação acadêmica e prestar contas à sociedade das ações acadêmicas com as exigências científicas e sociais contemporâneas;
2. explicitar as diretrizes do projeto pedagógico e os princípios de um programa de avaliação sistemático e participativo que procura desenvolver, constantemente, o reordenamento, a consolidação e/ou reformulação das ações do curso de Letras da UFRPE, divulgando de várias formas os resultados;
3. observar o modo de realização e de inter-relação das tarefas acadêmicas, nas dimensões ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas no curso de Letras, numa atitude diagnóstica;

¹⁴ Para alcançar esse objetivo, dever-se-á contar com o NDE, Res. nº 01 de 17/06/2010/INEP, tendo em vista que o núcleo docente foi criado exatamente para planejar, revisar e acompanhar o Projeto Pedagógico do curso.

¹⁵ NOSORINI,

4. repensar objetivos, ações e produtos da educação superior, tendo em vista o momento histórico e as transformações estruturais da sociedade brasileira;
5. verificar, estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas e de gestão, para contribuir com a reformulação de projetos institucionais legitimados e relevantes.

A autoavaliação no curso de Licenciatura em Letras da UFRPE pretenderá ampliar o autoconhecimento e favorecer a tomada de decisões. O autoconhecimento permitirá a identificação dos acertos e das ineficiências, das vantagens, das potencialidades e das dificuldades apresentadas pelo curso, garantindo, assim, um processo de reflexão sobre as causas e os efeitos das situações verificadas, permitindo que o curso assuma, de forma integral, a direção efetiva da gestão didático-acadêmica.

Uma vez que o curso de Licenciatura em Letras desenvolverá um processo avaliativo, alicerçado no Programa de Avaliação da UFRPE, em que todos os seus segmentos participam, o conhecimento das estratégias bem sucedidas direcionarão a disseminação delas, gerando eficiência no tratamento das questões/relações didático-pedagógico-acadêmicas; ao contrário, as ações mal sucedidas serão modificadas, buscando-se novos caminhos, outras alternativas.

Prioritariamente, a avaliação do curso será considerada um ponto de partida para as adequações a ele necessárias e funcionará como sistematização de conceitos relativos aos problemas do ensino superior. Também promoverá a sedimentação da cultura de avaliação diagnóstica, em que não se procura quem errou, mas sim os erros, para corrigi-los.

A avaliação do produto, feita pelos mecanismos avaliativos do MEC, será importante para o curso, no entanto, a avaliação do processo é de fundamental importância, pois, por meio dela, poder-se-á localizar os pontos de estrangulamento e identificar maneiras estratégicas de resolvê-los, além de se ter uma visão integrada do contexto onde se insere o curso e das políticas educacionais de ciência e tecnologia.

Ajustado à fundamentação do Programa de Avaliação da UFRPE, esse Programa apresenta as diretrizes para que o curso, de acordo com sua realidade, estabeleça seu modelo de avaliação na prática. Para isso, concebe-se a avaliação como um processo sistemático e permanente de captação de informação sobre o que se quer avaliar, para confrontá-lo a um ponto de referência e, a partir das constatações estabelecidas, julgar e sugerir alternativas para melhorar o objeto avaliado.

A avaliação, como processo amplo e maduro, que ultrapassa um enfoque supostamente científico e voltado para a coleta de informação apenas, para envolver aspectos humanos, políticos, socioculturais e contextuais, considera a negociação o ponto de chave da integração.

Dessa forma, serão consideradas as percepções, preocupações, construções e valores dos envolvidos na avaliação, tais como: dignidade, integridade e privacidade, para garantir a participação dos mesmos na elaboração de métodos de abordagem do processo.

Esse Programa procurará adequar-se à realidade do curso de Licenciatura em Letras da UFRPE, fundamentando-se nos princípios de legitimidade, participação, integração, não-punição, premiação, compromisso, continuidade e sistematização.

Para que haja legitimidade, será necessário haver um acordo entre os membros da comunidade acadêmica, com relação à institucionalização do processo de avaliação e quanto aos critérios adotados. Por participação, entende-se a atuação de todos os segmentos do curso nas fases do processo de avaliação. Integração constitui a incorporação dos esforços e das experiências existentes na avaliação institucional global. O princípio da não-punição/premiação substitui o conceito de “caça” ao autor do erro, pela identificação de falhas e das formas de corrigi-las. Compromisso constitui o empenho individual e coletivo, em busca do melhor para o curso e, finalmente, os princípios de continuidade e sistematização da avaliação são formas de se garantir a reflexão e a redefinição constante de objetivos e metas a serem atingidas.

Tem-se como 1) **objetivo geral** desta proposta de autoavaliação do curso: acompanhar e aperfeiçoar o programa de avaliação do curso, fomentando a melhoria permanente e a pertinência das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão; e 2) **objetivos específicos**: diagnosticar as atividades acadêmicas nas dimensões ensino, pesquisa e extensão; avaliar a gestão do curso; repensar objetivos, modos de atuação e resultados, considerando um curso mais adequado ao momento histórico; e identificar e implantar mudanças necessárias, no sentido de contribuir com o aperfeiçoamento do curso.

12.1.3. Metodologia da Avaliação

O curso de Licenciatura em Letras considera imprescindível a realização da autoavaliação, porque compreende a importância da reflexão crítica sobre a

operacionalização de suas ações. A metodologia de avaliação adotada, em função dessa consciência, pauta-se na coerência com os objetivos institucionais, é exequível e possui caráter permanente, sistêmico, participativo, objetivo e criativo.

Um método sistemático de organização e de descrição de dados de avaliação, que enfatize a inter e a intra-relação entre esses dados; possibilite a generalização do modelo; comunique as diferentes formas de resultados, permitindo a ocorrência de diferentes audiências; enfatize o questionamento, a linguagem, o contexto e os padrões de julgamento das pessoas-chave do programa, fundamenta os procedimentos metodológicos do Programa de Autoavaliação do curso de Letras, executado por comissões: constituir-se-ão uma comissão coordenadora do processo de avaliação, responsável pela coordenação geral do Programa, e comissões específicas, para coordenar a avaliação por unidade didático-pedagógico-acadêmica. Pretende-se, com isso, garantir a participação da maior parte dos docentes do curso, muito embora o curso tenha um NDE para coordenar ações de permanente avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Tendo em vista que a avaliação abrange campos diferentes, serão definidos as dimensões, os indicadores e o detalhamento da metodologia utilizada e o cronograma da avaliação. A escolha das dimensões e a definição de indicadores resultarão da combinação de metodologias já existentes e da elaboração de novos indicadores necessários. Utilizar-se-ão esses indicadores qualitativos e quantitativos para diagnosticar, descrever, interpretar e avaliar a realidade de cada segmento, seus pontos fracos e fortes, que se registrarão em relatórios de avaliação do curso.

12.1.3.1. Etapas e Dimensões

RESPONSÁVEL	ETAPAS	DIMENSÕES
Comissão de Avaliação e NDE	Preparação	Sensibilizar os envolvidos para a necessidade de autoavaliar-se
Comissão de Avaliação e NDE		Sondagem do ambiente interno; Planejamento; Elaboração de instrumentos;

	Diagnóstico	Coleta de dados; Análise de dados; Elaboração de relatório.
Comissão de Avaliação e NDE	Autoavaliação Conscientização Setorial	Análise e discussão do relatório; Levantamento de pontos fortes e fracos; Construção de quadros comparativos de desempenho; Elaboração de propostas.
Comissão de Avaliação e NDE	Síntese Global	Avaliação e integração das propostas; Elaboração de relatório final; Divulgação/ discussão interna.
Comissão de Avaliação e NDE	Implementação	Estabelecimento de metas de ação; Locação de recursos; Viabilização de metas estabelecidas.
CCD do curso	Apreciação do relatório	Decisão sobre a homologação do relatório; Envio da decisão em forma de processo para as instâncias superiores responsáveis.
Comissão de Avaliação e NDE	Publicação/ Difusão	Publicação do relatório final
Comissão de Avaliação e NDE	Reavaliação	Releitura da realidade; Avaliação das medidas corretivas ou de aperfeiçoamento; Proposição de alternativas.
Comissão de Avaliação e NDE	Retroalimentação	Continuidade do processo avaliativo.

A articulação pretendida entre os resultados de avaliações, quer realizadas pelo MEC quer por agentes outros, externos ou internos à Instituição, a que se sujeitará o curso, e as ações didático-pedagógicas, bem como as acadêmicas, fundamentar-se-ão no planejamento e na gestão de atividades que pressuponham essa (re-)construção.

Reconhece-se a necessidade de atitudes que favoreçam uma articulação mais adequada do curso de Letras da UFRPE aos cenários global, nacional e regional, com propostas que emanem de análises rigorosas da realidade contemporânea dos cursos de Letras, uma vez que, sem levar em conta a cultura vigente na área, se tornará improvável nela interferir. Nisso a articulação entre os resultados de análises avaliativas contribuirão: com o incentivo dela decorrente, discutir-se-ão constantemente a situação

do curso, acentuando o senso de integração e aumentando a condição de entendimento e de avaliação de interesses que são comuns a docentes e discentes.

Se, por um lado, as avaliações externas suscitarão essas discussões e integrações, por outro, um processo de avaliação interna (não apenas a institucional, mas a autoavaliação) subsidiará, em termos de dados objetivos e referências de discussão, o encaminhamento dessa (re-)construção da identidade do curso – sentido necessário à articulação com os cenários com os quais o curso se manterá em diálogo.

Considerando-se, ainda, que a finalidade básica da autoavaliação proposta pelo curso será o autoconhecimento e a capacidade de tomar decisões, procurando desenvolver uma educação superior alicerçada em ensinamentos que garantam a consolidação do processo de formação, educação e pesquisa; a qualificação plena do graduando; a garantia de um espaço de formação superior, onde ocorra aprendizagem permanente; o favorecimento da compreensão, da interpretação, da preservação, do reforço, do fomento e da difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, num contexto marcado pelo pluralismo e pela diversidade cultural; a colaboração com a proteção e consolidação de valores sociais; e o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação, em seus mais variados níveis, promovendo, em âmbito particular, a capacitação do futuro docente – visar-se-á, com essa articulação entre diferentes análises avaliativas, internas e externas ao curso, à conjugação de esforços, administrativos, docentes e discentes, para saber implementadas as ações necessárias à consolidação desses objetivos e referendadas pelo perfil do profissional que se pretenderá formar.

Por fim, percebe-se o CCD do curso como lugar privilegiado para o conhecimento da comunidade de Licenciatura em Letras de questões para apreciação e avaliação do Projeto Político Pedagógico do curso, sendo, por isso, importante cultivar esse espaço como aberto para todos: docentes, discentes e técnico-administrativos de Licenciatura em Letras. Deve-se ainda destacar que questões importantes para a revisão, reformulação e avaliação poderão advir de espaço extrínseco, que figure como deliberativo ou conselheiro para o estabelecimento do curso na instituição e no cenário nacional.

13. CARACTERIZAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO E DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

13.1. Colegiado da Coordenação Didática (CCD)

O Colegiado de Coordenação Didática (CCD) do curso de Licenciatura em Letras é regido, como os demais cursos de graduação da instituição, pelo Estatuto e Regimento da UFRPE/1985, art. 52, capítulo I – Da parte da organização didático-científica. Cada curso de graduação é coordenado por um Colegiado de Graduação constituído na forma prevista nesse artigo (ver Regimento da Coordenação Didática do curso de Licenciatura em Letras, Apêndice E).

O CCD do curso de Licenciatura em Letras se constitui como a instância de deliberação do curso. O colegiado, constituído por docentes, lotados no Departamento de Letras e Ciências Humanas, ou em outro(s) Departamento(s) responsáveis por componentes ministrados no curso, formado a cada fração de cinco componentes curriculares obrigatórios, e representação discente (titular e suplente), é presidida pela coordenação pedagógica do curso de Licenciatura em Letras.

Suas reuniões ordinárias são mensais, estabelecidas previamente em calendário apresentado pela coordenação, tendo por base calendários de outros conselhos hierarquicamente superiores, aos quais está subordinado, como o Conselho Técnico-administrativo do Departamento de Letras e Ciências Humanas (CTA/DLCH) e Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em casos excepcionais, e para a manutenção do bom funcionamento do curso e de projetos associados a esse, podem ser realizadas reuniões extraordinárias.

É o colegiado do curso responsável pela discussão e decisão de questões de interesse do curso e de seu funcionamento, estando responsável pela divulgação, discussão, apreciação e pelas decisões tomadas em relação à organização didático-científica do curso.

Em CCD, alunos e professores têm direito à voz e a voto em discussões e deliberações, desde que tenham sido indicados pelos seus pares com aprovação de seus nomes para compor oficialmente o quadro de representação do CCD, constando para tanto em portaria emitida pela Administração da UFRPE. Automaticamente, na formação do CCD, o coordenador do curso assume a presidência, conforme regimento da instituição e deste documento do curso.

Com a finalidade de tornar o processo ainda mais democrático, a coordenação do curso buscará incentivar, como forma educativa para maior envolvimento com as discussões e deliberações didático-científicas realizadas no CCD, a participação de todos os docentes

que ministram aula no curso e a representação discente das turmas do curso nas reuniões do CCD. Tal iniciativa pretende alcançar uma visão mais abrangente dos que compõem o curso bem como estimular a participação e formação futura de novo quadro de membros do CCD.

13.2. Coordenação do Curso

A coordenação didático-pedagógica do curso requer dedicação do profissional responsável. Assim, o coordenador vincula-se à Instituição pelo regime de tempo integral (40h), exercendo suas funções no prazo de dois anos, podendo ser reconduzido por mais dois, respeitando-se a consulta à comunidade, ou solicitando afastamento, justificando-se para os representantes do CCD e, oficialmente, à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFRPE.

A coordenação do curso efetiva-se pela figura do coordenador, que tem como função coordenar as atividades didático-científicas do curso, assim como efetuar a integração de alunos e professores na consecução de objetivos do Projeto Político Pedagógico do curso. Objetiva, também, o entrosamento dos professores e a relação de professor/aluno, buscando sempre a interligação dos componentes e a formação profissional, com ensino de qualidade.

A coordenação do curso de Licenciatura em Letras procurará exercer a função de articuladora entre os corpos docente e discente, no processo de aprendizagem. Para tanto, viabilizará ações de interação entre os envolvidos, tendo como instrumento de apoio as reuniões do Colegiado de Curso, que priorizarão as discussões pedagógicas e as reflexões coletivas.

A coordenação do curso participará ativamente dos Órgãos Colegiados Superiores da UFRPE, Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, representando o curso. As atribuições do Coordenador do curso se encontram no Regimento do Colegiado de Coordenação (ver Apêndice E).

APÊNDICES

APÊNDICE A

REGIMENTO DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO E DA IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

Artigo 1º - Concebe-se a Prática como Componente Curricular (PCC), previsto em componentes curriculares obrigatórios, um princípio para concretizar a dinâmica processual da relação teoria-prática na formação de professores no curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa/Literatura e Língua Espanhola/Literatura.

Parágrafo único – A coordenação da dimensão da Prática como Componente Curricular, em tempos e espaços curriculares específicos, prevê o desenvolvimento de atividades e discussões promotoras da interdisciplinaridade, da didatização dos conteúdos ou da revisão de materiais didáticos, enfatizando processos de investigação-ação e ação-investigação na resolução de situações-problema características do cotidiano do professor e da constituição do seu saber-fazer, em 450h distribuídas nos programas dos componentes do início ao fim do curso.

CAPÍTULO II – DAS INSTÂNCIAS DE PRÁTICA

Artigo 2º - A Prática como Componente Curricular contempla desde a reflexão sobre situações pedagógicas e sócio-pedagógicas até a produção de materiais didáticos, em que informações de diferentes fontes podem ser trabalhadas em metodologias crítico-reflexivas para o enriquecimento da formação docente.

Parágrafo 1º - Como trabalho consciente, a prática deve centrar-se em uma proposta flexível, com apoio de um processo formativo, em uma perspectiva acadêmico-científica planejada na elaboração do Projeto Pedagógico do curso, prevista na carga horária dos programas dos componentes curriculares.

Parágrafo 2º - Tempos e espaços, bem como a sua previsão, devem privilegiar, desde o início do processo formativo, estendendo-se ao longo desse processo, a articulação entre os estágios supervisionados e as atividades de trabalho acadêmico, concorrendo para a construção da identidade do professor como educador.

Parágrafo 3º - A Prática como Componente Curricular deverá ter sua previsão para um total, no mínimo, de 400 (quatrocentos) horas, tornando-se imprescindível a supervisão do curso formador do futuro profissional da educação, a fim de garantir a qualidade dessa formação e a relação entre educação e desenvolvimento social.

CAPÍTULO III – DA DINAMIZAÇÃO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTES CURRICULARES

Artigo 3º - A dinâmica curricular do curso de Licenciatura em Letras é deflagrada, a partir da prática pedagógica, nos diferentes espaços que configuram a sala-de-aula, quer estejam na própria Instituição – em laboratórios ou espaços livres – quer em contextos de atuação escolar e/ou social.

Parágrafo único – Propõem-se diferentes núcleos e grupos de trabalhos na articulação de propostas dinamizadoras da práxis educativa, tanto dos formadores quanto dos formados e de profissionais outros associados e atuantes nos sistemas de ensino, cujas ideias e realizações na execução da prática como componente curricular devem sempre ser debatidas em CCD.

Artigo 4º - Os dinamizadores prioritários das práticas, considerando-as uma instância que exige flexibilidade na concepção das atividades programadas, são os formadores e seus alunos em cada área ou componente curricular, no entanto, a experiência poderá ser enriquecida pela participação de outros mediadores, tanto professores quanto alunos, no mesmo contexto prático.

CAPÍTULO IV – DA SUPERVISÃO, ORIENTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS PRÁTICAS

Artigo 5º - Ficará sob a responsabilidade do coordenador e CCD do curso a orientação para o(s) professor(es) da concepção da prática como componente curricular bem como a supervisão da realização desta.

Artigo 6º - Ficará sob a responsabilidade dos professores da área específica ou do componente ministrado a execução da prática como componente curricular em sala de aula.

CAPÍTULO V – DA DISTRIBUIÇÃO DE HORAS DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NA MATRIZ DO CURSO

Artigo 7º - A carga horária destinada para prática como componente curricular no curso de Licenciatura em Letras ocorre de forma parcial ou integral na carga horária total do programa do componente curricular obrigatório.

Artigo 8º - A prática como componente curricular deve ser igual ou superior a 400h, vivenciadas ao longo do curso, atendendo à Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.

Parágrafo único: A distribuição dessa carga horária tem como finalidade garantir o tempo e a vivência previstos para a prática em cursos de licenciatura bem como garantir no curso de Licenciatura em Letras: 1) a discussão da prática pedagógica em componentes tradicionalmente considerados técnico-científicos, utilizando parte da carga horária total de boa parte desses componentes, sobretudo na primeira metade do curso; 2) a realização da prática em componentes exclusivamente criados para explorar o saber e saber-fazer dos conhecimentos da área de letras no campo da educação, preferencialmente, pelo método de simetria invertida, utilizando integralmente a carga horária de componentes sob a rubrica de Prática Pedagógica, na segunda metade do curso.

APÊNDICE B

REGIMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - O curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola estabelece o Trabalho de Conclusão de Curso como requisito de conclusão da licenciatura.

Artigo 2º - O Regimento para o Trabalho de Conclusão de Curso inclui determinações acerca do processo de elaboração, de apresentação e de julgamento de trabalhos monográficos de conclusão do curso de Letras, bem como determina as linhas de pesquisa e a consequente orientação docente.

Artigo 3º - Constitui-se o Trabalho de Conclusão do Curso uma pesquisa individual feita pelo graduando do curso, referente a uma área de conhecimento privilegiada pelo/no curso de Licenciatura em Letras.

Artigo 4º - O Trabalho de Conclusão de Curso deve propiciar ao graduando do curso condições de evidenciar competências e habilidades adquiridas ao longo de sua formação; proficiência em leitura; capacidade de desenvolver, com aprofundamento teórico, um tema pertinente à área do conhecimento pesquisada; desprendimento em consultas bibliográficas especializadas; capacidade de analisar, interpretar e criticar conceitos; e postura de pesquisador.

CAPÍTULO II – DA CONSTITUIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Art. 5º - O acadêmico dos dois últimos semestres do curso de Licenciatura em Letras apresentará um Trabalho Final de Curso em forma de artigo diante de uma banca de professores.

§ 1º - Essa banca será constituída pelo professor(a) orientador(a), que a presidirá, e por dois outros professores convidados a dela participarem e designados pela Coordenação, após indicação do professor(a) orientador(a).

§ 2º - Será indicado um(a) professor(a) suplente para a composição da banca examinadora, a fim de suprir a ausência de qualquer um dentre os titulares, em caso de não presença ou de quaisquer impedimentos.

Art. 6º - Os trabalhos da banca examinadora somente poderão ser efetivados mediante a presença de seus três professores membros.

CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º - Compete ao Coordenador do curso com o auxílio do Eventual Substituto:

- implementar o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, relacionado ao Trabalho de Conclusão de Curso/artigo, por meio de decisões administrativas;
- supervisionar o número de orientações de cada professor, de acordo com deliberação de CCD, para evitar sobrecarga;
- acompanhar e auxiliar aluno na escolha do professor-orientador;
- acompanhar o registro formal e entrega pelo aluno na coordenação de: 1) nome do orientador e da área de pesquisa escolhidos pelo discente (6º período); 2) definição do tema e levantamento bibliográfico do TCC (7º período); 3) plano de trabalho finalizado (8º período); redação do artigo (9º período).
- designar, junto dos professores-orientadores, os membros das bancas examinadoras, de acordo com o previsto em calendário acadêmico;
- sugerir medidas de aprimoramento das atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- convocar e dirigir reuniões com docentes orientadores, para promover o desenvolvimento qualitativo do processo de elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso;
- deliberar sobre casos omissos do Regulamento, interpretando-os conforme seus dispositivos.

Art. 8º - Compete ao professor da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso:

1. analisar as decisões do professor-orientador, em grau de recurso;
2. deliberar sobre os recursos apresentados pelos alunos quanto às avaliações dos professores-orientadores e das bancas examinadoras;
3. deliberar sobre todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento das normas e do processo de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso;
4. deliberar sobre as eventuais alterações do Regulamento para o Trabalho de Conclusão de Curso, para atender à decisão final (do Colegiado de Curso);
5. indicar à coordenação de curso a relação de professores que integram as bancas examinadoras;
6. compor o calendário de entrega dos exemplares do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como de sua apresentação, para apreciação da banca examinadora.

Art. 9º - Compete ao professor-orientador:

1. orientar a escolha feita pelo aluno quanto ao tema, à elaboração e à execução do Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo, de acordo com o calendário acadêmico e com a jornada semanal de atividades;
2. sugerir normas e medidas que implementem o Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo;
3. participar de reuniões, para analisar os Trabalhos de Conclusão de Curso/Artigo e para avaliar os alunos e o processo de formação profissional;
4. elaborar relatórios periódicos sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, parciais e finais, referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo;
5. observar, e fazer observar, o calendário das atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo;
6. indicar a formação da banca para submissão ao CCD do curso.

Art. 10 – Compete ao aluno:

1. efetuar a matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, apresentando à coordenação do curso, no ato dessa matrícula, cópia do Plano de Trabalho do componente Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo;
2. frequentar as reuniões de orientação, quando convocado pelo professor-orientador;
3. manter contato com o professor-orientador, para discussão do trabalho de pesquisa em andamento;
4. cumprir o calendário de entrega de projetos, de relatórios parciais e do Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo, estabelecido pelo professor da disciplina e aprovados pela coordenação do curso e pelo Colegiado de curso;
5. elaborar seu/sua Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo de acordo com as normas e instruções deste Regulamento, as normas da ABNT e as normas aprovadas pelo Colegiado de curso;
6. comparecer, em data e local estabelecidos pela Coordenação do curso, para a apresentação e defesa da versão final de seu Trabalho de Conclusão de Curso perante a banca examinadora.

CAPÍTULO IV – DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11 – Compõe-se a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de etapas sucessivas, desenvolvidas nos semestres letivos do curso de Letras, de acordo com a sua estrutura curricular, a saber:

1. delimitação do tema do projeto, sob a orientação do professor orientador;
2. elaboração do projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso / Artigo;
3. deliberação sobre o projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo;
4. pesquisa dos fundamentos teóricos e de campo sobre o tema escolhido;
5. relatórios parcial e final;
6. versão preliminar do Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo, elaborada para discussão e análise do professor-orientador;
7. versão final do Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo;
8. depósito de três vias da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo, para apreciação da banca examinadora, com a presença de seu autor.

Art. 12 – Por ser regido(-a) por normas da ABNT e deste Regulamento, no Trabalho de Conclusão de Curso/ Artigo todas as alterações que se fizerem necessárias devem ser aprovadas pelo professor-orientador.

Art. 13 – O projeto do Trabalho de Conclusão de Curso/ Artigo deve ser entregue, em duas vias assinadas pelo autor, ao professor-orientador, responsável por sua avaliação.

§ 1º - Se o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso/ Artigo for desclassificado, o aluno terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias letivos para a reformulação e a segunda apresentação desse projeto.

§ 2º - Caso o projeto reformulado não seja aceito, a Coordenação do curso e o professor do componente Trabalho de Conclusão de Curso deliberam sobre os recursos necessários, oferecendo ao aluno a oportunidade de recuperação de estudos.

§ 3º - Após aprovação, uma via do projeto é entregue ao professor-orientador, para que este acompanhe e avalie a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso/ Artigo, e a outra é arquivada no registro acadêmico do aluno.

Art. 14 – Para mudar o tema do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso/ Artigo, é necessária a aprovação do coordenador do curso, sendo que o aluno ou o professor-orientador deve encaminhar a proposta de alteração do projeto, acompanhado de parecer que legitime tal mudança.

Art. 15 – Os relatórios parcial e final devem ser concisos e objetivos e relatarem, resumidamente, os procedimentos utilizados na pesquisa, as fases cumpridas e os pontos positivos e negativos ocorridos no período de seu desenvolvimento.

§ 1º - Os relatórios parcial e final, feitos pelos alunos, são avaliados pelo professor-orientador, cabendo recurso à Coordenação de curso, em primeira instância, e ao Colegiado, em instância final.

§ 2º - Quando houver parecer negativo do professor-orientador em relatório, deve ser oferecida ao aluno a oportunidade de revisão e de correção das falhas; devem ser oferecidos todos os recursos para que o aluno reformule o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso/ Artigo em condições de concluir com êxito as tarefas.

CAPÍTULO V - DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/ARTIGO

Art. 16 - Restringir-se-ão as presenças em sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso/Artigo aos professores e alunos dos cursos do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH).

Parágrafo Único. Não será permitida a divulgação do conteúdo dos Trabalhos de Conclusão de Curso/Artigo, antes de suas defesas.

Art. 17 - A confecção de um calendário em que se fixem datas de designação de bancas examinadoras, de entrega de trabalhos/artigos, de realização de defesas e de apresentação dos resultados de avaliação será de responsabilidade do Coordenador do curso e do professor do componente Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único. A divulgação desse calendário estará sujeita à observação da data limite para a entrega das cópias conclusivas do trabalho final de curso.

Art. 18 - Os professores que comporão as bancas examinadoras contarão com um prazo de 30 (trinta) dias para procederem à leitura dos artigos e organizarem a arguição a que se submeterão os alunos do curso em defesa desses.

Art. 19 - O professor-orientador, presidente da banca, determinará, na abertura da sessão de defesa, o tempo que o aluno disporá para apresentar seu trabalho, que não deverá suplantiar 20 (vinte) minutos, sendo que cada componente da banca examinadora terá até 10 (dez) minutos para arguir o aluno e este outros 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 20 - Com o encerramento da arguição, proceder-se-á à atribuição das notas, considerando-se o texto escrito (valor máximo de cinco pontos), a exposição oral (valor máximo de dois pontos) e a defesa do trabalho/artigo em arguição feita pelos examinadores (valor máximo de três pontos).

§ 1º Fichas individuais de avaliação, em que se registrarão as notas para cada um dos itens mencionados no Artigo 15, serão utilizadas para a atribuição das notas.

§ 2º A média das notas atribuídas pelos 3 (três) membros da banca examinadora corresponderá à nota final do aluno.

§ 3º A fim de alcançar aprovação, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) na média aritmética das notas individuais concedidas pela banca examinadora.

Art. 21 – Ao aluno poderão ser sugeridas reformulações no texto final do trabalho/artigo.

§ 1º - O prazo final para apresentar essas reformulações não deverá exceder ao período de exames finais, estando sujeito à indicação da Coordenação do curso e do professor da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º - A banca examinadora será convocada a uma nova sessão e a proceder a outra avaliação, inclusive oral, do trabalho reformulado pelo acadêmico.

§ 3º - A data para nova arguição oral será fornecida após consulta à banca examinadora, ficando o registro da nota do aluno em suspenso até que se conclua o processo de avaliação.

Art. 22 - Caso o Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo apresente falhas estruturais ou de desenvolvimento teórico graves, a Coordenação do curso, em consonância com os pareceres do professor-orientador e do professor do componente curricular, poderá, em reunião que preceda à sessão de defesa, devolvê-lo para as devidas reformulações.

Parágrafo Único: Ficará, nesse caso, a defesa marcada para o período subsequente, sem que haja novo encaminhamento para possíveis alterações de registros.

Art. 23 – O aluno que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem que se possa justificar, mediante apresentação de documentos, terá atribuído, como nota final de semestre, o conceito zero; também receberá conceito zero o trabalho que for comprovadamente plágio, implicando reprovação do aluno no componente curricular.

Art. 24 - Compete à Coordenação do curso de Letras e ao professor do componente Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo dirimir as dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir os seus hiatos, ocupando-se em expedir atos complementares que se justificarem.

APÊNDICE C

REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I – DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

SEÇÃO I – Do Conceito

Artigo 1º - Concebe-se o Estágio Supervisionado não só como componente curricular dos cursos de formação de professor, mas também, e principalmente, como um instrumento norteador das relações entre teoria e prática no saber-fazer docente. Garantir-se-á essa prática, fazendo-se uso do estágio como campo de pesquisa, análise e crítica de processos sociais e escolares.

Artigo 2º - Considera-se o Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório da organização curricular do curso de licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola.

SEÇÃO II – Da Natureza

Artigo 3º - O Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras realizar-se-á em escolas da rede pública de ensino, considerando-se os níveis: ensinos fundamental e médio.

Artigo 4º - Considerar-se-ão como Estágio Supervisionado as atividades que conduzam o aluno-estagiário ao desenvolvimento de uma formação crítica que vise à relevância do saber-fazer docente e, com ele, à melhoria da escola e da educação.

Artigo 5º - O Estágio Supervisionado está regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, pela Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que dispõe sobre os estágios de alunos de estabelecimentos de ensino superior, pelas Resoluções do CP/CNE 01, de 18/02/2002 e 02, de 19/02/2002, bem como pela Resolução nº 678/2008 do CEPE/UFRPE e Resolução nº 425/2010 e sua instrução normativa.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Artigo 6º - São objetivos do Estágio Supervisionado do curso de licenciatura em Letras:

1 – permitir ao aluno uma reflexão crítica acerca da realidade educacional, propiciando-lhe a percepção de percursos transformadores tanto dessa realidade quanto da social;

2 – desenvolver, junto às escolas do campo de estágio, atividades que evidenciem as interações entre a teoria recebida durante o período de formação do aluno no curso de graduação e a prática subjacente ao fazer docente.

CAPÍTULO III – DA APLICAÇÃO

SEÇÃO I – Duração e Carga Horária

Artigo 7º - Realizar-se-á o Estágio Supervisionado Obrigatório conforme a Lei nº 11.788, as Resoluções nº 678/2008 e nº 425/2010 do CEPE/UFRPE, sem descuidar-se da Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Também realizar-se-á o estágio a partir da leitura da realidade, propiciando ao futuro professor um conhecimento do concreto em situação de trabalho e, com isso, serão avaliadas as possibilidades de cumprimento das competências exigidas pelo fazer docente, notadamente quanto à regência das turmas, sem que se desconsiderem outros aspectos da experiência docente em unidades de ensino, como, por exemplo, a consecução de projetos pedagógicos, planejamento e organização do ensino.

Parágrafo 1º - O Estágio Supervisionado, como componente curricular obrigatório das licenciaturas, não poderá ter uma duração inferior a 400 (quatrocentas) horas, em tempos concentrados, a partir do início da segunda metade do curso, *reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes.*

Parágrafo 2º - Os alunos-estagiários que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter reduzida a carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas, uma vez comprovado o efetivo exercício do ofício na área específica, objeto de estágio.

SEÇÃO II – Campos de Estágio

Artigo 8º - Em atendimento às comunidades em geral, em unidades escolares dos sistemas de ensino da rede pública de Recife e da região, podendo, excepcionalmente, serem realizados estágios em acampamentos e assentamentos agrícolas, após deliberação do Colegiado de Coordenação Didática, garantindo-se a supervisão do professor do componente curricular de estágio obrigatório da UFRPE, exigindo-se sempre que o aluno-estagiário atue dentro de seu campo de formação universitária.

Parágrafo único – Esses campos de estágio devem apresentar como requisitos:

- 1 – comprovada idoneidade e reconhecida qualidade de ensino, expressa no projeto pedagógico da unidade de ensino **ou em seu regimento**;
- 2 – corpo docente com reconhecida competência profissional e que ofereça efetivas condições para a experiência docente compartilhada;
- 3 – infraestrutura física e material, como condições pedagógicas, propícias para o desenvolvimento **do estágio**;
- 4 – aceitação das normas que disciplinam o Estágio Supervisionado do curso de licenciatura em Letras;
- 5 – disponibilidade da equipe diretiva e do corpo docente para supervisionar e/ou apreciar o trabalho do aluno-estagiário e para trabalhar em conjunto com a agência formadora.

SEÇÃO III – Regulamentação e Acompanhamento

Artigo 9º - Este regimento regulamenta e disciplina a organização e o funcionamento do Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa/ Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola.

Artigo 10 - A normatização e a carga horária do estágio deverão respeitar ao disposto no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Letras, em consonância com as Resoluções nº 678/2008 e nº 425/2010 do CEPE da UFRPE.

Parágrafo único – O Estágio Supervisionado realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Artigo 11 – O professor de Estágio Supervisionado responsabilizar-se-á pela elaboração do programa e pela orientação do estágio.

Artigo 12 – O Colegiado de Coordenação Didática analisará o programa e o plano de ensino apresentados pelo professor de Estágio Supervisionado, em um prazo de 10 (dez) dias antes de sua aplicação.

Artigo 13 – Cabe ao coordenador de curso, após decisão do Colegiado de Coordenação Didática, encaminhar o plano de ensino à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, que se pronunciará a respeito, mediante comunicado escrito.

Artigo 14 – O coordenador de curso acompanhará o desenvolvimento do Estágio Supervisionado por meio de reuniões com o/a professor/-a dessa disciplina e visitas aos locais de estágio.

Parágrafo único – Será facultada ao aluno, de acordo com o mapeamento do campo de estágio organizado pela coordenação do curso e professor do componente curricular do estágio obrigatório, a realização do estágio em Recife ou cidade da região metropolitana.

Artigo 15 – O aluno deverá, no prazo previsto pelo plano de ensino, elaborar relatório das atividades desenvolvidas durante o período de estágio, sujeito à análise do professor do componente Estágio Supervisionado Obrigatório.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA DE ESTÁGIO

Artigo 16 - A coordenação do Estágio Supervisionado de ensino do curso de Licenciatura em Letras caberá a uma comissão constituída pelo coordenador do curso e pelo professor do componente Estágio Supervisionado Obrigatório, com participação conjunta da Coordenação Geral de Estágios da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFRPE.

Parágrafo único – A essa comissão caberá seguir as normas e diretrizes estabelecidas pela Coordenação Geral de Estágios da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFRPE, e acompanhar a organização e a dinâmica do Estágio Supervisionado de ensino no curso de Licenciatura em Letras, em trabalho cooperativo, planejado sistematicamente, com as unidades/campos de estágio e com os alunos-estagiários.

Artigo 17 - São atribuições dessa comissão:

- 1 – Acompanhar a dinamização das propostas de estágio de cada um dos alunos do curso de Licenciatura em Letras;
- 2 – Manter arquivo de informações sobre o funcionamento dos estágios supervisionados de ensino do curso;
- 3 – Efetuar o levantamento e organizar cadastro de campo de estágio junto com a Coordenação Geral de Estágios da Pró-Reitoria de Graduação;
- 4 – Manter o intercâmbio, por intermédio de dinâmicas de interação que visem a uma ação formadora compartilhada, com as Coordenadorias de Educação do Sistema Estadual, Secretarias Municipais de Educação de ensinos fundamental e médio;
- 5 – Apoiar as atividades concernentes aos estágios supervisionados de cada um dos alunos do curso;
- 6 – Promover reuniões sistemáticas, com a participação de todos os envolvidos no desenvolvimento dos estágios supervisionados, agendadas em cronograma semestral;
- 7 – participar e encaminhar estudantes a reuniões, encontros, treinamento, seminários, Fórum e cursos promovidos pela Coordenação Geral de Estágios;
- 8 – prestar informações à Coordenação Geral de Estágios sempre que solicitado;
- 9 – Organizar, coletivamente, publicar e divulgar um relatório anual de atividades relacionadas ao Estágio Supervisionado, bem como da produção docente e discente fomentada por esses estágios.
- 10 – dar parecer nas questões de estágio do Curso e exercer outras atribuições diretamente relacionadas ao âmbito de sua competência;
- 11 – fazer solicitação de vagas de estágios para unidades concedentes.

Artigo 18 - É da competência do professor da disciplina Estágio Supervisionado a supervisão das atividades, com a orientação e o acompanhamento sistemático e obrigatório, de estágio e da avaliação do aluno-estagiário.

Parágrafo único – A dinâmica dessa supervisão será desenvolvida como ação mediadora, por meio de encontros, visitas, contatos, entrevistas, reuniões e outras alternativas partilhadas entre professor e alunos-estagiários, previsto no plano de ensino.

Artigo 19 – O(s) professor(es) do componente Estágio Supervisionado têm como atribuições:

- 1 – assistir ao estudante, na UFRPE, durante o período de realização do estágio, participando das atividades referentes aos estágios supervisionados de ensino, desde o planejamento dos estágios nos cursos e dos projetos didáticos dos alunos-estagiários à avaliação final;
- 2 – promover as dinâmicas da docência compartilhada, na interação, como supervisor, com o aluno-estagiário no desenvolvimento de suas atividades;
- 3 – orientar o aluno-estagiário na elaboração do projeto de estágio;
- 4 – realizar visitas de supervisão nos campos de estágio de sua competência;
- 5 – elaborar um relatório final, encaminhando-o à comissão de estágio, com registros das atividades de estágio e sua avaliação.
- 6 – enviar relatório final de estágio ou Trabalho de Conclusão de Curso/Artigo, conforme o caso, ao coordenador do curso.

Artigo 20 - São atribuições do aluno-estagiário:

- 1 – observar as normas e regulamentos da UFRPE;
- 2 – acatar as normas da concedente do estágio;
- 3 – respeitar as cláusulas do termo de compromisso;
- 4 – solicitar cadastramento de seguro contra acidentes pessoais junto a Coordenação Geral de estágios de acordo com o Calendário Acadêmico da UFRPE;
- 5 – encaminhar as tratativas, junto ao campo de estágio indicado, por meio de contatos com a comissão de estágio e com o(s) professor(es) do componente Estágio Supervisionado Obrigatório, professor(es) supervisor(es), definindo as necessidades administrativas e pedagógicas para a realização do estágio, no que compete à responsabilidade como aluno-estagiário;
- 2 – ocupar-se com a leitura da realidade do campo em que atuará, visando a conhecê-lo quanto às necessidades e demandas de intervenção, culminando com a elaboração de um plano de docência compartilhada que contemple todas as atividades necessárias aos objetivos propostos;
- 3 – encaminhar ao(s) professor(es) do componente Estágio Supervisionado os dados relativos à comunidade e ao campo onde realizará o estágio;
- 4 – planejar e desenvolver as atividades de estágio, a partir do plano apresentado;
- 5 – buscar auxílio junto à comissão de estágio e ao(s) professor(es)-supervisor(es) e partilhar experiências com colegas e professores do curso;
- 6 – elaborar relatório de estágio e outras produções que revelem o conhecimento construído a partir de sua prática reflexiva;
- 7 – elaborar relatório final junto ao supervisor da concedente do estágio.
- 8 – encaminhar à comissão de estágio, quando apto para isso, requerimento para redução da carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório, mediante comprovação do efetivo exercício do ofício na área específica objeto de estágio.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO

SEÇÃO I – Da Regência e do Relatório Final

Artigo 22 – A avaliação do aluno na disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório é de inteira responsabilidade de seu/sua(-s) professor/-a(-es).

Artigo 23 - A avaliação processual desenvolver-se-á na dinâmica ação-reflexão-ação e os instrumentos de acompanhamento e de avaliação fornecerão informações para (re-) orientar a prática pedagógica.

Artigo 24 - Visa-se, com o desenvolvimento supervisionado do estágio, a orientar o processo para os níveis de competência das áreas específicas do curso de formação docente e assessorar o aluno-estagiário de acordo com suas expectativas e necessidades.

Artigo 25 - A avaliação global do estágio envolve desde a pesquisa de campo inicial até a elaboração e apresentação do relatório final.

Artigo 26 - Para essa avaliação global do Estágio Supervisionado de Ensino, são instrumentos:

- 1 – relatório final de estágio;
- 2 – parecer descritivo elaborado pelo(-s) professor(-es) da disciplina Estágio Supervisionado, contendo dados substanciais sobre o seu desempenho, em fichas próprias, com critérios explicitados na proposta de estágio do curso, considerando as competências e saberes para o perfil profissional objetivado.

Artigo 27 - Será considerado aprovado em Estágio Supervisionado, em suas etapas teórica e prática, o aluno que obtiver a nota final igual ou superior a 7.0 (sete).

Parágrafo 1º - Considerar-se-á, para essas mesmas etapas, a atribuição de uma única nota, igual ou superior a 7.0 (sete), resultante da somatória de conceitos alcançados em atividades desenvolvidas em sala de aula, nos estágios de observação e regência e no relatório final;

Parágrafo 2º - Ao aluno que não obtiver a nota final igual ou superior a 7.0 (sete), considerados o estágio de regência e o relatório final, será concedida a oportunidade de refazê-los, obrigatoriamente, no mesmo semestre letivo;

Parágrafo 3º - O aluno que, após o cumprimento da segunda oportunidade de realização da regência e do relatório final, não atingir o índice de aproveitamento igual ou superior a 7.0 (sete) será considerado reprovado nessa disciplina.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 28 – Os casos omissos serão resolvidos pelo CCD do Curso.

APÊNDICE D

REGIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - As Atividades Complementares integram a parte flexível do currículo do curso de Licenciatura em Letras – Habilitação Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a obtenção do diploma de graduação.

Art. 2º - As Atividades Complementares são coordenadas por professores que integram o curso, designados pela Coordenação ou identificados pelo Colegiado de Coordenação Didática.

Parágrafo único. Restringir-se-á a avaliação das propostas, das Atividades Complementares ao CCD do curso de Licenciatura em Letras, auxiliado pelo NDE.

Art. 3º - Compõem as Atividades Complementares:

I. disciplinas extracurriculares, pertencentes a outros cursos da UFRPE ou de outras instituições de ensino superior (IES), de graduação ou sequenciais, em áreas afins;

II. outras atividades como:

- a) projetos de pesquisa ou iniciação científica, orientados por docentes da UFRPE;
- b) projetos de pesquisa ou iniciação à docência, orientados por docentes da UFRPE;
- c) programas de extensão, sob orientação de professores da UFRPE;
- d) cursos de extensão, simpósios, congressos, conferências, encontros estudantis, cursos de atualização, semanas acadêmicas etc., na área de interesse do curso ou de atualização cultural ou científica;
- e) monitoria em componentes curriculares pertencentes ao currículo pleno do curso de Licenciatura em Letras;
- f) eventos diversos, de interesse do curso;
- g) assistência a defesas de monografias de curso, de dissertações de Mestrado ou teses de Doutorado;
- h) participação em atividades extracurriculares de assistência ou assessoria, na área de interesse do curso, diretamente ou por associações, sindicatos, ONGs, mediante convênio com a UFRPE;
- i) estágios extracurriculares desenvolvidos com base em convênios firmados pela UFRPE;
- j) participação em programas de voluntariado ligados às áreas pertinentes ao curso;
- k) participação em programas de leitura;
- l) publicações em revistas especializadas;
- m) administração e representação em entidades estudantis.

§ 1 As atividades de que trata o inciso II, quando promovidas pela UFRPE, são obrigatoriamente consideradas atividades complementares válidas, correspondentes às Atividades Acadêmicas Curriculares, respeitada a carga horária fixada para cada atividade, pelo corpo docente do curso.

§ 2 As atividades de que trata o inciso II, quando promovidas por outras instituições de ensino, necessitam ser validadas pelo Colegiado de Coordenação Didática do curso, mediante requerimento justificado e documentado pelo aluno, tendo por supervisão o coordenador de curso.

Art. 4- As Atividades Acadêmicas Curriculares, quanto à sua natureza, são classificadas em: Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único: O Aluno participante de Atividades Acadêmicas Curriculares envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão, definidas no Art. 18 da Res. 313/2003 do CEPE, ligadas à vivência profissional do respectivo Curso e ao Projeto Pedagógico do Curso, sendo ou não

bolsista, poderá ter seus trabalhos convertidos em carga horária curricular mediante matrícula e requerimento protocolado enviado ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico- DRCA, após a aprovação do CCD do Curso.

Art. 5- Todas as atividades constantes do Art. 3º devem ser comprovadas à Coordenação do curso pelo aluno, mediante formulário próprio com a apresentação de documentos originais, após requerimento deste.

Parágrafo Único- O aluno deve cumprir, entre o primeiro e o último semestre letivo do curso, a carga horária total de Atividades Acadêmicas Curriculares – correspondente a 210h – entre atividades dos eixos Ensino, Pesquisa e Extensão, distribuindo-se a carga horária em pelo menos dois eixos.

Art. 6- Compete à Coordenação do curso

I. divulgar amplamente aos alunos a necessidade de cumprir as atividades durante o curso; motivar, aconselhando-o na escolha de Atividades Acadêmicas Curriculares complementares e possibilitar o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização.

II. orientar o aluno quanto à frequência; à certificação dessas atividades e à necessidade de requerer ao CCD parecer e confirmação da carga horária de atividades realizadas, com o auxílio dos professores tutores no primeiro ano do curso.

Parágrafo Único - Durante o primeiro mês, após o início de cada semestre letivo, em período a ser definido pela Coordenação do Curso, o aluno deve receber, em sala de aula ou na secretaria da coordenação, devendo ser auxiliado pelos professores tutores do curso, folheto explicativo e orientação a respeito da realização de Atividades Acadêmicas Curriculares, podendo se inscrever em atividades, entre as referidas no inciso II, já previstas no calendário do curso, ou conhecer atividades de outros cursos da UFPRE ou externas à instituição.

Art. 7- Compete à Coordenação do curso encaminhar ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico às comprovações das atividades realizadas pelo aluno, após pareceres dos requerimentos de alunos aprovados em CCD, dando ciência à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFRPE.

Art. 8º - A computação da carga horária das Atividades Acadêmicas Curriculares deve atender à Res. 313/2003 do CEPE.

Art. 9º - O presente Regulamento só pode ser alterado pelo voto da maioria absoluta dos membros do Colegiado de Coordenação Didática.

Art. 10º - Compete ao corpo docente, em especial à coordenação, aos professores tutores de alunos no primeiro ano de curso e ao NDE, dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, pautando-se sempre por este documento e pela Resolução 313/2003 do CEPE, no capítulo que trata das Atividades Complementares.

Art. 11º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Coordenação Didática do curso, ouvindo o NDE, no que couber.

APÊNDICE E

Regimento da Coordenação Didática do Curso de Licenciatura em Letras

Artigo 1. A coordenação didática do curso de Licenciatura em Letras é exercida por um Colegiado de Coordenação Didática, constituído pelo coordenador do curso, como presidente, pelo eventual substituto, como vice-presidente, por um ou mais docentes de cada Departamento, que participe do ensino do curso, e por representante(s) do corpo discente de graduação, escolhidos na forma da legislação vigente, com mandato de dois (2) anos, permitida uma recondução, conforme *Estatuto e Regimento Geral da UFRPE*, que trata *Da Organização Didático-científica*.

Parágrafo 1. Os departamentos responsáveis por mais de cinco (5) componentes curriculares obrigatórios, no curso de Licenciatura em Letras, têm maior representação no Colegiado de Coordenação Didática.

Parágrafo 2. Os nomes do coordenador e do eventual substituto do curso serão conduzidos ao Reitor da instituição, com lista tríplice, formada e aprovada pelo Colegiado de Coordenação Didática, conforme o Estatuto e Regimento Geral da UFRPE, e após consulta à comunidade acadêmica de Licenciatura em Letras.

Parágrafo 3: a lista tríplice apresentará com destaque e, em primeiro lugar na sequência das duplas formadas, o nome do coordenador e eventual substituto, eleitos na consulta realizada por uma comissão eleitoral, formada e aprovada pelo Colegiado de Coordenação Didática do curso. O Colegiado do curso respeitará o resultado da consulta e zelará pela decisão da comunidade.

Artigo 2: Cabe à Câmara de Ensino de Graduação analisar recursos das decisões ou deliberações do Colegiado de Coordenação Didática.

Parágrafo 4: São atribuições do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Licenciatura em Letras, conforme art. 53, seção V :

- 1- elaborar modificações no currículo pleno do curso, propondo-os ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- 2- propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão o elenco de componentes curriculares optativos do curso;
- 3- promover através de propostas devidamente justificadas ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a melhoria contínua do curso;
- 4- estudar e analisar, em cada período letivo, os planos de ensino dos componentes curriculares do Currículo Pleno do Curso, fixados pelos respectivos Departamentos, aprovando-os ou sugerindo a esses as modificações julgadas necessárias;
- 5- deliberar acerca do aproveitamento de estudo e adaptações, ouvidos os respectivos departamentos;
- 6- deliberar acerca de recursos ou representações de alunos a respeito de matéria didática e trabalhos escolares;
- 7- eleger a lista tríplice para coordenador e eventual substituto do curso, respeitando, quando houver, a consulta realizada à comunidade do curso de Licenciatura em Letras;
- 8- aprovar o Regimento do Diretório Acadêmico do Curso, submetendo-o depois à homologação do Conselho Universitário;
- 9- exercer as demais funções que lhes são, explícita ou implicitamente, deferidas em lei, no Estatuto e Regimento Geral da UFRPE, bem como neste projeto político pedagógico;
- 10- deliberar sobre os casos omissos na esfera de sua competência.

Artigo 2: A coordenação didática do curso de Licenciatura em Letras é exercida por funcionário público lotado no Departamento de Letras e Ciências Humanas, com regime de 40h ou dedicação exclusiva, indicado pelo Reitor da UFRPE, após homologação da lista tríplice pelo Colegiado de Coordenação Didática do curso. O coordenador e eventual substituto terão mandato de dois anos.

Parágrafo 5: São atribuições do coordenador do curso de Licenciatura em Letras:

1. administrar e representar o curso em todas as suas instâncias, sendo substituído pelo substituto eventual da coordenação ou por membro mais antigo do CCD, e assim sucessivamente, nesta ordem de representação;
2. convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Coordenação Didática(CCD), do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e da COAA (Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmica), estabelecendo calendário de reuniões documentado e arquivado na coordenação;
3. organizar o currículo pleno de curso, com o auxílio do NDE, núcleo que também preside, ouvindo sempre o corpo docente;
4. buscar junto aos departamentos responsáveis pelos componentes curriculares que constituem o currículo pleno formas de contribuir com a formulação de normas que conduzam à ministração racional e objetiva do curso;
5. organizar o horário dos componentes ofertados por semestre, ouvindo sempre o corpo docente;
6. deliberar datas para a entrega dos planos de ensino dos componentes ofertados, preferencialmente, 10 (dez) dias antes do início do semestre letivo, conforme Res. 597/2009 – do CEPE/UFRPE.
7. coordenar e fiscalizar a execução dos planos e a programação do respectivo curso, tomando as medidas adequadas ou propondo-as aos órgãos competentes;
8. supervisionar programas e alterações curriculares, com o acompanhamento do NDE, garantindo o registro documental das alterações;
9. supervisionar a intergralização curricular e orientar alunos, com o auxílio de seu eventual substituto, do secretário e técnico-administrativo do curso, e de docentes do curso;
10. propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino e condições para pesquisa e extensão;
11. verificar se está sendo cumprido a execução do sistema de avaliação do corpo discente e docente;
12. adotar, em caso de urgência, providências da competência do colegiado, *ad referendum*, ao qual as submeterá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
13. dar parecer ou encaminhar processo para outro docente dar parecer nos casos de solicitação de dispensa e aproveitamento de disciplina etc.;
14. acompanhar a assiduidade dos docentes e do pessoal técnico-administrativo, vinculados ao cursos, auxiliando a direção do Departamento na fiscalização da observância do regime escolar e dos planos de trabalho;

15. estabelecer e levar ao conhecimento do CCD as normas ou ações a serem implantadas pelo curso, aprovadas em instâncias superiores e, principalmente, deliberativas;
16. apresentar propostas para a aquisição de material bibliográfico e outros equipamentos necessários para o bom desempenho do ensino, pesquisa e extensão no curso;
17. deliberar sobre a organização e administração de laboratórios e outros materiais didáticos, quando esses constituírem parte integrante do ensino e da pesquisa;
18. responsabilizar-se pelo material e patrimônio da instituição que estiver sob sua guarda;
19. organizar com a Coordenação Geral de Estágios um cadastro de campos de estágios;
20. participar e encaminhar Estudantes a reuniões, encontros, treinamento, seminários, Fórum e cursos promovidos pela Coordenação Geral de Estágios;
21. prestar informações à Coordenação Geral de Estágios sempre que solicitado;
22. dar parecer nas questões de estágio do Curso e exercer outras atribuições diretamente relacionadas ao âmbito de sua competência;
23. apresentar ao Reitor ou ao Pró-Reitor de Ensino de Graduação, no prazo que for por estes fixado, relatórios de atividades ou quaisquer outros documentos do curso por esses solicitados;
24. propor admissão de monitor, na forma deste Regimento Geral;
25. formar quadro para a representação docente e discente no Colegiado de Coordenação Didática do curso a cada dois anos, solicitando indicação de nome ou recondução a departamentos, a professores e alunos, com a devida antecedência; (#ACRESCENTEI)
26. cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento geral e as deliberações dos órgãos colegiados;
27. exercer outras atribuições que, por sua natureza, recaiam sobre sua competência ou que lhe sejam delegadas pela direção do Departamento ou pelos demais órgãos superiores.

ANEXOS



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da

instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.”
(NR)

Art. 20. O art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 678/2008.

EMENTA: Estabelece normas para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições estatutárias e considerando os termos da Decisão Nº 082/2008 do Pleno deste Conselho, em sua VII Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de dezembro de 2008, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.021037/2008,

Considerando a necessidade de regulamentar o Estágio Supervisionado Obrigatório, com base na Lei 11788 de 26/09/2008,

R E S O L V E:

Art. 1º - Estabelecer, em sua área de competência, as normas para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos cursos de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, conforme anexo e de acordo com o Processo acima mencionado.

Art. 2º - Tornar sem efeito a Resolução nº 038/88 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, em consequência do artigo 1º da presente Resolução.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 17 de dezembro de 2008.

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
= PRESIDENTE =

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 678/2008 DO CEPE)

**NORMAS PARA ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**

CAPITULO I

DA CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO.

Art. 1º- Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Art.2º- O Estágio Supervisionado Obrigatório - ESO é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito pra integralização curricular e obtenção de diploma.

Art. 3º- As especificidades de cada curso determinarão, a partir de que período o Estudante poderá realizar o estágio supervisionado obrigatório.

Art.4º- O Estudante tem que estar matriculado na disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório, no período de matrícula estipulado no calendário acadêmico da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, tendo sua carga horária definida pelo Colegiado de Coordenação Didática – CCD do respectivo Curso.

Art. 5º - As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Art. 6º- O Estágio Supervisionado Obrigatório constitui uma forma de integração estudante/Empresa/Instituição de Ensino/UFRPE, tendo os seguintes objetivos:

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 678/2008 DO CEPE)

I – Proporcionar ao estudante situações profissionais reais para aplicação, aprimoramento e complementação dos conhecimentos adquiridos com elemento constitutivo do movimento permanente de ação/reflexão, teoria/prática, tendo como referência básica a realidade social concreta;

II - Viabilizar a retro alimentação do ensino, oferecendo ao Estudante a possibilidade de rever posições teóricas quanto à prática profissional e à Universidade subsídios à revisão e renovação dos currículos dos cursos;

CAPITULO II

DO ESTÁGIO E SUAS FINALIDADES

III- possibilitar ao estudante o convívio com o ambiente de trabalho, visando o desenvolvimento de habilidades técnicas e a vivência de atitudes indispensáveis ao profissional;

IV- Viabilizar o intercâmbio de informações entre a Universidade e os campos de estágio.

CAPITULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

I - DA COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIOS DA UFRPE

Art. 7º- Compete à Coordenação Geral de Estágios:

- a) Estabelecer Normas e Diretrizes Gerais para o estágio Curricular através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG, com participação conjunta das Coordenadorias de Curso, considerando a legislação vigente;
- b) Manter intercâmbio sistemático com as instituições como campos de estágio;
- c) Supervisionar o seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário, conforme termo de compromisso;
- d) prestar serviços administrativos para a legalização e andamento de estágios;
- e)proceder ao encaminhamento dos Estudantes candidatos a estágio às empresas, indicado pela Coordenação;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 678/2008 DO CEPE).

- f) atuar como interveniente no ato da celebração do termo de compromisso entre a empresa e o estagiário;
- g) fornecer e orientar os estudantes para o correto preenchimento de formulários/documentos relativos ao estágio;
- h) dar parecer nas questões de estágios e exercer outras atribuições diretamente relacionadas no âmbito de sua competência.

II - DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 8º - Compete ao Coordenador de cada Curso:

- a) verificar o desenvolvimento da supervisão/orientação do estágio;
- b) orientar os Estudantes na escolha da área e/ou campo de estágio pelo menos um semestre antes do prazo regulamentar de início do estágio;
- c) divulgar, selecionar vagas emanadas pela Coordenação Geral de Estágios para posterior encaminhamento aos campos de estágio;
- d) organizar com a Coordenação Geral de Estágios um cadastro de campos de estágios;
- e) participar e encaminhar Estudantes a reuniões, encontros, treinamento, seminários, Fórum e cursos promovidos pela Coordenação Geral de Estágios;
- f) prestar informações à Coordenação Geral de Estágios sempre que solicitado;
- g) dar parecer nas questões de estágio do Curso e exercer outras atribuições diretamente relacionadas ao âmbito de sua competência;
- h) fazer solicitação de vagas de estágios para unidades concedentes.

III - DO PROFESSOR SUPERVISOR DE ESTÁGIO DA UFRPE

Art. 9º – Compete ao Professor Supervisor de estágio da

UFRPE

A Supervisão será exercida por professores supervisores através de visitas, contatos, entrevistas e reuniões entre supervisores, orientadores, técnicos e estagiários da unidade concedente e a UFRPE, sempre que necessário, além das atribuições relacionadas a seguir:

- a) tramitar todos os documentos relativos à supervisão;
- b) examinar e aprovar o plano de estágio apresentado pelo estudante levando em consideração os objetivos estabelecidos no artigo 3º dessa Resolução;
- c) articular-se, quando necessário com o supervisor de estágio da empresa concedente.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 678/2008 DO CEPE).

IV - DO PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO DA UFRPE

Art. 10 - Compete ao Professor Orientador:

- a) assistir ao estudante, na UFRPE, durante o período de realização do estágio;
- b) participar de outras atividades relacionadas à orientação de estágio, se for necessário;
- c) enviar relatório final de estágio ou monografia, conforme o caso ao Coordenador do respectivo Curso.

V - DO ESTAGIÁRIO

Art. 11 - Compete ao estagiário:

- a) observar as normas e regulamentos da UFRPE;
- b) acatar as normas da empresa concedente do estágio;
- c) respeitar as cláusulas do termo de compromisso;
- d) solicitar cadastramento de seguro contra acidentes pessoais junto a Coordenação Geral de estágios de acordo com o Calendário Acadêmico da UFRPE;
- e) elaborar relatório final junto ao supervisor da concedente do estágio.

VI - DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO DA EMPRESA

Art. 12 – Compete ao Supervisor de estágio da empresa:

- a) promover a integração do estagiário na empresa;
- b) contactar o Professor supervisor/Orientador de Estágio da UFRPE, quando necessário;
- c) elaborar e assinar o Plano de Estágio;
- d) proceder à avaliação do estagiário na empresa;
- e) orientar o estagiário durante o seu período na empresa;
- f) encaminhar o relatório final ao Orientador, para revisão e posterior envio a Coordenação do Curso para homologação em CCD.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 678/2008 DO CEPE).

VII - DA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO

Art. 13 - Conforme Lei 11.788 de 26/09/08 caberá à empresa concedente do estágio:

- a) firmar com o estagiário o termo de compromisso;
- b) informar ao estagiário as normas da empresa;
- c) designar um Supervisor da empresa, graduado, na área em que o estágio será realizado;
- e) contactar a Coordenação Geral de Estágios, para qualquer necessidade de alterações no termo de compromisso celebrado, para que seja providenciado um termo aditivo;
- f) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso, alternativamente, pode ser assumida pela Instituição de Ensino, se a concedente não puder fazer;
- g) aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO IV

DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 14 – O tempo previsto para estágio só passará a ser computado a partir da assinatura do Termo de Compromisso.

Art. 15 - A jornada diária do Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser inferior a 04 (quatro) horas diárias e não exceder a 6 (seis) horas. O estágio deverá ser desenvolvido em turno contrário ao turno de matrícula acadêmica do estudante, conforme o caso.

CAPÍTULO V

DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

Art. 16 - O desligamento do estagiário ocorrerá automática-mente ao término do contrato.

Art. 17 - O estagiário poderá ser desligado da empresa



antes do encerramento do período de estágio previsto, nos seguintes casos:

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 678/2008 DO CEPE).

- a) a pedido do estagiário, com prévia comunicação à empresa e à Coordenação Geral de Estágio;
- b) por iniciativa da empresa, quando o estagiário deixar de cumprir alguma cláusula do termo de compromisso;
- c) por iniciativa da UFRPE, quando a empresa deixar de cumprir obrigações previstas no termo de compromisso ou houver constatação de inadequação no cumprimento do plano de estágio.

Art. 18 - O pedido de desligamento deverá ser feito com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

Art. 19- O desligamento do estagiário, por iniciativa da empresa, deverá ser comunicado à Coordenação Geral de Estágios/UFRPE, com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - A realização do Estágio Curricular Obrigatório por parte do estudante não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 21- Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação ouvido a Coordenação Geral de Estágios, no que couber.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 17 de dezembro de 2008.

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
= PRESIDENTE =

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 425/2010.

EMENTA: Regulamenta equiparação ao Estágio Supervisionado, das atividades de Extensão, Monitoria e Iniciação Científica dos Cursos de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições estatutárias e considerando os termos da Decisão Nº 049/2010 do Pleno deste Conselho, em sua IV Reunião Extraordinária, realizada no dia 20 de setembro de 2010, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.013375/2010,

R E S O L V E:

Art.1º - Regular, em sua área de competência, que as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso, de acordo com o § 3º da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo único - A documentação necessária para regulamentação das atividades serão feitas à luz da Lei 11788/08.

Art. 2º - Os casos omissos e excepcionais deverão ser apreciados pela Pró-Reitoria de Ensino da Graduação, com base na legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 24 de setembro de 2010

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
= PRESIDENTE =

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA ATENDIMENTO AO QUE TRATA A RESOLUÇÃO N.425/2010-CEPE, NO QUE SE REFERE A EQUIPARAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MONITORIA, EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA AO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO-ESO, PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFRPE, BASEADA NA LEI N. 11.788, DE SETEMBRO DE 2008.

DA ORGANIZAÇÃO

- O estudante que tiver interesse de equiparar as suas atividades de monitoria, extensão ou iniciação científica ao Estágio Supervisionado Obrigatório, deverá requerer a equiparação, ao coordenador do seu Curso através de requerimento próprio 01(um) semestre antes da conclusão do seu Curso.
- Somente poderão ser equiparadas ao Estágio Supervisionado Obrigatório, as atividades de monitoria, extensão ou iniciação científica que forem compatíveis com a formação acadêmica do estudante requerente, considerado as especificidades de cada Curso de Graduação.
- Para os Cursos que ofertam o ESO no último período, o estudante deve requerer a equiparação 01(um) semestre antes da conclusão do mesmo. Para os Cursos que possibilitam a realização do ESO em mais de um semestre o estudante deve requerer a equiparação no momento que cumprir a carga horária exigida no Projeto Pedagógico do referido Curso.
- O estudante deverá estar matriculado na Disciplina Estágio Supervisionado durante o período de realização das Atividades que serão equiparadas.
- O estudante deve entregar na Coordenação do Curso o relatório das atividades desenvolvidas no Programa, ao qual está vinculado (Monitoria, Extensão ou Iniciação Científica), devidamente assinado pelo Professor Orientador.

DOS CRITÉRIOS PARA A EQUIPARAÇÃO

- O Coordenador do Curso deverá indicar uma Comissão formada por 02(dois) Membros do CCD, sob a presidência do Coordenador, para avaliar os relatórios encaminhados pelo estudante requerente.
- A Comissão deverá avaliar se as atividades desenvolvidas estão relacionadas com a formação acadêmica do estudante, com base no Curso de Graduação o qual o mesmo é vinculado.
- Após a avaliação, aprovação e atribuição da nota, a Coordenação do Curso deverá encaminhar a Coordenação Geral de Estágio a relação contendo o nome do estudante, o período de realização das atividades e o local de realização das

atividades para regularizar junto ao MEC. A CGE enviará ao DRCA a referida relação para registro.

- Nos casos da não aprovação do relatório apresentado, o Coordenador do Curso deverá comunicar oficialmente ao estudante orientado o mesmo a realizar o ESO para efeito de integralização curricular.
- Os casos omissos serão tratados pela PREG ouvida as Coordenações de Cursos.

Setembro 2010



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

REQUERIMENTO

Eu estudante regularmente matriculado no período de Curso , venho através deste solicitar ao Prof.(a) Coordenador(a), a equiparação das minhas atividades de (Ensino, Pesquisa ou Extensão)..... ao Estágio Supervisionado Obrigatório, ao tempo em que informo que estou matriculado na referida disciplina. A solicitação está de acordo com o que dispõe a Resolução N. 425/2010-CEPE.

Data e Assinatura do estudante.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 313/2003.

EMENTA: Regulamenta a sistemática de elaboração e reformulação do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFRPE.

O Pró-Reitor de Administração, respondendo pela Presidência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada e considerando os termos da Decisão Nº 103/2003 da Câmara de Ensino de Graduação deste Conselho, em sua IV Reunião Extraordinária, realizada no dia 09 de outubro de 2003, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.008923/2003,

Considerando o compromisso desta Universidade com a qualidade da formação profissional conferida pelos Cursos de Graduação oferecidos e as diretrizes fixadas pela Lei 9.394/96 e legislações complementares que orientam a elaboração curricular;

R E S O L V E:

CAPÍTULO I – DO PROJETO PEDAGÓGICO

Art. 1º- Aprovar a sistemática de elaboração e reformulação do Projeto Pedagógico e a composição da Matriz Curricular dos Cursos de Graduação da UFRPE, nos termos da presente Resolução.

Art. 2º- O Projeto Pedagógico de um Curso de Graduação compreende o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional, destinado a orientar a concretização curricular do referido curso.

Parágrafo Único - Como instrumento norteador do fazer universitário, o Projeto Pedagógico deve ser concebido coletivamente no âmbito da Instituição.

Art. 3º- Para a elaboração ou reformulação do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, devem ser observados os seguintes princípios:

- I- A elaboração e a reformulação do Projeto Pedagógico devem resultar da avaliação da conjuntura e da infra-estrutura do Curso e desta Instituição;

- II- O Projeto Pedagógico deve orientar a formação de profissionais comprometidos com a promoção individual e social e a preservação do meio ambiente;
- III- A construção do Projeto Pedagógico deve ser processada de forma democrática, tendo como horizonte as dimensões éticas, políticas, técnicas e humanas da prática profissional;
- IV- O Projeto Pedagógico é uma construção dinâmica e deve ser permanentemente avaliado;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

- V- A matriz curricular, na perspectiva do Projeto Pedagógico, deve ser concebida como um instrumento de produção e sistematização do conhecimento, devendo possibilitar a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e a articulação teoria – prática.

Art. 4º- Os seguintes aspectos devem compor o Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação:

- I- A história do Curso contextualizada com a história da Instituição, construída a partir do objeto de estudo, conforme redimensionado na operacionalização das matrizes curriculares anteriores;
- II- A justificativa para a reformulação deve conter um diagnóstico, fundamentado nos resultados de avaliações institucionais e nas inovações propostas;
- III- O marco teórico e a metodologia que devem indicar a concepção de matriz curricular vigente e a sistemática de sua operacionalização;
- IV- Os objetivos do Curso, de acordo com as diretrizes do MEC contextualizados com a história da UFRPE, assumidos como alvo orientador da formação profissional;
- V- O perfil profissional que assegure uma sólida formação de base generalista, crítica e ética, possibilitando ao cidadão-profissional aprofundamento em áreas – conhecimento do Curso e formação continuada;
- VI- As competências, atitudes e habilidades, que devem estar coerentes com os objetivos do Curso e com o perfil profissional;
- VII- O campo de atuação do profissional como meio de viabilizar a articulação entre o mundo do trabalho e o mundo acadêmico;
- VIII- As ementas, definidas como resumo dos conteúdos relativos aos componentes curriculares, e suas respectivas bibliografias básicas, devidamente elaboradas e aprovadas pelos órgãos competentes;
- IX- A equivalência curricular das disciplinas da Matriz curricular anterior com os novos componentes curriculares;
- X- A sistemática de concretização do Projeto Pedagógico, com indicação de critérios e de condições indispensáveis à sua implantação, monitoramento e avaliação;

- XI- As Decisões de aprovação do Projeto Pedagógico pelo respectivo Colegiado de Coordenação Didática-CCD do Curso e Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão e Universitário.

Art. 5º- Para efeito do estabelecimento da duração do Curso, os seguintes condicionantes devem ser observados:

- I - O tempo mínimo terá como referência o mínimo fixado pelo órgão federal competente;
- II- O tempo máximo será igual à duração plena fixada pelo Curso acrescida de 80% (oitenta por cento).



Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

§ 1º- Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com regulamentação específica.

§ 2º- Os alunos de Cursos de Licenciatura plena que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 6º- O Projeto Pedagógico é de responsabilidade do CCD do Curso de Graduação e será supervisionado pela Coordenação Geral dos Cursos de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Parágrafo Único- O CCD poderá delegar tarefas e/ou ações para serem executadas por comissões especiais.

Art. 7º- Cada curso de Graduação deverá constituir uma Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico-COAA, integrada pelo coordenador do Curso, no mínimo 3 (três) Professores e 1 (um) Estudante, indicados pela Coordenação e homologada pelo Colegiado de Coordenação Didática- CCD, que terá as seguintes atribuições:

- I- Acompanhar os alunos que já tenham cumprido pelo menos 4 (quatro) períodos regulares do curso;

- II- **Emitir parecer circunstanciado sobre rendimento acadêmico insuficiente e prazo de integralização curricular, após entrevista com os alunos e/ou apreciação de suas justificativas por escrito;**
- III- **Apreciar os requerimentos de dilação de prazo, devidamente instruídos para justificar casos e situações especiais dos alunos que não conseguirão concluir o curso dentro do prazo legal;**
- IV- **Propor a oferta de disciplinas em período especial, para recuperação pedagógica dos alunos;**
- V- **Exercer, no período anterior à matrícula, a orientação pedagógica dos alunos, objetivando a melhoria do seu desempenho nas atividades didáticas do curso, determinando o máximo de disciplinas permitidas, observados os pré-requisitos e a compatibilidade horária;**
- VI- **Motivar o Aluno sobre sua futura profissão, indicando as áreas de diversificação profissional e aconselhando-o na escolha das Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares;**
- VII- **Orientar o Aluno sobre aproveitamento ou adaptação de disciplinas já cursadas;**
- VIII- **Encaminhar às instâncias competentes quaisquer problemas de origem didático-pedagógica.**

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

§ 1º- Os Professores participantes da Comissão de Orientação devem ser Docentes do quadro efetivo, que ensinem disciplina(s) possua mais de 2 (dois) anos de exercício de Ensino Superior e que sejam indicados pelo Colegiado do respectivo Curso.

§ 2º- Os Alunos participantes da Comissão de Orientação, devem ser, de preferência, de final de curso, já detentores de experiência de vivência do currículo e das atividades flexíveis de formação.

§ 3º- A cada início de semestre, a comissão deverá se apresentar às turmas, divulgando as atividades acadêmicas curriculares previstas para aquele semestre e divulgando sua função e horário de atendimento.

§ 4º- A comissão reunir-se-á extraordinariamente sempre que houver uma solicitação justificada do Diretório Acadêmico ou da Coordenação.

Art. 8º- A Matriz Curricular é definida como um conjunto de componentes curriculares acadêmicos que possibilitam a integralização de um curso, buscando a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, concebida como um sistema articulado.

Parágrafo Único – São consideradas premissas básicas para a estruturação da matriz curricular, as seguintes:

- I - Funcionar como um fluxo articulado de aquisição de saber, em um período delimitado de tempo, tendo com base a flexibilidade, a diversidade e o dinamismo do conhecimento, da ciência e da prática profissional;
- II - Oferecer alternativas de trajetórias;
- III - Oferecer ao aluno orientação e liberdade para definir seu percurso;
- IV- Oferecer condições de acesso simultâneo a conhecimentos, habilidades específicas e atitudes formativas na sua área profissional e em pelo menos uma área complementar;
- V - Possibilitar o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização.

CAPÍTULO II- DA ESTRUTURA DA MATRIZ CURRICULAR

Art. 9º- A matriz curricular de cada Curso apresentar-se-á de forma a demonstrar a distribuição das Atividades Acadêmicas Curriculares Obrigatórias por períodos letivos semestrais.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

Parágrafo Único - O Colegiado de Curso, ao dimensionar a matriz curricular, deverá ater-se ao limite máximo de 25 (vinte e cinco) horas-aula semanais para os cursos diurnos e de 20 (vinte) horas-aula semanais para os cursos noturnos.

Art. 10- Quanto à estrutura, a matriz curricular deve contemplar necessariamente três Eixos de Formação: Específica, Complementar e Livre.

Art. 11- A **Formação Específica** compreende, para todos os efeitos, os conteúdos básicos resultantes das Diretrizes Curriculares Nacionais, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º- O objetivo da Formação Específica é o de contemplar a diversidade do conhecimento ao qual o aluno deve ter acesso como referência para reflexão na sua área de atuação.

§ 2º- Este eixo deve constituir a essência dos saberes característicos de uma área de atuação profissional, incluindo não somente o domínio típico do curso, mas também o dos campos de saber próximos.

§ 3º- Os conteúdos básicos deverão compreender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e no máximo 70% da carga horária total do curso.

§ 4º- Na matriz curricular, obrigatoriamente, deve ser incluído o “Estágio Supervisionado” regulamentado pelo CCD do Curso e em consonância com a legislação em vigor.

§ 5º - No caso dos Cursos de Licenciatura plena, a “Prática” deve integrar a matriz curricular, ao longo de todo o curso, obedecidas as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 12- A Formação Complementar inclui o cumprimento de um certo número de créditos a ser cursado pelo aluno, pré-determinado pelo Colegiado do Curso, em atividades acadêmicas que lhe assegurem uma formação mais específica em alguma área de conhecimento conexo, ou ainda formação interdisciplinar em áreas afins.

§ 1º- A Formação Complementar pode ser desdobrada em conteúdos complementares obrigatórios, optativos e flexíveis, definidos como:

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

- I- Os Conteúdos Complementares Obrigatórios são aqueles determinados pelo Colegiado do Curso, considerados como fundamentais para complementar a Formação Específica;
- II- Os Conteúdos Complementares Optativos são constituídos por áreas de aprofundamento e de componentes livres, regulamentados pelo Colegiado do Curso, mas de livre escolha do Aluno.

III- Os Conteúdos Complementares Flexíveis, de caráter eletivo, são constituídos a partir de proposição do aluno, sob a orientação de um Docente e condicionada à autorização do Colegiado de Curso.

§ 2º- As disciplinas “Metodologia Científica” (ou equivalente) e “Introdução à Microinformática” são Conteúdos Complementares Obrigatórios para todos os cursos e devem ser oferecidas preferencialmente no primeiro ano letivo, para possibilitar ao aluno a formação e o instrumental necessários ao seu desenvolvimento acadêmico;

§ 3º- Os Componentes Complementares Optativos e Flexíveis podem ser estruturados sob a forma de projetos e/ou programas de ensino, pesquisa e extensão, eventos e outros, de livre escolha do aluno, correspondentes a, no mínimo, 30% (trinta por cento) e, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do curso.

Art. 13- A Formação Livre inclui uma série de atividades que deve ser de escolha exclusiva do estudante e submetida à orientação, possibilitando a ampliação de sua formação, em qualquer campo do conhecimento, com base estritamente em seu interesse individual.

§ 1º- A Formação Livre propicia uma maior versatilidade na formação, podendo ser útil na definição do perfil do aluno, tanto para responder ao anseio de fundamentação acadêmica, como a de atender às demandas da sociedade.

§ 2º- Os créditos acadêmicos livres são obtidos em quaisquer atividades acadêmicas curriculares.

§ 3º- Optando por cumprir Disciplinas Eletivas, o Aluno só poderá matricular-se em apenas 1 (um) componente curricular dessa modalidade por semestre.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

Art. 14- Para operacionalização da formação flexível do Aluno, nos eixos de Formação Complementar Optativa e Flexível e Formação Livre, o Colegiado deve elaborar as opções de trajetórias, além de também admitir propostas apresentadas por Alunos,

que permitam uma formação complementar aberta, desde que seja mantida uma conexão conceitual com a linha básica de atuação do curso.

Art. 15- A organização curricular deverá definir o regime acadêmico do Curso – seriado/créditos- e poderá ser concebida a partir de eixos temáticos, que possibilitem a prática inter-disciplinar e a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Parágrafo Único- A integração das atividades acadêmicas de que trata o caput deste artigo deverá ser instrumentalizada pela indicação de, pelo menos, três linhas de pesquisa e de três linhas de extensão comuns ao Curso.

Art. 16- A estruturação curricular resultante da lógica de organização e de produção do conhecimento, deverá definir a alocação dos componentes curriculares semestrais ou anuais.

Parágrafo único- A seleção dos componentes curriculares para os períodos letivos deve ser feita em função do objeto de estudo e deve ter como referência a articulação entre teoria e prática.

Art. 17- As atividades acadêmicas desenvolvidas semestralmente serão realizadas no decorrer dos cem dias letivos.

§ 1º- A Unidade de crédito, para os cursos que adotarem este regime acadêmico, corresponde a quinze horas semestrais.

§ 2º- A cada semestre letivo, serão destinados 10 dias letivos às atividades de enriquecimento curricular previstas no calendário escolar, para efeito de computação dos dias letivos, e de registro acadêmico, na forma de certificação.

§ 3º- Os Docentes responsáveis pelos componentes curriculares deverão elaborar, divulgar e desenvolver um plano de trabalho, de acordo com o que estiver estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

Art. 18- As propostas de elaboração ou mudança do Projeto Pedagógico encaminhadas à Câmara de Graduação deverão organizar-se de forma a apresentar os seguintes elementos:

- I- Descrição da estratégia de trabalho do Colegiado e/ou comissão de reforma curricular quanto à avaliação do matriz curricular anterior, elaboração e aprovação do novo Projeto Pedagógico;
- II- Avaliação da matriz curricular em vigor, com definição dos parâmetros de inadequação quanto à legislação, ao mercado de trabalho e quanto ao grau de desenvolvimento da área do conhecimento a que se referem os conteúdos; detalhamento dos pontos de estrangulamento e da alteração de perspectiva institucional; indicação dos processos utilizados para se obter essa avaliação;
- III- Relação das Atividades Acadêmicas Curriculares devidamente classificados, de conformidade com as diretrizes dessa resolução, especialmente as presentes no Art. 8º, com especificação de sua correlação com as Diretrizes Curriculares;
- IV- Representação gráfica (fluxograma) da matriz curricular, com denominação das disciplinas, cargas horárias e pré-requisitos e/ou co-requisitos de cada período do curso;
- V- Turno(s) de funcionamento do curso;
- VI- Relação das disciplinas extintas, mantidas, alteradas (quanto ao conteúdo programático e/ou carga horária) e criadas, com informações sobre classificação quanto aos eixos de formação, código, carga horária, número de créditos, pré-requisitos, número máximo de alunos para a matrícula e Departamento responsável;
- VII- Quadro de equivalência entre as disciplinas da matriz curricular em vigor e as da matriz curricular proposto;
- VIII- Listagem de Atividades Complementares Optativas;
- IX- Ementas das disciplinas elaboradas e aprovadas pelos Departamentos competentes, com explicitação dos objetivos, dos conteúdos a serem desenvolvidos e bibliografia recomendada;
- X- Explicitação do significado e das condições de funcionamento do estágio curricular;
- XI- Documentação contendo a ciência e/ou aquiescência dos Departamentos envolvidos quanto à criação, manutenção ou extinção de disciplinas, alteração de carga horária, pré-requisitos e posição no matriz curricular-padrão;
- XII- Informação sobre as condições físicas, materiais e recursos humanos necessários à implantação da nova matriz curricular, com especificação das condições existentes e das eventuais necessidades futuras;
- XIII- Plano de implantação da nova matriz curricular;
- XIV- Plano de acompanhamento e avaliação da matriz curricular a ser implantada.



Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

Art. 19- Na organização pedagógica e curricular dos Cursos de Graduação poderão ser incluídas disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial.

§ 1º- As disciplinas a que se refere o *caput* deste Artigo não poderão exceder a 20% (vinte por cento) do tempo previsto para integralização do respectivo currículo.

§ 2º- A oferta das disciplinas previstas neste Artigo deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos.

§ 3º- Os exames finais de todas as disciplinas oferecidas para integralização desta forma serão sempre presenciais.

CAPÍTULO III- ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES

Art. 20- Definem-se por Atividades Acadêmicas Curriculares aquelas consideradas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular do seu curso, os saberes e as habilidades necessárias à sua formação.

Parágrafo Único- Toda Atividade Acadêmica Curricular deverá:

- I- Ficar sob a responsabilidade de, pelo menos, um Professor;
- II- Incluir procedimentos de avaliação do rendimento do aluno.

Art. 21- As Atividades Acadêmicas Curriculares, quanto à sua natureza, são classificadas em: Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 1º- As Atividades de Ensino classificam-se em:

- I- Disciplinas;
- II- Iniciação à Docência;
- III-Discussões Temáticas;
- IV-Tópicos Especiais;
- V- Práticas de Ensino;
- VI-Práticas Integradas.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

§ 2º- As Atividades de Pesquisa incluem:

- I- Iniciação à Pesquisa;
- II- Vivências Profissionais Complementares;
- III-Práticas de Ensino;
- IV-Estágio Curricular Obrigatório.

§ 3º- As Atividades de Extensão compreendem:

- I- Programas;
- II- Projetos;
- III -Cursos;
- IV -Eventos;
- V -Produtos;
- VI -Prestação de serviços.

§ 4º- Outras atividades não previstas nos parágrafos anteriores, devidamente aprovadas pelo CCD do Curso de Graduação.

§ 5º- Na composição da matriz curricular o aluno deverá, obrigatoriamente, apresentar, no mínimo, dois tipos de atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

§ 6º- Os cursos poderão estipular em sua carga horária, dentro dos limites estabelecidos, uma parcela para atividades complementares que serão creditadas aos Alunos que assim optarem em seu perfil de formação estudantil. Deverá ser oferecida a orientação para que a carga horária estabelecida para tais atividades não seja concentrada em um único tipo de atividade, para que ela seja distribuída de forma ampla, de forma a não exceder 120 horas/aula para cada tipo de atividade, ressalvadas as determinações contidas as diretrizes curriculares do curso específico.

Art. 22- Entende-se por **Disciplina** o conjunto de estudos e conteúdos teóricos ou práticos, desenvolvidos num período letivo, definidos em programa correspondente ao estabelecido pela ementa, com carga horária e créditos pré-fixados, desenvolvido pelo Docente, de forma presencial ou à distância.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

§ 1º- As Disciplinas classificam-se, quanto à sua natureza, em:

- I- Disciplinas Obrigatórias- as que compreendem toda a formação mínima obrigatória, prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos;
- II- Disciplinas Complementares Obrigatórias- as que sem constarem das Diretrizes Curriculares Nacionais, são consideradas indispensáveis à formação profissional, a que o Curso se destina;
- III- Disciplinas Complementares Optativas- as que, escolhidas pelo Aluno, dentro da relação aprovada pelo Colegiado do Curso, complementem a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento e perfazendo um número mínimo de créditos, permita ao Aluno iniciar-se numa diversificação do Curso;
- IV - Disciplinas Eletivas- as que, não fazendo parte da matriz curricular do Curso, podem ser cursadas em caráter suplementar pelo Aluno e escolhidas dentre as demais oferecidas pelas Unidades Acadêmicas.

§ 2º- A matrícula em disciplinas deverá observar a seqüência estabelecida pela matriz curricular.

§ 3º- O aluno de curso de entrada única ficará obrigado a matricular-se nas disciplinas não cursadas nos períodos anteriores no primeiro semestre em que estas forem oferecidas.

§ 4º- As disciplinas cursadas anteriormente pelo aluno reoptante, transferido ou reintegrado que não sejam aproveitadas como Disciplinas Obrigatórias para integralização curricular na nova matriz, poderão ser aproveitadas como Disciplinas complementares Optativas e Eletivas.

§ 5º- As Disciplinas complementares Optativas e Eletivas não serão ministradas para número inferior a cinco alunos na mesma turma, salvo em casos excepcionais, a juízo dos Colegiados dos Cursos e desde que esta medida não implique na alocação de novos recursos.

Art. 23- Entende-se por **Iniciação à Docência** aquelas atividades vinculadas ao Programa de Monitoria e ao Programa Especial de Treinamento, independentemente de estarem ou não vinculadas a bolsas, que têm como finalidade iniciar o Aluno em atividades docentes, primordialmente pelo ensino, mas também pela pesquisa e extensão universitária.



Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

§ 1º- O Programa de Monitoria tem a finalidade de estimular a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão efetuadas em trabalhos de laboratório, biblioteca, de campo e outras compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência nas disciplinas e desenvolver habilidades que favoreçam o Aluno na iniciação à docência.

§ 2º- O Programa Especial de Treinamento- PET é integrado por grupos tutoriais de aprendizagem, buscando propiciar aos Alunos vinculados ao curso, sob orientação de um Professor tutor, condições para a realização de atividades extracurriculares, com a finalidade de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão de maneira articulada, permitindo o desenvolvimento da capacidade de trabalho em equipe.

Art. 24- Entende-se por **Discussões Temáticas** a exposição programada pelo Docente e realizada pelos Alunos, que podem incluir estudos de casos e resolução de situações-problema, cujos objetivos sejam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas e o aprofundamento de novas abordagens temáticas.

Art. 25- Entende-se por **Tópicos Especiais** o conjunto de estudos e conteúdos teóricos ou práticos, definidos no programa correspondente ao estabelecido pela ementa e carga horária pré-fixados, desenvolvidos predominantemente pelos Alunos e com caráter de atualização de conhecimento.

Art. 26- Entende-se por **Práticas Integradas** aquelas que integram conteúdos de várias disciplinas e/ou atividades Acadêmicas Curriculares, realizadas preferencialmente em Laboratórios e em áreas extra-campus.

Art. 27- Entende-se por **Iniciação à Pesquisa** o conjunto de atividades ligadas a programas e projetos de pesquisa desenvolvidas pelo Aluno, sob orientação do Docente.

Art. 28- Entende-se por **Vivência Profissional Complementar** a atividade de estágio, que tem o objetivo de proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional. A Avaliação se processará mediante a apreciação de relatório elaborado pela Instituição onde ocorreu a atividade e o elaborado pelo Aluno.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

Art. 29- Entende-se por **Estágio Curricular Obrigatório** o conjunto de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da UFRPE e que contribua, de forma eficaz, para sua absorção pelo mercado de trabalho.

§ 1º- Enquadram-se neste tipo de atividades as experiências de convivência em ambiente de trabalho, o cumprimento das tarefas com prazo estabelecido, o trabalho em ambiente hierarquizado e com componentes cooperativistas ou corporativistas, entre outros, com o objetivo de proporcionar ao Aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional clássica, possibilitando-lhe o exercício de atitudes em situações vivenciadas e a aquisição de uma visão crítica de sua área de atuação profissional.

§ 2º- Os estágios curriculares ficarão sob a responsabilidade das Coordenações dos Cursos de Graduação, cabendo-lhes:

- I- Identificar e analisar oportunidades de ofertas de estágio curricular junto a instituições ou entidades em que eles possam ser realizados e efetuando os devidos encaminhamentos para sua realização;
- II- Encaminhar cadastro do Aluno à Coordenação Geral de Estágios, na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, para providenciar o Seguro Obrigatório;
- III- Estabelecer normas de supervisão e controle pedagógico, bem como seus critérios de avaliação.

Art. 30- Entende-se por Programas de Extensão os trabalhos e atividades que articulem ensino, pesquisa e extensão, integrados a programas institucionais, direcionados às questões relevantes da sociedade, gerenciados com a mesma diretriz e voltados a um objetivo comum.

Parágrafo Único – os Programas de Extensão devem coordenar as atividades que abrangem experiências político-pedagógicas que viabilizem a troca entre os diferentes tipos de conhecimento e a participação junto a diferentes segmentos da sociedade, integrando ações e divulgando experiências resultantes dessas ações em benefício da comunidade.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

Art. 31- Entende-se por Projetos de Extensão a s a ç õ e s p r o c e s s u a i s , e d u c a t i v o , c a r á t e r , a r t í s t i c o , c u l t u r a l , e / o u c i e n t í f i c o , t e c n o l ó g i c o , q u e e n v o l v e m D o c e n t e s , A l u n o s e T é c n i c o - a d m i n i s t r a t i v o s , d e s e n v o l v i d a s j u n t o à c o m u n i d a d e , m e d i a n t e a ç õ e s s i s t e m a t i z a d a s .

Art. 32- Entende-se por Cursos de Extensão a q u e l e s q u e , o f e r t a d o s à c o m u n i d a d e , o b j e t i v e m a a s s o c i a l i z a ç ã o d o c o n h e c i m e n t o a c a d ê m i c o , p o t e n c i a l i z a n d o o p r o c e s s o d e i n t e r a ç ã o u n i v e r s i d a d e - s o c i e d a d e .

P a r á g r a f o Ú n i c o - O s C u r s o s d e E x t e n s ã o s e r ã o e x e c u t a d o s s o b a f o r m a d e Educação Continuada, a b e r t o s a a n d i d a t o s q u e a t e n d a m a o s r e q u i s i t o s e s t a b e l e c i d o s p a r a c a d a c a s o e d e f i n i d o s c o m o:

I- Cursos de Extensão;

II- C u r s o s T e m á t i c o s d e C u r t a D u r a ç ã o ;

I I I - C u r s o s d e
 A t u a l i z a ç ã o ;
 IV- C u r s o s d e D ifusão Cultural;
 V - Outros cursos não classificados dentre os anteriores.

Art. 33- Entende-se por Eventos de Extensão

a s a t i v i d a d e s
 r e a l i z a d a s ,
 c u m p r i m e n t o d e
 p r o g r a m a s e s p e c í f i c o s ,
 o f e r e c i d o s c o m
 p r o p ó s i t o d e p r o d u z i r ,
 s i s t e m a t i z a r , d i v u l g a r
 e i n t e r c a m b i a r
 c o n h e c i m e n t o s ,
 t e c n o l o g i a s e b e n s
 c u l t u r a i s , p o d e n d o
 d e s e n v o l v e r - s e e m
 n í v e l u n i v e r s i t á r i o o u
 n ã o , d e a c o r d o c o m
 f i n a l i d a d e v i s a d a e
 d e v i d a a p r o v a ç ã o .

P a r á g r a f o Ú n i c o - O s
 e v e n t o s d e e x t e n s ã o
 p o d e m s e r r e a l i z a d o s
 s o b a f o r m a d e :

I - M o s t r a s ;
 I I - E n c o n t r o s ;
 I I I - S e m i n á r i o s ;
 I V - S i m p ó s i o s ;
 V - O f i c i n a s ;
 VI- C o n g r e s s o s ;
 V I I - C o l ó q u i o s ;
 V I I I - J o r n a d a s ;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
 SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
 CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

I X - C o n f e r ê n c i a s ;

X - Mesas redondas;
 X I - Fóruns;
 XII- Exposições Científicas e/ou Pedagógicas;
 X I I I - Debates ou Ciclo
 de Debates;
 X I V - Reuniões
 Técnicas;
 X V - Conferências;
 X V I - Festivais;
 X V I I - Recitais;
 X V I I I - Manifestações
 Artísticas;
 C ulturais;
 X I X - Espetáculos;
 X X - Atletas,
 Exposições
 similiares.

Art. 34- Entende-se por **Produtos de Extensão** aqueles suscetíveis à disseminação e intercâmbio de saberes e inovações, desenvolvidos a partir de demandas da sociedade, ou como resultado do desenvolvimento de pesquisas.

P a r á g r a f o Ú n i c o - O s
 P r o d u t o s d e E x t e n s ã o
 p o d e m s e r
 c l a s s i f i c a d o s c o m o :

- I- Instrumentos de avaliação de situações, processos e produtos;
- II- Diagnósticos, laudos, pareceres, perícias, ensaios, análises laboratoriais e similares;
- III- Kits pedagógicos;
- IV- Relatórios, artigos técnicos e similares;
- V- Publicação didático-pedagógica e de divulgação técnica–científica–artística–cultural em anais e periódicos;
- VI- Patentes e produtos gerados pela Universidade;
- VII- Sistemas de Informação.

Art. 35- Entende-se por **Prestação de Serviços** a ação decorrente da identificação e monitoramento de situações-problemas apresentadas pela sociedade.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

P a r á g r a f o Ú n i c o - A
 P r e s t a ç ã o d e s e r v i ç o s
 p o d e s e r r e a l i z a d a
 s o b a f o r m a d e :

- I- Realização de assessoria, consultoria e atividade assistencial;**
- II- Realização de levantamentos, inventários, caracterizações e/ou estudos;**
- III- Definição de políticas, programas, projetos e/ou planos de ação;**
- IV- Realização de diagnósticos, laudos, pareceres, perícias, ensaios, análises laboratoriais e similares;**

V - A t e n d i m e n t o s ,
 a c o n s e l h a m e n t o s ,
 o r i e n t a ç õ e s ,
 t r a t a m e n t o s , t e r a p i a s ,
 c o n s u l t a s ;

- VI- D e s e n v o l v i m e n t o d e experiências-piloto e/ou modelo, campanhas.**

Art. 36- O Aluno participante de Atividades Acadêmicas Curriculares envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão, definidas no Art. 18, ligadas à vivência profissional do respectivo Curso e ao Projeto Pedagógico do Curso, sendo ou não bolsista, poderá ter seus trabalhos convertidos em carga horária curricular mediante matrícula e requerimento protocolado enviado ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico- DRCA, após a aprovação do CCD do Curso.

§ 1º - Do requerimento de que trata o caput deste artigo deverá constar o respectivo plano de trabalho do Aluno, o relatório dos trabalhos desenvolvidos e a avaliação definida em cada modalidade.

§ 2º - A carga horária referente à participação de aluno de curso de licenciatura em programas de alfabetização de jovens e adultos, realizados na forma da lei, pode ser contabilizada, em dobro, para efeito de cumprimento das horas destinadas às práticas e atividades complementares previstas na matriz curricular.

Art. 37- Deferido o aproveitamento pelas instâncias competentes, o Coordenador de Curso remeterá ao DRCA, para creditar no histórico escolar do Aluno a carga horária e Créditos, correspondente ao aprovado, considerando:

I-	14001- Monitoria I	60 horas-aula	4
créditos;			
II-	14002- Monitoria II	60 horas-aula	4
créditos;			
III-	14003- Programa Especial de Treinamento I	60 horas-aula	4
créditos;			
IV-	14004- Programa Especial de Treinamento II	60 horas-aula	4
créditos;			
V-	14005- Projeto de Pesquisa I	60 horas-aula	4
créditos;			
VI-	14006- Projeto de Pesquisa II	60 horas-aula	4
créditos;			

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

VII-	14007- Vivência Profissional Complementar I	60 horas-aula	4
créditos;			
VIII-	14008- Vivência Profissional Complementar II	60 horas-aula	4
créditos;			
IX-	14009- Programa de Extensão I	60 horas-aula	4
créditos;			
X-	14010- Programa de Extensão II	60 horas-aula	4
créditos;			
XI-	14011- Programa de Alfabetização I	60 horas-aula	4
créditos;			
XII-	14012- Programa de Alfabetização II	60 horas-aula	4
créditos.			
XIII-	14013- Projeto de Extensão I	60 horas-aula	4
créditos;			
XIV-	14014- Projeto de Extensão II	60 horas-aula	4
créditos;			
XV-	14015- Discussões Temáticas I	15 horas-aula	1
crédito;			

XVI-	14014- Discussões Temáticas II créditos;	30 horas-aula	2
XVII-	14016- Tópicos Especiais I crédito;	15 horas-aula	1
XVIII-	14017- Tópicos Especiais II créditos;	30 horas-aula	2
XIX-	14018- Prática Integrada I crédito;	15 horas-aula	1
XX-	14019- Prática Integrada II créditos;	30 horas-aula	2
XXI-	14020- Cursos de Extensão I créditos;	30 horas-aula	2
XXII-	14021- Cursos de Extensão II créditos;	60 horas-aula	4
XXIII-	14022- Evento de Extensão I créditos;	30 horas-aula	2
XXIV-	14023- Evento de Extensão II créditos;	60 horas-aula	4
XXV-	14024- Publicação Técnico-Científica I créditos;	30 horas-aula	2
XXVI-	14025- Publicação Técnico-Científica I créditos;	60 horas-aula	4
XXVII-	14026- Produto de Extensão I créditos	30 horas-aula	2
XXVIII-	14027- Produto de Extensão II créditos;	60 horas-aula	2
XXIX-	14028- Prestação de Serviço I créditos	30 horas-aula	4
XXX-	14029- Prestação de Serviço II créditos;	60 horas-aula	4

§ 1º- Para cômputo da carga horária de atividades similares, nos casos das Atividades “Cursos de Extensão” e “Eventos de Extensão”, o aluno deverá reunir comprovação de participação em tantas atividades similares quantas sejam necessárias à integralização da atividade pertinente.

§ 2º- Para cômputo da carga horária e crédito da Disciplina “Publicação Técnico-Científica”, o Aluno deverá comprovar sua participação em trabalho em sua área profissional ou em áreas afins e anexar cópia do resumo ou trabalho integral publicado nos Anais do evento ou em Periódico.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

Art. 38- Os cursos que optarem por utilizar estas Atividades Acadêmicas Curriculares institucionais em seu perfil curricular contabilizarão a carga horária docente da seguinte forma:

- I- Os Docentes Orientadores das Atividades Acadêmicas Curriculares mencionadas nos incisos do Artigo anterior terão sua carga horária computada até 30 horas-aula/ semestre, desde que sejam responsáveis por uma carga horária de disciplinas;
- II- O Coordenador do Curso, terá um cômputo de 30 horas-aula/ semestre;
- III- Os Docentes componentes da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico, cujas atribuições estão definidas no Artigo 7º, terá um cômputo de 30 horas-aula/ semestre.

Art. 39- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 15 de outubro de 2003.

PROF. VALMAR CORREA DE ANDRADE
= NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA =

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

§ 2º- As Atividades de Pesquisa incluem:

- III- Iniciação à Pesquisa;
- IV- Vivências Profissionais Complementares;
- III-Práticas de Ensino;
- IV-Estágio Curricular Obrigatório.

§ 3º- As Atividades de Extensão compreendem:

- III- Programas;
- IV- Projetos;
- III -Cursos;
- IV -Eventos;
- V -Produtos;
- VI -Prestação de serviços.

§ 4º- Outras atividades não previstas nos parágrafos anteriores, devidamente aprovadas pelo CCD do Curso de Graduação.

§ 5º- Na composição da matriz curricular o aluno deverá, obrigatoriamente, apresentar, no mínimo, dois tipos de atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

§ 6º- Os cursos poderão estipular em sua carga horária, dentro dos limites estabelecidos, uma parcela para atividades complementares que serão creditadas aos Alunos que assim optarem em seu perfil de formação estudantil. Deverá ser oferecida a orientação para que a carga horária estabelecida para tais atividades não seja concentrada em um único tipo de atividade, para que ela seja distribuída de forma ampla, de forma a não exceder 120 horas/aula para cada tipo de atividade, ressalvadas as determinações contidas as diretrizes curriculares do curso específico.

Art. 22- Entende-se por **Disciplina** o conjunto de estudos e conteúdos teóricos ou práticos, desenvolvidos num período letivo, definidos em programa correspondente ao estabelecido pela ementa, com carga horária e créditos pré-fixados, desenvolvido pelo Docente, de forma presencial ou à distância.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 313/2003 DO CEPE).

§ 1º- As Disciplinas classificam-se, quanto à sua natureza, em:

- IV-Disciplinas Obrigatórias- as que compreendem toda a formação mínima obrigatória, prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos;
- V- Disciplinas Complementares Obrigatórias- as que sem constarem das Diretrizes Curriculares Nacionais, são consideradas indispensáveis à formação profissional, a que o Curso se destina;
- VI- Disciplinas Complementares Optativas- as que, escolhidas pelo Aluno, dentro da relação aprovada pelo Colegiado do Curso, complementem a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento e perfazendo um número mínimo de créditos, permita ao Aluno iniciar-se numa diversificação do Curso;
- IV - Disciplinas Eletivas- as que, não fazendo parte da matriz curricular do Curso, podem ser cursadas em caráter suplementar pelo Aluno e escolhidas dentre as demais oferecidas pelas Unidades Acadêmicas.

§ 2º- A matrícula em disciplinas deverá observar a seqüência estabelecida pela matriz curricular.

§ 3º- O aluno de curso de entrada única ficará obrigado a matricular-se nas disciplinas não cursadas nos períodos anteriores no primeiro semestre em que estas forem oferecidas.

§ 4º- As disciplinas cursadas anteriormente pelo aluno reoptante, transferido ou reintegrado que não sejam aproveitadas como Disciplinas Obrigatórias para integralização curricular na nova matriz, poderão ser aproveitadas como Disciplinas complementares Optativas e Eletivas.

§ 5º- As Disciplinas complementares Optativas e Eletivas não serão ministradas para número inferior a cinco alunos na mesma turma, salvo em casos excepcionais, a juízo dos Colegiados dos Cursos e desde que esta medida não implique na alocação de novos recursos.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO**PARECER CNE/CES 1.363/2001 - HOMOLOGADO**

Despacho do Ministro em 25/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002, Seção 1, p. 60.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.		
RELATOR(A): Silke Weber		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 1363/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 12/12/2001

I – RELATÓRIO E VOTO DO(A) RELATOR(A)

Com objetivo de cumprir o disposto no Inciso III do Art. 18 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação, que estabelece ser a Resolução ato decorrente de Parecer, destinado a estabelecer normas a serem observadas pelos sistemas de ensino, a Câmara de Educação Superior formulou projeto de Resolução específico para as Diretrizes Curriculares de cada um dos cursos de graduação a serem por elas regidas.

Brasília(DF), 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

Processo(s):

[...]

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º... , DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de **Letras**.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes do Parecer CNE/CES 492/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;
- e) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP____, integrante do **Parecer CNE/CP 028/2001**.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 9º, § 2º, alínea “c” da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos Pareceres CNE/CP 9/2001 e 27/2001, peças indispensáveis do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologados pelo Senhor Ministro da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve :

Art. 1º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

- I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Art. 3º A formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem:

- I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:
 - a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;
 - b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais;
 - c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;

d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

III - a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

Art. 4º Na concepção, no desenvolvimento e na abrangência dos cursos de formação é fundamental que se busque:

I - considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional;

II - adotar essas competências como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

Art. 5º O projeto pedagógico de cada curso, considerado o artigo anterior, levará em conta que:

I - a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica;

II - o desenvolvimento das competências exige que a formação contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor;

III - a seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se por ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade;

IV - os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas;

V - a avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar a carreira.

Parágrafo único. A aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

I - as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;

II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola;

III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;

IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

§ 1º O conjunto das competências enumeradas neste artigo não esgota tudo que uma escola de formação possa oferecer aos seus alunos, mas pontua demandas importantes oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.

§ 2º As referidas competências deverão ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação básica e de cada área do conhecimento a ser contemplada na formação.

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção

no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

I - cultura geral e profissional;

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;

III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;

IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;

V - conhecimento pedagógico;

VI - conhecimento advindo da experiência.

Art. 7º A organização institucional da formação dos professores, a serviço do desenvolvimento de competências, levará em conta que:

I - a formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria;

II - será mantida, quando couber, estreita articulação com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas;

III - as instituições constituirão direção e colegiados próprios, que formulem seus próprios projetos pedagógicos, articulem as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomem as decisões sobre organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - as instituições de formação trabalharão em interação sistemática com as escolas de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados;

V - a organização institucional preverá a formação dos formadores, incluindo na sua jornada de trabalho tempo e espaço para as atividades coletivas dos docentes do curso, estudos e investigações sobre as questões referentes ao aprendizado dos professores em formação;

VI - as escolas de formação garantirão, com qualidade e quantidade, recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação;

VII - serão adotadas iniciativas que garantam parcerias para a promoção de atividades culturais destinadas aos formadores e futuros professores;

VIII - nas instituições de ensino superior não detentoras de autonomia universitária serão criados Institutos Superiores de Educação, para congregar os cursos de formação de professores que ofereçam licenciaturas em curso Normal Superior para docência multidisciplinar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ou licenciaturas para docência nas etapas subsequentes da educação básica.

Art. 8º As competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação, de acordo com as presentes Diretrizes, devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

I - periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;

II - feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;

III - incidentes sobre processos e resultados.

Art. 9º A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no *locus* institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ou ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria.

Art. 10. A seleção e o ordenamento dos conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento que comporão a matriz curricular para a formação de professores, de que trata esta Resolução, serão de competência da instituição de ensino, sendo o seu planejamento o primeiro passo para a transposição didática, que visa a transformar os conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores.

Art. 11. Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada:

I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;

II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;

III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;

IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica;

V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;

VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

Parágrafo único. Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

Art. 12. Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária.

§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.

Art. 13. Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.

§ 3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

§ 2º Na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras.

Art. 15. Os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos.

§ 1º Nenhum novo curso será autorizado, a partir da vigência destas normas, sem que o seu projeto seja organizado nos termos das mesmas.

§ 2º Os projetos em tramitação deverão ser restituídos aos requerentes para a devida adequação.

Art. 16. O Ministério da Educação, em conformidade com § 1º Art. 8º da Lei 9.394, coordenará e articulará em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de proposta de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores de educação básica.

Art. 17. As dúvidas eventualmente surgidas, quanto a estas disposições, serão dirimidas pelo Conselho Nacional de Educação, nos termos do Art. 90 da Lei 9.394.

Art. 18. O parecer e a resolução referentes à carga horária, previstos no Artigo 12 desta resolução, serão elaborados por comissão bicameral, a qual terá cinquenta dias de prazo para submeter suas propostas ao Conselho Pleno.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002. (*)

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “P”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o § 2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

(*) CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002.
Seção 1, p. 9.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002. (*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;
- e) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

(*) CNE. Resolução CNE/CES 18/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro Jose Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

[...]

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS

Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de **currículo**, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se **currículo** como *toda e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integram um curso*. Essa definição introduz o conceito de **atividade acadêmica curricular** – *aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador*, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- eliminar a rigidez estrutural do curso;
- imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno.

Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

2. Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
 - reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
 - visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
 - preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
 - domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
 - domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar compromissado com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

3. Conteúdos Curriculares

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos **Estudos Linguísticos e Literários**, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

4. Estruturação do Curso

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

5. Avaliação

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- pela orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.